



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2763-535X ANO V . Nº 9 . JANEIRO - JUNHO DE 2021

DOSSIÊ

Imprensa, intelectuais e circulação de ideias no Espírito Santo





Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2763-535X ANO V . Nº 9 . JANEIRO - JUNHO DE 2021

Governador

José Renato Casagrande

Vice-governadora

Jaqueline Moraes

Secretário de Estado da Cultura

Fabrcio Noronha

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo

Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2021 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 5, n. 9, (jan./jun.2021).
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2021.

Semestral
ISSN 2763-535X

1. Imprensa – Periódico. 2. Documentos históricos – Periódico. 3. História do Brasil – Periódico. I. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 070.5098152

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

Margarete Farias de Moraes
Departamento de Arquivologia - UFES
Oswaldo Martins de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Alexandre Matias
Jória Motta Scolforo
Lucas Rodrigues Barreto
Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

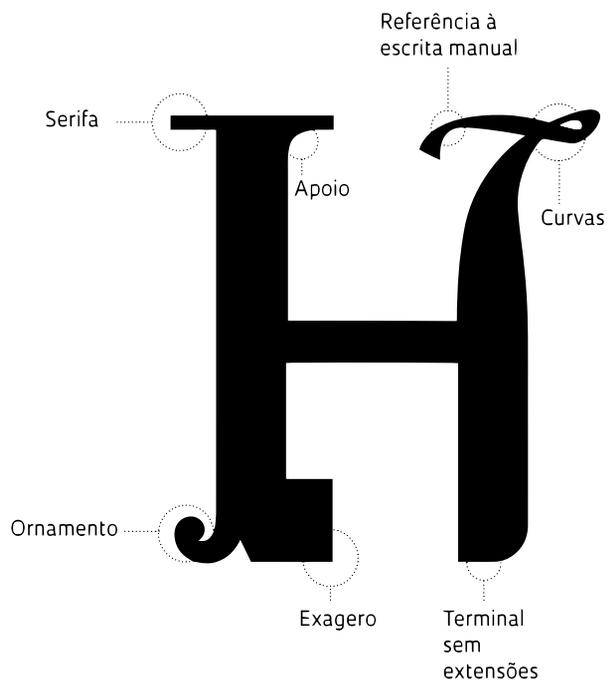
Lucas Rodrigues Barreto
Tiago de Matos Alves

Revisão de estrutura e linguagem

Jória Motta Scolforo

Organização do Dossiê Temático

Karulliny Silverol Siqueira



Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Dr. Alexandre Faben (Ufes), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno Santos Conde (IFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRRJ), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Dr. Estilague Ferreira dos Santos (UFES), Me. Fernando Santa Clara Viana Junior - UFES, Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde (Ufes), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Dra. Kátia Sausen da Motta (UFES), Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES), Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo, Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESCO), Dra. Sonia M. Mattos (UFES), Dra. Vânia Maria Losada (UFRR) e Dr. Vitor de Ângelo (UVV).

SUMÁRIO

6	EDITORIAL Cilmar Cesconetto Franceschetto
8	APRESENTAÇÃO <i>Dossiê: Imprensa, intelectuais e circulação de ideias no Espírito Santo</i> Karulliny Silverol Siqueira
13	ENTREVISTA <i>Glecy Coutinho: a primeira jornalista profissional capixaba</i> Mônica Boiteux
25	ARTIGOS DO DOSSIÊ <i>Um liberal combatente pelas letras: o Manifesto de Padre Marcelino Pinto Duarte Ribeiro e seu projeto de independência do Brasil</i> - Victor Augusto Mendonça Guasti
37	<i>Um “concerto” descompassado: políticos, imprensa e instituições em Pernambuco no fim do Primeiro Reinado</i> - Christiane Peres Pereira
53	<i>Imprensa maiorista: a construção da identidade política liberal no início da década de 1840 no Rio de Janeiro</i> - Karulliny Silverol Siqueira
67	<i>A Fazenda do Centro na imprensa e na historiografia capixaba (1845-1900)</i> - Maria Aparecida Stelzer Lozório e Maria Carolina Stelzer Camposi
83	<i>A engenharia, o positivismo e a imprensa no Espírito Santo do século XIX</i> - Nelson Pôrto Ribeiro
97	<i>As palavras também são atos: o discurso dos republicanos liberais na queda do Império no Brasil</i> - Daiane Lopes Elias
109	<i>Às urnas castelenses! Para trás, sicários. O papel do jornal Tribuna do Sul de Castelo ES na campanha eleitoral de Júlio Prestes à presidência da república em 1930</i> - Ademildo Gomes

- 125 | *Imprensa, Memória e a Ditadura Militar no Espírito Santo (1971-1975)* -
Davi Elias Rangel Santos

ARTIGOS LIVRES

- 137 | *Facciamo l'America: Direito a terra e "Reforma Agrária" no Núcleo Colonial da Fazenda do Centro – Castelo/ES* - Diego Zanete Bonete
- 149 | *Cultura, identidade e gastronomia alemã no município de Domingos Martins/ES* - Marcela Bourguignon Achiamé, Ana Cristina Quintela Pitanga e Andréa Ferreira Souto
- 165 | *O imigrante e o trabalho no Estado do Espírito Santo* - Jefferson Ferreira Alvarenga
- 183 | *Do documento armazenado ao documento manifestado: preservação de registros digitais de frequência dos servidores na câmara dos deputados* - Vanderlei Batista dos Santos e José Raymundo Ribeiro Campos Filho

DOCUMENTO

- 199 | *A guerra do Paraguai na imprensa capixaba: o conflito para além do campo de batalha* - Marcos Antonio Briel

RESENHA

- 207 | *Viagem às colônias italianas do Espírito Santo. A dura situação dos camponeses italianos em terras capixabas* - Cilmar Franceschetto

REPORTAGEM

- 211 | *Relatório de gestão referente ao Ano de 2020* -
Arquivo público do estado do Espírito Santo - APEES

EDITORIAL

Caros leitores,

“Imprensa, intelectuais e circulação de ideias no Espírito Santo” é o tema do dossiê desta 9ª edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (RAPEES), sob a coordenação da Karulliny Silverol Siqueira, professora de História no Departamento de Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFES).

O objetivo deste número é discutir o papel da imprensa, em âmbito estadual e nacional, seu contexto histórico e sua contribuição para a disseminação do conhecimento, da circulação das ideias, na formação das opiniões, na preservação das informações, por meio da ótica da pesquisa historiográfica e da arquivística.

Em sua apresentação, a coordenadora resume os artigos publicados nesta edição, evidenciando que as pesquisas dedicadas aos impressos e a circulação de ideias ganham, ano após ano, um lugar de destaque nos debates historiográficos; afirma que o impacto das letras contribuiu significativamente para a modificação das práticas políticas, sociais, culturais e simbólicas em diversas sociedades. Sublinha, ainda, o importante papel dos impressos enquanto veículos de ideias, por meio do qual os indivíduos ganham voz e projetam suas demandas no meio social.

A entrevistada desta edição é com a jornalista, professora, pesquisadora, cineasta, escritora, Gleycy Coutinho. Entre os capixabas, tivemos grandes nomes com importantes contribuições à imprensa. Gleycy está, certamente, entre as jornalistas que melhor representa sua classe. Foi a primeira mulher a atuar como jornalista em A Gazeta e a primeira repórter de TV da emissora. Uma profissional sempre a frente do seu tempo, com excelente memória, lucidez e muita simpatia.

Se ao longo desses dois últimos séculos a história do Brasil foi acompanhada e influenciada, sistematicamente, pela imprensa, cabe-nos enfatizar os impactos da circulação de ideias, acesso e disseminação das informações proporcionadas pelo uso das modernas tecnologias da informação digital, nesse início do século XXI. Grandes avanços para a sociedade visando solução de enormes problemas, mas que também trouxeram novos desafios.

O acesso imediato às informações e a simples capacidade de compartilhamento dos dados contribuíram e contribuem para modificações profundas no comportamento dos indivíduos, que se utilizam dos seus perfis nas redes sociais ou em aplicativos de trocas de mensagens para expor suas ideias, sentimentos. Umberto Eco, filósofo italiano, afirmou em 2015 que: “As mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel”.

Levando-se em consideração a atual conjuntura política, especialmente no Brasil, corroborando com a sentença de Umberto Eco, podemos considerar que tal empoderamento das massas, incluindo-se os extremistas, aos meios eletrônicos de compartilhamento de dados, contribuiu para inserir na pauta de reivindicações elementos como o machismo, o preconceito em suas diversas facetas, a exploração irrefreada da natureza e, sobretudo, o negacionismo da ciência. Por outro lado, cabe salientar o evidente enriquecimento, em todos os setores da sociedade, que foram e são beneficiados por esses meios, na ampliação dos seus conhecimentos, na compra e venda de mercadorias, na criação de novos produtos e, evidentemente, na própria comunicação entre as pessoas, independente das distâncias.

Também a imprensa tradicional se moldou às novas tecnologias e, nesse contexto da massificação do acesso e compartilhamento de dados, os antigos canais de informação têm servido de anteparo à sociedade, como parâmetro às fábricas de Fake News que provocam o ódio, descontrolam parcerias, elegem e derrubam governos.

Discutir sobre a importância da imprensa é também uma excelente oportunidade para se debater sobre a nossa formação enquanto seres sociais, no sentido de conhecer e contribuir para a história, para a produção e preservação das informações, ou para testar nossos limites de melhor nos comunicar e contribuir para o progresso humano.

Agradecemos a todos os colaboradores desta edição que, voluntariamente, disponibilizaram seu tempo e seus estudos para manter viva nossa Revista.

Boa leitura a todos!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: IMPRENSA, INTELECTUAIS E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS NO ESPÍRITO SANTO

As pesquisas dedicadas aos impressos e a circulação de ideias ganham, ano após ano, um lugar de destaque nos debates historiográficos. As discussões que envolvem história da circulação escrita, abrangendo também, evidentemente, os manuscritos, evidenciaram algumas nuances importantes acerca do impacto das letras nas modificações das práticas, políticas, sociais, culturais e simbólicas em diversas sociedades.

Se para McLuhan¹, a imprensa de Gutemberg transformou o meio social, indicando a atuação dos impressos como agentes revolucionários e, até mesmo, restringindo o uso dos manuscritos e da oralidade, percepções como as de Roger Chartier² equilibram o debate, direcionando a perspectiva de análise para os aspectos sociológicos dos textos. Para além disso, outros atores surgem em meio à esta nova abordagem, indicando a importância de figuras como o redator, o editor, o leitor, os livreiros e os intelectuais.

Os impressos, deste modo, são veículos de ideias. É por meio deles que indivíduos, comuns ou não, ganham voz e projetam suas demandas políticas, culturais e sociais. A inserção da publicação impressa em território brasileiro data-se, oficialmente, a partir da chegada da Família Real, em 1808, o que não anula a circulação de ideias e de escritos no período anterior. No entanto, as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, sobretudo no âmbito dos programas de Pós-Graduação, destacam que os jornais tornam-se espaços de amplo debate político e social em diferentes épocas da história. Assim, na historiografia brasileira, a imprensa, bem como a atuação dos intelectuais e a circulação de ideias, vêm ganhando cada vez mais destaque e ampliam seus objetos e possibilidades de pesquisa. Os estudos que compõem este dossiê abarcam exatamente tal momento de difusão destas análises.

Nesta edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo destacamos estudos que se dedicam à história da circulação impressa, a divulgação de ideias, a atuação de intelectuais e de aspectos que traduzem a cultura política capixaba, como o trabalho, a cultura, a dinâmica política local, bem como a preservação destes dados à partir da prática arquivística. Embora o dossiê tenha como foco o Espírito Santo, vislumbra-se nesta edição abordagens que se debruçam sobre a circulação de impressos também em outras localidades do Brasil, visualizando, assim, a produção de jornais em todo o território, a partir da circularidade da informação, e não somente como produções locais estáticas.

1 MCLUHAN, Marshal. *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. (The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man) Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

2 CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

Evidenciando a importância da Imprensa no século XIX, e sua utilização como veículo de contestação e difusor de projetos, quatro artigos desta edição centram-se nos impressos oitocentistas. O artigo *Um liberal combatente pelas letras: o Manifesto de Padre Marcelino Pinto Duarte Ribeiro e seu projeto de independência do Brasil*, escrito por Victor Guasti abre o dossiê temático, a partir do estudo sobre um panfleto escrito por Padre Marcelino Ribeiro em 1822, buscando compreender as nuances acerca da autonomia política, legislativa e econômica brasileira em relação a Portugal defendido pelo autor neste impresso. Dando continuidade às discussões que fizeram da imprensa *locus* privilegiado de debate no século XIX, voltamo-nos para o contexto do Primeiro Reinado, na localidade de Pernambuco, a partir do estudo elaborado por Christiane Peres Pereira, que acentua a importância política desta região, ao destacar a incidência de movimentos políticos locais desde o século XVII, e identifica os impactos destas discussões regionais na imprensa do Primeiro Reinado.

A análise da imprensa política oitocentista mostra-se também imprescindível para a verificação das linguagens políticas em construção no Império brasileiro. Assim, no artigo intitulado *Imprensa maiorista: a construção da identidade política liberal no início da década de 1840 no Rio de Janeiro*, no estudo desenvolvido por mim e por Driely Neves Coutinho, enfatizamos as principais características linguísticas presentes no contexto de a formação do Partido Liberal na Corte. Deste modo, procuramos destacar os principais temas e conceitos que permearam a construção do vocabulário desta agremiação política nos anos iniciais do Segundo Reinado, por meio da análise de jornais publicados neste contexto.

Contemplando a imprensa capixaba do século XIX como espaço de discussões e apropriações sociais e econômicas, no artigo denominado *A fazenda do centro na imprensa e na historiografia capixaba (1845-1900)*, Maria Aparecida Stelzer Lozório e Maria Carolina Stelzer Campos, apresentam a importância da Fazenda do Centro no contexto de desenvolvimento do sul do Espírito Santo, sobretudo na região de Castelo. As autoras demonstram por meio da investigação de jornais, a relação entre a fazenda e as atividades econômicas, culturais e sociais da região.

Na segunda metade do século XIX, diversas modificações ocorreram na atividade tipográfica e, conseqüentemente, ampliaram o alcance dos periódicos. Subsidiada pelo desenvolvimento das estradas de ferro, sistemas de telégrafos e correios, as notícias passam a percorrer todo o país em maior velocidade e, assim, as ideias circulam e difundem novos conceitos e práticas, além de fomentarem as críticas políticas, sobretudo, as dirigidas à monarquia brasileira.

Entrando neste contexto, o artigo *A engenharia, o positivismo e a imprensa no Espírito Santo do século XIX*, escrito por Nelson Pôrto Ribeiro, evidencia, de forma muito interessante, as relações entre a engenharia civil e o ideário positivista disseminado por meio da imprensa capixaba. O autor destaca o papel destes profissionais no contexto de modernização do Brasil na segunda metade do século XIX, enfocando, mais precisamente, o caso da Província do Espírito Santo. Compendo também a investigação acerca da imprensa nos anos finais do Império, Daiane Lopes Elias aponta os principais conceitos utilizados pelos liberais republicanos no discurso de crítica ao Império Brasileiro no estudo *As palavras também são atos: o discurso dos republicanos liberais na queda do Império no Brasil*. A autora, deste modo, traz à luz a potencialidade da divulgação do movimento republicano atrelado à ideia de progresso e solução para os problemas da sociedade brasileira do fim do Oitocentos.

O dinamismo da imprensa política e seu papel crucial na composição da esfera de opinião e da cultura política capixaba permanece durante o século XX. É o que demonstra o artigo “*ÀS URNAS CASTELENSIS! PARA TRÁS, SICÁRIOS!*”: *O papel do Jornal Tribuna do Sul de Castelo ES na campanha eleitoral de Júlio Prestes à Presidência da República em 1930*, de Ademildo Gomes. Este artigo apresenta aspectos preciosos contidos no jornal *A Tribuna do Sul*, que foi utilizado por políticos locais para a propaganda em prol da eleição de Prestes, evidenciando a dinâmica política local e o jogo de poder do contexto das oligarquias. Corroborando a análise da circulação impressa no cenário capixaba e seu impacto no âmbito político e social, apresentamos o trabalho intitulado *Imprensa, Memória e a Ditadura Militar no Espírito Santo (1971-1975)*, elaborado por Davi Elias Rangel Santos que, a partir de suas pesquisas, aponta as contribuições da imprensa local no contexto de elaboração de uma memória acerca da Ditadura Militar entre os anos de 1971 e 1975.

Na seção de artigos livres evidenciamos estudos primorosos acerca da historiografia capixaba com relação à temática da imigração, levantando nuances importantes como, por exemplo, a influência alemã na culinária capixaba, assim como demonstram Marcela Achiamé, Ana Cristina Pitanga e Andréa Ferreira Souto, ao analisarem as origens, mudanças e permanências na alimentação capixaba. A partir da metodologia da história oral, as autoras de *Cultura, identidade e gastronomia alemã no município de Domingos Martins/ES*, enfatizam conceitos como identidade e cultura, levantando a discussão sobre a representação e a apropriação em meio à história da gastronomia.

A dinâmica social em torno do imigrante, neste caso, imigrantes italianos, também se faz presente no estudo denominado *Facciamo l'America: Direito a terra e "Reforma Agrária" no Núcleo Colonial da Fazenda do Centro – Castelo/ES*, desenvolvido por Diego Zanete Bonete e Layo Zanete Bonete. O referido artigo analisa a ação de Frei Manuel Simón de San José, membro da Ordem dos Agostinianos Recoletos, em meio às famílias de imigrantes na localidade de Castelo, mais precisamente na Fazenda do Centro, no início do século XX. Os autores, neste sentido, discutem os desdobramentos e consequências de uma primeira “reforma agrária” empreendida em terras capixabas, abarcando ainda o levantamento da compreensão destes imigrantes acerca do trabalho, divisão de terras e contratos estabelecidos naquele período.

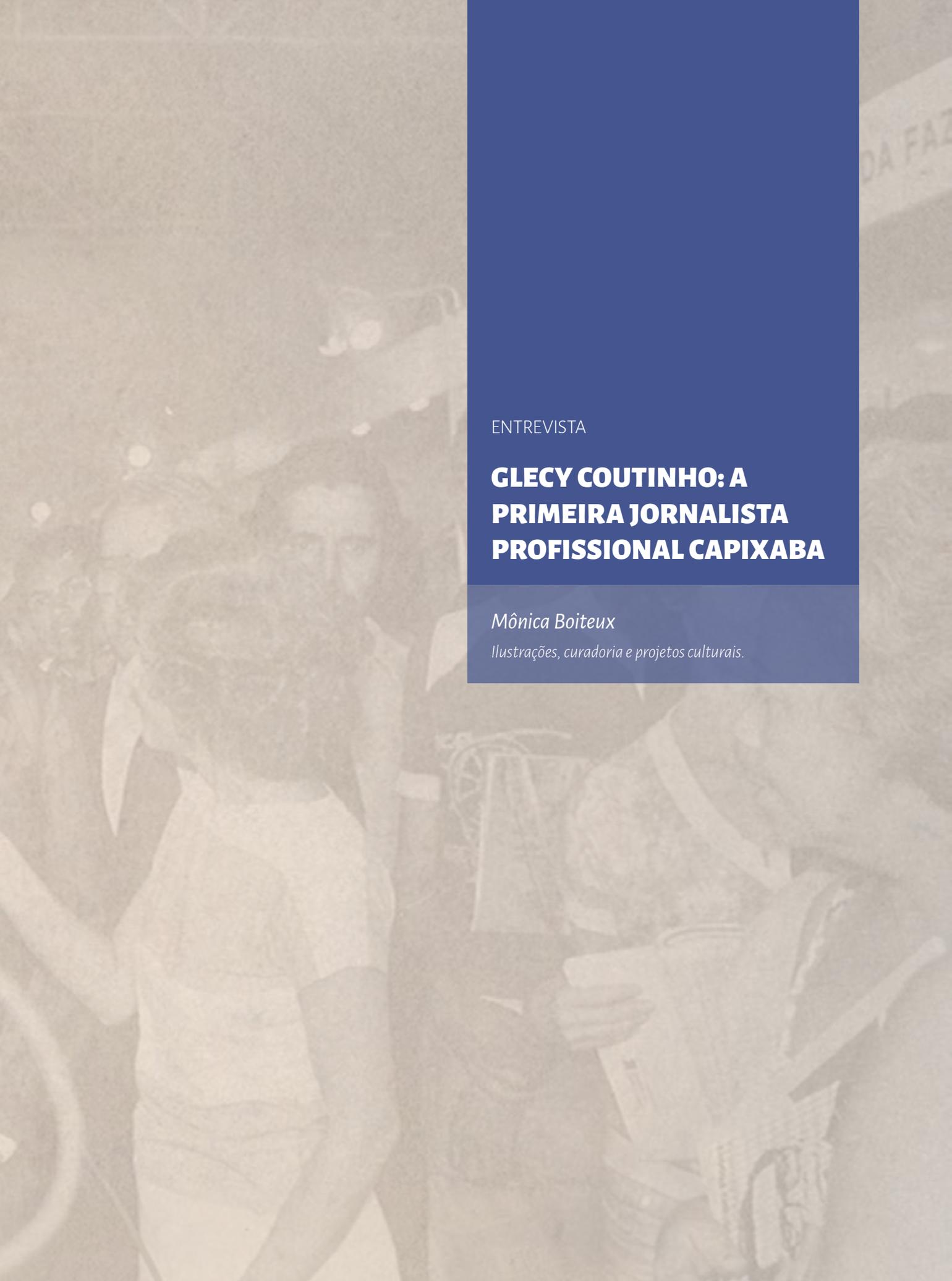
Compondo a discussão sobre a concepção do trabalho em meio aos estudos acerca da imigração, Jefferson Ferreira Alvarenga, em seu artigo *O imigrante e o trabalho no estado do espírito santo*, centraliza a análise no processo de imigração no estado do Espírito Santo, sobretudo no que diz respeito à concepção de trabalho desse europeu nos diferentes tipos de propriedades. O autor, deste modo, destaca o impacto da mão-de-obra do imigrante europeu em meio às transformações sociais e econômicas da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo.

Esta edição também contempla estudos que evidenciam a importância dos arquivos digitais e da preservação de bancos de dados, indicando ainda aspectos inerentes à temática das humanidades digitais, além de nos expor os desafios e possibilidades da pesquisa histórica e da prática arquivística diante da expansão das novas tecnologias da informação. O artigo *Do documento armazenado ao documento manifestado: preservação de registros digitais de frequência dos servidores na Câmara dos Deputados*, escrito por Vanderlei Batista dos Santos e José Raymundo Ribeiro Campos Filho, ressalta o desafio das instituições arquivísticas diante da preservação de documentos digitais autênticos, apresentando em seu estudo as discussões em curso na Câmara dos Deputados para preservação dos registros de frequência em repositórios de preservação digital com requisitos arquivísticos.

Na seção documento desta edição, intitulada *A Guerra do Paraguai na Imprensa Capixaba: o conflito para além do campo de batalha*, de autoria de Marcos Briel, somos agraciados por uma transcrição de notícia sobre a Guerra do Paraguai, impressa originalmente no periódico *Diário do Rio* e publicada nas folhas do jornal capixaba *Correio da Victória* em 20 de janeiro de 1869. A análise do documento, que é parte do acervo das coleções de microfilmes do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), bem como da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, demonstra a circularidade das notícias no século XIX, como também identifica a rede existente entre intelectuais, redatores e periódicos daquele contexto, propiciando, assim, a divulgação de posicionamentos políticos, diferentes conceitos e transformações que envolveram a cultura política do período oitocentista por interlocução dos impressos.

Em suma, o dossiê *Imprensa, intelectuais e circulação de ideias no Espírito Santo* apresenta ao leitor uma compilação de estudos que percorrem a história da circulação da informação e dos impressos em território capixaba, levantando aspectos importantes da pesquisa histórica e arquivística, que contribuem de forma precisa para os estudos, em âmbito local e nacional, sobre a imprensa, a circularidade de ideias, projetos políticos e práticas culturais.

Karulliny Silverol Siqueira
(UFES)



ENTREVISTA

**GLECY COUTINHO: A
PRIMEIRA JORNALISTA
PROFISSIONAL CAPIXABA**

Mônica Boiteux

Ilustrações, curadoria e projetos culturais.



Nascida em 1934, Gley Helena Coutinho da Silva é jornalista, escritora, pesquisadora, atriz, cineasta, professora, ex-diretora do Departamento Estadual de Cultura - DEC e ex-secretária de cultura e turismo do município de João Neiva. Também foi autora em parceria com Agostino Lázzaro e Cilmar Franceschetto do livro Lembranças Camponesas: a tradição oral dos descendentes italianos em Venda Nova do Imigrante.

Mônica Boiteux: *Qual sua data de nascimento? Onde você nasceu?*

Gley Coutinho: Eu nasci no dia 13 de fevereiro de 1934, em Aimorés, Minas Gerais. Depois, mudamos para Timbuí, município de Fundão. Em 1940, aos seis anos de idade, fui morar com a minha família na cidade de João Neiva, no Espírito Santo. Sou viúva e tenho três filhos: Layla, Ludmila, Marco Antônio e também cinco netos: Marcelo, Layla, Nastácia, Pedro, Sara e Ermínia.

Mônica Boiteux: *Qual o nome dos seus pais?*

Gley Coutinho: Meus pais se chamavam Aristeu Coutinho e Ermínia Avancini.

Mônica Boiteux: *Que fatos da sua vida a levaram a se interessar pela cultura?*

Gley Coutinho: Entrei no colégio em 1941, no grupo escolar “Barão de Monjardim”. Em João Neiva havia outra escola primária, o liceu “Pedro Nolasco”. A diretora, dona Hilda Brito, montava muitas peças de teatro com os alunos. Eu assistia, adorava e sempre pensava: “um dia ainda entro nesse teatro”. Além disso, o liceu foi a escola mais democrática que já conheci. Durante o dia funcionava como escola e a noite como clube, sob a supervisão dos operários do sindicato dos ferroviários. Os rapazes encostavam as carteiras nas paredes do salão e colocavam discos. As moças e rapazes dançavam ou jogavam ping-pong na varanda, com os olhares vigilantes das mães, sentadas nas carteiras.

Havia ainda uma pequena biblioteca e as crianças liam livros de histórias infantis. A minha história preferida era “Rouxinol de Cachos: menina cantora pelas ruas de Paris em meio à Revolução Francesa”. O jogo de damas também era uma atividade bastante apreciada. Havia ainda os que preferiam correr pelo jardim. Aos sábados, a música era ao vivo. Começava após o cinema, cujo filme terminava às 20 horas.

Mônica Boiteux: *Quando você veio para Vitória? Sempre morou nesta casa?*

Gley Coutinho: Vim definitivamente para Vitória quando me casei, em 1959. Em 1963 fiquei viúva, voltei para a casa dos meus pais, que já moravam em Cariacica-sede, onde residi por quase 50 anos. Sou Cidadã Cariaciquense.

Mônica Boiteux: *Fale um pouco sobre a matéria do caso “Argola”.*

Gley Coutinho: A reportagem do Jornal A Gazeta, “Campo de concentração de menores no Espírito Santo”, foi conhecida como “Caso Argolas”, pelo fato dos primeiros boatos sobre o assunto terem saído da “Delegacia do Menor em Argolas”, em Vila Velha. Nessa época, ainda não havia o Estatuto da Criança e do Adolescente. O jornalista Nilo Martins, editor-chefe de A Gazeta, partindo da premissa de que “onde há fumaça, há fogo”, pautou uma ampla matéria sobre o assunto e destacou os jornalistas do Caderno Dois: Amylton de Almeida, Gley Coutinho e Lígia Monteiro. Dependendo da evolução do trabalho, ele daria

15 dias para concluir a reportagem e três páginas de jornal a esse grupo de jovens cineastas capixabas. Na época, foi rodado um filme de Sérgio Medeiros baseado na matéria, cujo título foi “Sinais de Fascismo”. Participou da obra, o aluno da primeira turma do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Kojak.

Mônica Boiteux: *Como foi ser a primeira jornalista mulher da Gazeta? Havia algum tipo de preconceito?*

Glecy Coutinho: Nunca fiz nada na minha vida pensando em ser pioneira. A gente não sai de casa de manhã pensando assim: “hoje serei a primeira mulher a ser contratada pelo jornal A Gazeta”. Nessa época, meu único pensamento era: “Meu Deus, eu preciso dar um jeito na minha vida”. Meu pai tinha uma vendinha, como dizia o povo... Vendia o almoço para comer a janta. Com a minha volta para casa, a família passou para dez pessoas. Cheguei com três crianças e meu salário de professora, de 600 cruzeiros. Minha tia e sua amiga, dona Estrelinha, foram me visitar. Tia Mimi falou: “Não fique assim não. Você é nova, bonita, se casa de novo!”. “Não”, disse dona Estrelinha: “Não faça isso minha filha: boi solto, se lambe todo!”.

Houve um censo escolar no estado, a tabulação seria realizada no Grupo Escolar Padre Anchieta, que era uma escola famosa em Vitória. O cronista capixaba do “Jornal do Brasil”, José Carlos Oliveira, foi aluno do colégio e volta e meia, em suas crônicas, recordava fatos ocorridos na velha escola. Minha madrinha, Elisabeth V. Botéchia, professora da escola, me chamou para participar. O Grupo Escolar Padre Anchieta era um belo prédio amarelo, imponente, situado em Jucutuquara, em frente à “Fábrica de Juta”, hoje “Fábrica de Ideias”. Ele foi demolido para dar passagem à segunda pista da Avenida Vitória, na administração de Chrisógono Teixeira da Cruz.

Quando as professoras de várias escolas se juntavam na hora do recreio, só se ouvia: “Estamos ganhando muito mal, ganhamos menos que a polícia.” Outra dizia: “Deviam pelo menos equiparar nossos vencimentos aos deles.” “Alguém poderia falar me-

Recentemente, fui procurada por umas jovens, dizendo que pesquisavam A Tribuna e A Gazeta e essa foi a única matéria mais antiga que encontraram sobre o feminicídio. Querem fazer um filme com o título: “Quem se importa com elas?”

lhor por nós, o marido dela é coronel da polícia!” Oscalina falou... Outra dizia: “Antigamente, professora ganhava tão bem, que na rua diziam: Lá vai o marido da professora. Hoje os vencimentos não dão nem para manter uma casa, quanto mais marido”. Sempre ouvindo as queixas delas, um dia fui almoçar com minha madrinha e falei: “Estou pensando em escrever sobre a situação do magistério. As professoras estão indignadas com os baixos salários”.

Quando voltamos, escrevi, e no recreio a crônica passou de mão em mão até chegar a D. Adelaide, a diretora. Ela me disse: “Li sua crônica e gostei, na saída vamos até A Gazeta, vou apresentá-la ao jornalista Willis Machado, que é nosso ex-aluno”. Fomos... Ela me apresentou, ficamos conversando no corredor, daí a pouco chegou um senhor e Willis falou: “Professora, quero lhe apresentar o novo diretor de A Gazeta, General Darcy Pacheco Queiroz”. Ele muito entusiasmado e falante disse que estava com grandes ideias para o jornal, “li suas crônicas”, falou: “estou pensando



Acervo pessoal.

em fazer dois suplementos para A Gazeta: um infantil e outro literário, já esbocei algumas coisas. Vamos lá em minha sala, quero pedir opinião de vocês”.

Lá, ele mostrou os esboços: “Esse é o que pretendo fazer primeiro: o suplemento infantil, e vai se chamar, A Gazetinha”. “Que ótimo”, falei: “Existe A Folha, da Folha de São Paulo, e agora, A Gazetinha, de A Gazeta”. “Isso mesmo”. Ele me falou: “Isso aqui são as cartinhas que as crianças vão escrever”. Sem querer me intrometer, falei: “É bom pedir que mandem desenhos. Assim as crianças que não sabem ler, também podem participar. E os pais vão ficar maravilhados”. “Ótimo!”, ele falou, “vou anotar aqui para não esquecer” e acrescentou: “Você não quer trabalhar comigo nesse projeto?”, “Quero sim”, respondi. “Então amanhã, esteja aqui nesse mesmo horário. Hoje é terça-feira, A Gazetinha já vai poder circular pela primeira vez no sábado próxi-

mo”. Saí de lá nas nuvens! Entrei e fiquei, não pelo salário, mas pela oportunidade de mostrar meu trabalho, em um grande jornal como A Gazeta.

Desde o começo A Gazetinha foi um sucesso. Saía aos sábados e a tiragem do jornal só aumentava. Logo, a criançada começou a participar do “Nós, os artistas”, miniclube de A Gazetinha. Quando os circos chegavam, sorteávamos entradas para as crianças do miniclube. Consegui na churrascaria Cimarron, de um amigo, Jorge Calil, no local onde atualmente é o posto de gasolina na esquina da Leitão da Silva com Av. César Hilal, almoço para a criança sorteada e os pais.

A Gazetinha ia de vento em popa... O primeiro aniversário foi comemorado com apresentação da peça de teatro “João e Maria”, no auditório da Escola Técnica, em Jucutuquara, pelo grupo de Teatro Praça Oito, em abril de 1965. O segundo aniversário foi comemorado com uma grande festa no Clube Vitória. O grupo musical do “Klinginho”, com todos os músicos adolescentes, animou a festa. Crianças, pré-adolescentes, mães e pais dançavam, cantavam e se divertiam. No final tocaram “Tema de Lara”, sucesso do momento, trilha sonora do filme “Doutor Jivago”. Colocou todo mundo para dançar... A seguir, o “Parabéns A Gazetinha” foi entoado. Neste momento, duas crianças conduzindo um carrinho com um enorme bolo entraram no salão. A criançada foi ao delírio! Foi maravilhoso!

Fiquei muito tempo em A Gazetinha, sei que fiz um bom trabalho. Sou e sempre serei grata ao general Darcy Pacheco Queiroz, pela grande oportunidade que mudou minha vida. Maria Figueira ficou em meu lugar e assumiu A Gazetinha com muita competência.

O jornalista Nilo Martins assumiu como editor-chefe de A Gazeta, no lugar de Paulo Torre, que faleceu, e me transferiu para o Caderno Dois. O editor, Erildo dos Anjos, foi logo me dizendo: “Aqui não é A Gazetinha não, hein!” Quantas páginas por semana... Só um jornalista tarimbado, para dizer o que são quatro páginas de jornal por semana... E não era um jornal do tamanho de A Tribuna de hoje não, era um jornal igual ao Globo, Folha de São Paulo...

Quando tive que fazer a página “Mulher”, combinei com meu editor: “Só entrevisto mulher que estiver fazendo alguma coisa de útil. Não importa que seja da Praia do Canto ou Porto de Santana”. Ele topou... A primeira mulher que entrevistei foi Maria Helena, esposa do médico Denis Otoni. Ela estava inaugurando a primeira farmácia de manipulação na Rua do Rosário, em Vitória.

Com esse viés “Mulher”, conheci muitas mulheres incríveis. Tanto da cidade como da periferia. Pesquisei em A Gazeta e em A Tribuna quantas mulheres tinham sido assassinadas de 8 de março de 1982 até a mesma data de 1983, só os chamados “crimes da paixão”. Nessa época, ainda não era usado o vocábulo “feminicídio”. Foram 36 mulheres no prazo de um ano.

Agradeço a Paulo Maia que muito me ajudou, conseguindo fotos 3X4, daquelas que sempre, nesses casos, são publicadas com a notícia. Redigi o texto sobre o assunto, o Dr. João Batista Herkenhof deu um depoimento, pesquisei nos jornais as biografias das vítimas e coloquei o título: “Dia Internacional da Mulher: Quem se importa com elas?” A matéria ficou maravilhosa!

Foi a última reportagem que fiz no Caderno Dois de A Gazeta. Muito triste, pois o jornalismo foi a profissão que eu amei! Pedi demissão e assumi a direção do Departamento Estadual de Cultura (DEC), hoje Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), no governo de Gerson Camata.

Em 1976, Plínio Marchini, que seria diretor comercial da TV, me convidou para trabalhar na TV Gazeta, aceitei e tirei quatro anos de licença da Secretaria de Educação, sem os vencimentos, e fiquei quatro anos na TV. A última reportagem que fiz foi a posse do governador Eurico Rezende, na Assembleia Legislativa.

Em 1981, terminava a licença do Estado, pensei em pedir demissão para continuar na TV Gazeta, quando recebi o recado de Carlos Fernando de Andrade, falando: “Glecy, o que eu vou te falar é um recado, você precisa manear suas reportagens na TV. Fiquei pensando... O que você está pensando?” Ele perguntou. “Estou pensando o que Carmélia Maria

“*Todos gostaram, aplaudiram muito e apresentamos “Navalha na carne”, de Plínio Marcos, mais duas vezes. Conseguimos romper a censura! Por incrível que pareça, por imposição de um coronel do Exército.”*

de Souza, nossa cronista preferida, diria: ‘Pra quem sabe ler, meia porrada basta!’”. Foi um soco na boca do estômago, porém estava com meus dois diplomas em mãos, o da Faesa, do curso de Administração e o da Ufes, de Comunicação Social, assim continuei minha vida... Um tempo depois fui convidada para lecionar na Ufes, no curso de Comunicação Social, onde fiquei por 12 anos, até me aposentar.

Recentemente, fui procurada por umas jovens, dizendo que pesquisavam A Tribuna e A Gazeta e essa foi a única matéria mais antiga que encontraram sobre o feminicídio. Querem fazer um filme com o título: “Quem se importa com elas?”.

Mônica Boiteux: *Quem eram seus amigos da época do Jornalismo?*

Glecy Coutinho: Como trabalhei em jornal, rádio e TV, fiz amigos nesses três meios de comunicação. Na época que fazia A Gazetinha, produzi e apresentei programas infantis e nas rádios Vitória e Capixaba, que pertenciam à Igreja Católica.

“A cena de Vitória era de efervescência cultural, vivemos o final da ditadura, a chegada dos exilados e a música e as artes refletiam tudo que estava acontecendo no país. Havia uma grande interação entre as artes. Vitória era uma praça cultural muito disputada.”

Na Rede Gazeta de Comunicações atuei por 20 anos, sendo quatro na TV Gazeta e o restante no jornal. Sempre como repórter... Na Rádio Capixaba aconteceu um episódio interessante, se não fosse tão sério. Certa noite de dezembro, estávamos gravando o Especial de Natal, no horário da “Voz do Brasil”. Estávamos no estúdio, todos a postos. Luz vermelha acesa para ninguém entrar. O Nilson Cabeleira estava na cabine e eu ao microfone; na contrarregra um adolescente esperto, que Gerson Camata apelidou de “Chuisco”, quando trabalharam juntos no programa “Ronda da Cidade”, na Rádio Vitória.

Esse adolescente era Nilton Gomes, que se elegeu deputado estadual e mais tarde candidatou-se a prefeito de Vitória e deu muito trabalho aos concorrentes. De repente, entra no estúdio um seminarista, branco como vela, mão tremendo, nervoso, tentando falar baixo: “Apaga as luzes, apaga tudo!

Desliga tudo”. Ele tremia, até que conseguiu falar: “Lá têm dois jipes, cheios de soldados, mandaram tirar a rádio do ar. Querem levar todo mundo para o BC, em Vila Velha. Dom Luiz Gonzaga, o bispo, está conversando com o tenente, vendo se ele leva só Agenor Roriz, o diretor”. Sentamos e respiramos. Chuisco levantou, suspendeu a ponta da cortina e falou: “só vejo ponta de baioneta”.

Daí a pouco chega um padre e tentamos nos acalmar e diminuir a tensão de quase uma hora de espera. Agenor Roriz foi com o tenente dar explicações. Ouvimos um bravo, politizado e excelente sermão de Dom Luiz Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar de Vitória. O motivo é que havia sido editado o AI-5, Ato Institucional número 5, e não havia mais garantias no país.

Meus amigos da época do jornalismo eram Esdras Leonor, Jackson Lima, Willis Machado, Darly Santos, Edgar Feitosa, Marien Calixte, Chico Flores, Jackson Jank, Rogério Medeiros, Hélio Dórea, José Carlos Corra, Rosental Calmon, José Costa, José Irmo Goring, Clodomir Bertoldi, Alípio César, Luiz Palma Lima, Namy Chuquer, Wladimir Godog, Luiz Malta, Marisa Sapaio, Maura Fraga, Maura Miranda, Mariangelo Pelerano, Marcelo Amorim, Rubens Gomes, Mirian Leitão, Paulo Maia, Cacau Monjardim, Nilo Martins, Vitor Martins, Duarte Júnior, Castelo Mendonça, Marílio Cabral, Amylton de Almeida, Xerxes Gusmão Neto, Plínio Marchini, Joelson Fernandes, Antônio Alaerte, Cláudio Bueno Rocha, Sérgio Egipto, Antônio Mendes Americano, Luiz Trevisan, Enock Borges, Ruy Crespo, Ruy Monte, Carminha Correa, Jeane Belich, Joaquim Nery, Nilo Mingo, Maurício Correia, Pardal, Abdo Chequer, Álvaro José da Silva, Antônio Augusto Roseta, Marcos Alencar, Álvaro José da Silva, Carmélia Maria de Souza.

Mônica Boiteux: *Frequentou o Bar Britz?*

Glecy Coutinho: Não fui frequentadora do Britz. Aparecia por lá algumas vezes. Tinha três filhos bem pequenos e lecionava História no Ginásio São João Batista, de Cariacica, três vezes por semana. Aliás, além de



Acervo pessoal.

mim, só outra jornalista não frequentava o Britz, Maria Nilce. Pelo mesmo motivo, tinha filhos pequenos.

Mônica Boiteux: *Você era atriz no grupo de teatro Praça Oito?*

Glecy Coutinho: Entrei como atriz no grupo de teatro Praça Oito, por acaso. O suplemento infantil do jornal A Gazeta, A Gazetinha, estava comemorando um ano. Por sugestão do jornalista Xerxes Gusmão Neto, o grupo de teatro Praça Oito se apresentaria para as crianças no auditório da Escola Técnica de Jucutuquara, com a peça “João e Maria”, no dia 17 de abril de 1965. Os colunistas dos jornais A Gazeta e O Diário estavam divulgando e também as emissoras de rádio. As crianças escreviam animadas e garantiam que lá estariam.

Faltando menos de 15 dias para o evento, ligaram dizendo que a intérprete da fada adoecera e que não poderia comparecer. À tarde, quando cheguei ao jornal, recebi o seguinte recado: “O general falou que o diretor da peça ligou, pedindo para você compare-

cer ao ensaio hoje, às 19 horas, na Escola Técnica, em Jucutuquara”. Quando cheguei, Gerson Von Rondow, diretor do grupo, me disse que ligara para o jornal e o general atendeu e disse que não se preocupasse, que eu a substituiria, pois já havia feito teatro em João Neiva. Aí comecei a ensaiar meu papel de fada e acabei me tornando atriz do Praça Oito.

A Gazetinha não existe mais, A Gazeta agora é semanal, o Grupo de Teatro Praça Oito acabou, eu não sou mais atriz e a Escola Técnica de Jucutuquara se tornou Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). A Peça de teatro foi um grande sucesso!

Nos anos 1960, o Theatro Carlos Gomes estava completamente deteriorado, mesmo assim conseguimos fazer duas peças: “Procura-se uma rosa”, de Vinícius de Moraes e “Roleta Paulista”, de Pedro Block. Em Domingos Martins apresentamos “Procura-se uma rosa” e “João e Maria”. A peça “Bonito como um Deus”, de Millôr Fernandes, nós apresentamos no auditório do São Vicente de Paula, ao lado da Cate-

dral de Vitória, com direção de Gerson Von Rondow e elenco com Guilherme Carneiro e Gleycy Coutinho.

Na escola Técnica de Jucutuquara, apresentamos: “Navalha na carne”, de Plínio de Marcos, com direção de Gerson Von Rondow. No elenco estavam Gleycy Coutinho, Manoel Vieira e Luiz Denadai. Foram duas apresentações com a casa lotada, a maioria universitários. Havia até gente sentada no chão! No cine Dom Marcos, em Vila Velha, apresentamos “Mulher Zero Quilômetro”.

O elenco da “Praça Oito” era Gerson Von Rondow, diretor e autor; Manoel Vieira, Aninha Von Rondow, Lena Mara Nunes, Petrúcio Ramalho, Gleycy Coutinho e Guilherme Carneiro. Participei de todas as peças do “Praça Oito”, inclusive as infantis.

“Navalha na carne”, de Plínio Marcos, foi montada por nós em 1968, na mesma época que no Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, a personagem Neuza Sueli foi interpretada por Tônia Carreiro; em São Paulo, Rutineia de Moraes e aqui em Vitória, Gleycy Coutinho.

A peça foi considerada pornográfica, os personagens são um gay, um cafetão e uma prostituta. Naquele tempo em que “merda” era um palavrão, a censura proibiu, porque segundo ela era um atentado contra a moral, bons costumes e a religião da família brasileira.

Mônica Boiteux: *O que sucedeu?*

Gleycy Coutinho: Um acontecimento insólito veio mudar a realidade: um congresso de ex-combatentes. Marlene, esposa de Manoel Vieira, um dos atores do “Praça Oito”, participara da organização do congresso. Corria tudo muito bem, até que na manhã do segundo dia compareceu no escritório da organização um militar uniformizado, cheinho de medalhas e falou: “Vocês me desculpem, mas que cidade é essa? Não tem um filme que preste nos cinemas, uma exposição de arte, um show? Nessa cidade não tem nada?” Marlene, aproveitando a deixa, respondeu: “Senhor...” Olhou bem as medalhas... “Capitão?”. “Não, coronel”, disse o senhor. “Me desculpa coronel”, disse Marlene, “mas meu marido participa de um

grupo de teatro e eles têm uma peça prontinha, estavam apresentando, mas a censura proibiu, por esse motivo a peça não está mais em cartaz”.

“O quê?” retrucou o coronel, balançando as medalhas. “Essas medalhas aqui”, e balançava, “eu não ganhei atrás de mesa ou jogando sinuca não! Ganhei na guerra, nos campos de batalha, na Itália! Senhorita, diga a seu marido para avisar ao pessoal que amanhã vai ter espetáculo e depois de amanhã também. Vou pegar um táxi agora, vou direto para a Polícia Federal! Minha jovem, ligue por favor, para a polícia federal”, “Alguém atendeu”, falou a recepcionista. “Diga que quem está falando aqui é um herói de guerra! Que me aguarde!”. Só sei que voltamos a apresentar a peça por duas noites, no auditório da Escola Normal Pedro II, hoje Maria Ortiz.

Todos gostaram, aplaudiram muito e apresentamos “Navalha na carne”, de Plínio Marcos, mais duas vezes. Conseguimos romper a censura! Por incrível que pareça, por imposição de um coronel do Exército.

Sobre o Theatro Carlos Gomes, em 1969 estávamos no governo de Christiano Dias Lopes. O grupo de teatro de Paulo Autran veio a Vitória com a peça de Millôr Fernandes, “Liberdade! Liberdade!”. O elenco era Tereza Rachel, Paulo Autran, Jairo Arco e Flecha e Luiza Maranhão, com direção de Flávio Rangel. No final, o ator Paulo Autran fez um discurso memorável, dizendo como que o Espírito Santo, com uma das capitais mais antigas do Brasil, um Estado onde o teatro brasileiro começou com o padre José de Anchieta, era capaz de deixar um teatro da qualidade e beleza do Carlos Gomes ficar em uma situação daquelas.

O resultado é que o então governador moveu céus e terras e conseguiu recursos para restaurar o Carlos Gomes. Mais tarde, no governo de Artur Gerhardt, Paulo Autran voltou a Vitória, dessa vez com a peça de Pirandelo, “Assim é se lhe parece”, também sob a direção de Flávio Rangel, com um grande elenco. Na peça entraria uma atriz capixaba. Às vésperas da estreia começaram a ensaiar com a atriz que faria o papel de senhora Ponza, D. Lenira Borges.

Na véspera houve uma reunião de Paulo Austran com os atores capixabas e eu estava lá. Quando terminou a reunião ele me chamou. “Preciso conversar com você. Quando estive aqui com ‘Liberdade! Liberdade!’, na reunião que fez, não foi você que falou que fazia teatro amador?”, “Fui eu sim”, disse... “Então vamos conversar com uma pessoa!” Fomos... Era Flávio Rangel, Paulo me apresentou e Flávio disse que precisava de uma atriz para a fazer a senhora Ponza. “Você pode fazer?” Eu respondi: “mas vocês são profissionais e eu sou amadora, é um elenco enorme eu só conheço você e Hélio Ary, nem sequer assisti ao ensaio, é muita responsabilidade para mim!”, “Eu ensaio você”, disse Paulo, “é minha responsabilidade também”, acrescentou. “Vamos ensaiar agora, vamos almoçar e a tarde tem ensaio e quero você aqui”.

Sei que foi um sufoco, tanto para mim, quanto para o pessoal do Carlos Gomes, que precisava colocar meu nome sobre o nome de D. Lenira Borges em todos os convites da peça. O papel de Senhora Ponza era pequeno, mas muito importante. Toda a peça gira em torno dela. Cada personagem fala algo a respeito da Senhora Ponza, mas só na cena final ela aparece para esclarecer a questão. Recebi flores do Governo do Estado por intermédio da filha do governador e do chefe do cerimonial do Governo, Carlinhos Vacari. O governador recebeu todo o elenco da peça com um almoço no domingo, no late Clube.

Mônica Boiteux: *Como foi sua entrada para o cinema?*

Glecy Coutinho: Sempre gostei de cinema, minha mãe tinha umas revistas “Scena muda”, que ela escondia como se fosse ouro. Volta e meia ela pegava essas revistas e contava histórias dos filmes que ela assistia quando solteira. Quando criança eu ia ao cinema com a vizinha e o namorado dela, Nenê e Siliinho, eu não pagava ingresso, eu era o álibi dela para o pai muito bravo. O cinema de João Neiva era o “Cine Teatro Luminoso”. Nos anos 80, já no Caderno Dois do jornal A Gazeta, fui a Guarapari onde estava sendo rodado o longa do diretor Iberê Cavalcanti,

“Se o tempo permitir, pretendo escrever um livro sobre meu tempo de internato, na Escola Normal Maria Mattos, em Anchieta, nos anos 1940 e 1950; correr atrás de minhas crônicas em A Gazeta e continuar escrevendo, lendo enquanto puder!”

“Corpo a Corpo - Todos os Sonhos do Mundo”, premiado como melhor filme no Festival de Cinema do Rio de Janeiro, em 1984. Fiz amizades, voltei várias vezes e acabei participando como atriz. Quando retornaram para filmagens, em uma fazenda no interior de Niterói, fui continuísta dessa segunda parte do filme.

Mônica Boiteux: *Participou de quais filmes capixabas?*

Glecy Coutinho: Em “O fantasma da Mulher Algodão”, de Margarete Taqueti, fui continuísta. Em “Eu sou Buck Jones”, atuei no roteiro e direção, com produção de Margarete Taqueti. Em “Relicário de um povo”, também de Margarete Taqueti, fui produtora. Em “Festa na Sombra”, fui diretora, junto com Margarete Taqueti. Em “A Passageira”, fui roteirista e diretora com Margarete Taqueti, este filme ganhou os prêmios de melhor roteiro e júri popular do Festival de Cinema Vitória Cine Vídeo.

Mônica Boiteux: *Fale um pouco do filme “Eu sou Buck Jones”. Do que trata a história e como foi para você fazer esse trabalho?*

Glecy Coutinho: Essa história se passou há muito tempo, nos anos 1940, quando eu era criança. Em João Neiva não tinha água encanada e ele carregava água para nós. Sempre tinha na capanga, gibis de Buck Jones, “Aí Mocinho”. Ia sempre às quartas ao cinema, no seriado de Buck Jones. Sempre falava sobre os filmes e a guerra. Toda vez que ia carregar água, conversava comigo, contando histórias de filmes e dos gibis, até que a mamãe o demitiu. Passado algum tempo, o irmão dele foi achado morto no mato. Eram tempos de ditadura, um sargento ditava a lei no local. Ele foi acusado de matá-lo. Foi preso em Pau Gigante, hoje Ibirapu, e lá morreu do modo que está no filme. Marcelino morreu de tanto bater a cabeça nas grades dizendo: “Mané (seu irmão que morreu), entra e sai dessas grades a toda hora, e eu que sou Buck Jones não posso sair”.

Eu fiz a história. O nome verdadeiro dele era Agostinho. Realizar o filme foi prazeroso, com muitos atores e equipe técnica, todos amigos. Minha amiga Margarete Taqueti foi quem me animou, disse que era uma boa história, tudo ia dar certo. E assim, fizemos... Tivemos apoio incondicional da Vale do Rio Doce, que parou a via permanente, levou a locomotiva para a Estação Pedro Nolasco e nos deu dois dias de refeições, além das instalações a nossa disposição. Tivemos apoio também da prefeitura de Domingos Martins, na pessoa de Diomedes Caliman, Secretária de Turismo do município, que nos deu todo o apoio. A primeira parte do filme se passa em Vale da Estação, em Domingos Martins. A segunda parte na Vale do Rio Doce, em São Torquato.

Mônica Boiteux: *Você participou da criação do Centro Cultural Carmélia Maria de Souza? O que acha sobre a notícia de que o espaço será transformado em depósito para sacas de café?*

Glecy Coutinho: É uma indignidade transformar um Centro Cultural em depósito de café. O Carmélia M.



Acervo pessoal.

de Souza era a menina dos olhos do governador Gerson Camata. Foi dele a ideia de usar o espaço para um centro cultural e chamou de Departamento Estadual de Cultura (DEC). O projeto é do arquiteto José Daher Filho, um excelente profissional, na época responsável pelo setor de Patrimônio Histórico e Cultural do DEC. O governador, sempre acompanhando o projeto, levou lá Bibi Ferreira, o secretário de cultura de São Paulo, Jorge Cunha Lima, que esteve aqui palestrando durante a “Feira do Livro” e tantos outros e outras que aqui vieram, sempre por motivos culturais. A inauguração, em 1986, acho que foi em setembro ou outubro.

Apresentamos o filme “Ilha das Flores”, dos jovens cineastas gaúchos que aqui estavam para a inauguração. Inauguramos o museu do café e a exposição de arte. Quando penso em como o Carmélia está, me sinto muito infeliz. Hoje soube que a prefei-

tura vai tombar o Carmélia. Nesses ásperos tempos não sei se devo rir ou chorar.

Mônica Boiteux: *O que você gostaria de destacar em sua trajetória de vida e profissional?*

Glecy Coutinho: O fato de quando me descobri viúva, eu ter conseguido trocar o medo por coragem e ter enfrentado a vida e a minha trajetória de jornalista.

Mônica Boiteux: *Como era a cena cultural de Vitória? O que acha da cena de agora?*

Glecy Coutinho: A cena de Vitória era de efervescência cultural, vivemos o final da ditadura, a chegada dos exilados e a música e as artes refletiam tudo que estava acontecendo no país. Havia uma grande interação entre as artes. Vitória era uma praça cultural muito disputada, havia uma grande circulação de artistas do Rio de Janeiro e São Paulo, que participavam de shows, júris de festivais e peças de teatro, como Beth Faria e Glauce Rocha.

Importante considerar que existiam em Vitória quatro jornais diários. Os cadernos de cultura eram valorizados. Eles refletiam a vida cultural do Estado. Tiveram as “Diretas Já”, a redemocratização! Hoje a cultura é associada a perigo e mais... subjugada às instituições. Elas se tornaram antidemocráticas o que, infelizmente, está determinando os rumos do Estado. Assim, a cultura vê-se limitada, ameaçada sempre e sob uma ameaça velada da censura. Enfim, um retrocesso!

Vale ainda considerar que em Vitória tínhamos seis cinemas funcionando regularmente, além dos cineclubes.

Mônica Boiteux: *Quais seus projetos futuros?*

Glecy Coutinho: Tenho hoje 86 anos e continuo envolvida com projetos culturais. Tenho um livro e um roteiro aguardando recursos. A situação na qual a pandemia nos inseriu, limitou o processo de busca de patrocínios. O trabalho literário referido recebeu o título de “Memórias que revelam Histórias – as guerras que ouvi, vi e vivi”, o roteiro ainda está sem

nome. Se o tempo permitir, pretendo escrever um livro sobre meu tempo de internato, na Escola Normal Maria Mattos, em Anchieta, nos anos 1940 e 1950; correr atrás de minhas crônicas em A Gazeta e continuar escrevendo, lendo enquanto puder!



Acervo pessoal.



EXPLICACAO

A Palaco da Governança
 B Matas
 C Mosteiro velho
 D Igreja de Rezende
 E Colégio
 F Fonte de Caraca
 G Igreja de S. Mateus
 H

I Casa Nova
 M Igreja de Anchieta
 N Igreja de Cruz
 O Igreja de Santissimo
 P Igreja de Lapa
 Q Igreja de Bernardino
 R Igreja de S. Antonio

PERSPECTIVA
 VILA RICA
 Cap.
 ESPERANCA

Resumo

O presente artigo busca analisar o panfleto *O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições*, escrito pelo Padre Marcelino Pinto Duarte Ribeiro em 1822, sob o pseudônimo de “Philopátrico” (amigo da pátria). A discussão busca investigar as motivações que levaram o Padre Marcelino a escrever seu panfleto e esmiuçar as influências sociopolíticas e intelectuais utilizadas para justificar seus pontos de vista. Busca-se compreender o projeto para autonomia política, legislativa e econômica brasileira em relação a Portugal defendido pelo autor, bem como criticar as determinações das Cortes Portuguesas em sua busca por recolonizar o Brasil.

Palavras-chave: Padre Marcelino; manifesto; independência; ideias políticas.

Abstract

This article seeks to analyze the pamphlet *O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições*, written by Priest Marcelino Pinto Duarte Ribeiro, in 1822, under the pseudonym of “Philopátrico” (friend of the country). The discussion intends to investigate the motivations that led Priest Marcelino to write his pamphlet, as well as scrutinize the socio-political and intellectual influences used to justify his points of view. It pretends to understand the project for Brazilian political, legislative and economic autonomy in relation to Portugal defended by the author, as well as to criticize the determinations of the Portuguese Courts in their search to recolonize Brazil.

Keywords: Priest Marcelino, manifest, independence, political ideas.

Introdução

Patrono da cadeira número um da Academia Espírito-Santense de Letras, sacerdote, poeta, jornalista e político, o capixaba Marcelino Pinto Ribeiro Duarte foi descrito, nas palavras de Afonso Cláudio (1954, p. 54), como um homem de “[...] natureza impressionável e apaixonada, dotado de uma sensibilidade extraordinária, irrequieto até ao arrebatamento”.

Nascido no atual município da Serra, em 1788, era filho do Padre Marcelino Pinto Ribeiro, não constando o nome da mãe nos registros. Reconhecido pelo pai - que justificou seu nascimento como fruto de um relacionamento anterior à ordenação sacerdotal -, foi-lhe garantida uma boa educação, sendo-lhe imposta a carreira clerical. Ordenado padre, recebeu do seu pai a cadeira de Gramática Latina em Vitória, bem como a posse de terras, dentre outros bens. Tal provento garantiu a Marcelino uma vida confortável na capital do Império (CAMPOS, PANDOLFI, BASILE, 2018, p. 13).

Poeta desde a juventude, os primeiros versos de Marcelino datam de 1805, ainda quando estudante no Rio de Janeiro, e versam sobre seus amores

renunciados em nome da vida celibatária que fora obrigado a seguir (CLÁUDIO, 1912, p. 54). Seu poema mais conhecido e exaltado pelos literários é *Derrota de uma viagem ao Rio de Janeiro*, escrito em 1817, contendo cinquenta e cinco versos. Nele, Marcelino usa de sua retórica poética para narrar sua ida ao Rio de Janeiro, motivada por seu conflito político-ideológico com Francisco Alberto Rubim, então governador da Capitania do Espírito Santo. De acordo com Afonso Cláudio (1954, p. 154), Rubim governou a Capitania com justiça, mas perseguia “[...] homens liberais e de certa cultura [...] por um certo arbítrio muito seu, que nada tinha de brande”.

De volta a “sua pátria” (como gostava de se referir ao Espírito Santo) em 1821, padre Marcelino participou ativamente dos movimentos e contestações que levaram à Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Seu panfleto *O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições* foi um grande sucesso, sendo visto como “[...] o impresso mais completo em termos de detalhamento da ‘condição colonial’ que historicamente indignava e prejudicava os brasileiros” (VIANNA, 2019, p. 113,114).

O panfleto de Marcelino estava imerso no mar de impressos que proliferavam no Brasil desde a Revolução do Porto, ocorrida em 24 de agosto de 1820. Esses escritos, em um primeiro momento, defendiam o constitucionalismo, criticavam os partidários do Antigo Regime (corcundas), opinavam sobre as necessidades de reformas na organização do Estado luso-brasileiro, a permanência ou não da Família Real no Brasil e a autonomia dos negócios brasileiros. (FANNI, 2015, p. 1)

O cenário de fundo para o *manifesto*

Em 29 de setembro de 1821, chegaram ao Brasil algumas deliberações vindas da Corte. Nelas, havia as determinações que colocavam os militares subordinados diretamente à Lisboa, ordenava que as províncias brasileiras criassem Juntas Governativas Provisórias, que possuíam poder quase que total sobre o território provincial e exigia que estas acolhessem a autoridade superior do Parlamento de Lisboa. Nesse documento, também havia a exigência do retorno do Príncipe Regente a Portugal. No dia 13 de janeiro de 1822, em nova determinação, as Cortes decretaram a extinção dos tribunais superiores instaurados no Rio de Janeiro desde 1808 (NEVES, 2003, p. 287-288) Foi neste momento que a imprensa brasileira mudou sua forma de escrita. Os impressos começaram a circular com as mais diversas queixas e insatisfações por parte das elites locais, sendo apontados pela historiografia como a largada do processo de independência do Brasil (NEVES, 1999, p. 11).

Pressionado pelas elites locais, Dom Pedro acabou anunciando a sua permanência no Brasil, desrespeitando as determinações das Cortes e de seu pai, Dom João VI. Este evento, que ficou conhecido como Dia do Fico (9 de janeiro de 1822), anunciou-se em princípio como uma tentativa de preservar a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sem representar um desejo de emancipar o Brasil. Entretanto, a tentativa de retirar o príncipe do Bra-

sil também fez com que as elites se tornassem mais convencidas da ideia de recolonização do Brasil e, por essa razão, começassem a criticar de forma mais feroz as Cortes.

Diante desses fatos, é bem provável que esse manifesto tenha sido escrito nas proximidades do evento conhecido como “Dia do Fico”, dado o teor de defesa da permanência do Príncipe Regente no Brasil, as críticas às decisões tomadas nas Cortes Portuguesas, a defesa dos interesses do Brasil e a não aceitação de um retrocesso do status brasileiro de Reino Unido a Portugal e Algarves à casta colonial (NEVES, 2003, p. 293).

Lúcia Bastos Neves (1999, p. 10) alerta para o fato de que o objetivo principal das Cortes era o de regenerar Portugal, abandonado pela coroa em 1807, e não a recolonização do Brasil. Em um primeiro momento, temas sobre o reino americano não entraram em pauta nas discussões das Cortes, provavelmente por medo das reações de Dom João VI, que poderia convocar a Santa Aliança¹. No segundo momento, a partir do retorno da Família Real a Portugal, com a clara intenção de recuperar uma hegemonia portuguesa no interior do Império, foi defendida a “política integradora”, na qual “[...] o Reino Unido deixava de significar a união de dois reinos distintos, para compreender uma única entidade política, da qual o Congresso se tornava o símbolo, substituindo a figura do rei” (NEVES, 1999, p. 7), sendo Lisboa o seu centro e único local de decisões. Na prática, isso levaria o Brasil a ser, novamente, subjugado à autoridade de Lisboa, o que, na visão das elites locais, era inadmissível. É nesta conjuntura que os impressos, até então

1 A Santa Aliança foi um acordo militar instituído após o Congresso de Viena (1815), sob a liderança das grandes potências monárquicas europeias: Áustria, Prússia, Grã-Bretanha e Rússia. Constituído sobre o direito divino dos reis, seu objetivo era combater o liberalismo e o secularismo na Europa que haviam ganhado força após as Guerras Napoleônicas. Para mais informações ver: RIBEIRO, Fábio Pereira. *Santa Aliança: o serviço mais secreto em nome de Deus*. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, n. 6, p. 80-86, abr. 2011. Disponível em <<https://rbi.enap.gov.br/index.php/RBI/article/view/86/69>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

defensores da manutenção de um Reino Unido constitucional que garanta autonomia ao Brasil, passam a defender um separatismo total entre Brasil e Portugal (NEVES, 1999, p. 7-8).

As decisões da Corte foram amplamente divulgadas pelo *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial do governo à época. Ao tomar conhecimento dos decretos, as elites luso-brasileiras iniciaram feroz campanha pela nulidade de todos esses ordenamentos, começando uma batalha acusatória contra os deputados portugueses, alegando que estes desejavam recolonizar o Brasil (BERBEL, 2005, p. 791).

Aumentava, assim, a quantidade de impressos que circulavam acusando as Cortes de traição ao povo brasileiro, apontando a possibilidade do Brasil se fragmentar em várias repúblicas tal qual a América espanhola mostrava. Nas palavras de Emília Viotti da Costa (2010, p. 47), as ordens expressas pela Corte foram acolhidas entre os brasileiros como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado.

Tal efervescência popular foi tratada no manifesto *Despertador Brasiliense* (1821), impresso no Rio de Janeiro e editado por Francisco de Franca Miranda, que narra como as notícias que chegavam de Lisboa produziam tamanha inquietação. Já se podia perceber os movimentos de motim e desordem ocorrendo nas ruas do Rio de Janeiro e o manifesto *Reflexões sobre alguns sucessos do Brasil* (1821), publicado no Rio de Janeiro por Theodoro José Biancardi, mostrava que as manifestações populares não eram uma movimentação pró-independência, mas um questionamento de que a união luso-brasileira não devia significar o fim da autonomia brasileira. Era uma busca por igualdade de representação e de respeito aos interesses.

A insistência para o retorno de Dom Pedro a Portugal e a troca das tropas portuguesas que serviam no Brasil serviram para agitar ainda mais a opinião pública e legitimar o discurso de que todas as deliberações das Cortes tinham por objetivo encarcerar o Brasil na condição subserviente de colônia. Aqui, o discurso pela emancipação do Brasil começa a ganhar mais es-

paço e mais adeptos (NEVES, 2011, p. 285). É neste cenário que Marcelino desenvolve o seu Manifesto.

O conteúdo do manifesto

Utilizando-se do pseudônimo *Philopátrico* – Amigo da Pátria - e influenciado pelas teorias dos abades franceses, Guillaume-Thomas François Raynal e Dominique-Georges-Frédéric De Pradt², o padre Marcelino defendia a tese de que o Brasil, como toda colônia, seguia um curso natural de desenvolvimento, tal qual um homem em seus estágios de vida. Assim, as colônias passavam pelo período de infância (com dependência da Mãe-Metrópole), de mocidade (com estruturação de leis, relações sociais e econômicas) e velhice (com amadurecimento que possibilitaria ser uma nação independente). Logo, seria função da Mãe-Metrópole gerir a emancipação de suas Colônias-Filhas. Consoante Jorge Vianna (2019, p. 108-109), as obras dos abades exerceram grande influência sobre a maioria dos defensores do Brasil independente, não sendo uma exclusividade do pensamento de Marcelino.

A influência dos pensamentos de Raynal e De Pradt fica evidente em praticamente todo o manifesto de Marcelino:

O Brasil, havendo saído já há muito tempo do estado de infância, tinha por consequência entrado na época de sua madureza quando o Senhor Dom João VI passando além do Atlântico, veio dar-lhe a carta de

2 A obra de Raynal, publicada em 1770, defendia que a independência das Américas era um processo em andamento e irreversível. Tratando especificamente sobre a América portuguesa, o abade redigia inúmeras críticas ao modelo colonial lusitano, em especial devido à prática da Inquisição e dos intensos monopólios comerciais. Criticando Raynal, o abade De Pradt em sua obra (1801-1802) usa um tom mais suave para tratar da colonização, defendendo o processo civilizatório que esta produz e criticando os excessos revolucionários. Para ele, o processo de emancipação das colônias era inevitável, mas devia ser feito de forma a favorecer a colônia e a metrópole. Para mais informações ver MOREL, Marco. *O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira*. Almanack. Guarulhos, n.13, p.112-129, mai/ago2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/alm/n13/2236-4633-alm-13-00112.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2021.

sua emancipação. [...] Povos da Europa, se vós que-reis conservar vossas colônias do novo mundo, não espereis que elas quebrem pela força os laços da infância, em que vós as retendes; fazei cair de suas mãos estas cadeias odiosas, e uni-vos com elas por uma mútua felicidade... (RIBEIRO, 1822, p. 358-359).

Tal influência foi possível pelo fato das obras de Raynal e De Pradt (e outras diversas, como Mablys, Raynaes, Rousseux, Volneys, Duprants e Simonides) entrarem no Brasil pelas brechas nas barreiras coloniais. Padre Marcelino defendia que o contato com essas obras favoreceu o amadurecimento literário do Brasil. Apesar disso, os portugueses ainda não reconheciam o desenvolvimento intelectual dos brasileiros, os quais consideravam “[...] como uma Tribo estúpida, inteiramente privada das primeiras espécies da Literatura, e com a mais decidida negação para as ciências [...] uma hierarquia de macacos” (RIBEIRO, 1822, p. 360).

Por pensarem dessa forma, as Cortes buscavam formas para privar os brasileiros do contato com a Coroa, bem como arquitetavam formas de os subjugar a uma segunda classe de habitantes do império luso-americano, condenando os não portugueses a usar um “pobre chapéu de grosseira palha”³ (RIBEIRO, 1822, p. 360).

A ênfase dada ao amadurecimento científico e literário do Brasil justificativa a crítica à forma como os deputados brasileiros eram tratados nas Cortes. Na visão de Marcelino, o ciúme pela emancipação que fora concedida por Dom João VI e a ideia de que o Brasil ainda era uma terra de selvagens levavam os portugueses a criarem as mais variadas formas de subjugar os deputados brasileiros, fazendo com que eles

fossem chamados para assistirem mudos, e com os braços cruzados à sanção das Leis, que em tábuas de pedras deviam trazer ao Brasil: era bem de esperar enfim que a menor oposição de nossa parte fosse considerada como um atentado de Lesa-Nação (RIBEIRO, 1822, p. 360).

A balança comercial desfavorável, que beneficiava os portugueses em detrimento aos brasileiros e a possibilidade de piora nos dividendos com o retorno do Brasil à condição colonial foram tratadas por Marcelino em um tom acusatório. A seu ver, aqueles que deviam zelar pelo progresso do Brasil, ao contrário, criavam meios para subjugar-lo e explorá-lo de todas as formas possíveis:

O Brasil via com indignação, bramindo de raiva, os imensos recursos, que a Natureza lhe havia dado para o elevar à altura das Potências mais respeitáveis; via a balança de suas transações mercantis já toda propensa para a sua parte [...]; e diante dos seus passos via barreiras erguidas por aqueles mesmos, que deviam mostrar o maior interesse pelo progresso de sua prosperidade (RIBEIRO, 1822, p. 359).

Contudo, percebe-se que, em um primeiro momento, o padre não defende uma ruptura abrupta e direta com Portugal. Ao contrário, chama a atenção, em tom de ameaça, para a possibilidade de um rompimento total, caso as Cortes continuassem a subjugar o Brasil com leis restritivas e com a exigência do retorno do Príncipe Regente a Portugal.

Não se deu então este passo, e talvez mesmo fosse julgado antipolítico nas circunstâncias do tempo: mas não se poderá hoje dar, se o Congresso persistir nas ideias já anunciadas a nosso respeito; e se não anuir à nossa representação sobre à residência de Sua Alteza Real do Brasil? As províncias hoje desunidas, vende que este Príncipe amável, e cheio de entusiasmo, de quem necessitam os Criadores dos Impérios se decidiu a abraçar a nossa causa comum,

3 Chapéu feito de palha grossa, sem adornos e sem preocupação com o acabamento era uma parte típica da indumentária dos escravos, dos libertos e dos pobres do Brasil colonial e imperial. Assim, ao referir-se à tentativa de imposição de um chapéu de grossa palha na cabeça dos brasileiros, Marcelino está denunciando as decisões da Corte, que ao seu ver, querem escravizar e empobrecer o povo brasileiro. Para mais informações ver: SCARANO, J. *Roupas de Escravos e de Forros*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006.

e que deseja entrar com elas em conselho para levantar o plano de nossa Legislação econômica, adiantando a obra começada por seu Augusto Pai (RIBEIRO, 1822, p. 362).

Em outra passagem, o manifesto aponta para as provas de fidelidade do povo brasileiro para com a manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, quando diante da situação portuguesa em meio às revoltas de 1820, deixando “[...] com lágrimas sair dos seus braços o Senhor d. João VI, esperando que a Sua Presença no Soberano Congresso [...] apertasse mais e mais os laços de nossa união, e servisse de penhor à permanência de nossas atribuições” e denuncia que as Cortes retribuíram o apoio brasileiro com “providências anticonstitucionais [...] inteiramente opostas às ideias liberais de qualquer Constituição [levantando-se] suspeitas sobre as vistas pouco favoráveis que se começam a lançar contra nós” (RIBEIRO, 1822, p. 361).

Consoante Adriana Campos, Fernanda Pandolfi e Marcelo Basile (2018, p. 17), por mais que a separação entre Brasil e Portugal estivesse amadurecendo no coração dos brasileiros, esse ato não poderia permitir que a população mergulhasse em desordem. Daí a constante recomendação à prudência feita por Marcelino, em nome do “[...] amor da ordem, e para conservação da harmonia geral” (DUARTE, 1822, p. 368)

A preservação da ordem e o medo da fragmentação do Brasil também foram abordados por Marcelino. É possível perceber esse receio, quando ele aponta para o fato das províncias brasileiras e seus habitantes estarem caminhando para a anarquia, por sentirem-se roubados e oprimidos pelas cortes. Se os deputados não voltassem atrás em suas decisões, a barbárie seria inevitável, pois os brasileiros estavam prontos para lutar por seus interesses e seus direitos, tal qual os espartanos (RIBEIRO, 1822, p. 362).

O manifesto também apresenta o alinhamento político do Padre Marcelino e das elites políticas da província capixaba no momento anterior à Independência do Brasil. Claramente, estas apoiavam o proje-

to de nação em que houvesse autonomia para o reino dentro do sistema monárquico já vigente (CAMPOS, 2005, p. 76-77). E a autonomia e o constitucionalismo almejados não estavam, necessariamente, vinculados a uma separação total de Portugal, mas sim à possibilidade de uma legislação e a uma justiça que funcionasse e atendesse às necessidades locais com independência (CAMPOS, PANDOLFI, BASILE, 2018, p. 17).

Outro ponto recorrente em vários panfletos e manifestos é o da identidade brasileira em contraste à identidade portuguesa. Até a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, qualquer habitante livre das colônias era português, podendo ser diferenciado pela regionalização (portugueses do Espírito Santo, portugueses da Bahia, etc). O termo Brasil era genérico, referenciando todo o território. A partir do processo de independência isso começa a mudar, surgindo uma politização do termo brasileiro (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 136-137). Consoante Vianna (2019, p. 115) a identidade brasileira “[...] deve ser compreendida não em termos tradicionalmente nacionalistas, [mas] como uma experiência vivida essencialmente no contexto liberal/constitucionalista de defesa da autonomia política do reino do Brasil”.

Desta forma, para convencer os leitores e garantir a simpatia dos luso-americanos, os impressos buscavam fomentar uma discussão que rivalizasse as identidades brasileiras e portuguesas, mesmo que não fosse de uma maneira organizada, com uma separação inflexível (VIANNA, 2019, p. 115). O que vemos, ao contrário, é que, mesmo na polarização, buscava-se o apoio dos portugueses que habitavam e comercializavam no Brasil. Marcelino recorre a essa tentativa de aliança quando propõe aos lusitanos que habitavam no Brasil a se juntarem na luta pela manutenção dos direitos conquistados junto a Dom João VI, salvando assim a Monarquia Portuguesa e garantindo seus negócios e suas prosperidades:

Honrados, Generosos Portugueses, que haveis confundido vossos interesses com os nossos, e que hoje unidos pelos vínculos do sangue ou pelas relações

mercantis, e sociais já viveis climatizados debaixo do nosso Céu; intrépidos ilustres Defensores da Pátria, e da Nação, que cingiu a espada para garantir a prosperidade, e a segurança individual do Povo, que vos alimenta, e que vos oferecerá multiplicados penhores do seu reconhecimento à proporção que vos mostrares mais zelosos pelos seus interesses prestais-vos de bom ânimo às justíssimas representações que aprechem neste Manifesto, [...] e lembrai-vos que defendendo nossos interesses, vós salvais a Monarquia Portuguesa ameaçada de um perigo eminente (RIBEIRO, 1822, p. 368).

O texto também traz consigo as noções de “retrocesso” e “emancipação”. Para Rafael Fanni (2015, p. 108), a emancipação deve ser vista como a garantia do progresso, que já encontrava embasamento na experiência que o Brasil passava desde 1808 com a conquista de certo grau de autonomia em relação a Portugal. E o retrocesso consistia na ameaça de regressar à condição colonial, tida por superada, mas que destruiria todas as expectativas positivas de futuro. Essa noção de retrocesso ao sistema colonial era o principal argumento que estruturava todo o questionamento às Cortes.

Assim sendo, a nova legislação também se torna um ponto ao qual Marcelino se debruça em seu manifesto. Ele defende que o processo de emancipação do Brasil só podia ser garantido por leis que assegurassem a autonomia da política e da justiça brasileira. Se essa exigência não fosse cumprida pelos deputados portugueses, eles forçariam os brasileiros a organizar suas leis e proteger suas posses (RIBEIRO, 1822, p. 358).

Essa preocupação surge como uma resposta à determinação das Cortes, em 13 de janeiro de 1822, que obrigava o fechamento da Casa de Suplicação e dos demais tribunais superiores instaurados na Capital da América portuguesa, em funcionamento desde 1808. A necessidade de leis que garantissem uma autogestão do Brasil e a permanência das estruturas judiciais no Rio de Janeiro foi justificada por Marcelino

no pelo fato de haver uma grande discrepância entre as necessidades do Brasil colonial e aquelas apresentadas pelo Brasil de 1822. Quando a população era pequena, os negócios poucos e vinculados quase que totalmente a Portugal, justificava-se o fato de as instâncias superiores da justiça estarem a uma distância de duas mil léguas e que os processos fossem demorados. Contudo, o Brasil que fora criado após 1808 exigia uma justiça mais ágil e que atendesse aos interesses dos brasileiros no próprio Brasil (RIBEIRO, 1822, p. 363).

Como sacerdote e tendo o claro objetivo de convencer o público da impossibilidade de retrocessos no Brasil, o “philopátrico” utiliza-se da ideia de interferência da “Providência Divina”. Ao evocá-la, o texto traz um artifício retórico de persuasão do público, afirmando que, pela vontade e determinação divinas, as questões debatidas e apresentadas seriam resolvidas em favor do Brasil. Deste modo, o novo tempo que se iniciou com a vinda da Família Real para o Brasil estava vinculado a um plano superior que conhecia e organizava o sentido da história e não como fruto do acaso (FANNI, 2015, p. 111; RIBEIRO, 1822, p. 359).

A mesma Providência Divina também iria socorrer os brasileiros, caso suas exigências não fossem acatadas pelas Cortes. O “Supremo Árbitro” iria lançar luz sobre os planos obscuros dos deputados portugueses permitindo que os brasileiros lutassem por seus direitos. A mesma divindade também iria absolver os brasileiros por todas as atitudes que tomassem para garantir sua autonomia adquirida (RIBEIRO, 1822, p. 365). Deste modo, fica evidente que na ação providencial também havia espaço para a intervenção humana na construção do futuro. Assim, mesmo o providencialismo sendo a base do conceito, os atos por ela orientados eram postos em prática pela ação humana (PADILLA, 2008, p. 12).

Por isso, os brasileiros, diante do cenário que se apresentava, deveriam escolher entre deixar à posteridade os escritos de “[...] protestos, que nós fizemos altamente à face da Europa pelo direito que tínha-

mos e sempre teremos à conservação e heroica defesa dos nossos títulos honoríficos, e de todas as nossas regalias como Nação”, ou deixar em seus túmulos “[...] os epitáfios demonstradores de fraqueza, de covardia e de falta de caráter” (RIBEIRO, 1822, p. 366).

A mesma Providência também foi usada como base para defender a possibilidade da separação total entre Portugal e Brasil e a entrega do poder nas mãos de Dom Pedro:

Se fosse permitido tocar ligeiramente na urna inacessível, onde debaixo das vistas do Supremo Arquitetor do Universo estão encerrados os destinos das Monarquias talvez achássemos o Nome do Príncipe Regente na lista dos Príncipes reservados para criarem novos Impérios. [...] o Príncipe Regente nos dá as mais lisonjeiras esperanças de uma prosperidade inalterável (RIBEIRO, 1822, p. 367).

E essa Providência garantiria que as províncias brasileiras produziram tudo quanto produz a Europa e a Ásia, pois fora ela quem assentou o Brasil debaixo de um céu temperado, permitindo que fosse possível “[...] erguer grandes fábricas de manufaturas, e sustentadas com vigor para prolongarem a vida do comércio, e entreterem a navegação em giro ativo”, bem como segurar e enriquecer a produção agrícola, ao ponto de que ela “[...] aparecerá vingada dos insultos que até agora sofreu” (RIBEIRO, 1822, p. 368).

Cecília Cordeiro (2016, p. 45), ao analisar o manifesto do “philopátrico”, aponta que, para o autor, as Cortes agiram de forma totalmente opostas às ideias liberais de qualquer Constituição, submetendo os brasileiros a uma legislação pouco favorável aos seus interesses. Tal atitude poderia levar ao rompimento total entre Brasil e Portugal. Para que não chegassem a tal extremo, o autor propõe duas providências a serem tomadas de forma imediata. Em primeiro lugar, ele sugeria que os deputados das Cortes enviassem

[...] instruções decisivas sobre o verdadeiro objeto de sua representação a fim de que se estabeleça

nossa união Constitucional, sem a mais pequena, sem a mais ligeira suspeita de ofensa daqueles direitos, que nós não podemos perder porque são constitutivos de nossa experiência política e moral na hierarquia dos povos civilizados (RIBEIRO, 1822, p. 366-367).

Em segundo lugar, recomendava às Cortes aceitarem as alegações dos brasileiros realizando a manutenção de “Sua Alteza Real no Brasil com um Conselho Deliberativo em que apareçam todos os Deputados de todas as nossas Províncias [...] escolhidos legalmente na classe dos homens mais conhecedores deste Continente”, pois seriam esses homens os mais preparados para auxiliar o Príncipe Regente a construir um regulamento apropriado às necessidades do Brasil. (RIBEIRO, 1822, p. 367)

Segundo Vianna (2019, p. 112), a demonstração da preponderância brasílica foi um argumento ímpar no combate às medidas recolonizadoras das Cortes. O contraste entre a condição colonial brasileira e a atual superioridade diante de Portugal constituiu o último pilar de argumentação contra as privações que as Cortes buscavam impor ao Brasil. Os impresos que defendiam a permanência do Príncipe Regente e a não aceitação das determinações das Cortes estruturavam sua lógica textual no fato de que o Brasil já não dependia nem populacional e nem economicamente de Portugal. Assim, sendo o Brasil superior a Portugal, não era justo que os lusitanos não respeitassem os interesses particulares e não garantissem a autonomia dos brasileiros, uma vez que, mesmo para aqueles que defendiam a manutenção da união luso-brasileira, esta não podia ser mantida por meio de uma prevaricação do Brasil.

Essa concepção de um Brasil preponderante e próspero exprime-se em diversas partes do manifesto. Padre Marcelino expõe sua percepção de que o Brasil era, no momento, a maior possibilidade de criação de um novo império, do qual os velhos Reinos Europeus seriam dependentes. Para o autor do manifesto, o Brasil poderia vir a se tornar um império

tão poderoso a ponto de os Reinos da Europa, virem “[...] mendigar aos pés de Vossa Majestade os meios de prolongar a sua existência” (RIBEIRO, 1822, p. 361).

O autor continua sua ode à exuberância do Brasil, justificando seu posicionamento sobre os escritos dos estrangeiros e viajantes, que “[...] maravilhados por haverem conhecido melhor o Brasil, confessaram à vista de sua elevação à categoria de Reino, que ainda era mui pouco, porque o Brasil poderia ser o maior, o mais opulento Império do mundo” (RIBEIRO, 1822, p. 365).

Por fim, Marcelino escreve em tom de profecia, afirmando que nenhuma nação ou ato isolado pode deter o futuro que se avizinha aos habitantes do Brasil, pois nenhuma outra nação poderia se comparar com este que nascia. Pela quantidade de riquezas e possibilidades que se revelava-se, as nações da Europa seriam subordinadas às glórias reservadas aos brasileiros pelos céus. E nada poderia parar o progresso nacional, pois “[...] o Brasil está em marcha, que não pode retroceder, e que até é impossível esmagá-lo” (RIBEIRO, 1822, p. 369).

Conclusão

O manifesto de padre Marcelino deve ser visto como um retrato do discurso liberal patriótico, em que a Pátria é compreendida como a mediadora entre o monarca e os cidadãos das províncias. Por isso, o impresso defende a permanência de Dom Pedro no Brasil, não por ser herdeiro de uma tradição monárquica, mas pela sua capacidade de defender o Brasil e de garantir os direitos dos seus cidadãos. O mesmo manifesto defende uma legislação que garanta os direitos individuais e possibilite aos brasileiros defender o seu futuro, dos seus pares e a prosperidade no território.

Repleto de referências teóricas, embasado em ideias que justificavam o teor do escrito, o manifesto possuía variados objetivos, como garantir a permanência do Príncipe Regente no Brasil, manter o fun-

cionamento do sistema jurídico no Rio de Janeiro, orientar as Cortes para qual tratamento dar ao Brasil, alertar sobre a possibilidade de fragmentação do território nacional e conclamar a população luso-brasileira a lutar em prol de seus interesses.

Futuro Liberal Exaltado, Padre Marcelino foi um combatente pelas letras. Defendeu com veemência e fervor todas as suas ideias em prol do Brasil, mesmo que isso lhe custasse a não participação em cargos políticos ou o fizesse enfrentar diversas perseguições ao longo da vida. Assim, o “philopátrico”, que durante a Regência se tornará o Exaltado “Padre-Mestre”, já apresenta, em seu manifesto, o ideal de nação que motivará os mais intensos debates, com os mais variados personagens políticos, durante os anos finais do Primeiro Reinado e os primeiros anos da Regência.

Referências Bibliográficas

- BASILE, Marcello Otávio Neri. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: *Topoi: revista de história*, nº 3. Rio de Janeiro: 7 Letras, set. 2001, p. 91-130.
- BERBEL, Márcia Regina. A Retórica da Colonização. In: JANCÓS, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005, p. 791-808.
- CAMPOS, Adriana Pereira. O Espírito Santo e a Independência. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. n. 59. Vitória, 2005, p. 75-83.
- _____, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*. Almanack, Guarulhos, n. 20, dez 2018, p. 10-37.
- CORDEIRO, Cecília Siqueira. *Liberdade Religiosa na Constituinte de 1823: Atores e Debates*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da Emancipação Política do Brasil. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822)*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de história das ideias*, Coimbra, v. 21, 2000, p. 389-440.
- LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: o nascimento da imprensa

no Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____, Lúcia M. Bastos Pereira das. "O governo de D. João: tensões entre ideias liberais e as práticas do Antigo Regime". In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas de cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 203-226.

RIBEIRO, Marcelino Pinto Duarte (Philopátrico). O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das; BASILE, Marcelo (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*, 4 v. Belo Horizonte: UFGM, 2014, vol. 2, p. 357-369.

ROCHA, Antônio Penalves. *A Recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma historiografia*. São Paulo: Unesp, 2009.

VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Entre a opinião e o público: Linguagens Políticas na Independência e Primeiro Reinado no Brasil*. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PADILLA, Guillermo Zermelo. História, experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750-1850, *Almanack Braziliense*, n. 7, 2008, p. 5-46.





ARTIGO

UM “CONCERTO” DESCOMPASSADO: POLÍTICOS, IMPRENSA E INSTITUIÇÕES EM PERNAMBUCO NO FIM DO PRIMEIRO REINADO

Christiane Peres Pereira

*Doutora em História pela Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro.*

Resumo

As províncias do Norte do Império — o atual Norte e Nordeste brasileiro — têm na sua história as marcas das revoluções e também da insubordinação. Pernambuco é marcado pelos movimentos que salvaguardaram o poder de Portugal em 1654, pelos conflitos internos da Guerra dos Mascates de 1710, pela conspiração malograda dos Suassunas em 1801, pelos que questionaram a soberania da Coroa em 1817, pelos revolucionários da Confederação do Equador de 1824, mas também pelas investidas políticas de seus habitantes, pela audácia e coragem de questionamento e participação. A historiografia sobre Pernambuco do XIX reúne muitos estudos sobre os movimentos radicais que aconteceram ali, mas sobretudo, sobre suas tendências republicanas e federalistas, recorrentes na província. Pela sua enorme gama de particularidade, e contribuir para a historiografia sobre a província, este trabalho dedica-se a ressaltar a importância da conjuntura interna da província, das questões discutidas no âmbito governamental e o reflexo na imprensa no fim do Primeiro Reinado.

Palavras-chave: governo; província; imprensa; império.

Abstract

The provinces of the North of the Empire - the current North and Northeast of Brazil - have in their history the marks of revolutions and also of insubordination. Pernambuco is marked by the movements that safeguarded the power of Portugal in 1654, by the internal conflicts of the Peddler's War of 1710, by the unsuccessful conspiracy of the Suassunas in 1801, by those who questioned the sovereignty of the Crown in 1817, by the revolutionaries of the Confederation of Ecuador in 1824, but also for the political advances of its inhabitants, for the audacity and courage of questioning and participation. The historiography of Pernambuco in the XIX brings together many studies on the radical movements that took place there, but above all, on its republican and federalist tendencies, recurring in the province. Due to its enormous range of particularities, and to contribute to the historiography about the province, this work is dedicated to highlighting the importance of the internal context of the province, the issues discussed in the governmental sphere and the reflection in the press at the end of the First Reign.

Keywords: government; press; province; empire.

Introdução

A conjuntura do Brasil era extremamente frágil nos idos de 1829 e 1830. Com a crise instaurada, muitos jornais, atacando diretamente o governo e o imperador, emergiram nas praças públicas da recente nação. Segundo Sílvia Fonseca (2016), que analisou os jornais doutrinários redigidos em Pernambuco nesse período, é possível perceber como as sociedades secretas existentes na província colaboraram para as discussões e defesas de projetos políticos daquela praça. O embate entre as sociedades *Coluna do Trono e do Altar* e a *Jardineira*, por meio dos jornais *O Cruzeiro*,

O Amigo do Povo e a *Abelha Pernambucana*¹, refletia a oposição entre “absolutistas” e “exaltados”.

É importante observar algumas correlações. A *Abelha Pernambucana*, periódico criado para o debate — “provavelmente tendo por fim combater as ideias propaladas pela sociedade *Coluna do Trono e do Altar*”

¹ O jornal *A Abelha Pernambucana*, segundo Basile, era redigido pelo paraibano Antônio Borges da Fonseca “líder exaltado com projeção nacional” que em 1830 foi “eleito para o diretório central da *Jardineira*”. Sua atividade jornalística foi longa, publicando vinte e cinco jornais entre 1828 e 1869, como *O Repúblico* no Rio de Janeiro. Ver: BASILE, Marcello. *O império em construção...*, pp. 133-134. Segundo Sílvia Fonseca, o redator Borges da Fonseca seria filho do conselheiro do governo Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

(FONSECA, 2016, p. 338) –, teria surgido com a ajuda da sociedade secreta *Jardineira*. Esta sociedade, por sua vez, segundo os escritos de Frei Caneca, teria se enraizado em Pernambuco por volta de 1821². Tudo indica que o redator d'*Abelha* era filho do conselheiro do governo Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, remanescente da revolução de 1817, e o jornal era publicado pela tipografia de outro conselheiro, a *Tipografia Fidedigna* de Manoel Zeferino dos Santos. O conselheiro Borges da Fonseca apoiava Manoel Zeferino durante as reuniões do Conselho de Governo, em suas moções e propostas.

Quanto aos *colunas*, eram acusados de absolutistas por criticarem a liberdade de imprensa, defenderem a realeza e a soberania monárquica, a mais cara das suas defesas. Eram representados pelos jornais *O Cruzeiro*, que circulava diariamente e *O Amigo do Povo*, ambos citados acima³. A sociedade que os apoiava, teria sido fundada em 1828, foi denunciada pelo governador das armas Antero José Ferreira de Brito ao ministro da Guerra (CARVALHO, 2002, p.179) e o ministro do Império Clemente Pereira negou licença à mesma em 1829.

Os dois jornais eram redigidos por padres, e dentre outras matérias, *O Cruzeiro* publicava correspondências atribuídas ao presidente Thomaz Xavier Garcia de Almeida, sob o pseudônimo de *O Intrépido*. Em janeiro de 1830, o correspondente negou que ele fosse *O Intrépido*, alegando que o presidente se encontrava acamado, “bastantemente enfermo” (*O Cruzeiro*, 1830, nº 216), então, como poderia escrever aquela correspondência? Esse periódico chamava d. Pedro de “Invicto” e “Justo” e em outras correspondências podíamos encontrar expressões como essa: “dou a vida pelo Imperador, e pela Independência” (*O Cruzeiro*, 1829, nº 216). Ariel Feldman, analisando as

correspondências publicadas no jornal *O Constitucional* pelo monge liberal Miguel do Sacramento Lopes Gama⁴, atacando os jornais dos *colunas*, demonstra como era construída o que ele chama de “guerra aos extremos”. O autor percebeu como as imagens de absolutista e republicano eram denotadas pelos periódicos aos seus adversários, identificando os “exageros” nas correspondências dos opositores, e não na defesa dos projetos políticos de cada um deles (FELDMAN, 2014). É importante ressaltar como os artifícios de linguagem utilizados na imprensa promoviam estereótipos e denotavam o outro com características, que eles mesmos não assumiam ou que realmente não eram. Para Feldman, não se pode classificar os *colunas* como absolutistas, mas eles “transitaram entre os projetos constitucionais de tipo moderado e o pensamento mais conservador, no limite absolutista”⁵, muito comparado pela historiografia com o governo de d. Miguel após o golpe de 1828 em Portugal. Na Corte brasileira, um jornal classificado como *áulico*, *O Brasileiro Imparcial*⁶, fazia a mesma defesa

2 “Cartas de Pítia a Damão” nº IX: “Sobre as sociedades secretas de Pernambuco”. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Coleção Formadores do Brasil*. Introdução e organização de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 274-276.

3 *O Cruzeiro* circulou de 4/05/1829 até 6/05/1831 a e *O Amigo do Povo* circulou de 30/05/1829 a 1831.

4 O frei Miguel do Sacramento Lopes Gama apoiou o movimento unitário em torno do Rio de Janeiro de 1822 a 1825, já em 1829 a 1831 fez críticas aos *colunas* defendendo a Carta de 1824, e as instituições eletivas como os conselhos provinciais (do Governo e Geral) em correspondências em alguns jornais, dentre eles *O Constitucional*. Era acusado de republicano pelos jornais *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro*, mas defendia a monarquia constitucional baseada na soberania nacional, visto que o imperador foi o escolhido, o poder foi delegado a ele. Ver: FELDMAN, Ariel. *Guerra aos extremos: polarização política e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831)*. São Paulo: Almanack, nº 7, p.39-58, 2014.

5 Idem, p. 49.

6 “Silva Maia, com seu jornal, procurou instigar valores cívicos, comportamentos e uma postura moral aos brasileiros, que agora deveriam escolher pela nação, pelo seu único protetor, d. Pedro I. O objetivo de sua publicação era zelar pela estrutura vigente, mas não deixa de apontar a necessidade de reformas no governo brasileiro, de reformas que estruturariam melhor a economia, a política pública e a própria autoestima do país, de forma a dar *energia* e *força*, como ele mesmo diz, ao governo constitucional. O periódico já chamava a atenção para a organização de novas leis. O imparcial está apenas no nome se nos deivermos à característica principal dos áulicos, porém demonstra estar muito informado sobre a situação do seu país, o que lhe permite avaliar e perceber a necessidade de mudanças dentro do próprio governo”. Ver: PEREIRA, Christiane. *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013, p. 106.

das instituições e do governo de Pedro I, mas defendiam reformas graduais na Constituição, admitindo que podia haver nela algum defeito (PEREIRA, 2013, p. 106). Essa pode ser considerada a diferença entre os *colunas* em Pernambuco e os *áulicos* da Corte.

Quanto ao presidente da província Thomaz Xavier Garcia de Almeida, acusado diversas vezes de ser um *coluna*, assistiu ao fim da sociedade em 1829, e em seguida foi substituído. Muitas questões internas e externas são associadas pela historiografia ao agravamento da situação do governo de Pedro I, contudo a regulamentação e a implementação dos Conselhos Gerais e dos juizes de paz desestabilizaram a centralização que empreendia através dos “delegados”, abrindo espaço para grupos políticos emergirem na esfera política pelos meios legais, pelos votos e a imprensa dando o suporte na *esfera pública*.

Muitos ofícios comprovam a instabilidade da província no final de 1829. No âmbito militar, o recrutamento carecia de força para acontecer devido às muitas resistências. Do quartel do Engenho Novo da Noruega chegou ofício ao presidente informando o envio de 25 recrutas. No entanto, ofícios de outras localidades como a vila do Cabo, Poço dos Patos e do próprio quartel de Recife, nos mostram a intensa resistência. No Cabo, o problema foi o capitão-mor ter comunicado sobre o recrutamento, o que possibilitou que os indivíduos se escondessem (Coleção de Ordenanças, 1829). O quartel do Recife pediu de ajuda dos comandantes das guardas e do comandante das ordenanças para recrutarem, ressaltando que precisavam de “tropa viva”, porque a resistência é armada com armas ofensivas (Coleção de Ordenanças, 1829). O quartel do Poço dos Patos informou que o recrutamento e as prisões a serem feitas ali eram obstadas por um comandante de companhia de ordenança que se negou a cumprir as ordens dadas a ele. Segundo o comandante Antônio dos Santos Cavalcante de Siqueira, ele não podia exercer o cargo de juiz ordinário e de comandante de ordenança, por isso não podia proceder ao recrutamento. Além disso, outros ofícios denunciam ataques de ladrões

e assassinos pelas estradas, bem como a reunião de pessoas desafetas ao sistema monárquico constitucional. Todos esses problemas foram negados pelo presidente, vejamos a seguir.

Na abertura do Conselho Geral em 1º de dezembro de 1829, Garcia de Almeida congratulou o Conselho pela sua instalação, argumentando que não tinha sido antes por falta de regimento, aproveitando para defender o imperador e elogiar a Assembleia:

Graças ao Soberano Defensor da Nação Brasileira, Causa Primária deste maravilhoso Pacto de Aliança do Poder com a Liberdade: honra, e louvor à Assembleia Geral Legislativa, que tão solícita, e desveladamente [sic] o guarda, ditando sábias, e justas normas reguladoras de tão sublimes Instituições (*Jornal do Commercio*, 1830, nº 1).

Em seguida, fez asserções sobre o estado da província. Começou criticando a imprensa por tentar incutir “miseráveis terrores”, como a ideia de que a Constituição estava ameaçada. Assim, informou que a situação política da província era próspera e que podiam começar os trabalhos com “ânimo tranquilo”. Quanto à situação financeira, ele pôde garantir que “sobreleva seguramente ao de todas as outras Províncias”, mas chamou atenção para o estado “deplorável” da instrução primária, pedindo que o Conselho tomasse em consideração a necessidade de estabelecer casas de educação para indigentes, bem como estabelecimentos de Ensino Mútuo. Vimos anteriormente, que muitos exames de professores foram realizados pelo Conselho de Governo em 1829, mas, como informou o presidente, ainda faltavam muitos. Sinalizou o problema dos hospitais e casas de caridade, que necessitavam ser fiscalizadas para terem boa administração. Além disso, mostrou a necessidade de construção de pontes, estradas e de um aqueduto, problema este, apontado pela Câmara de Olinda, que reclamava a falta de água. O assunto sobre os quilombos também foi tema desta sessão de abertura, na qual o presidente logrou afirmar que com

CONSELHO GERAL – 1829	Nº DE VOTOS*	ORIGEM	OCUPAÇÃO
Bernardo Luiz Ferreira Portugal	383	Pernambuco	Eclesiástico
Jozé Ramos de Oliveira	266	Pernambuco	Comerciante
Manoel Corrêa de Araújo	260	Pernambuco	Militar
Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque	253	Pernambuco	Militar
Francisco Xavier Pereira de Brito	246	Pernambuco	Médico
Manoel Zeferino dos Santos	245	Pernambuco	Político
Félix José Tavares de Lira	207	Pernambuco	Militar
Manoel Ignácio de Carvalho	192	Pernambuco	Advogado
Jozé Eustáquio Gomes	190	Pernambuco	Médico
Laurentino A. Moreira de Carvalho	182	Pernambuco	Padre
Mathias Carneiro Leão	179	Pernambuco	Médico
Nicoláu Jozé Vaz Salgado	174	Pernambuco	Militar
Antônio Elias de Moraes	171	Pernambuco	Advogado
Luiz Francisco de Paula Cavalcante	167	Pernambuco	Desembargador
Firmino Herculano de Moraes Ancora	161	Portugal	Militar
Antônio da Trindade Antunes Meira	156	N.I.	Padre
Gervásio Pires Ferreira	152	Pernambuco	Comerciante
Felippe Neri Ferreira ²	149	Pernambuco	N.I.
Antônio Joaquim Ferreira de São Paio	146	N.I.	Capitão-mor
Virgínio Rodrigues Campelo	138	Pernambuco	Vigário
Francisco de Paula Correia de Araújo	124	Pernambuco	N.I.

*Para a relação de nomes e o número de votos, ver: Diário de Pernambuco, nº 151, 17/07/1829.

muito esforço do governo combateu, e para que não voltassem a se reunir na região de Catucá, começou a instalar colonos alemães para povoar aquela região. Conclui falando dos índios, que careciam de melhorias na sua condição social e que deveriam ser pensados como alternativa ao fim do tráfico de escravos. Assim, encerra a sua fala.

Foram eleitos para este Conselho Geral, alguns nomes já conhecidos pelo Conselho da Presidência (de Governo), mas também federalistas como Gervásio Pires Ferreira. **Segue, então, a lista dos nomes:**

Destacaremos alguns nomes desta lista. O mais votado não foi Manoel Zeferino dos Santos, que ansiava pelo resultado, mas sim o deão da Catedral de

Olinda Bernardo Luiz Ferreira Portugal, que assumia então a vice-presidência da província, além do Conselho de Governo. Félix José Tavares de Lira foi eleito para esse Conselho, mas também assumiu o Conselho da Presidência de março a dezembro de 1830 como suplente de Gervásio Pires Ferreira. Este, que governou Pernambuco com a Junta Gervasista em 1821, era um remanescente de 1817 e federalista. Outro personagem desta lista é o tenente-coronel de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes Ancora, que era responsável por muitas obras e desenho de plantas da província, veio a ser vice-presidente da *Sociedade Federal de Pernambuco* em 1833. Ancora também traduzia obras em francês, o que indica sua rica

leitura dos princípios liberais. Na lista de sócios de uma proclamação da Sociedade de 1833, aparece o nome de Félix J. T. de Lira (FONSECA, 2016, p. 305-307), que assumiu a presidência interinamente em 1833. Já Antônio Elias de Moraes era um remanescente de 1817 e o vigário Virgínio Campelo viria a ser membro da *Sociedade Patriótica Harmonizadora* em 1831.

Se a oposição aos presidentes da província ficava restrita a um ou dois nomes no Conselho de Governo, o Conselho Geral proporcionou a ascensão de nomes significativos para o ano de 1830.

Mesmo sendo investigado sobre seu comportamento quanto às eleições locais, e também, quanto à obra que empreendera no Palácio do Governo, Thomaz Xavier Garcia de Almeida foi condecorado com insígnia da Ordem do Cruzeiro, “que lhe foi oferecida por alguns Proprietários, e Agricultores da província de Pernambuco”, em 30 de outubro de 1830 (O Cruzeiro, 1831, nº 6).

O último delegado do imperador em Pernambuco

É, pois neste aspecto melancólico que ainda apresenta o nosso Horizonte, que devemos encarar a nossa crise política sobre os tramados intestinos dos Demagogos Coluneiros, com quanto depois das observações que a nossos Leitores apresentamos no Nº 83 – do nosso Jornal, uma providência e de não pouca entidade ocorresse: a Sucessão na Presidência do Sr. Thomaz Xavier, por o Eisel [sic] Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. Pois que sendo da maior publicidade que sob o título lisonjeiro de amigos do Trono Constitucional, aqueles conjurados se haviam proposto a dar garrote às Liberdades Nacionais desde Novembro de 1828, o que se comprova, não só pelas suas qualidades individuais, e fatos contra a nossa Independência e Constituição por ele acinte praticados, como pelas repetidas reuniões que tinham em diversos lugares desde aquele

tempo, sob o favor da noite, pelas suas ações, suas conversas, seus atos por diversos jantares em diferentes partes, aonde se fizeram brindes acintosos ao atual Sistema de Governo: e finalmente pelos seus dois Jornais = o Cruzeiro e Amigo do Povo = pelos quais com o maior denodo se atassalha e ridiculariza o nosso Código Fundamental com o maior atrevimento se publicavam e com encômios, os atos do Governo do Tirano D. Miguel, depois de S. M. o Imperador o ter declarado usurpador.⁷

Numa crítica voraz à atuação dos magistrados, e à modificação de formalidades, juízos, processos e penas em tempos de crises, a *Abelha Pernambucana* considerava que esse era o caminho da tirania. Cinco números antes, o jornal exclamou sobre a chegada de Vasconcelos: “Que omem[sic]!”⁸. O texto criticava com tom irônico a chegada do futuro presidente, que

preferiu a casa do seu antecessor para ser a primeira em que entrasse, onde se hospedasse, onde ouvisse a gente mais imparcial e honrada desta Província: assim evitou o contato com os farroupilhas; deu a conhecer que se não deixará dominar por eles: e foi sacrifício feito à “melindrosidade” cortesã, o ir com o Sr. Secretário do Governo, no mesmo carro.⁹

À chegada de um novo presidente sucedem as críticas. Quanto ao antecessor, já sabemos um tanto para compreender a crítica do jornal. Sobre o secretário do governo, que, segundo o jornal, acompanhou o novo presidente, podemos acrescentar algumas observações. Vicente Thomaz Pires Figueiredo Camargo foi nomeado, pouco tempo depois, para assumir a presi-

7 *Abelha Pernambucana*, nº 90, 02/03/1830. É necessário desculpar-me pela longa citação, mas vale ao leitor a dimensão da escrita.

8 A grafia foi mantida para ressaltar a escrita “de pronúnciação”, que segundo Sílvia Fonseca, era a adoção de uma “redação referenciada pela ortografia fonética ou sônica com características marcadamente regionais.” Do redator Borges da Fonseca. Ver: FONSECA, Sílvia. O ideário pernambucano de Antônio Borges da Fonseca. Anais eletrônicos, ANPUH-SP, 2011.

9 *Abelha Pernambucana*, nº 85, 12/02/1830.

dência de Alagoas¹⁰, no contexto da guerra dos Cabanos; também assumiu a presidência interina de Pernambuco em 1836, tomou posse como presidente em 1837, além de ter sido digno da condecoração de cavaleiro da Ordem de Cristo (HONORATO, 1863, pp. 134-135).

O governo das armas, que estava nas mãos de Antero José Ferreira de Brito, foi designado à Bento José Lamenha Lins, que exerceu o comando das armas durante o governo de Pinheiro de Vasconcellos. Segundo Marcus Carvalho, correu boatos que corpos de primeira e segunda linhas queriam matar Antero José (CARVALHO, 2002, p.180). A demissão de Antero e a nomeação de Lamenha Lins foram discutidas na Assembleia nas sessões preparatórias e ordinárias de 1830. Os deputados deram suas opiniões com base na atuação do ex-ministro do Império José Clemente Pereira. O ministro foi criticado pela manutenção de Thomaz Xavier Garcia de Almeida na presidência da província, acusado de absolutista, por ser fiel defensor do governo e do imperador. Em defesa do ministro, o deputado pelo Ceará José Martiniano Alencar ressaltava que a conservação de Antero José no comando das armas e a negativa dada à Sociedade dos *colunas*,

opõem-se a ideia de querer o Sr. Clemente Pereira deitar por terra o sistema constitucional, não se podendo inferir outra coisa senão o que está exarado no parecer da comissão; isto é, que foi péssimo o ministério do Sr. Clemente Pereira e Oliveira Alves; mas que não se pode mesmo supor que eles pretendessem o absolutismo (Anais da Câmara dos Deputados, 1830, p. 280)

A discussão girava em torno da reeleição de José Clemente Pereira para a bancada do Rio de Janeiro¹¹, e o mesmo Alencar concluiu a respeito:

10 Carta Imperial de 4 de junho de 1833.

11 José Clemente Pereira havia sido eleito na primeira legislatura, mas, sendo escolhido pelo imperador para ser ministro, que era uma forma de cooptar parte dos representantes eleitos para o seu "lado", assumiu o ministério do Império em 15 de junho de 1828 a 3 de dezembro de 1829. A queda do seu ministério aconteceu pela pressão do Legisla-

Eu defendo a Justiça e o decoro desta Câmara. Malditos devem ser aqueles que neles votaram, ou quem os deseja para deputados; porém, Sr. presidente, maldições não devem merecer aqueles que desejando fazer justiça imparcial querem dar a Deus o que é de Deus, e até ao próprio diabo aquilo que é do diabo.

Já o deputado Hollanda Cavalcanti¹², defendeu a nomeação de Lamenha Lins afirmando que por ser um pernambucano e sendo de uma família de alguma consideração, era digno de louvor, mas também não responderia sobre o comportamento futuro do oficial (Anais da Câmara dos Deputados, 1830, p. 275). O deputado não previa que o comandante das armas seria o primeiro nome da lista de demissões exigida pelas tropas após a Abdicação do imperador.

Voltemos ao presidente nomeado. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos era natural do Espírito Santo e formou-se em Ciências Jurídicas e Direito civil na Universidade de Coimbra. Era desembargador Ouidor Geral do Crime da Relação da Bahia em 1828; e assumiu a presidência de Pernambuco no período de 15 de fevereiro de 1830 a 11 de outubro de 1831. Não identificamos muitas informações a seu respeito, mas foi digno de ser condecorado dignitário da Ordem do Cruzeiro.

Pinheiro de Vasconcelos já chegou reunindo o Conselho ordinariamente em 9 de março, e começou a deliberar.

tivo naquele ano, com as acusações de querer soçobrar o sistema constitucional com medidas mais centralizadoras. Porém, tendo sido eleito nas eleições daquele ano para a segunda legislatura de 1830 a 1833, as discussões na Câmara dos Deputados tratavam da possibilidade de dar assento a um representante do Executivo, pois, no ato das eleições ele acumulou dois cargos ao mesmo tempo, sendo proibido pela Constituição. Além de tudo, Clemente Pereira era português, formado em Leis na Universidade de Coimbra, atuou como magistrado e foi eleito para a primeira legislatura pelo Rio de Janeiro.

12 Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque era deputado por Pernambuco, foi ministro da Fazenda em 1830. Era o liberal dos irmãos Cavalcanti, que segundo Marcus Carvalho, os Cavalcanti eram "federalistas" no Rio de Janeiro (no Parlamento) e centralistas em Pernambuco.

SEÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNO 9/03/1830	
Presidente	Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos
Vice-presidente	Bernardo Luiz Ferreira Portugal
Secretário	Vicente Thomáz Pires de Figueiredo Camargo
Membros	Gervásio Pires Ferreira Manoel Zeferino dos Santos Thomaz Antônio Maciel Monteiro Francisco De Paula Cavalcante de Albuquerque (Não Compareceu)
Suplentes	Manoel Correa de Araújo (Não Compareceu) Manoel Ignácio de Carvalho Antônio Joaquim Ferreira de Sampaio Filippe Neri Ferreira

Dentre pedidos de mercês, pareceres sobre requerimentos, pedidos de aumento de soldo, enviados na expedição de julho nas correspondências para os ministérios, há dois documentos informando sobre um acontecimento da vila de Goiana. Os documentos foram enviados para a secretaria do Império e da Justiça, constando que o juiz de fora de Goiana participou que indivíduos haviam “soltado criminosas vozes de haverem queimado a Constituição” enquanto queimavam palha, no dia 31 de maio (Correspondência da Corte, 1830). Nos ofícios, o presidente Pinheiro de Vasconcellos informou que ao acontecimento não sucedeu nenhum outro, sendo culpados apenas os indivíduos envolvidos. Mesmo tendo oficiado ao imperador, o presidente não convocou o Conselho, como é previsível nessas ocasiões, indicando não ter sido muito ofensivo. Em junho não houve nenhuma sessão extraordinária e nada foi tratado nas duas sessões de julho. Procurando manter a parcimônia no seu governo, Pinheiro Vasconcellos pode ser considerado um “*delegado do imperador*”. Andréa Slemian atribuiu a postura do presidente à função de “*delegado do Imperador*”, mas também à defesa da Constituição, que àquela altura já se consolidara como símbolo da legitimidade do regime e possibilidade de “mudanças políticas em nome dos direitos dos cidadãos” (SLEMIAN, 2009, pp. 229-230).

O Conselho de Governo de 1830 teve nove reuniões extraordinárias, principalmente para tratar dos exames de professores. Além disso, também abriu investigação a respeito das obras empreendidas pelo ex-presidente Garcia de Almeida no palácio do Governo, cumprindo aviso imperial de 15 de junho de 1830. Em 7 de agosto, os conselheiros resolveram por exigir do inspetor de obras públicas a conta das despesas da dita obra. Em 28 de setembro, o presidente da província Pinheiro de Vasconcellos apresentou as contas da obra e julgou-se que as despesas não foram excessivas, imiscuindo o ex-presidente de culpa (Atas do Conselho de Governo, 1830, pp. 108-109).

Os anos de 1829 e 1830 foram de crise política e econômica no Brasil. Quanto à economia, podemos ressaltar um problema generalizado que era a circulação de moedas falsas. Pernambuco sofreu com a entrada das moedas na província, mas também com a fabricação das mesmas. Em julho, o presidente publicou comunicado a respeito, pedindo para que ninguém recebesse como pagamento moedas de cobre, sem examiná-las, levando ao desembargador ouvidor geral do crime na capital, ou aos juizes de paz ou juiz criminal fora da cidade (*Abelha Pernambucana*, 1830, nº 133). Além de atingir comerciantes, a circulação de moedas falsas era pior nas camadas mais baixas da população (MOREL, 2003, p.13). Veremos mais adiante que esse problema não foi momentâneo.

Com toda a instabilidade do governo somada às notícias da Revolução de Julho na França com a queda do rei contribuíram para os *exaltados* se entusiasmarem (CARVALHO, 2002, p. 181) e almejavem ainda mais a queda de d. Pedro I. Segundo Marco Morel (2003), a França passou a ser referência para o Brasil, passando a ser chamada pela oposição liberal de “*pátria das Luzes*”. O autor ainda salienta que a imprensa brasileira comparada à francesa, era muito menos contida (MOREL, 2003, p.16). Eram tempos de agitações e de forte oposição aos “*governistas*”, chamados em Pernambuco de “*colunas*”. Neste ínterim podemos incluir o desembargador ouvidor-geral do crime Gustavo Adolfo de Aguiar que recebia todos os pre-

sos, criminosos e desertores sob sua jurisdição. Temido e acusado de “coluna” foi um dos primeiros nomes da lista apresentada pelas tropas de Pernambuco após a Abdicação, para ser demitido. Segundo o periódico *Abelha pernambucana*, o desembargador Aguilar desde agosto de 1829 vinha tentando reunir os juízes de fato¹³ da Comarca de Recife para “julgarem impressos acusados”, tendo-os convocado pela quarta vez para reunirem-se dia 7 de janeiro (*O Cruzeiro*, 1829 n° 183) na Câmara Municipal. Entretanto, os juízes de fato não compareceram às tentativas anteriores

e a vista do passado podemos ter a certeza de que agora será do mesmo modo ociosa, inútil e baldada esta Convocação; 1° porque os Srs. Juízes de Fato e também o de Direito não hão de faltar as regras do bom tom da sociedade nesta Província, deixando de passar a festa, (interminável festa) fora da Cidade, e de se divertirem imaginariamente, para virem ao Recife cumprir com o que a Lei lhes ordena; 2° porque na lista dos Srs. Juízes de Fato estão incluídos Cidadãos, dos quais, muito bem sabe o Sr. Gustavo, terem, uns partido para o Rio de Janeiro, alguns obtido por doentes, – escusa de comparecerem, nas Sessões do Conselho Geral de Província, – outros estarem ocupados com os trabalhos do mesmo Conselho Geral; restando enfim talvez aqueles que tornaram a faltar se assim o quiser o Sr. Adolfo (*Abelha Pernambucana*, 1830, n° 73).

O jornal continua seu ataque afirmando que ainda haverá quem o defenda:

quando as vítimas de suas arbitrariedades bradarem contra este regulo empoleirado, contra este magistrado a quem com razão compete os epítetos de iniquo, e de indigno de pertencer a Classe da Magistratura, pelo espírito de parcialidade que transpira

constantemente os atos até aqui se de sua jurisdição, a qual lhe foi confiada para administrar justiça e não para lhe servir de instrumento com que satisfaça as paixões particulares suas e de seus amigos e apaniguados, e das Facções desorganizadoras anticonstitucionais e liberticidas? Haverá, porque de tudo há neste mundo (*Abelha Pernambucana*, 1830, n° 73).

A *Abelha*, ainda atacou os ministros que ainda mantinham indivíduos como o desembargador nos empregos públicos. A despeito da tentativa de Aguilar de reprimir a imprensa, podemos ver que o magistrado, assumindo uma postura arbitrária e parcial – diga-se, um *coluna* –, não tinha o apoio da sua “classe”, como observou a *Abelha*. Não cabe aqui analisar cada um dos juízes de fato que não compareceram às ditas convocações, mas dentre eles estava *Manoel Zeferino dos Santos* dono da *Tipografia Fidedigna* onde a *Abelha* começou a ser publicada.

Entendendo como *campo político* esse embate entre as autoridades constituídas, é o que nos permite visualizar o quanto a ideia de submissão às ordens do centro de poder era cara aos pernambucanos. O que se vê até a Abdicação é uma incessante tentativa de impor autoridades de confiança do imperador nas localidades, sobretudo nesta província, palco de muitos episódios revolucionários. Mesmo sendo fortemente atacados e considerados tão conservadores a ponto de serem taxados de absolutistas, foram personagens importantes na manutenção da soberania, ou da tirania do imperador, durante o Primeiro Reinado de um imperador que se pretendia liberal, porque continuaram a exercer suas funções até o fim daquele governo.

O ano da Abdicação

O Conselho do Governo principiou suas sessões em 1° de março de 1831. Nas vinte e uma sessões ordinárias daquele Conselho não há nenhuma discussão em torno dos acontecimentos da Corte. A viagem a

13 Sistema de júri para julgar crimes de liberdade de imprensa em 1823, permaneceu até o Código do Processo Criminal em 1832 instituir o sistema de jurados.

CONSELHO DE GOVERNO 01/03/1831	
Presidente	Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos
Vice-presidente	Bernardo Luiz Ferreira Portugal
Secretário	Vicente Thomáz Pires de Figueiredo Camargo
Membros Suplentes	Gervásio Pires Ferreira
	Manoel Zeferino dos Santos
	Thomaz Antônio Maciel Monteiro
	Francisco De Paula Cavalcante de Albuquerque
	Manoel Correa de Araújo (Não Compareceu)
	Manoel Ignácio de Carvalho

Minas Gerais e o retorno do imperador, que desaguararam na Noite das Garrafadas, sequer foram notificados ao Conselho de Governo. O antilusitanismo exacerbava-se. Levando em consideração que as notícias da Corte levavam cerca de vinte dias para chegar em Pernambuco, e que as sessões se estenderam até o dia 30 de abril, era possível que fossem comunicados antes de findar as reuniões ordinárias.

Até o dia 30 de abril, a pauta de discussões do governo da província girava em torno de utilidades públicas, como obras, a precariedade das estradas, a acomodação dos colonos alemães, a instrução pública, a verificação das contas das câmaras e dos hospitais, entre outras da mesma ordem. Foi em sessão extraordinária de 4 de maio, que o presidente Pinheiro de Vasconcellos convocou o Conselho para comunicar-lhe que recebeu da Bahia notícia da Abdicação de d. Pedro em prol de seu filho e a nomeação de uma Regência pela Assembleia Geral, tudo acontecido sem alteração na segurança e tranquilidade públicas. Resolveu então o Conselho proclamar ao povo a respeito, pedindo que se mantivessem sossegados até que chegassem notícias oficiais.

Em 5 de maio, novamente reuniram-se em Conselho todos os membros, assim como no dia anterior, e deliberaram acerca da reorganização do corpo de polícia, já que o atual não era tão confiável, e o entregasse para um comandante com alta patente. No dia seguinte, chegou a notícia oficial, enviada pelo ministro do Império, dando notícia da “gloriosa

revolução” que aconteceu no Rio de Janeiro. Foram comunicadas as câmaras e o presidente deu viva a “briosa nação brasileira, a constituição do império, ao Imperador Pedro II e Assembleia Geral Legislativa, vivas que o povo correspondeu como entusiasmo”. Ao mesmo tempo que comemoravam a nova configuração política, com a esperança renovada na figura do imperador Pedro II, havia a necessidade de manter a ordem social. Ainda discutindo como conservar a tranquilidade, o Conselho recebeu notícia de que 40 a 50 soldados e o capitão do Batalhão 18 de 1ª linha armaram-se e foram em direção ao campo de Santo Amaro. O conselho decidiu enviar o conselheiro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque junto ao secretário do governo para tentar persuadi-los e fazer as tropas voltarem para os seus quartéis. Contudo, as notícias chegavam contando mais deserções. Já pela noite chegou uma representação das tropas, na qual exigia a demissão do comandante das armas Bento José Lamenha Lins, do desembargador Gustavo Adolfo de Aguiar, citados anteriormente, e de mais 12 oficiais. Percebendo a gravidade da situação, o Conselho resolveu que outros dois conselheiros fossem no dia seguinte, tentar pacificar as tropas: Manoel Zeferino dos Santos e Gervásio Pires Ferreira. Na madrugada do dia 7, chegaram notícias que todos os corpos de linha tinham desertado e a maior parte da polícia havia abandonado seus postos. O Conselho teve que ceder e os conselheiros foram ao encontro das tropas acompanhados do novo comandante interino das armas. Assim, foram dados vivas patrióticos sem que houvesse “um só ataque à propriedade, um só insulto pessoal”. A suspensão do desembargador Gustavo Adolfo de Aguiar foi comunicada em 11 de maio de 1831, mas ele havia pedido para deixar o emprego um dia antes da chegada das notícias, alegando estar doente. O Comando das Armas de Pernambuco foi entregue à Francisco Jacinto Pereira até 30 de junho quando assumiu Francisco de Paula e Vasconcellos nomeado pela Regência. Paula Vasconcellos era natural do Rio de Janeiro e homem de confiança do brigadeiro Lima e Silva, regente do Brasil àquela data.

À secretaria da Guerra e ao Conselho de Justiça o presidente enviou longo ofício em 13 de maio, explicando que, diante dos acontecimentos de abril, prepararam-se os “espíritos, já irritados contra os que se diziam mais favorecidos do Governo passado, para tentarem a suspensão dos que ocupavam Empregos, principalmente Militares o que deu motivo a convocação do Conselho nos dias 4, e 5 do corrente”. A tal representação das tropas, citada acima, teria feito o governo suspender empregados “consequindo-se apenas a conservação do conselheiro chanceler e do desembargador Antônio de Azevedo Carvalho de Mello. Não foi possível, apesar de todos os esforços fazer voltar os primeiros Militares”. O presidente informou também que houve por bem suspender um comandante de um batalhão, que não constava na representação, por apresentar risco de insubordinação, acrescentando que “as nomeações, que de momento se fizeram não foram certamente as mais regulares, mas posso afirmar a V. Ex^a que foram as mais acomodadas às circunstâncias”. O presidente, contudo, julgava necessário que a Regência nomeasse um novo comandante das armas “para conter a Tropa, cuja subordinação parece momentânea, e somente enquanto se não persuadir, que deve ser Comandada por um Chefe de 1^a linha, e nomeado pela Corte.”, retórica contrária àquele tempo, mas comum aos presidentes nomeados pelo imperador. Em seguida, participa ao governo regencial que a saída do comandante das armas foi tranquila, pois “o ódio público só era geralmente pronunciado contra o Tenente Coronel Francisco José Martins, comandante da Polícia, e contra o Desembargador Ouvidor do crime Gustavo Adolfo de Aguiar”. O magistrado era acusado de “despotismo, e iniquidades” em um artigo do *Diário de Pernambuco* publicado no jornal *Ástréa*, do Rio de Janeiro. Do mesmo dia 13 de maio, data outro ofício do presidente ao Conselho de Justiça informando que os militares suspensos requerem licenças para irem à Corte, concedidas dadas as circunstâncias das suas suspensões.

As sessões seguintes do Conselho de Governo voltaram a tratar de assuntos cotidianos, de utilidade pública, como o problema das moedas falsas. Em sessão de 23 de agosto, o Conselho se reuniu para tratar da tranquilidade pública e dos salteadores que estavam atacando nas estradas e subúrbios. Resolveram nomear um comandante para as esquadrilhas das guardas municipais, como mandava o decreto do último dia 14 de junho, servindo a cavalo nas regiões dos distritos mais próximos, e para as estradas, que fossem enviadas patrulhas de 12 a 20 soldados da polícia montada. Mesmo valendo-se de medidas para obstar crimes, o Conselho não conseguiu manter a paz. Segundo Manoel Correia de Andrade, por mais que o presidente e os seus sucessores combatessem o problema das moedas, não colheram resultados práticos. Em 14 de setembro às nove horas da noite, a tropa de 1^a linha da guarnição de Recife começou a atacar a cidade roubando, assassinando e incendiando. As tropas se dispersaram, atacaram casas e estabelecimentos comerciais. O comandante das armas foi notificado e o conselheiro Francisco de Paula pediu que o comandante do batalhão continuasse entre os soldados para conter os excessos. A reação do governo da província foi enérgica e feita sob três frentes: uma no bairro de Afogados pelo brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos (comandante das armas); uma pelo bairro de Recife chefiada pelo intendente da Marinha; e a terceira pelo coronel Francisco Jacinto Pereira pela cidade de Olinda. Enfrentaram as tropas aos gritos de “morra tudo que é paisano”. O Conselho do Governo chegou a ficar mais de quarenta horas em sessão permanente por conta dos ataques, que findou no dia 16.

A agitação que ficou conhecida como Setembrizada, na análise de Manoel Correia de Andrade foi um movimento de “desorientados”, porque gritaram contra os liberais e contra os colonos. O jornal *O Olindense* (1831) publicou em 4 de novembro de 1831 a notícia de que a Regência mandou que o brigadeiro Paula Vasconcellos entregasse o comando das armas ao coronel Francisco Jacinto, em função da re-

ação contra a sublevação das tropas em setembro. Segundo o jornal moderado, essa decisão se deu em função da comparação da atuação dos dois militares no movimento. O jornal asseverara que “As pessoas de bons sentimentos folgavam muito de ver demitido um comandante das armas, que se tem tornado tão suspeito”. Em outubro de 1831, o Paula Vasconcellos foi eleito vice-presidente da Sociedade Federal, ao mesmo tempo que seu irmão Miguel de Frias e Vasconcellos, redator do jornal fluminense *A Voz da Liberdade*, liderava a revolta da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro.

Em resposta ao *Olindense*, o *Diário de Pernambuco* publicou longa correspondência na qual o remetente, *O Sentinella Pernambucano*, expendeu várias críticas ao jornal opositor. Sobre a afirmativa d’*Olindense* citada acima, disse o correspondente:

que impostura! O que chama os ilustríssimos – bons sentimentos – ? Gente de bons sentimentos é a do seu partido, não é assim? Pois essa mesma é que muita outra diz ser de maus sentimentos. E agora? Ninguém dá fé de suecos não. Podem guardar os seus bons sentimentos para serem ricos. O Sr. Brigadeiro tornou-se odioso ao partido dos ilustríssimos; mas não suspeito; tornou-se odioso a todos os que querem ser oráculos das Autoridades, influir, ingerir-se nas coisas do governo, dominar, e ditar pelos grandes merecimentos de dar jantares, &c. &c. talvez a custa de alguma pobre criatura desgraçada, ou alma do outro mundo. Isto é muito diferente de ser suspeito.

Sobre a demissão do dito comandante das armas consta que o presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos oficiou ao juiz de paz suplente de Recife, José Ignácio da Câmara, sobre a maquinação e expulsão do comandante das armas o Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos. Não há outros ofícios do governo que expliquem a saída do comandante, a não ser dois, datados de 31 de outubro, que informavam tanto ao atual quanto ao interino, Fran-

cisco Jacinto Pereira, sobre a substituição no cargo. Segundo o correspondente do *Diário*, Paula Vasconcellos pediu demissão ao Conselho, mas foi negada, o que significava o reconhecimento do brigadeiro pelo governo. A carta ainda rebateu a comparação entre o pedido de demissão de Lima e Silva após as sublevações das tropas no Rio de Janeiro, e a demissão de Paula Vasconcellos, afirmando que o regente pediu demissão um mês e meio depois dos acontecimentos e por estar doente. O correspondente então perguntava:

E a vista do expendido, quem se portou com mais honra? Quem pode servir de modelo aos Militares de honra? O *Olindense* querendo feixar esta enfiada de insultos, diz com o descaramento do Cruzeiro – O Sr. Paula Vasconcellos nada disto fez, e os seus amigos cada vez o tornam mais suspeito.

O jornal *Olindense* (1831) defendia que as reformas na Constituição fossem feitas pela via legal, que fazia parte do projeto político moderado. Já a figura de Paula Vasconcellos representava as ideias federalistas, que ganhavam mais força após a Abdicação. O *Diário* defendia o federalismo baseando-se nos Artigos 174 a 178 da Carta, tornando as reformas da Constituição legítimas, que significava “Reformar Constitucionalmente a Constituição para melhor firmar as garantias nacionais, e perpetuar a monarquia”, retórica dos jornais exaltados diante da forte repressão para manter a ordem no Império. A imprensa e os espaços públicos constituíram em Pernambuco e representaram os dois polos da sociedade: os homens da cidade e os homens do campo. É consenso na historiografia que a defesa da moderação nas reformas regenciais pelos senhores de engenho de Pernambuco visavam a não desestabilização das posições alcançadas política e economicamente.

Segundo Marcello Basile, os jornais moderados da Corte como a *Aurora Fluminense* e *O Independente*, nesse período, estavam “hesitantes e cautelosos”, pois o projeto Miranda Ribeiro, que previa mudanças

significativas como a extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado, do Senado vitalício, e tornou o Império uma monarquia federativa, havia sido aprovado pela Câmara e enviado ao Senado em outubro de 1831.

Em Pernambuco em 1831, também havia sido criada uma sociedade para “harmonizar” os povos. Segundo Manoel Correia de Andrade, a Sociedade Patriótica Harmonizadora foi organizada pelos ricos da província, para discutirem a melhor forma de defender a ordem. Analisando os sócios, o autor afirma que “eram homens de haveres, que possuindo grandes fortunas, temiam que as agitações políticas e ‘rusgas’ subsequentes trouxessem prejuízos”. Dentre os membros, podemos destacar Gervásio Pires Ferreira, membro do Conselho de Governo; Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, que havia sido membro do mesmo Conselho na primeira legislatura; e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque que representava a família dos senhores de engenho.

O ano de 1831 ainda reservava mais conflitos. Em novembro, novo movimento acometeu a cidade: homens armados invadiram e tomaram a Fortaleza das Cinco Pontas. A reação do governo foi ordenar ao juiz de paz que intimasse os insurretos a se dispersarem, e foi comunicado que eles representariam ao governo. Novamente o Conselho ficou em sessão permanente, aguardando até a manhã seguinte, quando chegou documento exigindo demissões e deportações de empregados públicos considerados por eles como colunas, a expulsão de portugueses solteiros, e se recolhessem todas as armas em mãos de portugueses. Uma comissão da Sociedade Federal, se dispôs a tratar com os revoltosos. Foi uma comissão de estudantes enviada dia 18 pela Sociedade, que negociou a deposição das armas pelos rebeldes. Mas, com algumas concessões, aceitas pelo Conselho: que os portugueses fossem desarmados, que fosse feita a deportação dos portugueses que não tivessem foro de brasileiro e que eles não seriam perseguidos, levando súplicas em favor dos sedicio-

so ao governo central e na Assembleia geral. O movimento ficou conhecido como Novembrada.

As reuniões extraordinárias do Conselho entre os movimentos expostos acima, trataram da soltura dos presos por opiniões políticas pelo Decreto de 9 de abril; sobre a segurança pública; sobre da falta de armamento e munição; a modificação da data da festa de Nossa Senhora do Rosário para evitar aglomerações. O medo de novos movimentos era premente, os ânimos estavam agitados não só pela situação política, mas pela frágil economia do país. Os comerciantes de Recife se viam muito prejudicados com a circulação das moedas de cobre falsas, juntamente com as camadas mais pobres da população e as tropas de segunda linha. Os constantes recrutamentos dos anos anteriores haviam reunido muitos forros e homens de má conduta nas fileiras mais baixas do Exército, além do que a situação era precária dentro dos quartéis, faltando armamentos, munições, suprimentos básicos das tropas e soldos atrasados. Sílvia Fonseca salienta que, a associação feita pelo Diário de Pernambuco da insubordinação das tropas – tanto da Bahia, quanto do Rio de Janeiro e de Pernambuco – a um “complô” do ex-imperador com os colunas, parecia muito mais uma sedição para derrubar o comandante das armas Paula Vasconcellos. Entretanto, um novo movimento, a Novembrada, eclodiu após a saída do comandante das armas.

A sessão do Conselho de 15 de outubro de 1831 já passou a ser presidida pelo conselheiro mais votado, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, sem, contudo, explicar a saída do presidente Pinheiro de Vasconcellos. As reuniões encerraram-se em 24 de dezembro de 1831.

Do fim da Confederação do Equador até a Abdicação, Pernambuco teve períodos regulares sob o comando de presidentes nomeados pelo governo central, apesar de serem naturais de outras províncias. Ressalte-se ainda que a historiografia destaca na história de Pernambuco os movimentos revolucionários e sua postura rebelde diante da Corte. No entanto, no fim do Primeiro Reinado, o governo desta provín-

cia esteve nas mãos dos delegados imperiais e seus partidários, que buscaram sustentar a soberania nacional. Pernambuco estava dividido e isso garantiu certa estabilidade. Os presidentes tratados neste artigo, Thomás Xavier Garcia de Almeida e Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, tiveram longa carreira política¹⁴ preenchendo altos cargos públicos, além de receberam condecorações. Por outro lado, no período regencial, dentre os presidentes nomeados e os interinos, apenas um veio a ser Ministro e Senador do Império.

Fontes primárias

- *Anais da Câmara dos Deputados*, 29 de maio de 1830.
- Anais do Parlamento (Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>)
- *Atas do Conselho de Governo de Pernambuco*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco. CEPE, 1997. v. 2 (1826-1834)
- *Coleção de ordenanças 1825-1830* (ord. 4; ord. 6; ord. 7), APEJE.
- *Correspondência da Corte*, (1829-1831), cc. 32, APEJE.
- *Ofícios do Governo* (1824-1834), OG 27 - OG 41, APEJE.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Coleção Formadores do Brasil*. Introdução e organização de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001
- HONORATO, Manuel da Costa: *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*, 1863.

Periódicos

- *Abelha Pernambucana*, BN
- *Aurora Fluminense*, BN
- *Diário de Pernambuco*, BN
- *Jornal do Comercio*, BN
- *O Cruzeiro*, BN
- *O Olindense*, BN

Bibliografia:

BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004.

CARVALHO, Marcus J. M. de. "Aí vem o Capitão-Mor": as eleições de 1828-1830 e a questão do poder local no Brasil Imperial. *Tempo* – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 7, n. 13, 2002.

FELDMAN, Ariel. *Guerra aos extremos: polarização política e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831)*. São Paulo: *Almanack*, n° 7, p.39-58, 2014.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O ideário pernambucano de Antônio Borges da Fonseca. *Anais eletrônicos*, ANPUH-SP, 2011.

_____. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

PEREIRA, Christiane. *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SLEMIAN, Andréa. *Delegados do chefe da nação: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834)*. São Paulo: *Almanack Brasileiro*, n° 6, 2007.

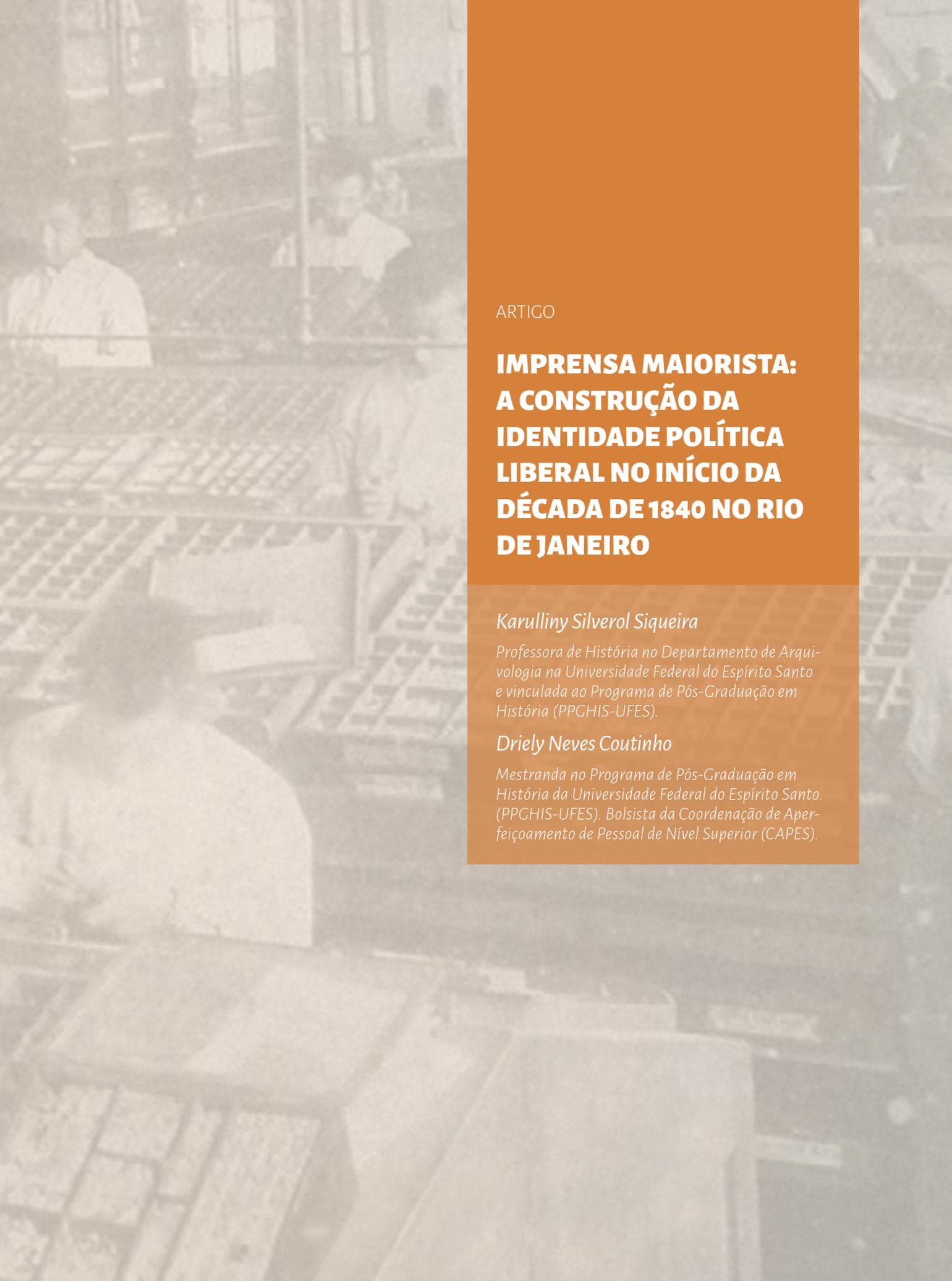
_____. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2009.

14 Observe o quadro ao final deste artigo.

NOMES	NATURALIDADE / NACIONALIDADE	ANO DE		EMPREGO PÚBLICO	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	TÍTULOS E ORDENS HONORÍFICAS
		NASCIMENTO	FORMAÇÃO E MORTE			
Tomás Xavier Garcia de Almeida	Rio Grande do Norte	14/07/1792 - 11/01/1870	Leis - Universidade de Coimbra	· Juiz de Fora da vila do Recife (1821); · Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas de Recife (1821 e 1825); · Ouvidor da comarca de Recife (1824); · Auditor Geral do Exército em Pernambuco 1824; · Relator da Comissão militar (1824-1825); · Desembargador da Relação da Bahia (1827);	· Deputado à Assembleia Constituinte pelo Rio Grande do Norte (1823); · Deputado à Assembleia Geral por Pernambuco (1826-1829); · Presidente de São Paulo (19/12/1827 a 18/04/1828); · Presidente da província de Pernambuco (24/12/1828 a 15/02/1830) ; · Presidente da Bahia (05/04/1838); · Deputado à Assembleia Geral pela Bahia (1843-1844); · Presidente de Pernambuco (23/09/1844); · Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1846);	· Cavaleiro (1822), oficial (1825) e dignatário da Ordem do Cruzeiro (1829); · Comendador da Ordem de Cristo;
Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Espírito Santo/ Ilha de Santo Antônio	04/09/1788 - 29/08/1884	Ciências Jurídicas - Universidade de Coimbra	· Juiz de Fora das vilas de Santo Amaro da Purificação e São Francisco (1820); · Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas na Bahia (1820); · Desembargador Ouvidor Geral do Crime da Relação da Bahia (1828); · Presidente da Relação da Bahia (1848);	· Presidente da província de Pernambuco (15/02/1830 - 11/10/1831) ; · Presidente da província da Bahia (04/06/1833 a 10/12/1834; 26/06/1841 a 08/1844; 22/04 a 06/05/1848); · Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1854); · Presidente do Supremo Tribunal (1857; 1860; 1863);	· Dignatário da Ordem do Cruzeiro; · Dignatário da Ordem da Rosa; · Grã-cruz da Ordem de Cristo (1877); · Veador da Casa Imperial (1841); · Visconde de Monsserrate (1878);

1 Para a relação de nomes e o número de votos, ver: *Diário de Pernambuco*, nº 151, 17/07/1829.

2 Felipe Neri Ferreira era filho de Gervásio Pires Ferreira. Primeiro presidente nomeado para a província da Paraíba. Juiz de fora na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista (1829).



ARTIGO

IMPrensa MAIORISTA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA LIBERAL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1840 NO RIO DE JANEIRO

Karulliny Silverol Siqueira

Professora de História no Departamento de Arqueologia na Universidade Federal do Espírito Santo e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFES).

Driely Neves Coutinho

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. (PPGHIS-UFES). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumo

Este artigo pretende identificar as características linguísticas que possibilitaram a formação do Partido Liberal na Corte no Brasil oitocentista. Almejando destacar os principais temas e conceitos que permearam a construção do vocabulário da agremiação nos anos iniciais do Segundo Reinado. Identificamos aqui, que o idioma construído na década de 1840, fora desenvolvido no decorrer do Império pela agremiação, e sendo modificado de acordo com o jogo político do período. Para a análise, utilizaremos a metodologia das linguagens políticas.

Palavras-chave: Segundo Reinado, Partido Liberal, Imprensa.

Abstract

This paper object to identify the linguistic characteristics that enable the formation of the Liberal Party in the Court in 19th century Brazil. Aiming to highlight the main themes and concepts that permeated the construction of the vocabulary of the association in the early years of the Second Reign. We identified here, that the language built in the 1840s, had been developed during the Empire by the association, and being modified according to the political game of the period. For the analysis, we will use the methodology of political languages.

Keywords: Second Reign, Liberal Party, Press.

Introdução

O liberalismo no Brasil imperial como ideário político já se tornou destaque nas discussões de diversos autores. Lúcia Maria Bastos Neves, por exemplo, revela que o século XIX já nasceu sob o embate entre o Antigo Regime e as luzes, inaugurando assim a modernidade. Numerosos valores que permeavam as antigas tradições começavam a ser contestados e a secularização da Europa entrava em evidência. A ideia do progresso, da ciência, da história e da pedagogia entravam em ascensão. Contudo, em solo brasileiro, buscavam reformar mantendo os antigos alicerces, principalmente nas estruturas sociais e econômicas. Se constituía em um liberalismo pautado na ordem (NEVES, 2001, p.73-75).

No Brasil, o liberalismo implementado colocava a questão da liberdade atrelada a ideia da independência, assim, o rompimento com o Antigo Regime fora a ruptura com seu passado colonial. Contudo, o resultado do processo foi uma Monarquia Constitucional aliada a igreja, cujo liberalismo “[...] nasceu sob o signo de um Estado cujos traços pareciam atribuir, na realidade, ao absolutismo ilustrado a pater-

nidade” (NEVES, 2001, p.73-75). Outra contradição do liberalismo no Brasil é evidenciado por Maria Emília Prado, quem revela que as ideias de liberdade aqui propagadas, mantiveram inalterada a escravidão, logo, a possibilidade de ação individual estava comprometida (PRADO, 2001, p.163). Desta forma, a compreensão do conceito de liberalismo em solo brasileiro se torna essencial ao estudar a linguagem política que formou o Partido Liberal no Império, pois, o partido político formado foi pautado nos alicerces da Monarquia, da ordem e da escravidão.

A formação dos partidos políticos imperiais, e, sobretudo, sua composição e características de seus personagens políticos, têm sido objeto de estudo privilegiado no âmbito acadêmico. Marco Morel revela a impossibilidade da existência de partidos políticos na primeira metade dos anos 30 do século XIX, pois, o sentido da partidarização, no momento da afirmação da identidade nacional, possuía carga pejorativa no Brasil (MOREL, 2006, p.68).

Seguindo a mesma problemática acerca da formação de facções políticas neste contexto, Marcello

Basile indica a existência de três grupos que formavam três projetos distintos de governo no período regencial, cujo tema entrava em emergência com a abdicação de Pedro I ao trono. Desta forma, a partir da caracterização do vocabulário político de *moderados*, *exaltados* e *caramurus*, o autor destaca que fora através dos desdobramentos destes personagens políticos ao longo da década que resultaram nos partidos imperiais (BASILE, 2009).

Sobre a atuação dos grupos citados acima, Morel indica que os personagens que compunham os exaltados, por exemplo, não alcançaram espaço dentro do poder central, uma vez que compreendiam que a revolução era um direito natural do povo contra governos despóticos. Um dos espaços de sociabilidade que esses indivíduos ocupavam eram as ruas, transbordando protestos, motins e rebeliões. O grupo foi desintegrado por meio da repressão de seus adversários, e também pela adesão de integrantes ao Segundo Reinado, assim, grande parte dos personagens se aproximaram da ala progressista dos moderados futuramente (MOREL, 2006).

O projeto político moderado, que viria ganhar espaço ao longo do Império, rejeitava o absolutismo a medida que a ideia de revolução não fosse completamente aceita: a premissa de uma liberdade limitada. Assim, eram conservadores, na medida que objetivavam uma determinada transformação política sem que atingisse a ordem social. Suas perspectivas de modernidade estavam calcadas nas divisões de poderes, direitos individuais, liberdades públicas e comerciais. Utilizaram a revolução para legitimar a construção da nação em seus interesses, e logo em seguida frear o processo revolucionário (MOREL, 2016, p.133-145).

Marco Morel também enfatiza que, sem negar totalmente o liberalismo, os restauradores, ou *caramurus*, possuíam uma matiz política antiliberal. Após 1831, a restauração no país estava relacionada ao retorno de D. Pedro I ao Brasil, pois, valorizavam a supremacia monárquica e uma aproximação com o tradicionalismo português, assim, um apego ao

Antigo Regime. Deste modo, caos, anarquia e revolução ganhavam sentidos similares. Propunham uma Constituição liberal, entretanto, outorgada pela soberania do Monarca. Após a morte do primeiro Imperador do Brasil, personificavam a soberania monárquica em Pedro II. Entretanto, por forças repressivas esse grupo também é desmantelado, todavia, seus personagens se aproximam dos moderados regressistas. Portanto, a engrenagem nacional centralizadora pautada na ordem social, não fora derrotada, fora regenerada com o pertencimento de muitos integrantes aos hostes do poder (MOREL, 2006).

Diante disso, ressaltamos que após o desmantelamento das facções exaltada e *caramuru*, e o fortalecimento dos moderados, outro tipo de distinção política ocorre no parlamento e na imprensa, se tornando crucial para a formação dos partidos políticos Liberal e Conservador. Manoel Cavalcanti Junior revela que os liberais moderados, a partir de 1835, estavam divididos, pois, alguns se encontravam insatisfeitos com os resultados do Ato Adicional e do Código de Processo Criminal. Neste sentido, o autor revela que o embate entre regressistas e progressistas tivera início com a abertura dos trabalhos legislativos daquele ano. (CAVALCANTI JUNIOR, 2015).

José Murilo de Carvalho, ao investigar a formação dos partidos Liberal e Conservador revela que a formação destes fora consequência da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1832, pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais que efervesceram a Regência. Assim, teriam composto o Partido Conservador indivíduos resultantes de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores, cujo objetivo se verificava em frear as reformas descentralizadoras. Já o Partido Liberal, na visão do autor, fora resultado da união de antigos exaltados e, principalmente, dos moderados – defendendo então a descentralização administrativa (CARVALHO, 2008, p.204).

Compreendemos que a divisão do grupo político moderado em progressistas e regressistas se transformou, respectivamente, em Partido Liberal e

Partido Conservador futuramente. Deste modo, tal contexto se encontra no fim do Período Regencial e no início do Segundo Reinado. Após a transição, as identidades políticas se consolidaram no Império, possibilitando o início de um longo bipartidarismo político que se perpetuou por grande parte do Segundo Reinado. Assim, neste trabalho nos propomos a traçar a linguagem emitida por redatores que estavam construindo o vocabulário do Partido do Liberal no início da década de 1840.

Para o desenvolvimento deste artigo, utilizamos como fonte dois periódicos que possuíam um idioma da maioria. O primeiro, *O Propugnador da Maioridade*, escreve em momento onde a efetivação do Imperador ainda não havia sido feita. Já o segundo, *O Maiorista*, que se constitui como fonte principal deste artigo, se estabelece nos primeiros anos do Segundo Reinado, logo após o retorno dos conservadores regressistas ao Ministério. Para análise dos documentos, utilizaremos a *metodologia das linguagens políticas*, pois, como elucida Skinner, é necessário que se articule a linguagem, a intencionalidade e o contexto político e social do período estudado, assim, equiparando o texto e o contexto. Desta forma, os atos de falas presentes em um discurso revelará as questões que o redator privilegia ou repele em seu posicionamento político (SKINNER, 2000).

Os anos quarenta do século dezanove

A década de 1840 se constitui como um dos períodos mais conturbados no sentido de disputas partidárias no Império brasileiro, pois foi em seu início que as identidades se consolidam bipartidarizadas, com a formação do Partido Conservador e do Partido Liberal. Palco de querelas acirradas no cenário político da Corte, a década daria início ao desenvolvimento da nova organização Imperial: o Segundo Reinado. Desde 1831, o Império não desfrutava do comando de um Imperador, já que Pedro I abdicara do trono quando seu herdeiro presuntivo não possuía idade

para assumir. Diante disso, o Período Regencial foi o período mais convulso de todo o Brasil Império, evidenciando diferentes projetos políticos para a nação (BASILE, 2009). Diante deste contexto, os seus contemporâneos temiam a dissolução do país.

Com o intuito de esboçar as questões discutidas no âmbito político da época, consideramos que os jornais promovem a compreensão do contexto linguístico que permeava os atores políticos e redatores da Corte. São documentos que corroboram na identificação de identidades políticas, matizes de pensamento de um determinado período, bem como, veículos de informação que promovem informações da dinâmica política, sobretudo de uma cultura política (SIQUEIRA, 2013, p.84-85).

No ano de 1840, surge, no Rio de Janeiro, *O Propugnador da Maioridade*, jornal ligado aos interesses de liberais que defendiam a antecipada efetivação de D. Pedro II ao trono. O periódico não possuía periodicidade regular e era publicado na Imprensa Imparcial de Brito. Era vendido nas lojas do costumes, sobre o preço de 80 réis. A redação defendeu em suas páginas a interrupção da era regencial, pois, apenas a partir deste momento as tensões se findariam. Em sua linguagem manifestava: “[...]A Monarquia, assim, mal guardada, mal fortificada, ameaça, senão soltar com horrível fragor, aluir-se menos e dissolver-se insensivelmente. É isto que a declaração da maioria de S.M.I. pode prevenir” (*O Propugnador da Maioridade*, nº01, 19/05/1840).

Sendo assim, demonstrava que o Imperador estaria preparado para governar e que era “[...]dotado de talentos naturais, não comuns[...]”. Logo, a maioria deveria ser efetivada, senão a dissolução seria inevitável (*O Propugnador da Maioridade*, nº04, 12/06/1840). Sérgio Ferraz salienta que o Golpe da Maioridade foi um tempestivo passaporte para o poder em conjuntura conveniente, pois, “[...]as novas vantagens institucionais, cruciais para o controle dos pleitos eleitorais, como já se antevia, logo estariam à mão de quem titularizasse os portfólios ministeriais” (FERRAZ, 2012, p.28). A antecipação ao trono de D. Pedro II foi realizada no mesmo ano de início da circulação

deste periódico. O grupo liberal que mobilizara o movimento ocupou as cadeiras ministeriais em 23 de julho de 1840, um dia após Golpe da Maioridade.

Um ano depois, o periódico *O Maiorista* relatava ter defendido a maioria no passado, e naquele contexto, se encontrava insatisfeito. O motivo encontrava-se no banimento de seus aliados do Ministério, o Poder Executivo fora dominado pelos seus adversários conservadores: era tempo do Regresso. Deste modo, quem consolidaria de fato o Segundo Reinado, para o ressentimento de liberais que diziam que muito tiveram de lutar pela maioria de Dom Pedro II, seriam os conservadores:

[...] Quem poderia presumir que fossem chamados para junto do trono, com o fim de exercer a mais atroz reação contra os partidários da maioria esses mesmos, que não duvidaram em embargar a ascensão do monarca [...] mais uma vez, o **partido da constituição** tem parado no meio da carreira, como o viajor afadigado que vê recuar sempre e sempre o horizonte diante de seus passos. Porém, jamais havemos retrocedido (*O Maiorista*, nº21, 22/07/1841). [grifos nossos]

O grupo liberal teria mobilizado a ascensão prematura de Pedro II, sendo assim, esperava-se o domínio de seus representantes dentro do Ministério. Embora no princípio ocorrera tal fato, a rápida exclusão destes indivíduos provocou questionamentos de liberais insatisfeitos. É valoroso destacar a exposição de Ilmar de Mattos acerca do tema, quem compreende que a direção saquarema – ou seja, indivíduos conservadores – dominou o jogo político imperial, justificando-se pela incapacidade dos liberais em estarem de acordo com o jogo de seus opositores. Logo, a queda do Ministério da Maioridade não significou a queda dos liberais, mas o seu fracasso na condução, consolidação e direção do poder (MATTOS, 1987, p.155-156).

Neste sentido, identificaremos a linguagem emitida pelo periódico *O Maiorista* no início da década de 1840, onde a redação implementava um voca-

bulário de crítica à política vigente, e debatia em suas páginas temas caros ao Partido Liberal que se encontrava em formação naquele momento, como: O Ato Adicional, O Código de Processo Criminal e, consequentemente, a descentralização administrativa do país. Compreendemos, assim, que as discussões que efervesceram o período culminaram na formação da identidade do Partido Liberal na Corte.

O Periódico *O Maiorista*: o desenvolvimento linguístico do Partido Liberal

Dois meses após a queda do Ministério da Maioridade, o Periódico *O Maiorista* foi fundado na Corte. Esta folha era publicada às terças, quintas e sábados, na *Tipografia* e Livraria de C. Ogier e C., na rua do Rozario, nº 84¹, e do Hospício nº 51. O preço da subscrição era de 2\$500 por trimestre, 5\$000 por semestre e 10\$000 por ano. A redação do *Maiorista* era enfática com seu objetivo: “[...] *denunciar ao Príncipe, o único que pode salvar-nos, a gravidade dos perigos que a reação criou para o Império*” (*O Maiorista* 25/05/1841).

A análise do vocabulário deste jornal demonstra que seu intuito era atacar o Ministério² que se encontrava no poder, os seus adversários regressistas que formariam o Partido Conservador, seus rivais políticos por todo o Segundo Reinado. Como destaca Pocock, compreende-se que existe relação direta entre o que é escrito e o contexto no qual se

1 Após o falecimento do C. Ogier, a tipografia passa a se denominar *Typografia de Viuva Ogier e Filho*. Encontrando-se também na Rua dos Ourives, nº42.

2 É valoroso destacar que o gabinete ministerial era composto pelos seguintes personagens: Candido José de Araújo Vianna como Ministro do Império, Paulino José Soares de Souza como Ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho como Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Clemente Pereira como Ministro da Guerra, Marques de Paranaguá no Ministério da Marinha, e Miguel Calmon Du Pin e Almeida como Ministro da Fazenda. GALVÃO, Miguel Archanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p.21.

insere. Na direção metodológica dada pelo autor, texto e contexto se entrelaçam, permitindo que nos indaguemos sobre diversas questões, como, por exemplo: “para quem aquele autor estava escrevendo?” (POCOCK, 2003). Assim, consideramos aqui que a conjuntura política vivida pelos redatores desse periódico, insere-se em um cenário de exclusão da ala de poder político ministerial, o que ajuda a elucidar a escolha do vocabulário do jornal. Logo, cada conceito efetuado pelo periódico, é uma forma de demonstrar e criticar o momento político.

A redação do periódico *Maiorista*, composta por um ou mais personagens anônimos, foram no ano anterior defensores da Maioridade de Dom Pedro II, no entanto, oito meses após a ascensão, vislumbra-ram a queda de seus correligionários do poder. Os homens que lutaram contra a Maioridade do Imperador, agora obtinham a posse, e foi neste contexto político que o jornal surge, em um cenário de exclusão, indicando sua vertente oposicionista.

Durante a análise empreendida, destaca-se a frequência dos seguintes temas: o Poder Moderador; o Ato Adicional, a Reforma do Código de Processo Criminal, o Conselho de Estado, e a centralização. Esses assuntos possibilitaram a crítica de forma bem clara ao ministério formado em março de 1841. Os partidos políticos, nesta conjuntura, se desenhavam e se consolidavam, adquirindo assim sua identidade de acordo com o contexto político da época, e com a construção que faziam diante do outro.

Os personagens que dominavam o cenário político da época objetivavam em seu mandato uma política regressista. Considerando, que o período de reformas descentralizadoras que promoveram os liberais quase levou o Império a ruir-se. Neste sentido, a Reforma do Código de Processo Criminal e a Interpretação do Ato Adicional foram os objetivos contestatórios primários do periódico.

Perspectivas historiográficas apontam o impacto da lei aprovada em 1834. Fernando Gouvêa, por exemplo, revela que os municípios passaram, a partir da promulgação do Ato Adicional, a serem

dependentes das Assembleias Provinciais (GOUVÊA, 1986, p.29). Segundo Ivo Coser, à medida que transferiu as principais atribuições administrativas para o controle do legislativo local, o interesse provincial ganhava relevância ao municipal. Entretanto, para os regressistas, essa medida não deveria se sobrepor aos interesses nacionais, interrompendo a unidade federativa. Logo, seria necessário que as províncias encontrassem no pacto federativo vantagens que lhes dizem respeito (COSER, 2011, p.195).

Maria de Fátima Gouvêa indica que, embora a fama de liberal e descentralizador, o Ato manteve inalterado a nomeação dos presidentes de província em todo país, que eram indicados pelo governo central. A maior autonomia promovida teria sido no concernente à nomeação de oficiais da justiça e da fazenda (GOUVÊA, 2008, p.19). A Lei de interpretação do Ato Adicional em 1841 não agradara os maioristas, estes revelaram que:

[...] Desenganemo-nos, as reformas só serviram para **perseguir e oprimir o povo**, ainda que ninguém possa levantar a voz contra os desvarios, as perseguições, os furtos e os roubos dos perversos que hoje nos estão oprimindo. Eles querem firmar o seu poderio, querem tapar nossa boca, cortar nossa língua, para então dar largas a toda a extensão de suas grandes maldades (*O Maiorista*, nº87, 13/01/1842). [grifos nossos]

A política do Regresso buscava embargar as reformas descentralizadoras promovidas na Regência. A justificativa se dava pelo caráter contrário aos interesses nacionais. Os regressistas objetivavam revogar a predominância provincial, buscando centralizar a administração e a jurisdição ao poder central. João Camilo Torres salienta que o período do regresso se constituiu como um momento de reafirmação da autoridade e da percepção de unidade da nação, colocando fim à revolução brasileira. Revela também, que as reformas implementadas neste período tornaram possível a consolidação do Império em toda

sua força (TORRES, 1968, p. 57-59). Entretanto, os liberais defendiam uma prática de descentralização do poder, dividindo-o entre as partes do país, portanto, alegavam que os conservadores objetivavam o domínio por inteiro.

[...] O que nós vemos é que as reformas concentram todo o poder judiciário nas mãos do governo [...] E pois estamos convencidos de que elas poderão estar de acordo com as tendências de um governo que rejeita a divisão de poderes, mas, afastam-se completamente do regime que consagra a Constituição do Estado[...] a **divisão e a harmonia dos poderes políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos**[...] (O *Maiorista*, 08/01/1842).

Como evidenciado nas citações acima, a redação do periódico emitia vocábulos contrários aos preceitos centralizadores, demonstrando que seus adversários não possuíam compromisso com a voz do povo, pelo contrário, buscavam perseguir e oprimir-los. De outro modo, argumentam que a descentralização promoveria a própria harmonia dos poderes políticos, perspectiva muito cara aos mandamentos conservadores.

A Reforma do Código de Processo Criminal está inserida na crítica que o periódico objetivava propagar naquele momento. Os conservadores buscavam frear o código formulado na década da Regência de cunho liberal. José Murilo de Carvalho expõe que esse código foi de grande importância para definir a nova magistratura, e expandir os poderes dos juizes de paz, democratizando a justiça através da implementação do júri (CARVALHO, 2017, p.18). Assim, os liberais buscavam impedir esta reforma, e as críticas feitas são incisivas e marcantes dentro do periódico. Dedicaram páginas extensas contra o tema. Com o objetivo de derrubar o processo que os regressistas buscavam, utilizaram da sátira como um artifício para interrompê-los.

“Código Criminal Prático da Semi República do Pas-

samão: Uma sátira à Reforma do Código de Processo Criminal no ano de 1841”.

Capítulo 1º

Dos crimes e sua punição

Art. 1º **Por crime só se entenderá aquela ação que for cometida por pessoas de credo político diferente do partido dominante e vencedor.**

Art. 4º Nenhum espertalhão do partido dominante, nenhum **afilhado deste será declarado criminoso**, faça o que quiser, enquanto intrigar, adular, e sorrabar aos poderosos do dia. Decaídos estes, então de tomarão estreita conta a aqueles.

Art. 5º Não se dará má fé, se não nos desafetos ao partido preponderante.

Art. 6º Serão criminosos os que acolherem e derem asilo em sua casa a coisas furtadas ou a sujeitos, que por qualquer meio, gíria, esperteza, ou alicantina embolsarem o alheio! Excetuam-se desta disposição os altos contrabandistas, e os magistrados.

Art. 7º Os impressores, os pintores, ou gravadores de libelos famosos, ou de outra qualquer coisa injuriosa, só ficarão responsáveis e serão punidos, se forem pobres, desvalidos, ou se não estiverem sob a proteção de gente desfrutadora e dominante. A esta tudo é lícito e perdoável.

Capítulo 2.

Das circunstâncias agravantes ou atenuantes dos crimes.

Art. 1º **São circunstâncias agravantes de qualquer crime:**

§ 1. Incurrer o delinquente no desagrado do presidente de província, ou de algum dos da sua clientela.

§ 2. Não ter em eleições votado na chapa do governo.

§ 4. Não se compor ou acomodar com as exigências mormente pecuniárias dos indivíduos preponderantes

§ 5. **O ser pobre honrado e pacífico.**

§ 6. Não ser de grande tom e não entrar na bis-

ca das transações.

§ 7. **Ter vergonha, consciência e religião.**

§ 8. **Ser bem criado e incapaz de abaixar-se e de cometer indignidades.** (O *Maiorista*, nº69, 20/11/1841) [grifos nossos]

O vocabulário acima nos indica uma contraposição de personagens existentes no Império: o *pobre honrado, pacífico e moralizado versus* os indivíduos *dominantes e privilegiados por apadrinhamento político*. Indicando, que além da Reforma promover o fortalecimento e a imunidade do partido dominante e seus *afilhados*, prejudicaria, conseqüentemente, a camada mais pura – a popular. Desta forma, percebemos a postura de reprovação à política conservadora, determinando que o Poder Judiciário havia se corrompido ao arbítrio puro e simples do poder destes indivíduos.

Acerca da Reforma do Código de Processo Criminal, Monica Dantas indica que em um de seus pontos, permitia aos promotores de justiça serem nomeados por tempo indefinido pelo Imperador na Corte e pelos presidentes nas províncias, e então seriam mantidos enquanto fossem convenientes ao serviço público, e igualmente retirados quando não servissem mais (DANTAS, 2009, p.13). Logo, em momento de oposição política, compreende-se parte da perturbação dos liberais, que veriam seus adversários políticos escolherem indivíduos para ocuparem importantes postos empregatícios.

O Conselho de Estado foi outro assunto que reverberou críticas dentro do *Maiorista*. De acordo com José Murilo de Carvalho, esse Conselho era representado por uma elite política intelectual experiente e treinada para estar ao lado do monarca, acreditando que apenas a Monarquia e o Imperador bastavam. Logo, a importância que exerciam para o Império era tamanha que seus integrantes eram escolhidos a dedo, para nunca desandar a engrenagem do Império. Deste modo, o autor destaca que “[...] o Conselho fora criado pelos conservadores em 1841, ainda no ca-

lor da luta que, em torno da bandeira da maioria, tinha levado os liberais ao poder por breve período” (CARVALHO, 2008, p. 362). Entretanto, no período em que foi restaurado³ esse Conselho, os liberais clamavam profundamente contra o restabelecimento, e de acordo com Carvalho, foi um dos motivos das revoltas no ano seguinte.

Assim, questionava a redação:

[...]Como a reforma do Código, também o Conselho de Estado, o indispensável complemento do plano infernal de **escravizar a coroa** e país será tomado de escalado, sem exame, sem discussão[...]

[...] É assim essa concepção sublime da filosofia do século, esse poder impassível, imparcial como a justiça. Esse poder quase divino que se colocou no fastígio do edifício constitucional para regular a balança entre os outros poderes. **Se tornará caído o Monarca sob o jugo de um Conselho vitalício e de um número fixo, o instrumento vil das paixões de um partido**[...] (O *Maiorista*, nº65, 11/11/41). [grifos nossos]

Deste modo, a retórica dos redatores do periódico demonstrava que o Conselho prejudicaria a autonomia de Pedro II escravizando-o. Ademais, ressaltava-se a supremacia de apenas um partido entre os homens. Logo, os redatores do periódico desqualificavam a existência de tal instituição. O vocabulário era permeado de termos referente ao *Conselho Monstro*, enquanto, diziam que se encontrava ali uma *oligarquia*. No entanto, o motivo de tanta crítica à reconstrução do conselho não estava apenas em sua própria existência. Percebemos, que como os conservadores dominavam a cena naquele momento, nomear senadores vitalícios significava a grande maioria do partido dominante naquelas cadeiras.

3 O Conselho de Estado foi criado por Dom Pedro I em 1823 e extinto pelo Ato Adicional em 1834. Após a efetivação do gabinete regressista em 1841, sua restauração ocorreu em 23 de novembro do mesmo ano.

[...] S.M., não é o chefe político de uma facção, mas sim o Imperador dos brasileiros, e por tal motivo cumpre-lhe consultar e ouvir os homens de todas as comunhões políticas[...] Por isso, fora mister que não menos que ele escolhesse na formação do Conselho de Estado seis indivíduos de cada um dos partidos, que hora lutam entre si[...] (*O Maiorista*, nº79, 16/12/1841).

A crítica do ano seguinte torna ainda mais evidente:

[...] Nenhum só homem do partido da maioria aparece entre os nomes que o ministério impôs a escolha imperial [...] lá se encontram todos os membros do gabinete que em 23 de julho dera o golpe do adiamento das câmaras para embargar a ascensão do monarca[...] (*O Maiorista*, nº95, 10/02/1842).

Logo, a Interpretação do Ato Adicional, a Reforma do Código de Processo Criminal, bem como a existência do Conselho de Estado, foram os principais motivos para as maiores críticas nas páginas do jornal aqui exposto. Esses temas, são um dos que se estabelecem ao lado da formação e consolidação dos partidos políticos imperiais, promovendo inúmeras discussões em volta das principais distinções ideológicas existentes entre esses adversários: a relação entre poder central e as províncias, e o equilíbrio entre poder monárquico e parlamentar.

A identidade de ambos os partidos se desenvolveu de uma forma crescente nesta década, período em que o acirramento desenvolvia-se de forma cada vez mais evidente, desencadeando no ano de 1842 e 1848 revoluções de cunho liberal, bem como, o aumento da rivalidade em ambos partidos, amenizada somente na década seguinte, com a política de Conciliação.

Estes componentes de crítica às instituições conservadoras denotam a perspectiva do fracasso dos liberais analisado por Mattos:

Negavam o poder - tanto o do Imperador, titular do poder Moderador, quanto o de seus Ministros, ocupantes do poder executivo[...] negavam os Regressistas - vistos como os propiciadores do estreitamento do círculo das garantias individuais[...] (MATTOS, 1987, p.158).

As análises indicam que por volta de 1842, a linguagem da folha efervescia. Crescia cada vez mais o vocabulário que objetivava a dissolução dos conservadores do poder. Em um curto espaço de tempo, o periódico expõe petições organizadas por Minas Gerais e São Paulo, bem como a defesa do direito de redigi-las. Além disso, são expostos os números de denúncias aos malefícios das reformas. Denúncias extremas, como, por exemplo, o momento no qual os redatores acusavam conservadores do Ceará de terem executado o ex-presidente de província, Facundo de Castro e Menezes:

É coberto de dó, que o Maiorista vem hoje anunciar ao público o assassinato horroroso que a **facção absolutista** acaba de perpetrar no Ceará, sobre o major ex-vice-presidente João Facundo de Castro e Menezes, o chefe do **Partido da Ordem e da Constituição** nesta desgraçada província [...] Era esta, com efeito, a consequência fatal, horrível, mas muito lógica da reação proclamada em 24 de março. Era o complemento último e indispensável da política de um governo imoral, que, para perpetuar-se no poder contra o voto nacional, jurou aniquilar, fossem quais fossem os meios, o imenso partido da maioria, em toda a vastidão do Império[...] (*O Maiorista*, nº84, 04/01/1842).

Através do que fora exposto pela fonte, e pela própria historiografia, é possível identificar que a região Nordeste do país vivia um momento de efervescência política. Viotti da Costa orienta que, contrariando a expectativa da maioria em acalmar os ânimos da regência, entre 1837 e 1848 o Império assis-

tiu uma onda revolucionária no norte e no nordeste⁴ (VIOTTI DA COSTA, 1999, p.156). Na perspectiva de Fernando da Cruz Gouvêa “[...] em 1842 recrudesciu as disputas que envolviam o Império desde os dias das Regências” e que no final deste ano “aprofundou-se a dissidência liberal, com o crescimento da influência dos chamados “praieiros” que se constituíram na verdadeira oposição”. O autor destaca que esse grupo evidenciava-se um pouco mais radical, distinto dos liberais-conservadores que acolheram-se sob o teto da oligarquia baronista (GOUVÊA, 1986, p.30).

Contudo, o que pairava no contexto político imperial para a linguagem liberal radicalizar-se? Sobre um desses motivos, Dantas destaca que em 1842, parte das elites de São Paulo e Minas Gerais se insurgiram contra as reformas dos conservadores. Feijó, que era um dos líderes da revolta, fez em um manifesto contendo um programa para combater as medidas dos regressistas, que seriam: a interpretação do Ato Adicional, a Reforma do Código de Processo Criminal, e o retorno do Conselho de Estado. E se caso não fossem atendidos, separariam do Império. (DANTAS, 2009, p.1)

O vocabulário presente no periódico *Maiorista* contextualizava com essa interpretação. Seus redatores endossavam os clamores paulistas e ofereciam apoio caso precisassem lutar:

[...] este nobre povo de paulistas promete sustentar com as armas na mão a **liberdade e o trono do Sr. D. Pedro II**, derramando até a última gota do seu sangue, gastando até o último valor de sua fortuna, para **salvar a pátria**, e lançar por terra o gabinete de 23 de março[...]

Os Paulistas que em todos os tempos têm corrido pressurosos aos reclamos da pátria. Eles que foram os primeiros a soltar o brado majestoso que libertou

o Brasil dos ferros coloniais [...] estariam hoje, de todo, degenerados, se não corresse valentes como seus antepassados, a **proteger a causa da liberdade em perigo**[...] (O *Maiorista*, nº94, 03/02/1842). [grifos nossos]

A citação acima nos indica, que o termo *liberdade* seguia de encontro a postura política dos conservadores. Neste sentido, os paulistas estavam corretos em batalhar contra o Gabinete de 23 de março, salvando a *pátria* e o próprio *trono*. Assim, a citação demonstra que os termos *liberdade*, *pátria* e *trono* permeavam a linguagem dos liberais do período. Conjugando assim, a liberdade com a noção de Monarquia, onde havia necessidade em salvar o monarca daqueles que estavam com a posse do governo.

Em outro número enfatizavam: “[...]a causa dos paulistas é a de todos nós [...] reunamo-nos de uma extremidade a outra do Império, para assegurar o triunfo da nossa segunda regeneração política[...].” (O *Maiorista*, nº97, 13/02/1842). Ou ainda: “[...] pobres e valentes paulistas, ratificamos esse juramento solene, bradando uma e mil vezes - Constituição ou Morte?” (O *Maiorista*, nº97, 13/02/1842). Assim, vale ressaltar a análise de Ilmar de Mattos acerca da conjuntura em questão, aonde o autor compreende que os movimentos que ocorreram em 1842 foram vividos intensamente pelos liberais, uma verdadeira revolução “[...]porque objetivava, de um lado, livrar o Brasil da “oligarquia turbulenta e pretensora que oprimia[...]”, expondo que para os liberais, significava o início de um tempo novo. (MATTOS, 1987, p.105)

Em meio às representações encaminhadas como forma de denúncia aos governantes por municípios das províncias de São Paulo e Minas Gerais, destacamos que pairou neste periódico a polêmica em torno do direito de petição. Deste modo, é necessário elucidar que tal direito fora garantido pela Constituição de 1824. Vantuil Pereira (2008) revela que tal representação expressava uma leitura elaborada dos cidadãos em relação ao contexto político que vivenciavam, assim, ao reivindicar, busca-

4 Emília Viotti da Costa ressalta que o sul também viveu efervescências nesse período. Entre 1835 e 1845, enfrentaram uma devastadora guerra civil: Farrapos.

vam alargar seus direitos. Logo, o direito de petição estabelecia um pacto entre o poder soberano e os súditos, onde estes podiam denunciar o não cumprimento dos deveres reais. Por fim, Pereira salienta que constituía-se como uma conexão entre as leis e o cotidiano, envolvendo demandas sociais, políticas e civis para o interior do parlamento (PEREIRA, 2008, p. 215, 216 e 220).

Diante disso, compreendemos o teor liberal expresso em tal faculdade, que chegara no Brasil após a proclamação da Independência com a introdução de uma cultura política distinta do Antigo Regime. Vantuil Pereira revela que o momento fizera emergir certo horizonte de expectativa, aonde o direito de participar ultrapassou a restrita esfera dominante da sociedade, atingindo outros setores (PEREIRA, 2008, p. 215). Portanto, um Ministério regressista questionar tal garantia, renderia severas críticas da oposição. Deste modo, ainda nos fins de 1841, o periódico *O Maiorista* revelava as *Perseguições às Câmaras Municipais*. Publicou-se na edição de nº319 do *Jornal do Commercio* que o Ministro do Império Candido José de Araújo Vianna havia feito um decreto de punição às Câmaras dos municípios de Barbacena e São João Batista do Presídio pelas petições encaminhadas ao parlamento. Araújo Vianna considerava tal ato como “[...] manifesto e criminoso abuso [...]”, e que o procedimento não se autorizava pelo direito de petição, assim, determinava que iria “[...]suspender os sobreditos vereadores que assinaram referida representação do exercício de suas funções, para que lhes faça efetiva a responsabilidade em juízo competente” (*Jornal do Commercio*, nº319, 11/12/41).

Sobre o decreto, os redatores do *Maiorista* diziam que o direito de representação que exerciam as Câmaras há vinte anos estava naquele momento declarado crime pelos *absolutistas* e *antibrasileiros*. No entanto, solicitava aos *brasileiros* que agissem com perseverança e energia, e continuarem a protestar contra os *oligarcas* que se encontravam aos pés do trono (*O Maiorista*, nº77, 11/12/1841). Durante o ano de 1842, o vocabulário ganhou mais fôlego, com a reda-

ção do periódico demonstrando que devia-se lutar para a garantia deste direito, reivindicando até mesmo o direito de resistência:

Entre o povo inglês, a **resistência à opressão é um dever**, por isso mesmo que é um direito [...] As pessoas que possuem ainda a mais ligeira noção da Constituição britânica, sabem que ela consagra e proclama do modo mais positivo o direito da resistência[...] (*O Maiorista*, nº101, 22/02/1842). [grifos nossos]

Citamos ainda, uma crítica feita pela folha acerca de uma suposta reforma constitucional proposta pelos Ministros Marquês de Paranaguá e Clemente Pereira, que encontravam “[...] necessidade urgentíssima de pôr ao governo o abrigo de choque das facções, armar o seu futuro sobre as instituições, de que o elemento democrático fosse de uma vez eliminado [...]”. Salientavam, que seus adversários consideravam que os brasileiros ainda não estavam preparados para a liberdade constitucional, assim, citaram os principais pontos da reforma:

[...]1º nulificação do Ato Adicional; 2º criação de um senado hereditário cujos membros serão escolhidos pelo Monarca sem eleição popular [...] 3º, concessão do veto absoluto ao poder moderador em vez do veto temporário; 4º, **suspensão do direito de petição** em assuntos políticos; 5º **substituição do sistema estabelecido de eleição** por dois graus pelo sistema de eleição direta, exigindo-se como primeira condição para ser eleitor a renda líquida de dois contos de réis!!! 6º, instituição de uma nobreza transmissível com certos privilégios; 7º, restrição de algumas das garantias; abolição do julgamento por jurados; **extensão do direito de votar aos estrangeiros** que tiverem um ano de residência no Império, e que reunirem a condição pecuniária indicada (*O Maiorista* nº99, 17/02/1842). [grifos nossos]

Declarava-se que o que mais assustava em tal

possibilidade, era a alteração do sistema de eleição, que tão *liberal* havia feito D. Pedro I, que convidara todas as *classes sociais* a participarem na escolha dos representantes, e assim, na direção dos negócios do Império. Logo, a *oligarquia* via em cada *homem trabalhador* como um *inimigo natural*, sendo que, era nessa camada social onde “[...] os sentimentos de **nacionalidade e liberdade** mais puros e inalteráveis se tem conservado [...] assim, se suplantaré o elemento democrático que tanto incomoda[.]” De outro modo, o assentimento dos estrangeiros do direito de voto revelava as simpatias dos conservadores pelo *elemento português* (*Ibidem*) [grifos nossos].

Diante do vocabulário apresentado, percebemos que os Ministros, que representavam os interesses do regresso conservador, eram considerados absolutistas e antibrasileiros. Desta maneira, pediam aos seus leitores – os brasileiros – que resistissem. A alteração que seria feita pela suposta reforma constitucional no sistema eleitoral, assim como a ampliação de voto para os estrangeiros, escancarava a distinção que faziam entre os lados, onde seus adversários eram os inimigos naturais das classes menos abastadas, enquanto eles seriam os representantes dos homens trabalhadores, defensores da nacionalidade e da liberdade. Percebe-se, que tomam pra si a representação do povo e da defesa do elemento democrático.

Portanto, *O Maiorista* nos traz, em seu tempo de existência, uma linguagem política de crítica aos conservadores, com a redação estampando os percalços que o Império vivia. Criticava-se as reformas realizadas, a centralização, a impopularidade do ministério, alarmavam para os seus leitores que a crise econômica seria fruto da arbitrariedade do governo. Evidenciaram em suas palavras o surgimento das duas esferas que se distinguiram no Brasil e que dominariam o cenário político por todo o Segundo Reinado – conservadores e os liberais.

Deste modo, a análise nos indicou que alguns conceitos surgiram para desqualificar seus opositores e interpretar a conjuntura política que vivencia-

vam do momento. O termo “*oligarquia*”, surge para demonstrar o significado dos conservadores para os liberais: indivíduos que defendiam uma participação restrita a poucos cidadãos. Os vocábulos “*liberdade*”, “*moral*” e “*trono*” aparecem para indicar os princípios monárquicos do liberalismo que defendiam. Durante a pesquisa, percebemos que se consideravam representantes do “*povo*”, do “*elemento democrático*” e da “*classe trabalhadora*”. Enquanto isso, seus adversários seriam “*inimigos*” dessa classe, “*antibrasileiros*” e representantes do “*elemento português*”. O direito de resistência seria a forma de combate dos cidadãos às políticas opressoras dos dominadores instalados no poder. Por fim, se referiam ao seu grupo como “*Partido da Maioridade*”, “*Partido da Constituição*”, e “*Partido da Ordem*”.

Considerações finais

Este artigo objetivou demonstrar o contexto político e linguístico que possibilitou a formação do Partido Liberal na Corte. A pesquisa foi realizada por meio da metodologia de análise das linguagens políticas, investigando os periódicos *O Propugnador da Maioridade* e *O Maiorista*. As fontes históricas e a própria bibliografia do período indicam que os partidos políticos foram consolidados na década de quarenta do século XIX. Assim, os indivíduos que mais tarde formaram o Partido Liberal estiveram presentes e foram protagonistas da ascensão de D. Pedro II ao trono. Entretanto, a rápida derrubada de seus correligionários nas cadeiras ministeriais, e a efetivação de seus adversários que em tempo anterior foram contrários à maioria do Imperador, moldaram a linguagem política destes indivíduos para a formação de um vocabulário de crítica e oposição ao Ministério vigente, possibilitando a distinção e a construção de identidades políticas pelos próprios redatores.

Referências

Fontes Impressas

O *Maiorista*, 25/05/1841-12/03/1842. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

O *Propugnador da Maioridade*, 19/05/1840-21/07/1840. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Jornal do Commercio, nº319, 11/12/1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_03&passa=ano%20184&spesq=&pagfis=2663.

Bibliografias

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, v.II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____, José Murilo de. Prefácio. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMINAN, Andréa; MOTTA, Kátia Sausen da. *Juízes de Paz: um projeto de justiça cidadã nos primórdios do Brasil Império*. Curitiba: Juruá, 2017.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. *O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 26, nº76, p.191 - 227, 2011.

DANTAS, Monica Duarte. *O Código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)*. Conferência apresentada junto ao IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito - Autonomia do direito: Configurações do jurídico entre a política e a sociedade. Universidade de São Paulo, 2009. (versão para discussão).

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império Revisitado: Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese - Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2012.

GALVÃO, Miguel Archanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

COUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986.

COUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias*: Rio de Janeiro (1822-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

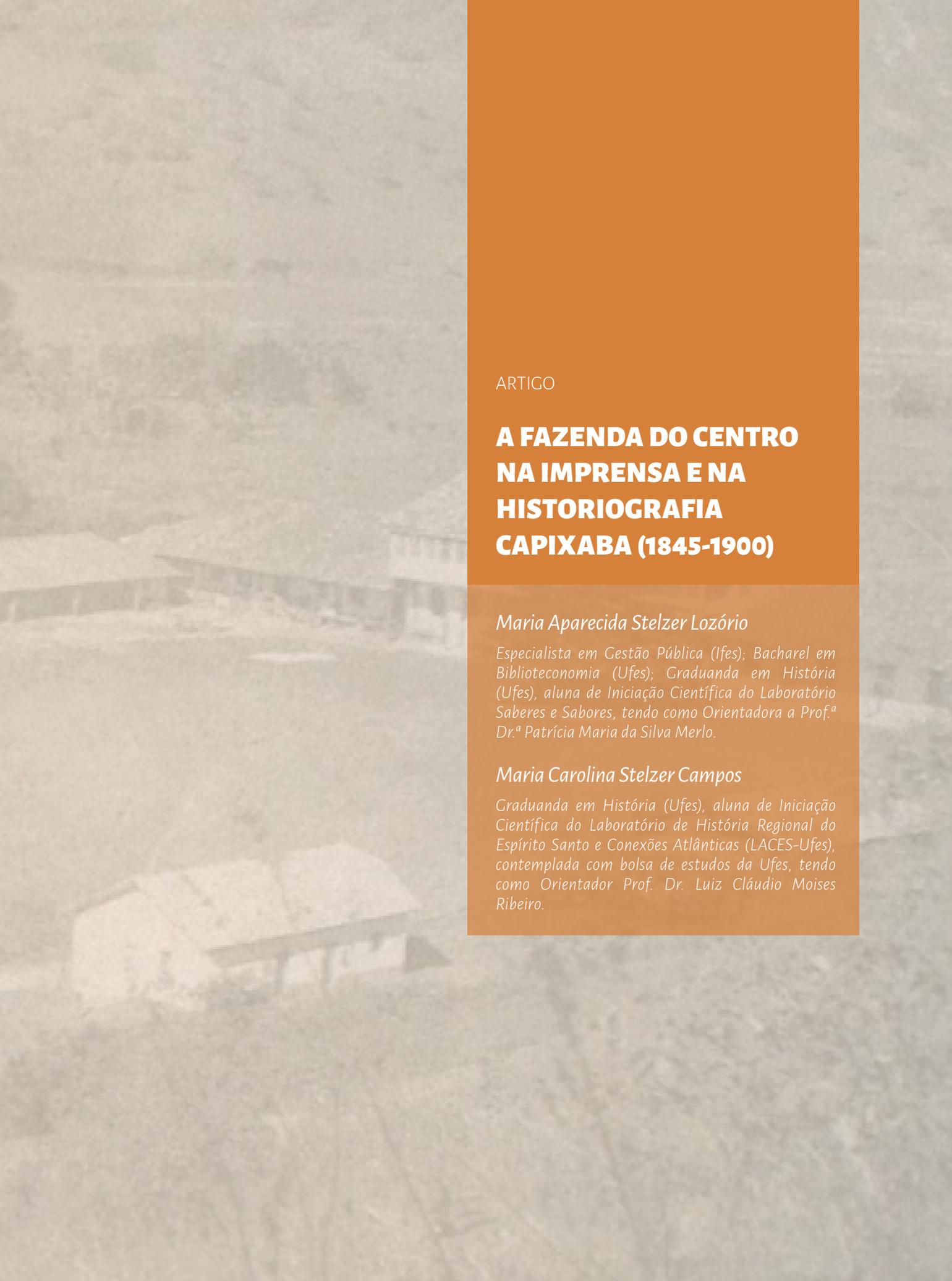
PRADO, Maria Emilia. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 1999.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo (1860-1880)*. Vitória: IHGES, 2012.

SKINNER, Quentin. Prefácio. In: *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TORRES, João Camilo de Oliveira de. *Os construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.



ARTIGO

A FAZENDA DO CENTRO NA IMPRENSA E NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA (1845-1900)

Maria Aparecida Stelzer Lozório

Especialista em Gestão Pública (Ifes); Bacharel em Biblioteconomia (Ufes); Graduanda em História (Ufes), aluna de Iniciação Científica do Laboratório Saberes e Sabores, tendo como Orientadora a Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo.

Maria Carolina Stelzer Campos

Graduanda em História (Ufes), aluna de Iniciação Científica do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES-Ufes), contemplada com bolsa de estudos da Ufes, tendo como Orientador Prof. Dr. Luiz Cláudio Moises Ribeiro.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é compreender a importância da Fazenda do Centro para a história e para o desenvolvimento da região sul capixaba, principalmente na emergência do local, onde hoje é o município de Castelo. Para esta finalidade, iremos fazer uma análise de conteúdo com um recorte temporal de 1845 a 1900, desde a construção da fazenda até o seu abandono no final do século XIX. Nesta pesquisa foram utilizados como fontes primárias os jornais que circulavam no Estado do Espírito Santo, no período em questão, confrontados com a historiografia capixaba. A partir de meados do século XIX, a localidade viveu seu apogeu com o ciclo do café, com a exploração da mão de obra escrava, a construção da sede da fazenda e a estação de trem. Foi no seu entorno que se iniciou o povoamento da região, mas devido a não realização do projeto de levar o trem até o seu terreno, foi perdendo a atividade econômica, que se deslocou montanha abaixo, onde hoje é a sede do município de Castelo. A fazenda ocupou lugar de destaque no desenvolvimento, na religiosidade, na cultura e na política local, marcando assim seu lugar na história.

Palavras-chaves: Fazenda do Centro, Castelo, Espírito Santo.

Abstract

The main objective of this work is to understand the importance of Fazenda do Centro for the history and development of the south region of the Espírito Santo state, mainly in the emergency of the local, actually known as the city of Castelo. For this purpose, we will make a content analysis, with a time cut, from 1845 to 1900, since the construction of the farm until it's abandonment, in the end of the XIX century. In this search were used as primary sources the newspapers that circulated in the state of Espírito Santo in that time, faced to the historiography of the place. From the middle of the century XIX, the locality lived it's heydays with the coffee cycle with the exploitation of slave labor, the construction of the farm headquarters and the train station. It was in it surroundings that started the settlement of the region, but due to not realizing the project to take the train to the land, it started to lose economic activity, that moved down the mountain, where today is the seat of City of Castelo. The farm took a prominent place in the development, in religiosity, in the culture and local politics, marking it's place in history.

Keywords: Fazenda do Centro, Castelo, Espírito Santo.

Introdução

A Fazenda do Centro e seu entorno marcaram seu lugar na história do sul capixaba. Desde o século XVII, foi palco de disputas indígenas, escravização africana e ocupação de imigrantes. Suas terras, também foram marcadas pela religiosidade. Jesuítas e Agostinianos mostraram interesses por elas, muito embora, algumas vezes, esses interesses possam ter sido mais interesses econômicos do que religiosos.

A fazenda teve a construção da sua sede, realizada pelo major Antonio Vieira Machado da Cunha, aproximadamente em 1845, chegando a ter mais de 300 escravizados, alguns autores chegam a relatar 600 escravizados, e foi nas suas proximidades que se intensificou o povoamento da região. A fazenda contava com uma estação de trem, mas a não reali-

zação do projeto de levar o trem até lá, fez com que a localidade fosse perdendo a atividade econômica, que acaba por se deslocar para os arredores da última estação de trem da Ferrovia Caravelas, a “Estação do Castello”, onde hoje se situa a sede do município de Castelo. Após a morte do major, seu genro Manoel Fernandes Moura, assume o comando da fazenda e dos negócios da família.

A fazenda conheceu a derrocada e o abandono no final do século XIX, pois com a morte de Manoel Fernandes Moura, a fazenda foi abandonada, já que seus herdeiros não quiseram ficar por lá. No início do século XX a fazenda foi comprada, na figura do Frei Manoel Simón, que pertencia à Ordem Religiosa dos Agostinianos Ricoletos, e que em poucos anos, realizou a divisão da terra em lotes e os vendeu às famílias de imigrantes italianos. Essa venda trouxe

novamente a ocupação para a região. O terreno, com o edifício da sede da fazenda, ficou sob responsabilidade dos Agostinianos, tendo no início abrigado um seminário, e posteriormente utilizado como escola. Na fazenda, se encontra uma capela que recebeu muitos batizados e casamentos, seu terreiro também recebeu inúmeras festas religiosas ou não. Essas manifestações religiosas ficaram registradas em fotos e na memória de vários moradores da região.

Mas apesar de seu importante papel local, o abandono viria novamente no final da década de 1980. Em 1984, o prédio da fazenda é tombado como patrimônio estadual pelo Conselho Estadual de Cultura (ESPÍRITO SANTO, 1984). Uma malsucedida tentativa de restauração do edifício sede e da capela, a retirada do telhado e o abandono do projeto deixaram as paredes expostas a intempéries, colocando a fazenda em ruínas, com o perigo iminente de todo o prédio ruir. Com a criação do Instituto Frei Manoel Simón (IFMS), em 2005, responsável pela gestão do prédio, o projeto de restauração é novamente resgatado, mas desta vez tendo o governo do Estado do Espírito Santo e o Ministério da Cultura como parceiros. A Fazenda do Centro voltou a ocupar um lugar na memória e na história da localidade, passando a desempenhar verdadeiramente o seu papel de patrimônio.

O objetivo principal desse trabalho é compreender a importância da Fazenda do Centro para a história, e para o desenvolvimento do sul capixaba, principalmente na emergência do local, onde hoje é o município de Castelo. Como objetivos específicos: iremos analisar a influência de seus dois primeiros proprietários – o major Antonio Vieira Machado da Cunha e seu genro Manoel Fernandes Moura e descrever a importância da Fazenda do Centro para o desenvolvimento da localidade, contribuindo para a formação, o desenvolvimento, a religiosidade, a cultura e a memória do município da região sul capixaba. Para esta finalidade, iremos fazer o recorte temporal de 1845 a 1900, desde a sua construção pelo major até a morte de seu genro, e seu abandono.

Faremos uma análise de conteúdo que, para Bardin (2016, p.15), “é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução [...] oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Como principais fontes primárias usaremos os jornais capixabas da referida época, disponibilizados na base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional, e para tal utilizaremos como mecanismo de busca os nomes dos dois proprietários – Antonio Vieira Machado da Cunha e Manoel Fernandes Moura, – além do nome da fazenda, Fazenda do Centro.

Como o uso dos nomes sem aspas trouxe um número de ocorrências muito grande e sem precisão, optamos por fazer a busca dos nomes citados entre aspas, o que aumentou a precisão na busca. Sabemos que, a HDB ao utilizar a ferramenta de Reconhecimento Óptico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR), pode gerar inconsistências nos termos pesquisados. Segundo Brasil e Nascimento (2020), as ocorrências obtidas nas pesquisas na HDB, não nos trazem a totalidade das vezes que o termo pesquisado, aparece no periódico. No que tange aos objetivos deste trabalho, conseguimos satisfazê-los com a ferramenta de busca OCR. Como fontes secundárias daremos ênfase à historiografia capixaba.

A Fazenda do Centro e o Major Antonio Vieira Machado da Cunha

O século XIX desponta como um novo momento para a economia brasileira, o ouro com sinais de esgotamento, tem sua produção drasticamente reduzida. Outra atividade que está em declínio é a açucareira. Neste contexto, surge no cenário econômico brasileiro uma nova cultura, o café. Para Prado Junior (1994), o café muda a região de destaque na economia do Brasil, deixando para trás a região Norte do país e elevando a lugar de destaque a região Centro-Sul.

Ainda segundo o autor, a economia brasileira passou por grandes transformações na segunda me-

tade do século XIX, e essas se deram principalmente na distribuição das atividades produtivas, sendo responsável até mesmo por uma nova identidade do país. Para o Espírito Santo (2009), foi no local da fazenda que se iniciou essa mudança econômica, do que futuramente seria o município de Castelo. Essa mudança na economia, contudo, não mudou a mão de obra utilizada – a exploração de escravizados africanos. A Fazenda do Centro fez uso da mão de obra escravizada, chegando a ter 600 escravizados, e perto da assinatura da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a fazenda ainda mantinha cerca de 200 escravizados.

O major e sua família vieram do Rio de Janeiro, do Vale do Paraíba, região de destaque na produção cafeeira do país, mas por diversos fatores, o local teve um declínio na economia: o esgotamento do solo, a erosão e o fortalecimento do oeste paulista na produção de café. Para Batista (2019), a explosão cafeeira no sul do Espírito Santo está intimamente ligada ao Vale do Paraíba e à cultura cafeeira escravista, pois era a região sul do estado, o principal destino dos fazendeiros com produção em declínio. No sul do Espírito Santo, Antonio Vieira Machado da Cunha e seus irmãos compraram uma grande quantidade de terras na localidade, que já foi conhecida como Missões do Castello ou Minas do Castello. Segundo Gomes (2019), ali construíram suas fazendas de café: Fazenda do Centro, Fazenda do Fim do Mundo, Fazenda São Manoel, Fazenda da Povoação, Fazenda Independência. Observando o mapa do município de Castelo na atualidade, é possível verificar que mais da metade das terras, do atual município, fizeram parte destas fazendas.

A Fazenda do Centro, segundo livro escrito pelo Agostinianos, *Crônicas de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva - década segunda (1909-1919)*, e citado por Frauches (2010), chegou a ter uma área de mais de 154.000.000m², o edifício contava segundo o relato do início do século XX, com mais de 30 cômodos em dois andares de construção.

Por las mediciones hechas por el Departamento de Tierras y Colonizaciones em 1878 y título de 1898, que deben estar archivadas em el registro de Tierras, consta que esta hacienda posee 154.993.280 metros cuadrados, o sea 3.202 alquieres geométricos.

Esta enorme propiedad comienza em la división de las águas de los rios-Jucú, Beneventes y S. Cristóbal al Este; al Sur por las haciendas da Crimea, S. Cristóbal y Colônia do Rio Novo; al Oeste por las haciendas de crimea, S. Manuel, Povoação e Bella Aurora; y finalmente al Norte por el Rio Jucú.

Además de uma enorme casa de morada, ingenio de café, mecanismo para beneficiar la caña, mandioca, maíz, rícino, casa de negócios, serraria, graneros, corrales, caballerizas, ceba de puercos, secadores de café o terreros, honos para teja, ladrillos y cal, posee inmensos bosques virgenes com maderas de las mejores cualidades, perobas de varias espécies, jacarandás diversos, viñáticos, bálsamo, gurubús, sapucayas, corcundas, cangeranas, massarandubas, etc.

La hacienda está regada abundantemente em todos los lados por vários rios como S. Isabel, Corumbá, Vae-Vem, Telha, Paca, S.Luis, Saudade y otros diversos riachuelos. El rio Caxixe atraviesa toda la hacienda por uma extensión superior a veinte kilómetros (CRONICA DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, 1920, p. 661 apud FRAUCHES, 2010 p. 3-4).

A construção conta com uma varanda, que ocupa toda a extensão do andar superior, toda fechada com janelas de vidro, que segundo o IFMS seriam franceses, já que em 1845, data provável da construção da fazenda, o Brasil não contava com fábricas de vidros para esse fim. Nessa época – apesar de já ter contado com uma fábrica de vidro no século XVII durante a invasão holandesa, e posteriormente, em 1810, uma fábrica em Salvador – só havia no Brasil quem fabricasse garrafas, garrafões, frascos e globos

de lampiões. De acordo com a Pilkington (2021), uma das maiores fábricas de vidro para arquitetura do mundo, naquela época “para envidraçar as janelas, só comprando o produto trazido de fora pelas casas importadoras”.

Segundo relatos dos Agostinianos, a Fazenda do Centro foi assim descrita

La casa de habitación se compone de un fronsispicio com 69 metros de frente, teniendo la parte central de los pisos con 23 metros de frontis. La casa tiene em el piso de bajo siete salones y 17 cuartos, la mayoría muy grandes. Em primer piso tiene dos salones y ocho salas.

Del lado de trás tiene dos galerías con cristales en el primer piso com 38 ventanas vidreiras. Todas las ventanas son com vidreiras. Todas las habitaciones del primer piso son entarimadas y com cielo raso más de la mitad. Hay cocia, despensa y agua encañada. Todo pintado al óleo y la casa, o mejor dicho, caserón en buen estado de conservación. (CRONICA DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, 1920, p. 663 FRAUCHES, 2010, p. 7)

O complexo da fazenda contava ainda com uma estação de trem, com trilhos ingleses, que nunca foi usada, além de um aqueduto, que levaria água para a locomotiva maria-fumaça do trem. Tanto a estação de trem como o aqueduto ainda existem.

Buscando nos jornais capixabas da época, encontramos no jornal *Correio da Victória*, um despacho do Palácio da Presidência da Província do Espírito Santo, datado de 10 de novembro de 1857, onde o administrador das rendas provinciais, Olímpio Carneiro Viriato Catão, encarrega o major Antonio Vieira Machado da Cunha, como responsável pelo “melhoramento da picada de Guarapary para o Aldeamento, que acaba de ser aberta [...] a fim de torná-la [sic] transitável já para cavalheiros, e tropa; tenho resolvido mandar entregar-lhe por conta dessa despesa a quantia de 4:500\$ rs”(CORREIO DA VICTORIA, 1857, p. 1).

Em 23 de maio 1858, o relatório do vice-presidente da província do Espírito Santo, João Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, relata na seção “Obras Públicas” que, no ano anterior, havia sido renovada a quantia que foi entregue ao major para tornar a estrada transitável (Guarapary – Aldeamento Imperial Affonsino – hoje Conceição do Castelo), o que nos leva a acreditar que, a responsabilidade de melhorar e conservar a estrada aberta, era do proprietário da Fazenda do Centro desde 1856. O relatório informa ainda que, a obra em 1857 havia começado em 22 de dezembro com 46 escravizados, mas que havia parado devido às chuvas e que com a abertura daquela estrada, o município de Guarapari e seu porto “se tornará mais frequentado, grande desenvolvimento se espera desta estrada, que facilita aos habitantes dos sertões de Itapemirim o transporte de seus gêneros e a aproximação do mercado” (ASSEMBLEIA, 1858, p.13).

No relatório de transferência da administração da presidência da província do Espírito Santo, do Presidente Antonio Alves de Souza Carvalho para o Vice-presidente João da Costa Lima e Castro, de 11 março de 1861, também da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, há o relato de verba destinada à abertura e conservação da estrada para Guarapari, entregue ao major Antonio Vieira Machado da Cunha. O relatório afirma, que além dos já gastos pelo major 3:835\$000, o presidente julgava necessário despender mais dinheiro para que o trânsito não fosse tão incomodo, assim indica que o Governo Imperial talvez possa concorrer com mais 16:000\$000, pois além de ligar a localidade e o Aldeamento à freguesia de Cachoeiro e a Guarapari, facilitava a ligação com Ouro Preto, e que “também se poderá ligar o caminho aberto pelo major Vieira com esta capital pela colônia Santa Izabel, fazendo-se um desvio a estrada São Pedro de Alcantara” (ASSEMBLEIA, 1861, p. 18). O relatório afirma também que, essa ligação facilitaria a compra de mercadorias de Minas Gérias, pois essas compras eram feitas pelo Rio de Janeiro, o que causa-

va estranheza ao governo da província, pois o Rio de Janeiro era mais longe que Minas Gerais.

Araripe (1963) destaca a grandeza da fazenda e como as estradas eram importantes para o desenvolvimento da localidade, e ressalta a surpresa de ter encontrado na Fazenda do Centro maquinário inimaginável, devido às condições das estradas.

Com o tempo, suas instalações aumentaram com grande casa solarenga, armazéns, paióis, senzalas, engenhos de beneficiamento de café, arroz, moinho, oficina mecânica, capela, enfim um pequeno povoado, com banda de música própria. Foi um notável empreendimento. A maquinaria que ainda encontrei nessa fazenda, há poucos anos atrás, faz pensar no esforço [sic] inaudito que custou o transporte de pesadas peças àquelas alturas por caminhos de cargueiros e estrada carroçável (ARARIPE, 1963 p. 145).

Outras duas menções ao nome do major, encontramos no *Jornal da Victoria*, de 8 de julho de 1868, que na seção de falecimentos, comunicou a morte do major no dia 23 de junho de 1868. No jornal *O Estandarte*, de 28 de junho de 1868, encontramos uma nota da viúva D. Maria Leopoldina Vieira Ferraz, de sua filha Anna Izabel e o marido desta, Manoel Fernandes Moura, convidando a todos para a missa de sétimo dia que aconteceria na Fazenda do Centro. No mesmo jornal, de 13 de julho de 1868, encontramos três notas sobre o falecimento do major, uma da esposa, filha e genro agradecendo o comparecimento à missa citada anteriormente, uma da sociedade da Costa e Lima, que avisam que realizarão uma missa para a alma do amigo falecido, e uma da Junta Conservadora, que convida a todos os correligionários para a missa, liberando o amigo para o descanso eterno. Este convite, da Junta Conservadora, se repetiu no jornal *O Estandarte* de 19 de julho de 1868. Um ano depois, no dia 20 de junho de 1869, no mesmo jornal, a esposa, a filha e o genro de Antonio Vieira Machado da Cunha voltam a convidar os leitores para a missa de um ano de falecimento do major.

O falecimento do proprietário da Fazenda do Centro também deve destaque para Daemon, em seu livro *Província do Espírito Santo*, publicado em 1879 e reeditado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em 2010

Finou-se no dia 23 de junho deste ano o importante e abastado fazendeiro major Antônio Vieira Machado da Cunha, um dos primeiros exploradores das matas do Castelo, na vila do Cachoeiro, e que se estabeleceu montando uma grande fazenda a que deu o nome de Centro, nome do lugar em que os antigos mineiros das minas do Castelo trabalharam na extração do ouro, mudando o curso do rio desse nome para cujo fim romperam uma grande pedreira para dar ao mesmo nova saída às águas, e prestar-se melhor à lavagem do cascalho. O major Cunha ocupou durante sua vida muitos cargos de eleição popular e de nomeação do governo, deixando fortuna abastada; foi um dos mais prestimosos chefes do Partido Conservador daquele município (DAEMON, 2010, p. 440).

A citação da morte do Major na cronologia do livro de Daemon, só confirma que a Fazenda do Centro ocupou lugar de destaque tanto na economia, como na política e na vida social da província do Espírito Santo.

Manoel Fernandes Moura e a Fazenda do Centro

O herdeiro da fazenda, em 1868, foi o genro do major, Manoel Fernandes Moura, que se casou com a única filha do major, Anna Isabel. Conforme relata Espírito Santo (2009), Manoel transformou a fazenda em uma rica produtora de café, e em 1870 possuía 161 escravos e 242 mil pés de café, além de animais, terras, instalações, senzala, equipamentos e a estação de trem.

Em 1870, o presidente da Província do Espírito Santo, Antonio Dias Paes Leme, fez uma viagem pela

província e passou pelo sul capixaba, o jornal *O Estandarte* de 10 de abril e o de 17 de abril de 1870 e o jornal *Correio da Victoria* de 21 de maio de 1870 noticiaram a viagem. O presidente chegou junto com o Ouvidor e com mais de 30 cavaleiros. Na fazenda do Ouvidor o esperavam figuras ilustres, entre eles Basílio Dae-mon. A caminho do Aldeamento Imperial Affonsino, o presidente da província chega à Fazenda do Centro e por lá pernoita.

Em 17 de junho de 1871, o jornal *Correio de Victoria* traz na seção de expediente do governo provincial, do mês de maio, uma citação de uma carta de Manoel Fernandes Moura ao inspetor geral de obras públicas, pedindo o conserto e a limpeza das estradas, pois o estado das mesmas era lastimoso. No dia 7 de outubro de 1871, o mesmo jornal traz o despacho do governo provincial, que designa o conserto das estradas que vão desde a divisa com Minas Gerais, até o porto de Itapemirim. Para isso o governo divide as estradas em seções, e as coloca sob responsabilidades de moradores das regiões. A seção que vai do ribeirão do Caxixe até a Povoação fica a cargo de Manoel Fernandes Moura. O governo da província publica ainda no jornal *Correio de Victoria* de 18 de maio de 1872, um comunicado de que os fazendeiros da região de Castelo, a maioria deles da família do falecido major (Vieira Machado Cunha), oferecem dias de trabalho totalizando 500, para serem utilizados no conserto das estradas da localidade. A oferta foi em agradecimento pelo atendimento ao pedido que tinham feito. A única exigência dos fazendeiros, era que a doação dos dias de trabalho ocorresse após a colheita de café daquele ano, já que o trabalho seria realizado pelos escravizados.

Na década de 1870 e 1880, os jornais *O Estandarte* e *O Cachoeirano* trazem vários anúncios publicados a pedido de Manoel Fernandes Moura, que oferecem recompensas para quem encontrasse os escravizados fugidos da Fazenda do Centro. Para Casagrande e Barbiero (2003), apesar de não haver comprovação arqueológica, é provável que o município de Caste-

lo tenha tido um lugar de refúgio e resistência para escravizados fugidos das grandes fazendas de café da região, na localidade que hoje, possui o nome de Quilombo. Atualmente, segundo levantamento do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2015), não há comunidade quilombola em Castelo, mas há duas comunidades – Alto da Onça e Bicame, em Conceição do Castelo, que tem seu território iniciado com o Aldeamento Imperial Affonsino, que fica perto do local da Fazenda do Centro.

Em 1850, o Brasil publica a Lei de Terras, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850b), determinando que a posse da terra a partir da lei só aconteceria por meio da compra, não haveria mais posse ou sesmaria. O proprietário de terras passaria a pagar imposto, o que desestimularia a manutenção de terras improdutivas. Segundo a Lei, a posse seria legitimada, após medição das mesmas, mapeando assim terras devolutas, áreas cultivadas, áreas improdutivas.

[...]

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação[sic] primária, ou havidas do primeiro ocupante[sic], que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente [...]

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quaes[sic] deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, atendendo[sic] às circunstâncias[sic] de cada Província, comarca e município, o podendo prorogar[sic] os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que compreenda[sic] todos os possuidores da mesma Província, comarca e município, onde a prorrogação[sic] convier. (BRASIL, 1850b).

Conforme Costa (1999), a partir desta lei há uma inversão no poder estabelecido no país, ou seja, a partir de 1850, o prestígio social passa a derivar do prestígio econômico e não mais do prestígio econômico produto do prestígio social. A posse da terra passa a dar poderio econômico aos latifundiários. Segundo Casagrande e Barbiero (2003), muitos fazendeiros que ocupavam terras devolutas antes da lei de terras, só começam a registrar suas terras após 1860, pois já que teriam que pagar impostos sobre a terra, muitos esperavam a mesma começar a produzir para requerer a medição, como mandava a lei, pois ainda segundo Costa (1999), o Império passa a usar a cobrança de imposto para forçar o uso produtivo da terra. No ano de 1877 o jornal *O Cachoeirano* publica na sua edição de 23 de dezembro, um edital comunicando o pedido do fazendeiro Manoel Fernandes Moura, para medição das terras da Fazenda do Centro. O edital informa que será feita a medição e pede que os confrontantes com a fazenda acompanhem a medição, e que se manifestem quanto a alguma divergência. No jornal *A Actualidade*, do dia 21 de junho de 1878, na seção de atos oficiais, é publicada no despacho da Secretaria de Governo, a liquidação da medição das terras de Manoel Fernandes Moura com data de 18 de junho de 1878.

A Fazenda do Centro também se fez presente na religiosidade católica local. No dia 15 de janeiro de 1882 no jornal *O Cachoeirano*, Manoel Fernandes Moura manda publicar um anúncio, que ocupa quase um quarto de uma folha do jornal, conclamando todos os moradores da vila para comparecer no dia 2 de fevereiro à Festa do Divino Espírito Santo, em pagamento a uma promessa, onde aconteceriam uma procissão passando nas ruas da vila, uma missa cantada, um sermão e o *Te-Deum* – uma oração realizada em solenidade de ação de graça. O anúncio foi publicado também no mesmo jornal, no dia 22 de janeiro. Já no dia 5 de fevereiro, o jornal apresenta uma nota em que fala do brilhantismo da festa ocorrida na Fazenda do Centro

Festa do Divino Espírito Santo – Teve lugar no dia 2 a festividade promovida pelo Sr. Manoel Fernandes Moura na capella[sic] do Senhor dos Passos, tendo nella[sic] oficiado os Rvms. Vigario Sampaio e Mello, Padre José Maria Dias e conego Aureliano Procopio Lopes, que proferio um eloquente e bem deduzido sermão.

A orchestra [sic] foi dirigida pelo Sr. Antonio Delfino do Nascimento.

A música particular do Sr. Moura exhibio-se[sic] pela primeira vez nesta villa[sic] não só nas cerimonias sagradas, como em tocatas pelas ruas. Durante a missa executaram solos as Exmas Sras. D. D. Anna Toledo de Loyola e Amelia Bernardes de Toledo, que obsequiosamente concorrem para o brilhantismo da festa.

A tarde percorreu as ruas do lado do sul e norte com numeroso acompanhamento popular.

Nossos parabéns ao Sr. Moura por haver tão bem correspondido a expectativa pública. (*O CACHOEIRANO*, 1882, n. 6, p. 1, grifo do autor)

No ano seguinte, o mesmo jornal publica na sua edição do dia 18 de fevereiro, os preparativos para a festa de São Benedito, que iria acontecer na localidade, mais uma vez o nome de Manoel Fernandes Moura é citado, desta vez tendo sido eleito para juiz da festa.

Em 1885, novamente o sul capixaba recebe uma visita do presidente da província e a Fazenda do Centro é novamente visitada. Segundo o jornal *O Cachoeirano* do dia 28 de junho de 1885, a excursão do presidente seria para o Rio Pardo, e ele passou na propriedade de Manoel Fernandes Moura na viagem de ida. O presidente foi recebido com foguetes e música. Aqui, novamente, a banda da Fazenda do Centro composta por escravizados, traz música para os visitantes, inclusive conforme relata o jornal, a

banda tocou o hino nacional. “À noite foi oferecido um suntuoso jantar onde a mais linda variedade de delicados vinhos, rivalizavam com os mais delicados pratos” (O CACHOEIRANO, 1885, n. 26, p. 3). A banda tocou durante o jantar e depois houve um concerto musical, intercalado com discursos e poemas. No dia seguinte, o presidente foi visitar a Fazenda do Centro, e o jornal afirma que nessa data a fazenda contava com quase duzentos escravizados.

Na viagem de volta, o presidente também fez uma parada na Fazenda do Centro, também chega à noite e tem igual recepção – foguetes, música e um jantar magnífico. Ao amanhecer Sua Excelência foi acordado pela banda e ainda pela manhã inaugurou uma escola para ambos os sexos. O jornal do dia 5 de julho de 1885 afirma que os presentes se emocionaram com a inauguração e o discurso, e com a maravilhosa e humanitária ideia do proprietário da fazenda em abrir a escola. No dia 19 de julho, o mesmo jornal traz uma nota da inspetoria da instrução pública, relatando que estava ciente da inauguração da escola para 46 alunos, pelo Presidente da Província, e exaltava o serviço prestado pelo Sr. Manoel Fernandes Moura, que mereceria todos os louvores do governo.

Em 1880 e 1886 o bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, da Diocese do Rio de Janeiro da qual o Espírito Santo fazia parte, realiza uma visita à Província. Em seus diários de viagem, ficaram registrados todas as visitas feitas em terras capixabas. Na segunda visita, o bispo passou pelo sul capixaba e visitou várias fazendas, dentre elas as que pertenciam à família Vieira Machado da Cunha, algumas já desmembradas em outras, como forma de assentar os filhos. O bispo chega à Fazenda do Centro em 11 agosto de 1886, e registra em seus diários que teria vindo da Corte no mesmo vapor que o dono da fazenda. O bispo registra assim sua passagem pela fazenda:

Aqui nestes campos, está a grande fazenda do Sr. Manoel Fernandes Moura, o homem mais rico desta Província, [...] A casa é grande, mas na frente não tem os ares de grandeza e nobreza, [...] atrás sim vi

uma varanda envidraçada que representa alguma coisa (LACERDA, 2012, p. 408).

O bispo não adentra a casa da Fazenda do Centro, pois o Sr. Moura, apesar de ter sido muito educado com ele, vivia em adultério com uma escravizada. E ainda segundo relato do bispo, o Sr. Moura não teria deixado a esposa, D. Anna Izabel, entrar em casa, quando ela havia chegado da corte. Contudo, o bispo fica na casa do administrador da fazenda, para mostrar a Manoel Fernandes Moura que não havia parado na casa grande, devido à situação de adultério e não por desafeto a ele. A relação entre D. Anna Isabel e Manoel F. Moura não era boa, e segundo Espírito Santo (2009), na época, a morte dele em uma viagem de volta a Portugal, onde foi com a esposa, levantou suspeita sobre o papel da mesma na morte do marido.

Manoel Fernandes Moura também exercia a atividade de comércio em sua fazenda. Com o nome de *Economia do Castello*, seu estabelecimento comercial anunciava a partir de 1883, nos jornais *O Cachoeirano* e *O Estandarte*, que lá se encontraria um completo sortimento de fazendas, inclusive linho, linho branco, riscado e algodão para roupas de escravizados. Além de louças, ferragens, querosene, molhados, armário, calçados, arreios, drogas, fumo e gêneros do país. O anúncio também prometia melhor preço da região já que, o proprietário comprava as mercadorias pessoalmente na Corte e a dinheiro.

Em 1886, é realizada em Cachoeiro de Itapemirim a “Exposição Regional Sociedade de Imigração”, Moura participa ativamente da comissão organizadora e também como expositor. O objetivo dessa exposição, segundo publicação no jornal *O Cachoeirano* de 22 de agosto de 1886, era dar visibilidade ao café de Itapemirim e apresentar outros produtos. Na exposição, que ocorreu no dia 2 de dezembro de 1886, data escolhida por ser o dia do aniversário de Dom Pedro II, a Fazenda do Centro participa expondo mais de vinte tipos de madeira de lei – jacarandá roxo, peroba vermelha, jatobá, peroba branca, sucupira, cedro, jacarandá, graúna, entre outros (O CACHOEIRANO

DO, 1886, n.49, p. 3). A exposição também tinha como objetivos: a criação de uma sociedade de imigração e colonização; discutir as dificuldades que as lavouras estavam enfrentando; discutir também a transição da mão de obra escravizada na lavoura, que geraria uma transformação do sistema de trabalho.

A Lei de 7 de novembro de 1831 (BRASIL, 1831) proibia o tráfico de escravizados, mas efetivamente o tráfico negreiro só foi proibido com a Lei Euzébio de Queiroz (BRASIL, 1850a). A mão de obra escrava já não supria a demanda das fazendas, e o tráfico interno ainda sobreviveu por muitos anos, principalmente o remanejamento da mão de obra escravizada das fazendas açucareiras do nordeste do país para as fazendas de café da região sul e sudeste. Além disso, a pressão de vários segmentos da sociedade e de parceiros comerciais do Brasil, como a Inglaterra, fez com que o Império iniciasse, com mais fervor, a política de imigração como forma de manter a demanda crescente de mão de obra.

Somando-se a isso, temos a Lei do Sexagenário de 1885 (BRASIL, 1885), que tornava livre os negros escravizados com mais de 60 anos, o que libertava poucos escravos, pois poucos conseguiam chegar a essa idade, devido à longa carga de trabalho e aos maus tratos. No jornal *O Cachoeirano*, a Fazenda do Centro começa a aparecer listada como fazendas que tem escravizados com mais de 60 anos a libertar a partir de 1886. Não apenas a fazenda de Manoel Fernandes Moura aparece nas listas, mas todas da região, mas o que podemos notar é que a média dessas listas só apresentam um, dois, ou no máximo três libertos por fazenda.

Além da mudança na mão de obra, era preciso modernizar o transporte da produção cafeeira. As ferrovias eram símbolos do progresso e do desenvolvimento e estar perto de uma estação era beber desse desenvolvimento, fazer parte dele, pois isso geraria facilidade em embarcar suas mercadorias, exportar, além de receber produtos diretamente sem ter que pagar um frete maior.

O mais provável é que, se a ferrovia tivesse chegado a terras da Fazenda do Centro, ali se daria a

criação do núcleo de povoação, mas isso não se concretiza, pois, os trilhos não chegaram até ela, apesar da construção da estação. A cidade atual cresceu em torno da Estação Castello, a última estação construída na Ferrovia Caravelas, que inicialmente tinha o projeto de ir até a Fazenda do Centro. A Estação Castello foi inaugurada em 1887.

A inauguração da estrada de ferro Caravelas se transformou em um verdadeiro evento para a região sul do Espírito Santo. Durante vários dias, os jornais da região e da capital anunciaram com antecedência a expectativa da inauguração (FERREIRA, 2015, p. 80).

Mais uma vez a Fazenda do Centro e seu proprietário aparecem em cena, na inauguração da ferrovia. O jornal *O Cachoeirano* de 25 de setembro de 1887, traz as notícias da inauguração da Estrada de Ferro, que ocorreu no dia 16 de setembro de 1887. O trem que saiu de Cachoeiro para ir até a Estação Castello, levou o Presidente da Província Antônio Leite Ribeiro de Almeida. Eles saíram no dia 16 pela manhã e foram parando nas estações: Mattosinhos; Alegre. À tarde, partiram da estação de Alegre novamente para a estação Mattosinhos. Todo o caminho foi feito com celebração e paradas para discursos e “lunch”. No dia 17, o presidente da província, com alguns convidados, parte para a inauguração do ramal até a Estação Castello. Mais uma vez a banda de música composta por escravizados da Fazenda do Centro tocava em um evento de importância para a localidade.

No dia 17 seguiu s.ex. com alguns convidados em trem especial para o Castello as 7 horas e ¼ da manhã, chegou a Mattosinhos as 8 horas e dahi [sic] seguiu as 8 e 55”.

As 9 e 20” encontrou o trem que vinha do Castello com a banda de muzica [sic] da fazenda “Centro”, pertencente ao sr. M. Fernandes Moura. (O CACHOEIRANO, 1887, n.39, p. 1-2).

No jornal *O Cachoeirano*, do dia 30 de outubro de 1887, é publicado um anúncio onde é comunicada a transferência da casa comercial da Fazenda do Centro para a Estação Castello

Moura & C.^a comunicam aos seus fregueses e amigos que em substituição a sua casa comercial estabelecida na fazenda do – Centro – abriram outra na – Estação do Castello – onde encontrarão um grande, bonito e variado sortimento de todos os artigos concernentes a seu ramo de negócio, que vendem por preços muito reduzidos.

Esperam, pois, a continuação de sua honrosa confiança e da proteção que lhes têm dispensado.

Estação do Castello, 21 de outubro de 1887. Moura & comp. (*O CACHOEIRANO*, 1887, n. 44, p. 4)

Para Casagrande e Barbiero (2003), a mudança da casa comercial tem um grande significado na formação do novo núcleo populacional. No anúncio, o genro do major Vieira Machado da Cunha anuncia a transferência da sua casa comercial, para a Estação Castello, e o fechamento da sua casa comercial localizada na Fazenda do Centro. A chegada dos trilhos teve um significado muito importante para a região, a ponto do maior fazendeiro e comerciante não hesitar em transferir sua casa comercial para junto da estação. Podemos perceber que essa mudança se dá um mês após a chegada do trem e os anúncios nos jornais passam a apenas indicar o comércio na estação.

A partir de 1874, a entrada de imigrantes, principalmente os italianos, se intensifica no Brasil, e o Espírito Santo é um dos primeiros a receber imigrantes italianos. A abolição da escravatura é iminente e os fazendeiros começam a receber famílias de imigrantes para irem se preparando para a mudança de sistema de trabalho, que não tardaria a chegar. No jornal *A Província do Espírito-Santo* do dia 15 de abril de 1888 foi publicada a seguinte notícia

Colonos agricultores - Ao capitalista Manoel Fernandes Moura, proprietário da fazenda “Centro”, no município do Cachoeiro de Itapemirim, concedeu o governo auctorização [sic] para mandar vir dez famílias de agricultores europeus, mediante os favores da legislação vigente. (1888, n. 1628, p. 2, grifo do autor)

Esse comunicado foi publicado a menos de um mês da assinatura da abolição. A localidade de Castello recebeu imigrantes pela iniciativa de fazendeiros, mas não recebeu diretamente imigrantes pela iniciativa do governo. Para lá se dirigiram, no início do século XX, imigrantes, principalmente dos núcleos da Colônia Rio Novo (na região do rio Benevente) e da Colônia Castello (atualmente região de Alfredo Chaves). Imigrantes que, após experiências infrutíferas nas suas respectivas colônias, veem a possibilidade de comprar terras das antigas fazendas, pois muitos fazendeiros não conseguiram manter a mesma estrutura nas fazendas. Com a troca da mão de obra escravizada para a mão de obra livre, quer seja por não terem se preparado a tempo para essa mudança, ou por não terem acreditado que a partir daquele momento teriam que pagar para ter mão de obra.

O jornal *O Constitucional* de 23 de setembro de 1888, traz na seção telegramas, a transcrição de duas mensagens em comemoração aos festejos do dia 7 de setembro

Exmo Conselheiro Costa Pereira – Côrte – Povo desta Villa, arredores festeja muito entusiasmo [sic] dia de hoje. Dr. Ferraz, genro de Manoel Fernandes Moura, saudou a aurea lei de 13 de Maio em seu nome e no de seu sogro.

Uma das ditas musicas veio especialmente da fazenda – Centro- de Moura demonstrar conteutamento [sic] proprietário.

Exm. Presidente província – Victoria – Povo d'esta villa com entusiasmo [sic] sauda a dacta [sic] de hoje.

Duas bandas musicais percorrem as ruas iluminadas [sic]. Na casa câmara municipal ergueram-se vivas a S.S.M.M. Imperiais, a Priceza [sic] Imperial, ao dia de hoje e a lei de 13 de Maio.

O fazendeiro capitalista Moura mandou a banda musical de sua fazenda composta de libertos festejar a nossa independência.

Festa esplêndida e concorrida (O CONSTITUCIONAL, 1888, n. 22, p. 1)

Pelo conteúdo dos telegramas transcritos, os fazendeiros saúdam a nova lei, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que põe fim à escravidão no Brasil, mas os festejos são mesmo para o aniversário da Independência. O conteúdo faz alusão a negros libertos continuarem a trabalhar na Fazenda do Centro, mesmo após a abolição, pelo menos no que diz respeito à banda de música.

Pelos próximos dez anos, os jornais pesquisados trazem o nome de Manoel Fernandes Moura, sempre ligado à Fazenda do Centro e ao seu comércio junto à Estação Castello. Ele desfaz sua sociedade Moura & C., entra em outra, a Daunas, Moura e C., sendo possível acompanhar essa movimentação pelas publicações, principalmente, do jornal *O Cachoeirano*. O ano de 1898 marca o falecimento de Manoel Fernandes Moura, a bordo do vapor *Malange* regressando de uma viagem com a família a Portugal, no dia 4 de setembro. O jornal *O Estado do Espírito Santo*, traz a notícia da morte do “conceituado e honrado lavrador Manoel Fernandes Moura [...] seu cadáver foi embalsamado [...] sendo em seguida transportado para a Capital Federal, onde foram encerrados os seus despojos” (1898, n. 225, p. 1).

O jornal *O Cachoeirano* traz a notícia da morte do proprietário da Fazenda do Centro, no dia 11 de setembro de 1898, lamentando a perda e afirmando que o fazendeiro deixa muitos amigos e numerosa família. A partir da notícia da morte do Sr. Moura o jornal *O Cachoeirano* começa a publicar vários anúncios de pe-

sar pela morte, convite para missas pela alma, missas de 30 dias de falecimento. Uma inclusive, publicada no dia 2 de outubro de 1898, iria ser realizada no dia 5 de outubro de 1898 na Estação Castello.

Segundo Espírito Santo (2009), com a morte de Manoel Fernandes Moura, a família herdeira do major, entrega a administração da Fazenda do Centro nas mãos de um feitor, que não consegue o intento de manter a fazenda produzindo. A partir 1899, o nome de Manoel Fernandes Moura já figura nos jornais com dívida ativa. *O Cachoeirano* traz na edição n. 16, de 23 de abril de 1899, uma dívida em nome do fazendeiro no valor de 4:666\$000. O nome do fazendeiro ainda consta como devedor, em lista publicada no mesmo jornal, no ano de 1900. Em 1902, há uma menção ao mau estado de conservação das estradas, que passam pela Fazenda do Centro. Essas informações corroboram com o abandono que a fazenda foi encontrada, quando vendida à Ordem Religiosa dos Agostinianos Ricoletos.

Considerações finais

Concluimos com essa pesquisa que, a Fazenda do Centro, no período entre sua fundação até o seu abandono pelos herdeiros de Manoel Fernandes Moura, desempenhou um papel de grande importância para a localidade que hoje é o município de Castelo, e também para o sul capixaba. Mesmo que em muitos momentos os interesses próprios falassem mais alto, seus proprietários colaboraram para a abertura e conservação das estradas que serviram de rotas de viagens, rotas de escoação da produção de café e de outras culturas agrícolas. Essas estradas permitiram também, viagens das autoridades governamentais e religiosas.

A Fazenda do Centro marcou seu lugar de destaque também na religiosidade local, e continuou mesmo no século XX como palco de festas religiosas, batizados, casamentos que marcaram a memória da população do seu entorno. Consideramos que

a influência do major Antonio Vieira Machado da Cunha e seu genro Manoel Fernandes Moura contribuíram para o desenvolvimento, tanto do local onde se ergueu a Fazenda do Centro, como também o local onde se instalou a Estação do Castello, partindo dali a futura cidade de Castelo.

A Fazenda do Centro viveu intensamente as mudanças pela qual passou a sociedade, as mudanças econômicas, os diferentes sistemas de trabalho. Conheceu o apogeu e a declínio, a opulência e a decadência, a fortuna e as dívidas. Todas essas movimentações contribuíram para marcar o seu lugar de destaque na história do sul capixaba.

Referências

- A ACTUALIDADE: órgão do Partido Liberal (ES). Vitória, 1878. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Drosa_16388007308596.DocLstX&pesq=. Acesso em: 15 jan. 2021.
- ARARIPE, T. de A. A colonização do município de Castelo: ligeiras notas. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, n. 63-64, a. 16, p. 129-150, jul./dez. 1963.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa província*. 1858, n. 1, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=287130&Pesq=%22Antonio%20Vieira%20Machado%20da%20Cunha%22&pagfis=1078>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório de transferência de administração*. 1861, n. 2, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=287130&Pesq=%22Antonio%20Vieira%20Machado%20da%20Cunha%22&pagfis=1373>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO: jornal consagrado aos interesses provinciais, filiado à escola liberal (ES). Vitória, 1882-1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=301582&pagfis=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BARDIN, Laurnce. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. *Lei de 7 de novembro de 1931*. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos.&text=1%-C2%BA%20Todos%20os%20escravos%2C%20que,vindos%20de%20f%C3%B3ra%2C%20ficam%20livres. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850*. Rio de Janeiro, 1850a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Rio de Janeiro, 1850b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lo601-1850.htm#:~:text=LEI%20N%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BRASIL. *Lei 3.720, de 28 de setembro de 1885*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. *Levantamento de comunidades quilombolas*. 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/web-arquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes, História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.
- CASAGRANDE, André Dell'Orto; BARBIEIRO, Maria Helena Mion. *Castelo: Da Pré-História ao início do século XX*. Prograf, 2003
- CORREIO DA VICTORIA. Vitória, 1849-1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&pagfis=1>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- COSTA, Emilia Viotti da. Políticas de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999, p. 171-195.
- BATISTA, Márcia Regina. O processo de transição da mão de obra escrava para a livre e a imigração no Espírito Santo do século XIX. In: DADALTO, Maria Cristina; MARLOW, Sergio Luiz (Orgs.). *Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Ed. Bonecker, 2019. p. 21-37.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. Ed. Vitória: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Resolução nº 5 de 13 de setembro de 1984*. Vitória, 1984.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Arquitetura: patrimônio cultural do Espírito Santo*. Vitória/ES: Secult, 2009
- FERREIRA, Claudia da Silva. *Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros da trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- FRAUCHES, Arlette Passamani. Fazenda do Centro: lugar e memória. In: Seminário de Patrimônio Agroindustrial, 2., 2010, São Carlos. *Anais Eletrônicos...* Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01545.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- COMES, Ademildo. Um bispo no vale do Castelo (1886). In: DADALTO, Maria Cristina; MARLOW, Sergio Luiz (Orgs.). *Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Ed. Bonecker, 2019. p. 63-79.

JORNAL DA VITÓRIA (ES). Vitória, 1864-1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218260&pagfis=1>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LACERDA, Dom Pedro M. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à província do Espírito Santo*. Vitória: Phoenix, 2012.

O CACHOEIRANO: órgão do povo – columnas francas a todas as intelligencias (ES). Cachoeiro, 1877-1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217719&pagfis=1>. Acesso em: 10 jan. 2021.

O CONSTITUCIONAL: órgão do Partido Conservador (ES). Itapemirim, 1885-1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721042&pagfis=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

O ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO: ordem e progresso (ES). Vitória, 1890-1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229644&pagfis=1>. Acesso em: 25 fev. 2021.

O ESTANDARTE: jornal político, litterário e noticioso. Cachoeiras de Itapemirim, 1868-1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029203&pagfis=1>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PILKINGTON. *História pré-industrial do vidro no Brasil*. Tóquio, 2021. Disponível em: <https://www.pilkington.com/pt-br/br/about-us/historia/historia=-pre-industrial-do-vidro-no-brasil#:~:text=Fundada%20em%201882%2C%20no%20Rio,frascos%2C%20copos%20e%20outros%20cristais>. Acesso em: 25 fev. 2021.

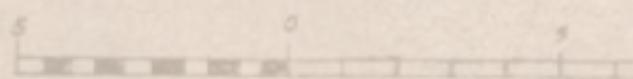
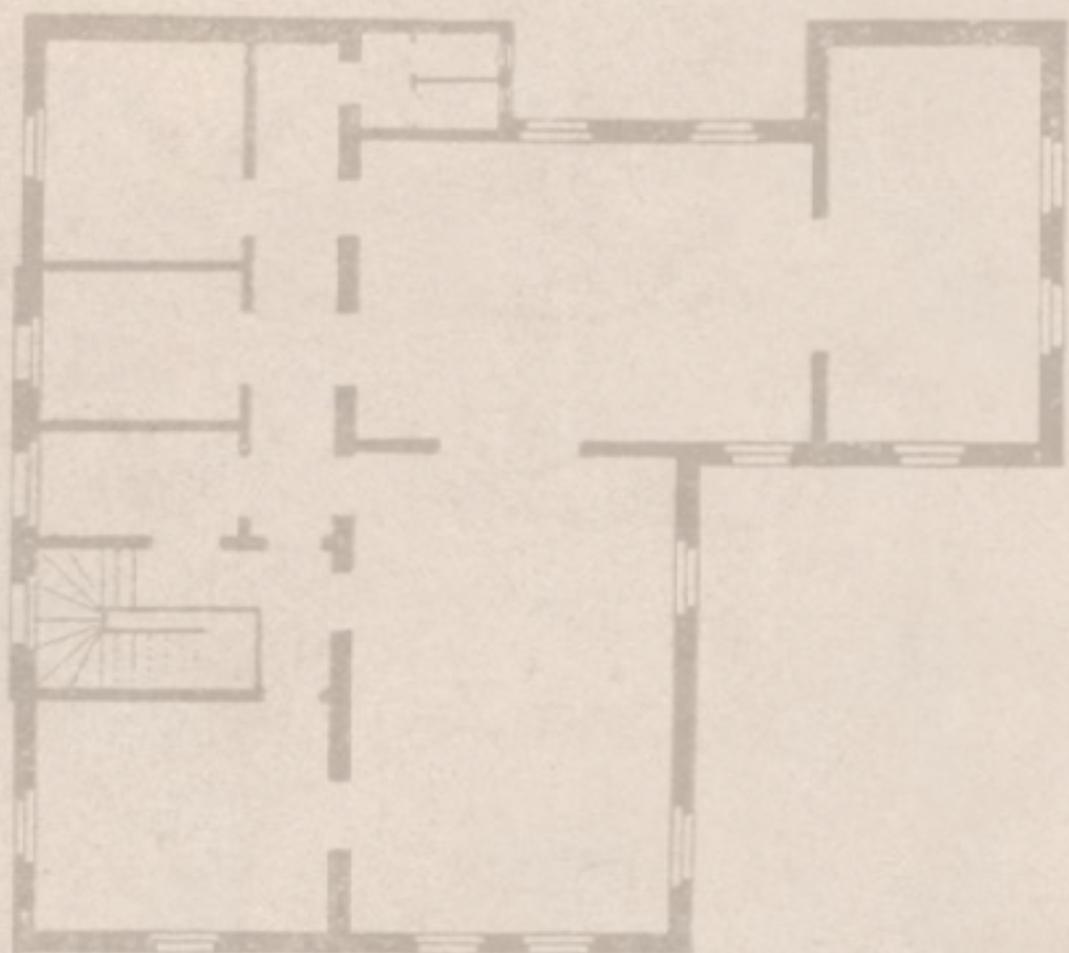
PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, cap. 16-19, p. 157-191.

CP 72 Tr 0



RUA DOMINGOS MARQUES

Pavimento térreo



ESCALA - 1/200

Resumo

O propósito deste artigo é o de demonstrar as relações estreitas da engenharia civil com a filosofia do positivismo e do papel destes profissionais na modernização do estado brasileiro na segunda metade do século XIX, particularmente na Província do Espírito Santo, local em que começaram a atuar propagando suas ideias através de atuações técnicas, acadêmicas e políticas, tendo a imprensa como instrumento privilegiado para esta divulgação.

Palavras-chave: positivismo; imprensa; engenharia.

Abstract

The main purpose of this article is to demonstrate the close relationship between civil engineering and the philosophy of positivism as well as the role of these professionals in the modernization of the Brazilian state in the second half of the 19th century, particularly in the Province of Espírito Santo, place where engineers started to act propagating their ideas through technical, academic and political actions, with the press as a privileged instrument for this dissemination.

Key words: Positivism, press, engineering.

Introdução

Nosso principal propósito aqui é o de demonstrar até que ponto os engenheiros através das suas diversificadas atividades profissionais contribuíram para a evolução das ideias no contexto da segunda metade do século XIX, ou seja, de como a engenharia, ideológica e tecnicamente, foi a responsável pela modernização do país: pelo implemento de uma nova mentalidade laica e cientificista e fundamentalmente adepta na crença em um progresso incessante pelo conhecimento e pela pesquisa.

O engenheiro civil do século XIX é mais do que um mero construtor e urbanista, a sua atuação profissional é fortemente política e deu-se dentro de uma perspectiva de modernização e laicização da sociedade brasileira, procurando desfazer os vínculos estreitos que o Estado brasileiro mantinha ainda com a Igreja Católica - vínculos oriundos da tradição lusa e que se mantiveram por todo o Império, sendo rompidos apenas quando da Proclamação da República - e esta referida atuação deu-se dentro dos mais variados campos desde a ciência da física dos materiais até a pedagogia, passando pela atuação no urbanismo, sanitarismo, ciências astronômicas e ma-

temáticas, assim como construindo estradas de ferro, reformando portos e revolucionando as técnicas construtivas com novos materiais e procedimentos.

A historiografia tradicional já reconhece a engenharia como uma das três grandes profissões do século XIX, junto com a medicina e o direito (COELHO, 1999), trata-se, agora, de demonstrar, que pelas suas características intrínsecas, foram eles a categoria que mais contribuiu para a modernização do país: os primeiros a desbravar o Brasil e a conhecer geográfica e etnograficamente o seu interior (aqui é bem verdade que devemos ressaltar que tiveram como precursores os jesuítas); os primeiros a traçarem cidades (engenheiros-militares) e os primeiros a intervir nelas (engenheiros sanitaristas); os primeiros a organizarem a indústria e o transporte nacional através de um projeto de modernização dos portos e da implantação da ferrovia; os primeiros a fazerem experiências físico-químicas com materiais de construção e materiais em geral; os mais notáveis construtores de grandes prédios institucionais como teatros, hospitais, palácios e presídios, provavelmente os primeiros a traçarem um projeto pedagógico para

o país; foram ainda abolicionistas de primeira hora e dos mais influentes; maçons, editores de periódicos, articulistas e cientistas em geral.

Para uma compreensão melhor desse espectro tão variado de atuação, é necessário a compreensão que a própria engenharia tinha de si a época: fazer de si mesma o *estudo das generalidades científicas*, como veremos melhor à frente.

A engenharia e o positivismo

O currículo da Politécnica do Rio de Janeiro, fundada em 1874, foi todo moldado numa bibliografia majoritariamente de origem francesa (Cf. REBOUÇAS, 1885). Esta tradição francesa vinha impregnada, evidentemente, do pensamento iluminista reatualizado pelo positivismo sociológico de Auguste Comte, pensamento prenhe de valores fundamentalmente humanos e que recusava toda precedência da teologia e da metafísica.

Sabemos que o positivismo corre nas veias da engenharia; a engenharia é por excelência a ciência do positivismo, não apenas porque Comte lecionava na Politécnica de Paris, mas sobretudo porque a sua concepção pedagógica para a sociedade era constituída de duas vertentes, a iniciação doméstica e a educação enciclopédica: enquanto a primeira era a educação primária que deveria fundamentalmente ser desenvolvida no seio da família, a segunda - a educação enciclopédica - era a *'ampliação efetiva'* daquela que já se dava nas escolas Politécnicas, o propósito positivista aqui era o de *'fazer do estudo das generalidades científicas (a engenharia) mais uma grande especialidade'* do saber (Comte Apud eng. Torres Homem In: PES, 10.03.1883, p.2).

Lins (1964) atribui a penetração das ideias do positivismo não apenas à ação do positivismo ortodoxo, mas também àquilo que ele chama de um positivismo difundido por positivistas independentes, que muitas vezes precederam e com certeza "complementaram o apostolado de Miguel Lemos e

Teixeira Mendes" (LINS, 1964, p. 6). Ou ainda, nas palavras de Sergio Buarque de Holanda:

O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica (...) Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo (HOLANDA Apud ALONSO, 1995, p.4)

Este positivismo difuso é aquele que é de alguma forma incorporado, principalmente nas classes ilustradas, através do meio acadêmico, em que se circula.

Não apenas vinham os engenheiros de um meio que era impregnado destas ideias, como em grande parte das vezes faziam profissão de fé nos ensinamentos de Comte, empunhando as bandeiras positivistas. Miguel Lemos e Benjamin Constant, ambos engenheiros, foram os fundadores da Sociedade Positivista Brasileira em 1876, sendo que o primeiro, posteriormente, foi o primeiro diretor da Igreja Positivista do Brasil, fundada em 1881, local a partir de onde proliferou o pensamento republicano e abolicionista através da ação de homens notáveis.

Não temos documentação que nos permita mencionar as principais obras de Comte lidas pelos engenheiros capixabas e pelos engenheiros em geral. Mas podemos supor, com bastante fundamento, que a essa época - duas últimas décadas do século - os engenheiros brasileiros, que eram todos formados na Politécnica do Rio de Janeiro, sofriam maior influência dos positivistas ortodoxos, por causa da proximidade com a sede da Igreja Positivista do Brasil conduzida por Lemos e Teixeira Mendes.

É muito possível que os engenheiros paulistas, por sua vez, formados a partir da Politécnica de São Paulo fundada apenas no final do século, em 1893, fossem mais afetados pelo pensamento do famoso médico positivista paulista, Pereira Barreto, que era

um dissidente heterodoxo. A própria ideia de Pereira Barreto, como dissidente, é de Miguel Lemos: “depois de haver, em certa época, aceitado a obra inteira de Augusto Comte, tem-se ido afastando o Dr. Barreto do ponto de vista religioso para cair no vago cientificismo contemporâneo” (LEMONS in: GN, 22.02.1881, p. 3), cientificismo esse que será a principal característica de heterodoxos conforme Alonso (1995, p.3).

Situados na área de influência da ortodoxia, os engenheiros do Rio, formados a partir de 1874, além da bibliografia de Comte incluída no currículo da Politécnica, tinham também contato com os artigos escritos regularmente na imprensa carioca por Teixeira Mendes e Lemos – principalmente no periódico *Gazeta de Notícias*, mas não apenas – assim como a palestras e a cursos especiais, como por exemplo, o curso sobre a obra *Catecismo Positivista* (1852) que foi ministrado por Teixeira Mendes em maio de 1881 no Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro (GN, 07.05.1881, p. 1).

As obras de Comte deviam ser lidas no original, o que não se tratava necessariamente de um empecilho para essa categoria profissional, já que a bibliografia da Politécnica do Rio de Janeiro era majoritariamente em francês (Cf. REBOUÇAS, 1885). Eram poucas as obras de Comte traduzidas para o português. Das primeiras traduções temos em 1880: *Espírito Positivo, notas coligadas e redigidas por um discípulo*. Tradução de Joaquim Ribeiro de Mendonça e colaboração, entre outros, de Luiz Pereira Barreto e Silvio Romero (GN, 30.01.1880, p. 6).

Os engenheiros e a imprensa

Os engenheiros souberam utilizar a imprensa nascente no Brasil do século XIX como um instrumento de propagação das suas ideias: não apenas como um órgão político divulgador de plataformas partidárias, mas em especial como um veículo útil para a modernização das mentalidades.

Desde o início, eles estiveram na frente da fundação de periódicos. A imprensa livre no Brasil é tar-

dia, embora desde 1808 um jornal já circulasse, apenas a partir de 1821, contudo, os jornais vão proliferar como resultado da liberdade de imprensa garantida pela Constituição do Império.

O primeiro periódico a começar a circular com regularidade no Espírito Santo – de 1849 a 1872 – foi o *Correio da Vitória*¹.

Em 1864 foi fundado o periódico *Jornal da Vitória* – que existiu até 1869 – de acólitos do Partido Liberal, “sendo o seu principal redator o engenheiro Manoel Feliciano Moniz Freire², coadjuvado pelo (...) engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha e outros” (DAEMON, 2010, p. 422).

O mencionado engenheiro Melo e Cunha, junto com o também engenheiro Joaquim Adolfo de Pinto Pacca – ambos com um currículo de contribuições significativas em prol do desenvolvimento da Província – em 1875 participariam da fundação de um outro periódico, na vila de Itapemirim, intitulado *Operário do Progresso*, que deixava claro, já a partir do seu título, uma influência do positivismo, ainda que difusa e que tinha entre seus principais propósitos contribuir com o “desaparecimento do analfabetismo” (DAEMON, 2010, p. 478).

Além da participação como fundadores e editores, os engenheiros no Espírito Santo foram colaboradores usuais da imprensa, não apenas como articulistas, mas também como polemistas e propagandistas das principais políticas conexas à ideologia do positivismo: a abolição, a Proclamação da República e a reforma pedagógica.

1 Foi precedido em 1840 pela tentativa de um periódico que só veio à luz com seu primeiro número: *O Estafeta*. O *Correio da Vitória* foi, até o seu encerramento, uma espécie de diário oficial da Província, já que o governo o subsidiava, mantendo duas páginas reservadas em cada edição para a publicação de seus atos e ofícios (DAEMON, 2010, p.376).

2 Este engenheiro militar, homem ilustrado, evidentemente por sua inserção cronológica – faleceu em 1872 – não podia ter aderido formalmente ao positivismo, mas vemos através de suas ações o quanto defendia a ilustração: sua biblioteca possuía mais de 900 livros (RIBEIRO, 2019, p. 118). Foi o pai do presidente da Província, José de Mello Carvalho Muniz Freire, do qual falamos um pouco mais a frente.

O positivismo no contexto da imprensa capixaba

A imprensa jornalística desde muito cedo teve um importante papel não apenas para a divulgação das ideias positivistas na Província, mas também no combate às mesmas. É importante realçar que a essa época era ela o principal meio de divulgação de ideias, assim como a responsável por encetar polêmicas e debates no contexto da sociedade oitocentista.

A primeira referência ao positivismo que encontramos na imprensa capixaba, curiosamente, é a resenha crítica, francamente favorável, feita através do periódico *O Espírito-Santense*, em 1877, à publicação de uma peça teatral intitulada *Os Positivistas* e onde, de acordo com a resenha, a doutrina filosófica é explicada ao final do primeiro ato por um dos personagens (OES, 13.11.1877, p. 1). Adjetivamos de curioso, porque este periódico era de linha conservadora e, em geral, combatia as ideias positivistas, como veremos um pouco mais à frente. A respeito desta obra teatral, Lins comenta que: “tão numerosos já eram, em 1877, os espíritos influenciados pelo Positivismo no Rio de Janeiro, que Veridiano de Carvalho publicou, nesse ano, com o pseudônimo de Carolino de Harveva, um drama em três atos intitulado ‘Os positivistas’” (LINS, 1964, p. 238).

É exatamente a partir dessa data que temos indícios seguros de que a intelectualidade progressista da Província teve contato com o pensamento positivista de forma militante ou, se deixando influenciar por aquilo que mencionamos mais acima como uma ‘visão de mundo’, um positivismo difuso. De forma que não podemos avaliá-la como estando em descompasso frente à intelectualidade da Corte - levando-se em conta, evidentemente, a diferença de número e de repercussão em suas manifestações intelectuais.

O próprio Miguel Lemos dava 1881 como o ano da “organização definitiva da propaganda positivista no Brasil” em Relatório que enviou ao diretor supremo do positivismo em Paris (Cf. H. junho de 1882. p.3).

Vitória já tinha, um ano antes dessa data, o periódico *Horizonte* (1880-85), editado por Domingos da Silva Santos, e que desde seu aparecimento assumiu-se como positivista³, publicando artigo em defesa do positivismo e negando que este fosse ateu (H, 25.07.1880, p.3). A negação se justificava no contexto de uma sociedade amplamente religiosa e, em especial, porque essa era a acusação usual dos conservadores, como se vê num artigo coevo, em *O Espírito-Santense*, endereçado “Aos ateístas do Horizonte” e fazendo a defesa da existência de Deus (OES, 28.09.1881, p. 2).

Essa política do *Horizonte* parece alinhá-lo com as hostes dos ortodoxos já que estes “foram sempre cuidadosos em não agredir o catolicismo, em não criar incompatibilidades”, já que os positivistas brasileiros não apenas reconheciam a “força da tradição católica no Brasil”, como também estavam atentos “a concepção de Comte de que entre os católicos se encontravam os ouvintes mais receptivos” (CARVALHO, 2017, p. 138). No entanto, o eng. Maximino Maia, como veremos mais à frente, um editor do *Horizonte*, não podia exatamente ser classificado como um ortodoxo.

Em 1882 o mesmo *Horizonte* registra a passagem do Dr. Silva Jardim por Vitória em missão de propagação do positivismo (H, 29.07.1882, p. 2). De acordo com Lins, Silva Jardim teria vindo a convite do então presidente da Província, Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, também positivista, para dar “sete conferências sobre a educação considerada no ponto de vista do positivismo” (LINS, 1964, p. 221), palestras que teriam sido um sucesso dado os dotes oratórios do conferencista e a sua amizade com o presidente Inglês de Souza, que prestigiou as palestras com a sua presença. “Os jornais de Vitória – ‘O Horizonte’ e a ‘Província do Espírito-Santo’ - deram longos resumos dessas conferências, transcrevendo, na íntegra, algumas delas” (LINS, 1964, p. 221).

O intelectual Amâncio Pereira (1862-1918), por outro lado, de quem não temos indícios de que tenha

³ Também essa é a opinião de Daemon em Editorial assinado, no seu periódico (OES, 04.08.1880, p. 1).

aderido ao Apostolado Positivista era, contudo, um contagiado por essas ideias: maçom, abolicionista, fundador em Vitória do Clube Saldanha Marinho, “a primeira sociedade de ideias republicanas que houve na então província, inaugurada em 23 de maio de 1879” (PEREIRA, 2020, p. 144), foi também editor de um periódico que teve vida curta - *O Baluarte*, apenas no ano de 1882 - mas que deixou, em edições sucessivas, quatro artigos anônimos laudatórios ao Positivismo que vieram à luz sob a influência das palestras de Silva Jardim proferidas dois meses antes (O Baluarte, 01.09.1882, p. 1 e edições seguintes).

A década de 1880, em Vitória, vai ser farta de proselitismo e menções elogiosas e detratórias ao positivismo, assim como aos seus acólitos.

Basílio de Carvalho Daemon (1834-1893), jornalista e cronista, político e deputado na Assembleia Provincial pelo Partido Conservador em 1872 e em outras legislaturas, foi também redator-chefe de periódicos como *O Itabira* (1866) e *O Estandarte* (1868), em Cachoeira de Itapemirim e, posteriormente, quando mudou-se para Vitória, de *O Espírito-Santense* (1870-1899); foi um acirrado crítico aos positivistas através da imprensa que editava. Em 1880 acusou, em editorial assinado, os governantes da Província - agora pertencentes ao Partido Liberal - de terem encetado uma guerra pelo poder que nos últimos dois anos teria matado mais do que uma guerra civil:

O gozo, o poder, os cargos é tudo o que para eles existe de real, o mais são idealismos (...). O século é o do positivismo e materialismo: Comte, Littré e Darwin são os mestres da época, siga-se, portanto, a escola sibarista, que o mais são ficções... (OES, 28.08.1880, p. 1).

Uma crítica, que fazia paralelismos entre o materialismo e o positivismo com o carreirismo político e a falta de moralidade em geral. De um autor distinto, e alguns anos depois, as invectivas mantiveram sempre este teor moralista: “A falta de uma educação religiosa e a carência de um bom fundo moral

são a causa primária dos desmandos da mocidade; esta, com o positivismo da época, entende que a vida é o gozo sensual e a libertinagem cínica...” (OES, 24.10.1888, p. 2).

É verdade que alguns autores positivistas encontraram espaço para defender os seus pontos de vista nas páginas de *O Espírito-Santense*, como é o caso do engenheiro Antônio Ataíde que teve artigos em quatro edições sucessivas para desenvolver o seu posicionamento sobre “Os cemitérios fora das cidades” (OES, 01.02.1883, p. 1) - talvez porque a posição dos positivistas a esse respeito coincidissem com a dos conservadores⁴ - no entanto, o teor geral da linha adotada pelo *O Espírito-Santense* é francamente adversa a esta corrente de pensamento.

Outro importante propagador do positivismo foi o advogado José de Melo Carvalho Muniz Freire (1861-1918), que chegou a presidente do Estado por dois períodos, além de ter sido editor, fundador de jornal, maçom, abolicionista e republicano, propagando ideias positivistas através da imprensa local - como por exemplo, o artigo de sua autoria sobre a “Reforma da Instrução Pública” de viés nitidamente positivista (OES, 15.03.1890, p. 2). Foi também um dos principais articuladores da Constituição do Estado promulgada no governo de Afonso Claudio (SALETTI, 2015, s/p) - outro discípulo segundo Lins - que foi duramente criticada pelo seu caráter positivista por um jornal conservador como o *Comercio do Espírito Santo*, que, em artigo de capa, assinado por José Monjardim, dizia entre outras coisas:

E por sobre todo o contexto das novas leis institucionais perpassa uma viração de positivismo sibilar (...). Calcado sobre as doutrinas de Comte, Littré e Spencer, esse amontoado de disposições ilegais coordenadas sobre o título de Constituição Estadual (...) é realmente o primeiro no seu gênero: 1º

4 Ataíde naquele momento não estava sozinho na batalha, também o promotor público capixaba Generino dos Santos teria se empenhado, a ponto de ter sido mencionado por Miguel Lemos no Relatório do Apostolado Positivista do ano de 1883 (cf. LINS, 1964, p. 223).

porque está inteiramente destacado dos costumes, da índole e das pendências sociais do povo espírito-santense (CES, 26.05.1892, p. 1).

Este viés de apresentar o positivismo como contrário à índole do povo capixaba, pois que este era um “povo fundamentalmente religioso”, era uma argumentação usual nos ataques endereçados aos adeptos da corrente; A *Folha da Victoria*, editada pelo intelectual Aristides Freire, na sua edição do início de 1884, numa seção de generalidades, saudava o vigor e a pujança das festas religiosas de fim de ano como uma vitória “contra o positivismo que assalta as portas da igreja católica” (FV, 03.01.1884, p. 2).

A atuação de Muniz Freire como editor foi profícua, ao longo de mais de três décadas com maior ou menor intensidade, visto que, além de presidente do Estado por duas gestões foi também senador pelo Espírito Santo de 1904 a 1915. Foi fundador e redator dos seguintes periódicos de vida curta nos quais trabalhou, ainda no período em que cursava a Faculdade de Direito em São Paulo: *Aurora* (1875); *A Liberdade* (1876); *Gazeta Acadêmica* (1878); *Liberal Acadêmico de São Paulo* (1880-81). Com Cleto Nunes fundou em 1882 *A Província do Espírito Santo*, depois da Proclamação *O Estado do Espírito Santo*, os quais, juntos, tiveram uma vida literária de 29 anos. Segundo Lins, Freire foi a “figura mais eminente do positivismo capixaba” (1964, p. 227).

No primeiro dos dois mandatos em que governou o Espírito Santo (1892-96) destacou-se por um governo de largas perspectivas de modernização para um Estado que estava em vias de chegar ao século XX, quase que nas condições que tinha passado de Capitania para Província.

Estando o Estado passando por uma “fase inédita de prosperidade, devido a expansão do café e à alta de seu preço” (SALETTI, 2015, s/p), Freire soube aproveitar a relativa autonomia obtida pelos Estados com o advento da República e procurou implementar um projeto revolucionário de modernização da Capital que incluía a revitalização do porto, a conexão através de linha férrea com a capital do país e com as

Minas Gerais e a reurbanização do centro histórico. O visionarismo de Freire no programa urbano estipulado para o saneamento e ocupação do Campinho, na determinação das praias do norte para a expansão da cidade (Novo Arrabalde), na escolha dos profissionais certos para implementar estes projetos - os engenheiros Saturnino de Brito e Felinto Santoro⁵ - na importação precursora de materiais tecnologicamente revolucionários, tudo isso o inscreve como uma personagem de destaque na História do urbanismo capixaba.

De uma forma geral, o Espírito Santo teve dois periódicos declaradamente positivistas, pois assumiram o principal jargão do positivismo, “ordem e progresso”, como divisa de combate estampando-o no cabeçalho da primeira página: *O Estado do Espírito Santo* desde 1890 e o *Horizonte* desde 1891. Essa expressão positivista foi a mais inscrita na imprensa local, muitas vezes de forma genérica: mas algumas, mais expressivas, de forma mais específica como na série de cartas dirigidas à redação de *O Estado do Espírito Santo* sobre o **Saneamento da Capital**, que embora anônimas, percebe-se pelo jargão técnico que foram escritas por engenheiros sanitaristas articulados com os propósitos positivistas (EES, 12.01.1890, p. 2; EES, 13.02.1890, p. 2).

Outra expressão positivista muito usada, “viver às claras”, era a preferida da imprensa de oposição para atacar o governo Moniz Freire e de tabela o positivismo, denunciando a falta de transparência do governo nas suas ações “...que os situacionistas são inimigos de ‘viver às claras’” (CES, 01.06.1893, p. 1). O governo Moniz Freire na pretensão de “viver às claras”, dando uma resposta à oposição, determinou que os contratantes com o poder público fossem obrigados a mandar imprimir seus contratos e a entregar 200 exemplares para que a Secretaria Geral do governo os distribuisse (CES, 09.05.1894, p. 1). Mas

⁵ É importante realçar que a essa época ambos estavam no início das suas carreiras, e depois ambos vão se destacar no cenário da engenharia nacional, em especial Brito.

a oposição aos Construtores (partido positivista) insistia: “Fugir à discussão sobre matéria que está presa ao interesse dos contribuintes, será a negação completa do viver às claras, princípio de filosofia positiva, que deve fazer parte do programa político do partido construtor” proclamou o *Comercio do Espírito Santo* (15.01.1897, p. 1), principal periódico oposicionista e antipositivista: a esta data o governo estava nas mãos do Dr. Graciano dos Santos Neves, que era acólito de Moniz Freire e pertencia ao mesmo Partido.

Outro importante jargão positivista encontrado na imprensa local, “marcha da civilização”, aparece bem menos que os citados até agora (apenas duas vezes na contextualização esperada). Em 1888 o engenheiro Deolindo Amaro da Costa, discursando publicamente em Santa Cruz, saudando a abolição em uma grande festa positivista, fez uma preleção sobre a evolução humana e suas três fases (PES, 22.05.1888, p. 3). Também neste mesmo ano, a Sociedade Espírito-Santense de Imigração é exaltada por sua auspiciosa contribuição à “marcha da civilização”⁶ (PES, 26.07.1888, p. 3). Se bem que a mesma época, um periódico conservador utilizava-se do lema para combater a imigração de chineses, tidos como “raça inferior” (O Constitucional, 24.12.1888, p. 2).

As demais expressões usuais dos positivistas não foram encontradas na imprensa local. “Leis científicas”, por exemplo, só encontramos a partir de 1930.

Os engenheiros, a imprensa e o positivismo no Espírito Santo

Embora não tenham sido os engenheiros os únicos adeptos do positivismo, enquanto uma categoria, foi a engenharia, provavelmente, a mais comprometida com essa corrente de pensamento.

É possível que isso se deva ao caráter propriamente mais próximo das ciências empíricas que a

disciplina da engenharia comporta, caráter esse que, compartilhava, por exemplo, com a medicina, enquanto a advocacia, mais próxima das humanidades, naquele momento tinha um papel mais conservador. Corroborando essa asserção temos o comentário publicado na *Província do Espírito Santo* por autor anônimo, mencionando a influência benéfica do autor e médico positivista paulista, Pereira Barreto, sobre a elite da juventude conterrânea: “repercutindo nos jovens legistas saídos da academia de São Paulo, os quais apresentam assim um contraste esperançoso com seus colegas carunchosos, que ainda proferem como juízes, sentenças em nome da Santíssima Trindade” (PES, 09.03.1883, p. 2).

Também José Murilo de Carvalho é de opinião similar, identificando os membros do positivismo entre a classe média urbana formada por médicos e engenheiros, em contraposição à elite política imperial, que era composta fundamentalmente por advogados e juízes:

Deduz-se daí que os positivistas ortodoxos não eram apenas pessoas pertencentes às classes médias. Representavam um setor específico dessas camadas, o setor técnico e científico, composto por médicos, engenheiros e matemáticos (...) Tratava-se de uma contraelite que baseava seu poder no saber técnico, no cientificismo (CARVALHO, 2017, p. 137).

Evidentemente não estamos negando que tenham havido positivistas notáveis de formação jurídica, como o núcleo positivista do Recife, que gravitava em torno dos bacharéis Silvio Romero e Clovis Bevilacqua – curiosamente o próprio Bevilacqua classificava o núcleo do Recife como *dissidente* em relação ao núcleo *ortodoxo* do Rio de Janeiro (cf. ALONSO, 1995, p. 3). Também não negamos que tenham havido positivistas nas classes trabalhadoras⁷ em especial no

6 De acordo com Lins (1964, p.74) positivistas como Pereira Barreto preconizavam a imigração europeia para o Brasil.

7 O próprio Miguel Lemos interpretava a realidade brasileira como indisponível para a predileção comtista pelos trabalhadores urbanos e rurais. Em carta de 1881 direcionada à Pierre Laffitte, o chefe da corrente ortodoxa escrevia: “Aqui [no Brasil], são as classes liberais e instru-

funcionalismo público, trata-se sim, de demonstrar a intrínseca relação entre as ciências técnicas e o positivismo, que se expressou de forma mais evidenciada no Brasil, através das engenharias, o que outros autores, inclusive, já haviam observado.

A engenharia civil no Brasil nasce formatada no modelo da Politécnica francesa, local que exsudava positivismo como vimos anteriormente.

Desde os primeiros anos de formação, os alunos da Politécnica do Rio de Janeiro estudavam uma literatura técnica francamente adepta ou, ao menos, impregnada de positivismo. O culto que o positivismo dedicava aos luminares do passado, em especial àqueles do iluminismo tais como Newton, Leibniz, Lagrange etc. refletia-se nessa formação difusa, que ainda que não configurasse o acólito, estava presente na visão de mundo de todos os formados desta Escola.

Em 1883, no âmbito das comemorações do centenário de morte de D'Alembert, o discurso proferido "em sessão comemorativa do congresso acadêmico do Rio de Janeiro" foi feito pelo orador da Politécnica, o aluno de último ano de origem capixaba, Antônio Francisco de Ataíde (FV, 13.01.1884, p. 3), que, posteriormente, vai se tornar uma das mais proeminentes vozes propagadoras do positivismo na Província.

Ataíde (1860-c.1940), que vai desenvolver toda a sua carreira profissional no Espírito Santo, foi, além de engenheiro, político e pedagogo. Cumpriu importante papel na interiorização da Província como diretor da Estrada de Ferro Sul do Es e como diretor da colônia de imigrantes Afonso Pena. Foi lente no Ateneu Provincial e mais tarde no Ginásio do Es e presidente da Libertadora Domingos Martins. Em 1910 foi o 1º diretor da recém-criada Diretoria de Agricultura, Terras e Obras Públicas do Estado. Deputado no Congresso estadual por várias legislaturas, prefeito de Vitória e de Vila Velha e Vice-presidente do Estado (RIBEIRO. 2019. pp. 41-46). Ao longo da sua produ-

tiva carreira de mais de 53 anos de serviços públicos prestados, Ataíde foi sempre um ativo propagador das ideias abolicionistas, republicanas e positivistas; através da tribuna e sobretudo, da imprensa. Jovem, ainda antes de se formar na Politécnica do Rio de Janeiro em 1884, apresentava à Assembleia Estadual da Província "Algumas reflexões sobre o projeto da reforma do ensino primário..." publicadas pelo *O Espírito-Santense* (OES, 07.05.1882, p. 3)⁸. No ano seguinte envolve-se em uma polêmica - ainda sobre o assunto da educação na Província - com o engenheiro Maximino Maia, em artigo intitulado "Ao Sr. Maximino Maia redator-gerente do 'Horizonte'" expondo suas ideias, bastante críticas em relação à reforma educacional do governo Inglês de Souza que o Sr. Maia defendia:

Estou filiado ao Centro Positivista Brasileiro (...). Temos na imprensa, só a Revista Ocidental que se publica na França, sob a direção (do) Sr. Pierre Lafitte. (...) O seu jornal (Horizonte) deve ser mais criterioso com quem não conhece. Aqui mostrou, o quanto está alheio na doutrina, que o seu jornal tem o compromisso de defender por coerência, em virtude da fórmula positivista que adota (PES, 05.01.1883, p. 4).

Essas desavenças entre os positivistas eram usuais. O positivismo comportava correntes distintas. Alonso, que se debruçou sobre a historiografia do positivismo, sustenta, como das mais sintéticas, que os positivistas se dividiam entre ortodoxos e heterodoxos, sendo os primeiros associados ao Apostolado positivista (a Igreja) e os segundos àqueles que defendiam o positivismo como uma postura de cientificidade no cotidiano. De acordo, inclusive com Miguel Lemos, os últimos teriam sido os primeiros; "inicialmente teria havido uma adesão à obra matemática de Comte, principalmente por parte dos membros da politécnica e, mais tarde, o reconhecimento da obra completa, incluindo-se a religião" (LEMOS apud ALONSO, 1995, p. 3).

ídas que farão a transformação. Não temos um proletariado propriamente dito, nossa indústria é exclusivamente agrícola, e o trabalhador rural é o negro escravo" (LEMOS apud CARVALHO, 2017, p. 135).

8 Infelizmente a cópia da Hemeroteca da Biblioteca Nacional está muito difícil de ser lida para uma análise.

A autora chama a atenção para o fato de que “esta adesão primeiro ao litreísmo e depois ao lafitismo, é a síntese da trajetória do próprio Lemos” (ALONSO, 1995, p. 3), mas é esta classificação que vai tornar-se clássica e praticamente adotada pelos historiadores posteriores.

É possível observar pelo discurso de Ataíde que ele era comprometido com o lafitismo, portanto um ortodoxo, e que o Sr. Maximino Maia – também engenheiro, que foi Inspetor das Obras Públicas da Província em 1881 (RIBEIRO, 2019, p. 166) – professava o positivismo difuso ou heterodoxo. Ainda em 1910, no contexto da sua atuação no Congresso estadual, Ataíde não perdia oportunidade de expressar as suas opiniões sempre se utilizando dos jargões positivistas: debatendo no Congresso Estadual a Constituição Federal, emprega o termo: “o mecanismo da lei que exige o **viver às claras** para a felicidade comum do Estado” (EES, 19.10.1904, p. 1).

Já o eng. Joaquim de Salles Torres Homem (1851-192), que atuou na Província no início da década de 1880, abraçava o positivismo heterodoxo e escreveu uma série de artigos que estabeleciam uma polêmica com o Centro Positivista do Rio de Janeiro, acusado por Torres Homem de se afastar dos princípios de Comte, e que vieram à luz no jornal capixaba a *Província do Espírito Santo* em 1883. Em seguida, o mesmo periódico, publicou resposta de autoria de Teixeira Mendes em nome do “Diretor do Positivismo no Brasil, Miguel Lemos” (PES, 04.04.1883, p. 2); seguido de uma réplica de Torres Homem à resposta de Teixeira Mendes (PES, 07.06.1883, p.2).

Torres Homem teve uma profícua carreira como engenheiro militar, formado pela Escola Central - que antecedeu à Politécnica. No Espírito Santo atuou principalmente como encarregado das obras militares da Província, mas a sua posição ideológica positivista acabava comprometendo-o com atuações paralelas, tal como ter sido membro do Conselho Central da Instrução Pública da Província, assim como membro de uma Comissão mista de engenheiros e médicos para “proceder aos estudos referentes

a construção de um lazareto para a capital” (RIBEIRO, 2019, p. 132). Em 1884 estava servindo em Porto Alegre e foi o principal agente na proclamação da libertação total dos escravos do município gaúcho, ação que lhe valeu um voto de louvor da Câmara Municipal (RIBEIRO, 2019).

O primeiro periódico assumidamente positivista da Província, o *Horizonte*, desde 1882 teve como editor o mencionado engenheiro Maximino Maia, que de acordo com Lins era simpatizante do positivismo (LINS, 1964, p. 223) e que vai ter papel importante na divulgação local desta corrente de pensamento. Maia, apesar de formado pela Universidade de Gand, teria também frequentado a Escola Central no Rio de Janeiro “onde conheceu Teixeira Mendes e Miguel Lemos (...) sendo aluno de Benjamin Constant e companheiro de Floriano Peixoto de quem se tornou amigo íntimo” (LINS, 1964, p. 223).

Ao final do século XIX, Saturnino de Brito (1869-1929) - o grande precursor da engenharia sanitária no Brasil cuja referência científica dominará praticamente toda a primeira metade do século XX – propagava, claramente, uma ideologia positivista através de seus trabalhos. Na avaliação de Lins “manifesta é a influência do positivismo em todos os trabalhos” de sua autoria, “entre outros, nos seus **Apontamentos de Geometria analítica**, publicados em 1882, **Teoria lógica da assimilação**, publicada em 1887, **Esgotos das cidades** (...) 1901” (LINS, 1964, p. 262).

Do seu projeto para o Novo Arrabalde (hoje Praia do Canto em Vitória), feito sob encomenda do governo Muniz Freire, e primeiro grande projeto do currículo do sanitarista, temos que sob sua demanda, o eng. Trajano S. V. de Medeiros que nesta data trabalhava fornecendo materiais à *Comissão de Melhoramentos da Capital* – Vitória (EES, 01.07.1896, p. 1) e que era o arquiteto oficial do Apostolado Positivista no Brasil, enviou-lhe esboços de plantas para “habitações para proletários”, que foram incorporados por Brito ao projeto que elaborava (BRITO.1896. p.25).

Também na questão dos cemitérios, definiu ele uma área central no novo núcleo habitacional capixa-

ba, defendendo, tal como Ataíde e o promotor Generino dos Santos, 13 anos antes, que os campos santos tinham uma função simbólica especial no contexto da comunidade:

O Morro “Barro Vermelho”, é o único no perímetro do *Novo Arrabalde*, que tem condições favoráveis, quanto à área e quanto à argila. Acresce que, achando-se situado na região central do núcleo, proporciona facilidade material para desenvolver o culto aos mortos. Atualmente só os crassamente ignorantes ainda desconhecem a inocuidade dos cemitérios e clamam pelo seu afastamento dos centros populosos; e só os que têm o egoísmo por norma invariável de conduta se mostram desgostosos pela aproximação dos campos de incorporação, o que, aliás, vem diretamente afirmar que até para estes refratários é verdadeira a sentença positivista - os vivos são cada vez mais governados pelos mortos (BRITO, 1896, p. 25).

Conclusão

Poderíamos ainda discorrer sobre a engenharia e a sua atuação em vários outros campos do saber e da ciência oitocentista; de fato, nenhuma profissão se envolveu tanto na renovação científica e cultural da sociedade como a engenharia, mas isso não seria possível neste artigo dado a limitação de espaço, nem era essa a nossa proposta.

Caracterizar o profissional da engenharia como o principal propagador das ideias positivistas atende ao nosso propósito de entender ao projeto de modernidade que a Engenharia civil construía para o Brasil no período. O positivismo, apesar de ter incorrido em equívocos de caráter científico⁹, foi a matriz

de pensamento que, naquela altura, mais condições tinha de alcançar uma rápida difusão por meio de uma lógica bastante acessível que contribuiu não apenas para a laicização da sociedade, afastando a Igreja do papel central que até então esta instituição conservadora ocupava, como também colaborando na consolidação de uma postura científica da sociedade frente aos problemas do cotidiano, em especial àqueles relacionados à cidade e às suas estruturas.

No momento, com este estudo introdutório, a intenção é demarcar campos. Ao contrário do que a historiografia oficial tem sustentado, ou, ao menos não tem percebido com clareza, o papel dos engenheiros é crucial para a compreensão da modernização do Estado brasileiro na passagem do século XIX para o XX.

Longe de ter exercido um papel secundário como alguns autores parecem afirmar, “a engenharia civil no Brasil fez-se na segunda metade do século XIX e fez-se reelaborando a arte de construir, que a partir de então deixou cada vez mais os seus aspectos regionais e vernáculos de lado passando a se constituir em um conhecimento técnico globalizado e científico” (RIBEIRO, 2011, p. 147). Mas não apenas na arte de construir. O papel dos engenheiros foi além, e introduziu, muitas vezes, atuando em conjunto com a categoria dos médicos, novos princípios urbanísticos, almejando objetivos higiênicos e sanitários até então desconhecidos, fosse na arquitetura fosse na cidade.

Entretanto, esta atuação não levou os engenheiros apenas ao protagonismo na área da construção e do urbanismo, a auto concepção da engenharia no século XIX como a ciência “do estudo das generalidades científicas” a fez preencher um vazio que então existia no saber acadêmico oficial, pois ciências como a antropologia, a história e a geografia só viriam à luz, enquanto disciplinas autônomas, já em pleno século XX. Os engenheiros foram sem dúvida os grandes cientistas do século XIX atuando em disciplinas tão díspares que, nos dias atuais, seriam classificadas em grandes áreas de conhecimento distintos, tais como ciências humanas e ciências exatas.

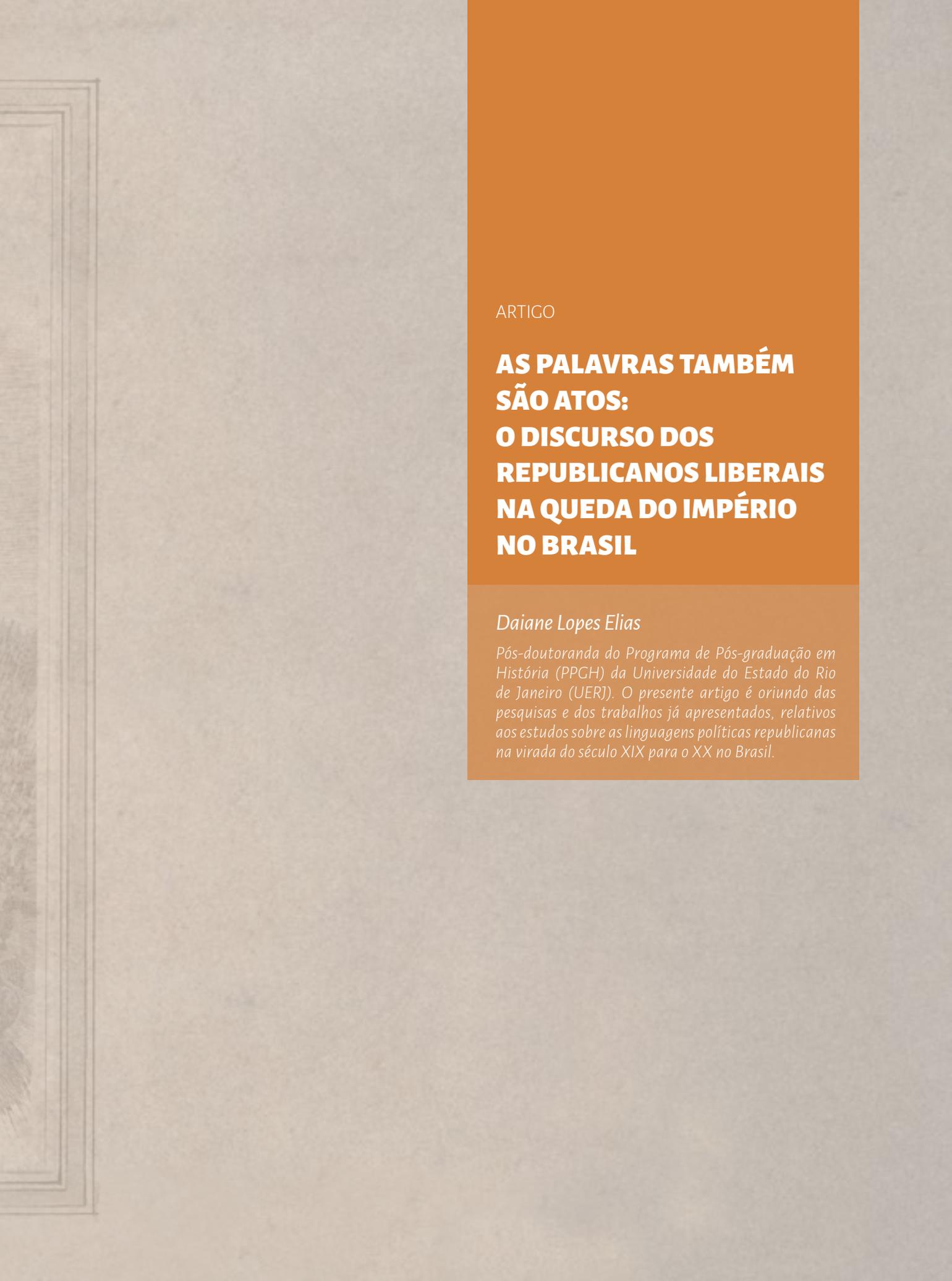
9 Lins, por exemplo, chama a atenção para o fato de que a teoria microbiana de Pasteur era recusada por uma parcela importante dos positivistas, o que não era o caso, contudo, do médico paulista Pereira Barreto, luminar do positivismo naquela Província (LINS, 1964, p. 80).

No caso específico do positivismo, objeto central deste estudo, foram os engenheiros atores importantes na difusão desta matriz de pensamento e, atuando na Província do Espírito Santo, *pari passu* com os positivistas da corte, já propagavam a ideologia positivista desde 1877, fundavam o 1º periódico de viés positivista, o *Horizonte*, em 1880 - antes, portanto, da consolidação das ideias positivistas no país, segundo Miguel Lemos - estabeleciam em 1882 a polêmica entre correntes distintas do positivismo na Província a respeito de uma reforma no ensino proposta por um governo simpático ao positivismo, já tinham no mesmo ano, um outro jornal também simpático ao positivismo, *A Província do Espírito Santo*, de vida e repercussão mais longa e o qual fez a preparação do terreno para uma administração francamente positivista do Estado, que foi a de Muniz Freire no período 1892-96.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela Maria. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. *XIX Encontro anual da ANPOCS*. 1995.
- BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projecto de um Novo Arbalde*. 1896. Vitória: Xerox: APEES, 1996. (Edição fac-similada).
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- COELHO, Eduardo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CV. Correio da Victoria. Vitória. (periódico).
- DAEMON, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- EES. O Estado do Espírito Santo. Vitória (periódico).
- GN. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro (periódico).
- H. Horizonte. Vitória (periódico)
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- OES. O Espírito Santense. Vitória (periódico).
- PES. Província do Espírito Santo, A. Vitória (periódico).
- REBOUÇAS, André. *Guia para os alumnos da 1ª cadeira do 1º anno de engenharia civil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.
- REIS, Aarão. *A instrução superior no império*. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos L. Santos, 1875.
- RIBEIRO, Nelson Pôrto. Atores da construção civil na Província do Espírito Santo do século XIX In: PESSOTTI, L. & RIBEIRO, N. P. *A construção da cidade portuguesa na América*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2011.
- _____. *Dicionário de engenheiros e construtores atuantes na Capitania e na Província do Espírito Santo*. 1ed. Vitória: EDUFES, 2019.
- SALETTTO, Nara. FREIRE, Muniz In: ABREU, Alzira Alves (org.). *Dicionário histórico da 1ª República: 1889 - 1930*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2015.





ARTIGO

**AS PALAVRAS TAMBÉM
SÃO ATOS:
O DISCURSO DOS
REPUBLICANOS LIBERAIS
NA QUEDA DO IMPÉRIO
NO BRASIL**

Daiane Lopes Elias

Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O presente artigo é oriundo das pesquisas e dos trabalhos já apresentados, relativos aos estudos sobre as linguagens políticas republicanas na virada do século XIX para o XX no Brasil.

Resumo

Com a adoção do vocabulário da política científica pelos republicanos liberais para questionar a Monarquia brasileira, estabeleceu-se uma guerra discursiva que construiu imagens opostas entre os regimes de governo. A Monarquia passou a ser lida como sistema arcaico e de privilégios, enquanto que a República foi associada ao progresso e ao governo de si. Assim, procurou-se compreender como a construção discursiva dos republicanos liberais venceu a disputa política, a partir do estudo de seus atos de fala, principalmente, ao adaptarem e ressignificarem termos que permitiram o surgimento de um novo contexto linguístico eficaz na mudança de regime político do Brasil.

Palavras-chave: Republicanos liberais, discursos políticos, sistemas de governo.

Abstract

As liberal republicans adopted the lexicon of Scientific Politics to question the Brazilian monarchy, a discourse war took place, one which created opposing images for each form of government. Monarchy would be seen as an archaic privilege-based system, while the republic became associated with progress and self-governance. Therefore, we aim to understand how the discourse constructed by liberal republicans won the political dispute, drawing from their speech acts, in particular where they adapted and attributed new meaning to terms that would usher the emergence of an effective new linguistic context for the shift in political regime in Brazil.

Keywords: liberal republicans, political speeches, government systems.

A partir da segunda metade do século XIX a monarquia brasileira passou a ser intensamente questionada por determinados grupos sociais insatisfeitos com a pouca atuação nos círculos do poder político. A busca pela inserção no campo da política por essa parcela da sociedade descontente se deu com a tentativa não apenas de deslegitimar a Monarquia, mas também de assumir o protagonismo, tomando para si os postos de mando do país. Para isso, os diferentes grupos adotaram táticas específicas contra o Império.

Havia, por exemplo, por parte dos republicanos, pelo menos três correntes combativas, duas de inspiração francesa, a positivista e a jacobina, e uma terceira republicana-liberal, ligada ao modelo norte-americano. As referidas correntes faziam frente ao sistema monárquico formulando críticas com o intuito de gerar uma crise institucional do regime vigente. Contudo, esse embate se deu, principalmente, pelo uso da palavra escrita e bem falada em discursos inflamados, haja vista, por exemplo, a importante figura do orador e das técnicas retóricas utilizadas no convencimento da plateia à causa republicana.

As palavras foram entendidas como “armas políticas” contra o Império. O debate de ideias foi capaz de ressignificar o vocabulário do período e criar um ambiente hostil para a manutenção da monarquia em um possível Terceiro Reinado.

Embora existissem várias correntes contestadoras disputando o protagonismo do cenário político à época, foi a corrente republicana de viés liberal que venceu a batalha pelo domínio do campo político brasileiro a partir de 1889. Essa vitória contou com a atuação de importantes expoentes do grupo republicano-liberal para fazer frente ao Império. Cada representante atuava em uma região do país. Alberto Sales, por exemplo, foi um dos principais ideólogos da república liberal paulista, Quintino Bocaiúva, na Corte, também exerceu papel decisivo na crítica contra o Império, assim como Assis Brasil no Rio Grande do Sul.

Esse trio de republicanos liberais atuou de forma combativa, por meio da palavra, utilizada de forma bélica, e do uso das técnicas retóricas, haja a vista a passagem no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo de muitos desses contestadores,

ou no próprio curso de Direito da referida instituição, que tinha como prática não apenas formar bacharéis, mas também agentes na ação política, com intervenções através, por exemplo, de textos publicados em jornais, ou para peças de teatro, essas ações, entendidas como transformadoras de colocação no mundo, instauraram uma guerra de palavras contra a Monarquia. Vale destacar que essa formação de base retórica comum entre os seus opositores possibilitou aos referidos contestadores a elaboração de discursos políticos semelhantes e eficientes em prol da mudança de regime político no país.

O debate ganhava peso e as críticas provenientes geravam a “ideia de crise” necessária para que avançassem na derrubada do regime até então vigente. O trio de republicanos liberais elaborou, de forma consciente, discursos políticos muito difundidos nos meios da imprensa da época e que ganharam destaque para além das fronteiras geográficas que representavam. Estava criado assim o cenário desfavorável à permanência da Monarquia. Tanto Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil escreveram, nos mesmos jornais, críticas contundentes contra o sistema político vigente, participaram dos mesmos encontros e clubes republicanos, publicavam obras e manifestos divulgando seus ideais, sob uma mesma visão de mundo pautada na crença do progresso e na tomada do protagonismo político, o que desembocou em um novo projeto para o país: a Proclamação da República.

Estabeleceu-se assim uma guerra de palavras que construiu imagens opostas entre os regimes de governo. A Monarquia passou a ser entendida e apresentada como um sistema arcaico e corrupto, enquanto que a República foi associada ao progresso e ao governo de si. O presente artigo procura compreender como essa construção narrativa dos republicanos liberais venceu a disputa política, a partir do estudo de seus atos de fala, sobretudo, ao adaptarem e atribuírem novos significados aos termos, permitindo o surgimento de um novo contexto linguístico eficaz na mudança do sistema político no Brasil em 1889.

Como mencionado, a insatisfação em relação ao regime monárquico foi o motor necessário para que as várias propostas políticas contrárias ao *status quo* irrompessem e se intensificassem no debate, a partir da segunda metade do século XIX, dentre elas se destacam as que hasteavam a bandeira republicana para que a mudança de regime se desse o quanto antes. Contudo, embora possuíssem significados próprios atrelados ao conceito de república e, por isso mesmo, guardassem suas especificidades, formavam no conjunto um movimento contestador capaz de produzir críticas que originaram um ambiente político desfavorável à permanência do Império.

Desse modo, fizeram escolhas para criar uma linguagem eficaz ao intervir e instaurar o novo regime, que poria fim à falta de protagonismo político dos contestadores. Por meio da linguagem combativa não apenas criavam o novo, mas o constituíam a partir do questionamento aos valores, práticas e instituições monárquicas. Invertia-se o espelho para criar um ambiente favorável para que a nova linguagem instaurasse também uma realidade inédita: a república brasileira. Foi devido à insatisfação com o regime monárquico, visto a impossibilidade deste de solucionar as tensões e demandas existentes na sociedade, bem como a busca de maior inserção nos círculos de poder, que se intensificou a batalha política pela organização do país. Os contestadores então se dividiram pelas correntes republicanas positivista, jacobina e liberal do período. O embate discursivo colocava em oposição os conceitos antitéticos de monarquia e república. A monarquia identificada pelos republicanos como sendo um regime de privilégios, de corrupção dinástica, despótico e de atraso, enquanto que a república era, por excelência, associada ao governo de si, à plena soberania popular, ao bem comum, ao talento e ao progresso. O recurso aos pares de antônimos era muito usado na retórica dos grupos contestadores para macular a imagem monárquica, ao mesmo tempo em que se fortalecia a republicana.

Para isso, os contestadores se valeram das te-

orias científicas de reforma social que marcaram fortemente o Oitocentos, como, por exemplo, o positivismo, o evolucionismo, o cientificismo e o darwinismo social.¹ O que permitiu o empréstimo do vocabulário e dos modos de pensar na formação de uma nova linguagem política republicana que, feita a seu modo, para fins práticos, optou por entender a república brasileira como a forma de governo do progresso, como último estágio da evolução social, ou ainda, como o desvelar do estado positivo. Assim, observa Maria Tereza Chaves de Mello em relação aos grupos contestadores do período e a linguagem combativa por eles propagada:

[...] ela renovou o vocabulário e a semântica. Sob suas premissas passaram a se pensar as “questões” nacionais. O mais importante, é que ela configurou um novo sistema simbólico”, para assim trazer “para a arena pública a percepção da crise de direção que vivia o regime (MELLO, 2011, p. 124).

A necessidade de superar a fase monárquica, que passara a ser sinônimo de atraso e crise no discurso republicano, tornara-se a ordem do dia. A crença no progresso a fez anacrônica e o choque entre os dois conceitos de velho (monarquia) e novo (república) se deu. Cada grupo político desenvolveu um significado próprio para a república que almejava

implantar, o que demonstrou a grande mobilização de recursos semânticos, não apenas para mudar a realidade do Brasil, mas para que, ao se alterá-la, se garantisse também os postos de comando aos “líderes” dos grupos contestadores. A busca pela inserção no campo político fora o elo comum dos opositores do Império. Sendo assim,

Meetings, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, fatores eficazes na desintegração do regime, graças à instauração de um novo clima, que impregnou as mentes num simbolismo renovado (MELLO, 2007, p. 11).

Assim, a guerra discursiva fez uso dos mais variados recursos e episódios na tentativa de formular atos de fala eficazes ao combate e instaurar um clima desfavorável à manutenção do império no Brasil. Com o estudo das enunciações dos principais representantes republicanos é que se torna inteligível o período de contestação do Brasil-Império, visto que se permite uma melhor compreensão das particularidades, motivações e interesses dos contestadores, sobretudo dos liberais, vitoriosos na disputa pelo poder.

Em relação à oratória, o grupo de propagandistas da república “buscava [...] seduzir a plateia, ávida de discursos grandiloquentes e predisposta à submissão pela palavra e pela teatralização gesticulatória” (MELLO, 2007, p. 52). Por isso, a propaganda se tornou uma das melhores e mais utilizadas armas para deslegitimar o *status quo* monárquico. Foi desse modo que os seus discursos se tornaram arma contra o Império e instrumento de caráter pedagógico na disputa pela organização do país, o que era facilitado pela formação de base retórica do período compartilhada pelos contestadores.² Assim, explica-se a

1 É importante destacar que as obras de teoria científica não se situaram temporalmente tão somente no Oitocentos, mas, de acordo com Tânia Bessone, houve “Registros e comentários a respeito de obras mais lidas ou muito ‘faladas’ na primeira década do século xx”, dentre as quais estavam a dos principais autores utilizados no século XIX quando se tratava de teorias científicas, tais como: Spencer, Darwin, Comte, Haeckel, etc. Ver FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 142. Vale sublinhar ainda que a doutrina positivista, por exemplo, infiltrou-se tanto na sociedade brasileira, adentrando pelo século XX, que chegou a ser tema de música popular brasileira, intitulada “Positivismo” e cantada por Noel Rosa, que também tinha parceria na letra com o jornalista Orestes Barbosa. O trecho seguinte é emblemático: “o amor vem por princípio, a ordem por base, o progresso é que deve vir por fim. Desprezaste esta lei de Augusto Comte e fostes ser feliz longe de mim”. A referida música nasceu no famoso Café Nice, como conta MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 246-247.

2 Nesse sentido, um bom exemplo é o curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo e a própria instituição de ensino superior em

importância dada à propaganda feita na imprensa,³ *Meetings* e/ou Clubes, que, como forma primordial de intervenção no debate da época, intensificou a disputa no campo linguístico, sendo capaz de criar uma linguagem política republicana eficaz ao deslegitimar o Império e ao justificar o “novo”. A república passava a ser “o regime das oportunidades para todos os letrados aliados das oportunidades públicas na quadra final da Monarquia” (MELLO, 2011. p. 130). Apresentada como o

progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional. A República, enfim, como progresso e como ordem; como um ponto de chegada inevitável

si que permitiram uma formação comum na arte retórica, como destaca Sérgio Adorno em seu livro *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Sobre a Faculdade de Direito é importante destacar que seu espaço ia além da formação de bacharéis, visto que a instituição extrapolava o ambiente da sala de aula e o compartilhamento de seu universo pelos alunos era também voltado para a aprendizagem/atuação na esfera política. Os estudantes tinham como prática a escrita em jornais, na literatura e em peças de teatro. Para isso, contavam com o mesmo treinamento de retórica, como destacou Sérgio Adorno sobre a prática que visava envolver emotivamente seus ouvintes e/ou leitores. O domínio da retórica e a atuação na política caminhavam juntas. Por isso, é importante ressaltar a formação retórica comum no ambiente educacional de São Paulo, haja vista que muitos dos futuros contestadores do Império passaram pela instituição quando estudantes. Essa mesma base de ensino também gerava uma visão de mundo compartilhada, através do contato com ideias, autores e obras de cunho filosófico-político em voga no século XIX, já que a vida acadêmica permitiu a criação de um espaço social comum e possível para o envolvimento e participação dos estudantes nas lutas políticas. Essa mesma formação em São Paulo também contribuiu para que, *a posteriori*, a propaganda política tivesse características semelhantes. Exemplo disso foi a própria construção da campanha republicana, tanto por meio de seus escritos políticos, quanto de seus discursos, com argumentos, jogos de palavras e estratégias linguísticas comuns. É desse modo que o curso anexo à Faculdade de Direito e a própria instituição de ensino superior constituem fator fundamental à formação das ideias políticas compartilhadas e críticas do Império, na segunda metade do século XIX.

3 A propaganda era feita, sobretudo, via imprensa que, em fins do Oitocentos, serviu de espaço possível para a batalha discursiva entre os ideais republicanos contra a monarquia, afinal a imprensa muitas vezes ao longo da história se desenvolveu “como um dos meios de transformação, de incitamento à transformação”. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 170-171.

e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sob controle (MATTOS, 1989, p. 165).

Com o estabelecimento de um novo regime as esperanças de oportunidades e de um maior espaço político se renovaram. E por ser a sociedade brasileira oitocentista fragmentada, a proposta apresentada pelos republicanos liberais foi a que melhor se adequou às circunstâncias nacionais, já que o coletivo era entendido tão somente como o somatório dos interesses particulares. O discurso liberal, centrado na valorização do interesse pessoal, adequou-se à sociedade brasileira que tinha como uma de suas principais marcas a inexistência da nação.

Contudo, os primeiros anos do novo regime mostraram que o ideal republicano liberal, pensado antes de sua implantação, não correspondeu à realidade, pois o que prevaleceu foi o espírito predatório, sem comprometimento com a virtude republicana. O problema de equilibrar o público e o privado se manteve, embora a corrente vitoriosa pregasse o não patrimonialismo, o não apadrinhamento de cargos e a seleção pelo mérito individual. As velhas práticas continuaram, inclusive, com a “nova elite política” que entre o público e o privado optou por satisfazer seus próprios interesses, algo típico de uma sociedade fragmentada, sem um forte sentimento de pertencimento. A nação não fora construída pelo Império e os elos sociais ficaram inconclusos na República, que deixara de ser dos sonhos para cair num real de corrupção conhecido há tempos. Desse modo, explica-se o estado de frustração instalado nos anos seguintes a 1889.

Com a proclamação da República, realizada pelos adeptos de um viés liberal de republicanismo, surge o entusiasmo por mudanças e por maior participação política, principalmente dos setores que não se sentiam protagonistas no cenário político do país. No entanto, esse entusiasmo vivido no momento da proclamação logo viraria sentimento de frustração, sobretudo pela impossibilidade de mudanças efetivas quanto a maior participação política, como destacou José Murilo de Carvalho,

a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. O setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização (CARVALHO, 1987, p. 64).

O autor ressalta também que “o liberalismo foi utilizado pelos vitoriosos como instrumento de consolidação do poder, desvinculado da preocupação de ampliação das bases deste poder” (CARVALHO, 1987, p. 65). Percebe-se assim a permanência, ou mesmo, a construção de mecanismos capazes de afastar a intervenção dos “cidadãos” na cena política. O que se tem é uma briga de elites que, para se manterem no poder, afastam a grande parcela da população das decisões do país.

Contudo, da chegada ao poder até sua permanência no protagonismo político do país, os republicanos liberais fizeram vasto uso de recursos retóricos para convencer e mover à ação um maior número de adeptos aos seus ideais. Desse modo, vale destacar que desde a Antiguidade Clássica, passando à Idade Média, com sua tradição escolástica, e chegando à Modernidade, a arte retórica permaneceu ativa, haja vista, por exemplo, os estudos oferecidos na Universidade de Coimbra (instituição que recebeu grande parte dos filhos da elite brasileira). O estudo de retórica chegou ao Brasil e fez parte da formação estudantil da maioria dos pensadores oitocentistas, inclusive, do trio de republicanos liberais aqui estudados, sobretudo durante a estada no curso anexo e/ou na Faculdade de Direito de São Paulo.

O conhecimento da arte retórica é identificado, principalmente, pelas características discursivas adotadas e pela importância dada à palavra, seja por meio dos registros das falas proferidas durante

as participações em *meetings* e conferências, ou ainda em seu vasto uso na imprensa da época. Assim, apenas para destacar alguns pontos comuns existentes na tríade de republicanos liberais, pode-se começar pelo que seria a consciência do valor conferido ao orador, sua importância e prestígio, em uma sociedade de forte tradição oral sua figura célebre era percebida e explorada, algo evidente nas publicações em jornais, ou mesmo em obras de cunho teórico, ou ainda nos discursos proferidos, tanto por Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil nas mais diferentes regiões do país.

O trio de republicanos contava com conhecimento no meio político e da imprensa e eram respeitados e debatidos nos espaços destinados à discussão política. Várias são, por exemplo, as notas elogiosas ou de debate dos argumentos na cena política nacional, publicadas nos jornais de época sobre a atuação dos três como importantes oradores. Além do valor e prestígio atribuídos à figura de cada orador, sabiam também da importância da palavra bem dita e articulada para um auditório, ou mesmo leitores, previamente conhecidos, no qual direcionavam suas falas. O conhecimento prévio dos ouvintes e/ou leitores orientava à boa construção discursiva e auxiliava à sedução pela palavra e criação de imagens mentais, visando posterior adesão à causa apresentada. Não à toa, Quintino Bocaiúva, por exemplo, dirigia-se aos militares tendo como um dos temas centrais a necessidade de uma maior valorização e participação política dos mesmos. A tentativa de cooptá-los à causa republicana era evidente. Outra característica importante era a escolha precisa de quem citar para dotar o texto de autoridade necessária ao convencimento. O trio republicano possui em comum o empréstimo do vocabulário da política científica⁴ e, obviamente, esse fato traz consigo nomes de peso dos considerados grandes pensadores do século XIX. As citações a

4 Sobre o porquê da adoção da linguagem política científica ver ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.176.

Comte, Spencer, Darwin, por exemplo, são presentes e recorrentes em suas narrativas. Mas não só, pois iam para além das citações de autoridades do período, já que mesclavam ainda aos nomes expressões de época, retiradas das obras desses pensadores. A grande presença, por exemplo, dos *slogans* positivistas é uma marca e dá a dimensão das técnicas retóricas utilizadas conscientemente pelos republicanos liberais.

Deve-se destacar também outra característica discursiva importante que era a escolha de uma linguagem por vezes direta e violenta, sobretudo, nos manifestos, pronunciamentos e em jornais de época, dando claro tom de ataque à família real, atribuindo-lhe ofensas através de ironias, sarcasmos, hipérboles e pela inversão dos significados de uma dada palavra de seu sentido original. Assim, garantiam a agressão verbal e a contínua deslegitimação da imagem real, com o intuito evidente de minar a permanência do governo imperial. A construção de imagens antagônicas dos regimes, pela adoção de conceitos políticos antitéticos nos textos, foi fundamental para a inversão discursiva e para contradizer a narrativa oficial até então vigente. O recurso aos pares de opostos no meio político nacional, via batalha discursiva, permitiu, por meio da crítica, a criação e propagação da ideia de “crise do regime imperial”, estratégia que aprofundou e demarcou o antagonismo com o choque entre as linguagens, antiga e nova, do período.

Maculava-se a imagem monárquica, simultaneamente, fortalecia-se a ideia de um Brasil republicano, reforçando a tensão entre tradição *versus* modernidade. O embate se dava na arena da palavra bem usada e ressignificada para a obtenção de um fim prático: a proclamação da República e a ocupação pelos republicanos liberais dos postos de mando do Brasil. Para isso, renovaram e adaptaram o vocabulário da política científica que tinham pego de empréstimo, assim colaram à imagem da monarquia o signo da decadência e, desse modo, criaram uma nova visão de mundo para o cenário nacional, colocando à prova a tradição e sua perpetuação frente à possibilidade do novo.

A guerra discursiva inaugurou um novo entendimento sobre o cenário político nacional, e, com isso, foi capaz também de ressignificar o entrelaçar do tempo, pois passado, presente e futuro passaram a ser reorganizados e percebidos sob outra ótica. O passado fornecido pela narrativa oficial era substituído por uma nova escrita da história, que exaltava os episódios nacionais de experiências republicanas pontuais, destacando, muitas vezes, por meio de biografias elogiosas, os heróis republicanos construídos nos textos e que não vinham a público por ainda estarem sob o domínio de um governo “tirânico e opressor”, que, de maneira arcaica, freava o desvelar do país na “marcha da História” própria da Modernidade. Assim, o tempo presente não poderia mais aceitar a manutenção da ordem imperial vigente, mas com a tomada de consciência da necessidade de superação dessa estrutura arcaica, equivocadamente deixada até a contemporaneidade, deveria preparar para instaurar o novo, a república. O futuro então se abria à expectativa da realização prática do discurso republicano quando de sua proclamação, um novo regime, com outra história de fundação, valores e horizontes.

Alberto Sales, representante de São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, contribuíram imensamente no processo de troca de regime político, eram alguns dos principais agentes republicanos liberais das referidas regiões, atores políticos bastante ativos e hábeis no uso, adaptação e ressignificação das palavras no discurso contestador da Monarquia. De forma semelhante e interativa, disseminaram uma fala muito próxima e coesa de república liberal e extrapolaram as fronteiras geográficas das regiões que representavam. À medida que o grupo ganhava magnitude e saía dos círculos próprios alcançava cada vez mais espaço e adeptos. Desse modo, do discurso de grupo, formaram uma linguagem republicana liberal de caráter contextual, que fez frente à linguagem monárquica e, por fim, a venceu. A vitória foi contra o Império e também contra os outros projetos concorrentes de república para o país.

Por isso, almejou-se descortinar e caracterizar essa linguagem particular, construída em um dado tempo-espaço e transmitida de forma ampla, sobretudo, nas referidas regiões de seus expoentes, embora tenha sido capaz de ultrapassar as fronteiras geográficas, bem como entender, a partir da relação dos textos, intertexto e contexto, os argumentos e recursos de construção das novas significações e seus usos, tendo em mente a busca pela compreensão de quais eram os sentidos para seus atores políticos em seu tempo-espaço e com qual finalidade construía suas falas.

A escolha dos três republicanos liberais, Alberto Sales (SP), Quintino Bocaiúva (RJ) e Assis Brasil (RS), deu-se pela identificação de similaridades entre eles e também pela visibilidade que garantiu uma vasta produção de escritos políticos aos agentes históricos. A visão de mundo compartilhada e formada a partir dos estudos iniciados ainda no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, no caso específico de Quintino Bocaiúva, bem como o efetivo ingresso de Alberto Sales e Assis Brasil no próprio curso de Direito da referida instituição fez com que tivessem, em alguma medida, uma formação comum e, conseqüentemente, compartilhassem uma mesma visão de mundo, pautada em ideias, obras e autores de cunho político-filosófico iguais. Fator que posteriormente permitiu uma propaganda republicana de mesmo viés.

A tríade republicana passou a atuar intensamente no cenário político do período, identificando na monarquia a causa de todos os males sociais, e, a partir disso, inicia-se a formulação discursiva deslegitimadora dos pilares da tradição monárquica. Proclamavam-se “excluídos” dos círculos de privilégios dinásticos e também sem grandes oportunidades na sociedade de então, mas fato é que não se encontravam à margem da sociedade, buscavam, sim, um maior protagonismo político, através da ascensão aos postos de poder do país. Para isso, fortaleceram as críticas ao império, com o intuito de criar, conscientemente, a ideia de “crise” das instituições, forjada pelos contestadores

republicanos para ruir a imagem monárquica nacional. Partiram das críticas à venda da ideia de “crise” do regime imperial, lido e apresentado como atrasado.

Desse modo, optaram por ler a sociedade brasileira oitocentista pela chave interpretativa do decadentismo, fizeram então empréstimos do vocabulário da política científica, para justificar a necessidade de urgência na implementação das reformas sociais e criaram um discurso com artifícios retóricos, argumentos e contra-argumentos semelhantes, centralizando a discussão, sobretudo, na escolha de regime político. Para isso, elegeram dentre os pensadores oitocentistas, aqueles que serviriam como instrumento para a construção da narrativa republicana liberal. Vale destacar que, embora cada representante republicano escolhido fosse proveniente de uma região do país, partiam de questões específicas de cada área para então criar um discurso mais amplo e unificador, de âmbito nacional, não se restringindo tão somente às necessidades locais. Manobra adotada para alterar, de forma efetiva, a vida política do país.

Assim, leram os mesmos autores, ou seja, aqueles que propiciavam uma mudança prática ao país, os interpretaram de maneira similar, o que quer dizer instituir o embate entre tradição e o novo, e compartilhavam também o mesmo objetivo, adquirir maior poder, através da obtenção de um protagonismo na cena política. Construía-se assim o discurso republicano liberal coeso, a partir do uso dos mesmos autores, com interpretação similar e para um mesmo fim prático de tomada do poder, respondendo dessa forma as questões do quem, como e o porquê, ou seja, quem foram os autores lidos pelo grupo republicano liberal, como esses mesmos autores foram interpretados/apresentados e com qual finalidade.

Vale sublinhar também que durante o Oitocentos, os campos político e intelectual não eram independentes, o que fazia com que todo o arcabouço ideológico servisse à intervenção na vida cotidiana. Fazia-se uso dos pensadores do século XIX e suas respectivas doutrinas para agir politicamente e chamar à causa republicana liberal.

Assim fizeram Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, entendidos como agentes de seu tempo, imersos no jogo político, por meio dos usos e *performances* próprias que construíam no dia a dia do debate da vida nacional o contexto linguístico vitorioso, pois agiram e reagiram no interior das linguagens existentes, no contexto específico de transição do império à república, e então, foram capazes de emprestar significados próprios aos conceitos políticos à época, sobretudo os de república, federalismo e democracia,⁵ e, a partir disso, transformaram seus discursos em uma linguagem republicana liberal singular e eficaz na queda da monarquia e implantação da república que disseminavam nos tempos de propaganda. A criação de um contexto linguístico próprio foi o mote necessário para fincar a ideia de “crise” do império e abrir caminho à instauração de novas práticas, instituições e valores ligados à experiência republicana.

Obviamente, a construção discursiva e manutenção de uma linguagem republicana liberal singular só foram possíveis porque houve um intercâmbio que propiciou a unificação e coesão para o estabelecimento do contexto linguístico, identificado a partir dos seus textos, intertextos e contexto, oriundos dos fenômenos da linguagem, das palavras e de seus usos, percebidos de forma sincrônica e diacrônica. Assim, o referido intercâmbio e construção linguística se deram a partir da intervenção na vida nacional, com a participação ativa através da colaboração em jornais, *meetings*, Clubes, Partido, conferências e obras de cunho teórico-político, discutidas e apresentadas nos meios acadêmicos, partidário e da imprensa, ou seja, em seus veículos de produção e disseminação.

A ação do trio republicano só pode ser entendida em meio ao contexto que atuavam, assim ao compartilharem a mesma visão de mundo, os mes-

mos usos de autores e leituras é que se torna inteligível a guerra das palavras, durante a virada da monarquia à república. A participação no jogo político originou a criação de uma linguagem republicana eficaz na tomada de protagonismo dessa parcela de propagandistas que, ao cair no real, encontrou as circunstâncias adequadas para vencerem a disputa de poder político, haja vista as características da sociedade brasileira oitocentista, como, por exemplo, a da fragmentação social. Circunstância essa que permitiu ao discurso republicano-liberal sua acomodação de forma prática e, assim, garantiu-lhe a vitória frente às demais propostas republicanas concorrentes do período.

As palavras usadas de maneira própria e acrescidas de novos significados transformaram-se em conceitos que traziam consigo a experiência e a multiplicidade que permitia a dinâmica de uma nova constituição de ideias para instaurar uma realidade inédita. As palavras foram tomadas como armas políticas contra o império e o vencerem. Certamente, em meio à guerra das palavras se poderia fazer um novo uso da antiga expressão francesa: *Às palavras, cidadãos!* Afinal, foi por meio das metamorfoses discursivas que se venceu a guerra no campo linguístico e se obteve por fim o protagonismo político almejado ao assumirem os postos de mando do país, confirmando assim que as palavras também são atos.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BOCAIÚVA, Quintino. *O antigo regime*. Obras completas. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.
- BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
- BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. “Manifesto Republicano de 1870”. In: *Textos Políticos da História do Brasil: Independência – Império (I)*. Fortaleza: Biblioteca de cultura série A – documentário, s/d., p. 533-55.
- BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881.

5 Sobre o uso dos conceitos políticos e seus significados ver CARVALHO, José Murilo de. [et al.]. “República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891)”. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam H.; RIBEIRO, Gladys S.; VAZ, Maria João. (Orgs). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 15-35.

- _____. *Democracia representativa*. Do voto e do modo de votar. Rio de Janeiro: Typ. De J. Leuzinger & Filhos, 1931.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v. 32, n. 3, 1989. p. 265-80.
- _____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000. p. 123-152.
- _____.; [et al.]. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017.
- _____.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- COMTE, Auguste. *Catecismo positivista*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934.
- _____. *Cours de Philosophie Positive*. Paris: Garnier, 1949.
- _____. "Discurso sobre o Espírito Positivo". In: *Comte*. São Paulo: Abril. Col. Os Pensadores, 1844.
- ELIAS, Daiane Lopes. "Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império (1870-1891)". In: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.); RIBEIRO, Gladys Sabino. (Org.); CONÇALVES, Monique Siqueira. (Org.); MOMESSO, Beatriz Piva (Org.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. 1ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, vol. 1, 2016.
- _____. *A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais na queda da Monarquia no Brasil*. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2020.
- FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- JASMIN, Marcelo Gantus.; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LESSA, Renato. *A invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FCV, vol. 2, nº 4, 1989.
- MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.
- _____. A República e o Sonho. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº 45, jan-jun 2011.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SALES, João Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- _____. *Sciencia política*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891. Edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1997.
- _____. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1882, 2v.
- _____. *Catechismo republicano*. São Paulo, 1885.
- SPENCER, Herbert. *Principles of Sociology*. New York: Appletown, 1882.

PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA NO BRAZIL



GLORIA A PATRIA! HONRA AOS HEROES DO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1889.

HOMENAGEM DA "REVISTA ILLUSTRADA"

5 de Dezembro de 1929

ado S

NA DO SUL"
GOVERNO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL:
RUI COSTA LIMA

RAY

C

ARTIGO

**ÀS URNAS CASTELEENSES!
PARA TRÁS, SICÁRIOS.
O PAPEL DO JORNAL
TRIBUNA DO SUL
DE CASTELO ES NA
CAMPANHA ELEITORAL
DE JÚLIO PRESTES
À PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA EM 1930.**

Ademildo Gomes

Mestre em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (Itália), Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório - LEMM(UFES) e do Laboratório de História, Poder e Linguagens (UFES).

*VITAL SOARES, candidatos
do Estado á Presidente e Vice-
ar pela paz, ordem, grandeza
er um Brasil digno dos brasi-
e harmonisada.*

Resumo

O artigo analisa o papel do *Jornal Tribuna do Sul de Castelo* na campanha eleitoral de Júlio Prestes à presidência da República entre dezembro de 1929 e março de 1930. O *Jornal Tribuna do Sul de Castelo* foi criado em dezembro de 1929 como *Órgão Oficial do Governo Municipal*. Ele tinha como diretor responsável o então prefeito-interventor Américo Viveiros Costa Lima, como redator-chefe o vereador e presidente da Câmara, Arquilau Vivácqua, gerente Sizenando Silva e como redatores o vereador e vice-presidente da Câmara, Carlos Lomba e o vereador Raymundo Nonato Rangel. Esse jornal, em sua curta existência, foi dedicado exclusivamente à campanha a favor da eleição de Júlio Prestes à Presidência da República, sendo um grande instrumento utilizado pelos políticos locais para convencer o povo castelense que Júlio Prestes, na época, era a solução para todo Brasil. Por trás dessa mensagem estava o sistema coronelista que controlava os processos eleitorais municipais no cenário político da Primeira República, também chamada de República Oligárquica.

Palavras-chaves: Castelo, Tribuna do Sul, Júlio Prestes, oligarquia.

Uma história local

A historiografia ocidental havia se constituído tradicionalmente em torno do campo político e econômico, preocupando-se em deixar registrada a história dos grandes homens e eventos. No entanto, a partir da terceira década do século XIX, com a Escola dos *Annales*,¹ surge e se consolida um novo tipo de história, uma história problematizada, que pretende ser

1 “Em 15 de janeiro de 1929 aparecia o primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa revista veio a se tornar a referência básica para o que se convencionou chamar de *Escola dos Annales* no domínio da historiografia francesa. A revista passou por diferentes nomes, mas permaneceu influente até hoje não apenas como uma revista de história, mas também no domínio mais amplo das ciências sociais, como aliás foi a sua proposta desde o início” (SOARES, Geraldo. “História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos *Annales*”. In: *Interface*. Ano 11. n. 5. p. 47-59, setembro de 1999, p. 47)

Abstract

The article analyzes the role of *Castelo Tribuna do Sul* newspaper in the election campaign of Júlio Prestes to the presidency of the Republic between December 1929 and March 1930. The *Tribuna do Sul* newspaper from Castelo was created in December 1929 as “Official Agency of the Municipal Government”. It had as responsible director the then mayor-intervener Américo Viveiros Costa Lima, as editor-in-chief the councilor and president of the Chamber Arquilau Vivácqua, manager Sizenando Silva and as editors the councilor and vice-president of the Chamber Carlos Lomba and the councilor Raymundo Nonato Rangel. This newspaper, in its short existence, was dedicated exclusively to the campaign in favor of the election of Júlio Prestes to the Presidency of the Republic, being a great instrument used by local politicians to convince the Castelense people that Júlio Prestes, at the time, was the solution for all Brazil. Behind this message there was the coronelist system that controlled the municipal electoral processes in the political scenario of the First Republic, also called the Oligarchic Republic.

Keywords: Castelo, Tribuna do Sul, Júlio Prestes, oligarchy.

uma alternativa diante da perspectiva institucional, factual ou meramente descritiva da historiografia.

Giovanni Levi (2014) dá uma definição que nos parece resumir bem essa nova proposta historiográfica. Segundo o autor, «a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais» (LEVI, 2014, p. 1). Esse olhar da história social voltado para as singularidades de cada local tem alterado significativamente o cenário historiográfico, fazendo com que esse tenha em consideração diversos elementos que até então ficavam marginalizados, por serem vistos apenas como um detalhe indiferente dentro contexto macrosocial (PRADO, 2018, p. 80).

Conforme Arlette Farge (2015, p. 81), é preciso espreitar o acontecimento lá onde menos se espera, pois a história se passa lá onde tudo passa como se

não houvesse história alguma. Isso significa que cada um ou cada grupo com seus problemas e suas escolhas, enfim com sua política da vida cotidiana, participa da organização e formação da história geral (LEVI, 2000, p. 45).

Vamos constatar esse fato ao analisarmos o papel do Jornal *Tribuna do Sul* em Castelo entre dezembro de 1929 e março de 1930. Para isso, faremos a memória do cenário político do Brasil e do Espírito Santo na década de 1930. O Jornal *Tribuna do Sul* foi um meio da oligarquia local castelense participar do contexto sociopolítico que marcou o fim da Primeira República (1889-1930), chamada classicamente de “República velha” ou “República Oligárquica” do Brasil (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, p. 325).

A imprensa tem um papel singular na história política. Como afirma Bastos (2018, p. 89), as folhas impressas são instrumentos fundamentais para os estudos sobre sociabilidades, cotidiano e investigações sobre a vida pública de cada localidade. Contudo, “a imprensa não surge num vazio cultural» (MOREL, 2005, p. 206; Apud BASTOS, 2018, p. 88). Para entendermos a intenção e os objetivos de uma publicação devemos sempre levar em consideração o contexto sociopolítico de sua produção, submeter tudo ao crivo das críticas externas e internas.

A crítica externa implica analisar o discurso a partir de suas relações com aquilo que o cerca (tempo, espaço, sociedade, cultura etc) e das relações de poder e de saber nas quais o autor está envolvido. A crítica interna implica tomar um discurso não apenas como algo que remete a um acontecimento, mas como sendo em si mesmo um acontecimento, e que enquanto tal, deve ser interrogado (PINSKY; LUCA, 2017, p. 236-237). Será nessa ótica que faremos uma abordagem sobre o papel da jornal *Tribuna do Sul* na história sociopolítica de Castelo.

O contexto sociopolítico brasileiro no fim da Primeira República

De acordo com Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 325-329), a Primeira República foi marcada por intensas lutas políticas que revelavam um quadro institucional-político de instabilidade e desestabilização. Tendo em vista a questão eleitoral, a República manteve o mesmo padrão político eleitoral do Império, caracterizado por uma política elitista com reduzida presença popular, na qual os coronéis eram peças-chaves do poder oligárquico, exercendo forte influência sobre os eleitores locais, sendo o primeiro degrau das disputas políticas republicanas.

Essa é a linha de pensamento de Faoro em relação a esse contexto político brasileiro (FAORO, 2012, 541-542). Conforme esse autor, a República Velha continuou o movimento restritivo da participação popular, paradoxalmente consanguíneo do liberalismo federal irrompido no fim do Império. A política era ocupação dos esclarecidos para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas. Dentro desse esquema se afirmava o coronelismo com sua aliança com as oligarquias estaduais. O coronel constituía o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. O vínculo que lhe outorgava poderes públicos vinha, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições. Sua tarefa fundamental era converter a opinião republicana, largamente minoritária, na opinião dominante.

Enquanto o comando do Brasil no campo nacional, era movimentado pelos principais estados, que elegiam presidentes a partir das alianças oligárquicas, no âmbito local quem detinha o poder eram os coronéis (CAMPOREZ, 2015, p. 79). O compromisso coronelista consistia no seguinte esquema, garante Leal (1997, p. 50), em relação aos chefes locais, dar incondicional apoio aos candidatos oficiais na época das eleições estaduais e federais. No que diz respeito à situação estadual, garantir carta branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município.

Mas as camadas sociais urbanas e rurais denunciavam o desvirtuamento das instituições republicanas e dos valores liberais, tais como o clientelismo, nepotismo, compra de votos, violência e arranjos políticos. Havia, portanto, um clima de insatisfação social e política manifestado pelas revoltas sociais, políticas e militares envolvendo oligarquias dissidentes (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, 333-334).

A situação se tornou mais alarmante na época da sucessão presidencial de Washington Luís, em 1930. Esse período foi marcado pelo rompimento do acordo oligárquico firmado entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais que formavam a chamada “política do café com leite”.

Quanto mais São Paulo distanciava-se dos mineiros na gestão federal, mais os gaúchos apresentavam-se como parceiros preferenciais do Catete, ao lado dos fluminenses, baianos e pernambucanos. Ao tentar afastar Minas da interferência sobre os rumos do país, Washington Luiz não se isolava. Ao contrário, aproximava-se de novos parceiros, apoiando-se neles, para eximir-se da contribuição mineira. Nesse clima de abalos econômicos e de mudanças na correlação de forças políticas majoritárias, foram iniciadas as discussões acerca da sucessão presidencial (VISCARDI, 2001, p. 305).

Washington Luís indicava para a sua sucessão Júlio Prestes, membro da oligarquia paulista. Os setores oligárquicos divergentes se articularam na Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e outros estados) em torno do candidato Getúlio Vargas. Júlio Prestes venceu o pleito eleitoral, marcado pela fraude e pela violência de ambos os lados. Entretanto, diante da pressão das forças revolucionárias provenientes do sul do país, em novembro de 1930, Getúlio foi empossado no cargo de presidente da República marcando o início da Era Vargas e de uma nova fase da história política da República brasileira (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 336).

A política no Espírito Santo na década de 1930

No Espírito Santo havia feridas ainda abertas desde as eleições para o governo Estadual, nos anos de 1916, com a “Revolução de Xandoca” e de 1920, com a dissidência política da oligarquia dos monteiros polarizada pelos irmãos Monteiro, Jerônimo e Bernardino, em torno da candidatura de Nestor Gomes (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 338)

Apesar da dissidência política, a eleição de Nestor Gomes não conseguiu enfraquecer a oligarquia dos Monteiro. Exemplo disso foi que a sucessão de Nestor Gomes seguiu o mesmo esquema da oligarquia política, sendo colocado no cargo da presidência do Estado, Florentino Avidos, cunhado dos irmãos Monteiro (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 339).

Em 1928, Florentino Avidos indicou para a sua sucessão o secretário de Instrução do seu governo, Aristeu Borges de Aguiar.

Aristeu era membro de duas famílias importantes da região de Vitória: os Borges, da Serra, e os Aguiar, da Serra, Vitória e Vila Velha, com um parente poderoso em Colatina, Xenócrates Calmon de Aguiar, presidente do Congresso Legislativo. Com 35 anos, bacharel em direito, Aristeu já havia ocupado cargos públicos importantes: promotor de justiça, professor de história e diretor do Ginásio do Espírito Santo (Colégio Estadual) e secretário do governo de Florentino. Visto como um homem culto e competente, sua candidatura despertou boas expectativas (SALETTI, 2018, p. 92-93).

No período da sucessão, Aristeu gozava de credibilidade popular. De acordo com Warnik (2008, apud SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 359), Aristeu, inicialmente possuía um amplo apoio popular, que poderia ser caracterizada como uma “unanimidade positiva”.

No entanto, segundo Saletto (2018, p. 93), sua aprovação foi corroída pela crítica de nepotismo

quando foi anunciado o secretariado do governo e foram incluídos seus diversos parentes e amigos próximos: um irmão para o departamento de Saúde, outro para o Serviço de Defesa do Café, e outro para a Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, um sobrinho para a chefia do gabinete e um concunhado para a Secretaria do Interior. Além desses parentes, Atílio Vivácqua, amigo pessoal de Aristeu, membro de família de grandes fazendeiros e exportadores de café, recebeu a Secretaria de Instrução.

Além de nepotismo, Aristeu também foi criticado por seu fraco desempenho na política econômica e na condução dos negócios públicos, uma vez que no biênio de seu governo, nada fez para alterar a estrutura econômica do estado, que se mantinha totalmente dependente do cultivo e da exportação do café. Além disso, os gastos públicos eram enormes, com dívidas que superavam as receitas (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 342).

Em 1929 seu governo foi profundamente abalado pela eleição à presidência da República marcada pela oposição entre as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba (Aliança Liberal) que apresentavam a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas e a oligarquia paulista representada pelo presidente Washington Luís, que indicava o candidato Júlio Prestes para a sua sucessão (SALETTI, 2018, p. 96-97).

Aristeu Aguiar, em virtude da sua aproximação política e de seus interesses econômicos estabelecidos com São Paulo, apoiou a oligarquia paulista. Conforme Saletto, desde o início de seu governo, Aristeu mantinha uma aproximação com São Paulo enviando secretários de estado para conhecerem a organização dos serviços públicos, recebendo e contratando técnicos paulistas para a implantação de mudanças administrativas no estado. Portanto, sua posição só poderia ser de apoio ao candidato oficial, apesar das críticas que sofria por parte dos apoiadores ao movimento aliancista, inclusive da imprensa local, o *Jornal A Gazeta* (SALETTI, 2018, p. 98).

Para Saletto (2018, p. 101), a situação do governo estadual frente aos aliancistas tornou-se mais

delicada após comício político da Aliança Liberal no Espírito Santo de 13 de fevereiro de 1930. Porque era previsível a afluência de um público numeroso para o comício, mas autoridades não permitiram sua realização no espaço amplo e aberto da Praça Costa Pereira, como desejavam os organizadores, por isso, o evento teve que acontecer na pequena e fechada Praça do Carmo cercada com a cavalaria da polícia fortemente armada.

Estavam presentes no evento a elite da cidade e numerosas famílias com suas crianças. De repente, num trecho mais inflamado do discurso do Senador Piauiense Pires Rebello contra o presidente Washington Luís, apagaram-se as luzes e ouviram-se tiros. Houve pânico, correria, feridos e mortos. Esse fato, garante Saletto (2018, p. 102), provocou uma grande revolta contra o governo.

No dia seguinte, outro evento também abalou os cidadãos: o jornal *A Gazeta* que fazia oposição ao governo foi empastelado pelas forças governistas (PACHECO, 1998, apud CAMPOREZ, 2015, p. 34).

Outro fato importante foi o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930. Mesmo sem relação direta com a política nacional, esse assassinato foi muito bem trabalhado pelos aliancistas como estímulo para a revolta, principalmente no cortejo fúnebre, repetido em várias capitais, até chegar ao Rio de Janeiro, sendo Vitória também contemplada pelo trajeto do cadáver (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 348).

Da Paraíba ao Rio de Janeiro, João Pessoa morto torna-se ator de um grande espetáculo, para o qual foi compulsoriamente convidado para representar o papel de “redentor do Brasil”. Sua morte transformou-se numa bandeira para a revolução, a oportunidade que faltava para se justificar a tomada de poder (BEZERRA, 2008, p. 30-31). Assim, em 3 de outubro estourava o movimento no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, seguido imediatamente pela Paraíba e outros estados.

Conforme Achiamé (2010, apud SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 350), após o levante nacional, o Espírito Santo foi invadido por colunas de “revolucionários”, vindos de Minas Gerais, tendo como rotas princi-

país de acesso os eixos ferroviários. A primeira coluna, comandada pelo coronel Campos de Amaral, entrou no Espírito Santo por Baixo Guandu, no dia 15 de outubro e a segunda, a comandada pelo major Magalhães Barata, chegou no dia 16 de outubro a Cachoeiro de Itapemirim por intermédio da Estrada de Ferro Leopoldina (ramal entre Cachoeiro e Espera Feliz). Nas localidades por onde as colunas passavam, os políticos influentes que comungavam das ideias revolucionárias, eram nomeados interventores nas mesmas.

No dia 16, Aristeu abandonou o palácio e embarcou com a família num navio italiano com destino ao Rio de Janeiro, alegando ir ao encontro de Washington Luís em busca de apoio. Sua atitude, considerada como fuga, uma vez que coincide com as invasões dos revolucionários no estado, provocou a destruição de sua reputação (SALETTI, 2018, p. 106).

Na análise de Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 361), Aristeu Aguiar como um representante clássico da primeira república com suas práticas políticas oligárquicas não via sentido em romper com um sistema político que o havia colocado no poder. Sendo assim, optou pelo patriotismo e pela manutenção da ordem vigente, num momento em que importantes forças políticas e militares do país lutavam justamente para derrubar essa ordem. Permanecendo nessa postura, Aristeu e outros presidentes de estado caíram junto com sistema político que os sustentava.

Apesar da credibilidade corroída pelo nepotismo e pela crise financeira, Aristeu estabeleceu importantes alianças políticas atendendo aos anseios das oligarquias municipais. Alguns anseios dessas oligarquias, certamente eram: a emancipação de alguns distritos e o apoio do governo à política local. Contudo, esses apelos não eram atendidos sem acordos, sem alianças e promessas de apoio ao governo estadual, sobretudo em tempos de campanha eleitoral.

Por isso, a oligarquia castelense se empenhou com todos os instrumentos, inclusive lançando mão da imprensa, em favor da ordem vigente, apoiando a candidatura de Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís em detrimento de Getúlio Vargas,

candidato da Aliança Liberal, porque Prestes era o candidato apoiado por Aristeu Borges de Aguiar, presidente do Estado que atendeu ao apelo da oligarquia castelense de emancipar o distrito da Estação do Castelo de Cachoeiro de Itapemirim, criando o município de Castelo em dezembro de 1928.

A oligarquia castelense, portanto, tinha uma dívida política para com Aristeu e a campanha eleitoral de Júlio Prestes era o momento mais propício para retribuir o favor e para saldar essa dívida.

O jornal *Tribuna do Sul* teve uma grande contribuição nesse movimento. Seus idealizadores investiram em propagandas e apologias em favor de seus candidatos e duras críticas à oposição, expostas incisivamente nas páginas desse periódico local como estratégias de manipulação, inculcando na mentalidade dos castelenses que a vitória no pleito eleitoral de Júlio Prestes traria benefícios para todos, inclusive para o recém-criado município de Castelo, mesmo estando distante do poder central.

Na verdade, dentro do contexto do coronelismo e da política oligárquica, era justamente, esse distanciamento, o que favorecia a dominação política, o controle e o aliciamento no preparo das eleições (FAORO, 2012, 542). Como podemos perceber, tudo girava em torno de um jogo político de acordos, interesses e alianças, característicos da política oligárquica e coronelista que reinava na Primeira República.

A criação do Município de Castelo

Rangel Afirma que em 1920, quando o Coronel Nestor Gomes era Presidente do Estado, no Distrito da “Estação do Castello» houve um movimento visando transformar esse próspero distrito em município, emancipando-o de Cachoeiro de Itapemirim. Tal movimento foi liderado por Therencio Rosa, Aguilar Freitas, Sylvio Rangel e Carlos Lomba (RANGEL 1932; Apud, VIEIRA, 2004, p. 35).

Na ocasião, Sylvio Rangel proferiu um discurso no qual dizia o seguinte:

Meus conterrâneos e meus senhores. A pessoa que neste momento vos contempla num transporte de satisfação, nasceu aqui, neste soberbo Castello, que hoje concretizando as antigas aspirações dos seus habitantes, está pedindo ao Exmo. Sr. Presidente do Estado a sua autonomia (RANGEL, 1932; Apud, VIEIRA, 2004, p. 36).

Outro discurso foi proferido por Carlos Lomba com a seguinte mensagem:

Se em 1898, com uma contribuição de cerca de 15 contos, uma população de 6 mil almas, sem as 48 casas comerciais que têm reunidas Castello, Conceição, Pedreiras, e Sto. André, sem o telegrapho Nacional, cuja renda quadruplica o seu custeio, coletorias federal e estadual e outras provas de argumento econômico e de melhoramentos dessa zona, podíamos ser Município, com maiores véras o podemos ser hoje, com o estabelecimento dessas repartições e dessas casas de negocios"...(Lomba, 1920; Apud, VIEIRA, 2004, p. 40).

Uma comissão foi escolhida para levar ao Governo Estadual o pedido para a emancipação do Distrito. Essa comissão era formada por Egydio Vivacqua, José Alves Rangel, Francisco Antônio Moraes, Hygino Augusto Azevedo, Joaquim Amâncio Fernandes, tendo como líder Carlos Lomba (VIEIRA, 2004, p. 41).

Em 1928, vários signatários dos distritos de Conceição de Castelo e Castelo conduziram até o Exmo Sr. Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar solicitações pela criação do Município de Castelo. Nessa época, os dois distritos possuíam juntos uma população de 14.000 habitantes, o que correspondia a 30% da população de Cachoeiro de Itapemirim (VIEIRA, 2004, p. 44- 45).

O projeto pela criação do novo município do sul do Estado passou por 4 sessões ordinárias dentro do Congresso Legislativo Estadual no ano de 1928: foi apresentado na 43ª sessão ordinária de 13/12/1928, passou pela 49ª sessão ordinária de 18/12/1928, foi

aprovado na 50ª sessão de 19/12/1928 e, por fim, foi comunicado e arquivado na 51ª sessão de 20/12/1928 (VIEIRA, 2004, p. 45-46).

Enfim, a Lei Estadual nº 1687, que oficializou a criação do município de Castelo, foi assinada pelo presidente Sr. Aristeu Borges de Aguiar e pelo secretário de Interior Mirabeau Pimentel no dia 25 de dezembro de 1928. O novo município passou a ser constituído por três distritos: Castelo (sede), Conceição de Castelo e Santo André (atualmente Aracuí) (VIEIRA, 2004, p. 46).

O primeiro indicado para dirigir os destinos do recém-criado município foi o advogado Sr. Américo Viveiros Costa Lima. Américo Viveiros foi interventor do município de 7 janeiro de 1929 a 12 de outubro de 1929, quando então foi eleito prefeito, ficando no governo até 18 de outubro de 1930. A primeira Câmara eleita era constituída por Arquilau Vivacqua (Presidente), Carlos Lomba (Vice-presidente), Cyro Vieira da Cunha, César Ferreira dos Santos e Raymundo Nonato Rangel (VIEIRA, 2004, p. 51).

Os primeiros atos administrativos de Américo Viveiros foram a criação de cargos administrativos e as nomeações de seus respectivos administradores: administrador do Cemitério Público e lançador da Prefeitura (Aristides Pinheiro de Souza), administrador da Limpeza Pública (João Munhoz), fiscal geral dos Serviços de Fiscalização da Prefeitura do Município (Cupertino Rodrigues Pimenta), auxiliar do Administrador da Limpeza Pública (Egydio de Oliveira), auxiliar administrativo do Cemitério Público (Sr. Martiniano Alves (VIEIRA, 2004, p. 53).

Se os primeiros atos de Viveiros se concentravam na dimensão administrativa de seu governo, uma de suas criações com interesse marcadamente político, foi sem dúvida, a criação do jornal *Tribuna do Sul* em dezembro de 1929, juntamente com os vereadores Arquilau Vivacqua e Carlos Lomba, políticos que possuíam notoriedade em Castelo.

Esse fato demonstra o que dizem Martins e Luca (2008, p. 8): história política brasileira, principalmente, a política partidária, foi construída tendo como

companheira inseparável a imprensa. Os partidos políticos brasileiros, de acordo com seus momentos históricos e suas condições econômicas, sempre lançaram mão dos meios de comunicação que lhes eram acessíveis como estratégia de disseminação de idéias e projetos, de agregação de adeptos e enfim, de expansão de poder.

O *Tribuna do Sul*, mesmo com suas poucas edições, marcou a história política do incipiente município de Castelo. Esse periódico foi o grande instrumento utilizado pelo interventor Américo Viveiros e seus companheiros políticos para incutir na mentalidade do povo Castelense que o candidato à presidência da República, na época, Júlio Prestes, era a solução para o Brasil e que a sua vitória significaria a vitória do povo.

De acordo com Vieira (2004, p. 604-606), o *Jornal Tribuna do Sul* foi o quinto periódico produzido em Castelo de 1899 a 1929. Assim como o próprio *Tribuna do Sul*, todos os outros quatro criados tiveram tempo curto de duração. O primeiro jornal produzido em Castelo foi *A Flecha*, cujo perfil literário, noticioso e recreativo circulou em vinte de julho de 1899. O segundo *Jornal* se chamava *O Alfinete*, também criado em 1899. O terceiro se intitulava *A Fita*, foi criado em novembro de 1914, teve duração de somente um ano e, também era literário, crítico e noticioso. O quarto foi *O Jornal* produzido em 1927. Era um periódico manuscrito em duas folhas abertas de papel almaço. O jornal, decididamente político e propagandista, foi o *Tribuna do Sul*.

O *Tribuna do Sul* e a campanha de Júlio Prestes à Presidência da República em 1930.

O *Jornal* de Castelo *Tribuna do Sul* teve seu primeiro volume publicado no dia 5 de dezembro de 1929 como «Órgão Oficial do Governo Municipal». Tinha como diretor responsável o então prefeito-interventor Américo Viveiros Costa Lima, como redator-chefe o vereador e presidente da Câmara Arquilau Vi-

vácqua, gerente Sizenando Silva e como redatores o vereador e vice-presidente da Câmara Carlos Lomba e o vereador Raymundo Nonato Rangel.

O próprios redatores apresentaram os objetivos da criação do *Jornal*:

Mais um jornal em Castelo. Um jornal quer dizer, mais uma válvula pela qual se escapem nossos anseios, nossos ideais, nossa finalidade de povo instruído e organizado. Mas não é o bastante que apareça um jornal; preciso se faz, e já é praxe, que se diga porque e para que apareceu. Propriedade da Sociedade Anônima *Tribuna do Sul*, na qual a prefeitura Municipal de Castello tem maioria das ações, sua orientação será norteada, completamente, pelos mentores de nossa política municipal [...] A *Tribuna do Sul* se propõe a defender os interesses políticos do Partido Republicano do Espírito Santo, neste Município [...] Um único ideal nos preocupa: Trabalhar sempre, decidida e incansável e destemidamente pelo progresso do nosso Município, pela grandeza do nosso Estado, pelo futuro do Brasil (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 1).

Logo na primeira edição os diretores já apresentam a proposta de fazer do *Tribuna do Sul* um instrumento de propaganda política partidária em favor de Júlio Prestes. No rodapé da primeira página, de forma destacada, os redatores colocam que votar em Júlio Prestes e Vital Soares “é votar pela paz, ordem, grandeza e prosperidade do Brasil».

Na página seguinte, ainda na primeira edição do *Jornal Tribuna do Sul*, com um texto intitulado “Os liberais de Castello”, os redatores atacam os liberais classificando-os como “perdidos e isolados do convívio diário dos cidadãos» e «mentirosos». E outra vez no fundo da página a propaganda “VOTAI EM JULIO PRESTES VITAL SOARES” (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 2).

Um outro ataque aos liberais aparece no texto intitulado: “O angu das cozinheiras”. Aqui os redatores dizem:



Figura 1: Tribuna do Sul, 1ª edição, nº 1 - Campanha para Júlio Prestes. Fonte: TRIBUNA DO SUL. S/A "Tribuna do Sul". Órgão Oficial do Governo Municipal. Villa de Castelo (ES). Ano I. 5 de dezembro de 1929, n. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Se é verdade que a Aliança Liberal, pela trombeta dos seus arautos, quer salvar o Brasil, estigmatizando com mil injúrias o chefe da nação, porque não lhe compete a responsabilidade do «comando único», como espírito orientador e coordenador, direito que lhe negam com os imperativos da democracia e com as leis da república, é querer, constitucional e absurdamente provar a inverdade da verdade comprovada.... Porque até mesmo entre a cozinheiras - ó leitor amigo e complacente! - na panela do angu, não se admite que todos mexam... Somos, já se vê, pela grande força da sua própria e possante unidade de força, e também brasileiro e também republicano, sem o ser, porém à moda dos liberais (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 3).

Outro ataque dos redatores à propaganda liberal foi a maneira como classificaram o comício realizado em Castelo por um candidato liberal a deputado. Os redatores chamam o evento de “monstruoso comício, um verdadeiro “circo” (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 4).

Na terceira edição do Jornal, novamente os redatores atacam os liberais com dois textos. Um intitulado «Derradeira Esperança», pelo qual dizem que “ a decadência da “Aliança Liberal” se faz sentir cada dia, patenteada, sintomaticamente, em sucessivas demonstrações de fraqueza”. E outro intitulado “Falsos Patriotas”, no qual os redatores chamam os liberais de falsos patriotas, que vivem pregando revoluções, traindo a pátria com princípios oriundos da Rússia Soviética, conspirando pela introdução do comunismo, desmoralizando o Brasil e implantando o ódio entre os brasileiros. O texto é concluído com a seguinte mensagem: «É com paz que se governa, que se edifica e que se levanta uma nacionalidade! Para Trás, revoltosos! (TRIBUNA DO SUL, 19 de dezembro de 1929, nº3, Ano I, p. 1).

Mais uma vez, de forma destacada, no fundo da página, os redatores inseriram um ataque aos liberais e aos apoiadores de Getúlio Vargas (paraibanos, mineiros e gaúchos) e uma propaganda calorosa a favor de Júlio Prestes, praticamente divinizando o candidato.



Figura 2: Ataque aos apoiadores de Getúlio Vargas e campanha a favor de Júlio Prestes e Vital Soares. Fonte: TRIBUNA DO SUL, 19 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Na quinta edição do Jornal, os redatores apresentaram o mesmo procedimento. De um lado, ataque aos liberais, de outro, apoio à campanha de Júlio Prestes. Em um texto intitulado “Liberalismo sanguinário”, os redatores relatam um caso de assassinato de um deputado, segundo eles, cometido por um mentor do movimento “Aliança Liberal”. Os políticos aproveitam desse fato para dizer:

Não exageramos quando mostrávamos aos brasileiros os meios de propaganda de que se dispunham os liberais para a suas doutrinas: o punhal, o trabuco e a pata de cavalo [...] E, se os liberais em minoria são capazes de tais façanhas, imaginemos a desgraça do país e a situação a que seríamos levados, no regime do crê ou morre, se chegassem um dia a poder dominá-lo, apossando-se do governo! (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

No rodapé da quinta edição do Jornal, os redatores mencionados mostram mais uma vez o quanto seria benéfico e até mesmo salvífico para o povo votar em Júlio Prestes: «Votar em JULIO PRESTES - VITAL SOARES. porque assim repelireis a política aviltante do trucidamento e do furo do sanguinário» (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

Ainda na quinta edição o Jornal Tribuna do Sul traz outra crítica a “Aliança Liberal» e uma apologia a política de Julio Prestes em um texto com o título «A revolução, nunca!». Os redatores concluem o texto dizendo: “ Levantemos o Brasil, com trabalho honesto, com a sã política, padrão de glória de uma nacionalidade» (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

Na décima terceira edição, devido à proximidade das eleições, o Jornal, de forma ainda mais incisiva se dedicou à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República e aos seus aliados candida-

tos: para presidente da República Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, para vice-presidente da República Dr. Vital Henrique Baptista Soares, para senador Federal Dr. Bernardino de Souza Monteiro e para deputados federais: Dr. Abner Carlos Mourão, Dr. José Gomes Pinheiro Júnior, Dr. Xenocrates João Calmon de Aguiar, Dr. José Pedro Fernandes Aboudib.

A propaganda a favor de Júlio Prestes dizia o seguinte:

Às urnas, Castelenses! Para traz, Sicários! E assim pugnareis pela tranquilidade da vida nacional, garantireis a cruzada santificadora do trabalho bendito, fortalecendo a Paz e a Ordem pelo progresso da Pátria que, ambiciosos e aventureiros, manchando-a de sangue, bradam pela subversão e gritam pela anarquia pregando alucinadamente a Revolução que cobria de luta a FAMÍLIA BRASILEIRA!(TRIBUNA DO SUL, 1 de março de 1930, nº 13, Ano I, p.).

Os redatores classificam os aliancistas de “sicários”², numa clara tentativa de desqualificá-los, fazendo alusão ao assassinato de João Pessoa ocorrido no dia 26 de julho de 1930. Na outra página, ainda da décima terceira edição, os redatores apresentam um texto intitulado “Fé e Esperança” na qual classificam a política da “Aliança Liberal” como “selvagem e intolerante” e concluem o texto dizendo:

Cumprindo o nosso mais salutar dever de patriotismo, aconselhamos o nosso eleitorado a, no dia 1º de março sufragar os nomes dos distintos brasileiros: Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares. A única salvação do país (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº 13, Ano I, p. 2).

Na terceira página dessa mesma edição do *Tribuna do Sul*, os redatores demonstram, mais uma vez, todo empenho na eleição de Júlio Prestes exortando o povo castelense: “Às urnas, pois correligio-

nários, com os nomes aureolados de Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares” (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº 13, Ano I, p. 3).

Na décima quarta edição, os redatores expressam a satisfação pelo resultado da propaganda que realizaram a favor de seu candidato à presidência da República. Na capa dessa edição existe um texto com o título «Brilhante demonstração de civismo», no qual os autores dizem que o município de Castelo, por maioria esmagadora, elegeu os candidatos representados pelo Partido Republicano do Estado do Espírito Santo. Tendo em vista os resultados das seções eleitorais de Castelo, a campanha realizada pelos políticos locais através do *Jornal Tribuna do Sul* parece ter sido bem sucedida ou seja, o sistema coronelista funcionou.

Na primeira seção (Sede) Júlio Prestes recebeu 126 votos contra 11 de Getúlio Vargas, na segunda seção (Sede) Júlio Prestes obteve 167 votos contra 3 de Getúlio Vargas; na 3ª seção (Sede) Júlio Prestes teve 195 votos contra 8 de Getúlio Vargas; na 4ª seção (Conceição do Castelo) Júlio Prestes recebeu 91 votos contra 16 de Getúlio Vargas; na 5ª seção (Conceição do Castelo) Júlio Prestes obteve 90 votos contra 16 de Getúlio Vargas (TRIBUNA DO SUL, 6 de março de 1930, nº 14, Ano I, p. 1).

O resultado total de votos do município foi o seguinte: Dr. Júlio Prestes de Albuquerque 669 votos contra 54 de Getúlio Vargas; Vice-presidente Dr. Vital Henrique Baptista Soares 669 votos contra Dr. João Pessoa C. Albuquerque 54 votos; Senador Federal Dr. Bernardino de Souza Monteiro 696 votos contra 26 de Dr. Affonso Corrêa Lyrio; Deputados Federais Dr. José Gomes Pinheiro Junior 616 votos contra 493 de Dr. Abner Mourão.

Satisfeitos com os resultados das urnas, os redatores do *Jornal Tribuna do Sul* afirmavam que o povo castelense havia dado uma grande prova de civismo mostrando que a criação do município foi uma decisão acertada do presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar. A recompensa veio nas eleições.

2 Assassinos, sanguinários, facínoras.

Numa vibração uníssona de civismo, o povo castelense congratula-se com o S. Ex. pela vitória brilhante do candidato nacional, Dr. Julio Prestes de Albuquerque, vitória que o país inteiro celebra, entra tranquilo, esperançoso e confiante. Ave Brasil redimido (TRIBUNA DO SUL, 6 de março de 1930, nº14, Ano I, p. 2).

As estratégias políticas do Jornal Tribuna do Sul parecem ter funcionado, pois Júlio Prestes e os candidatos propostos pelos redatores receberam uma quantidade extremamente expressiva de votos no município de Castelo. Ainda que o número de eleitores castelenses fosse reduzido, esse recém-criado município do Sul do Espírito Santo ofereceu uma contribuição significativa na campanha eleitoral do candidato paulista à presidência da República contra o gaúcho Getúlio Vargas. O Jornal *Tribuna do Sul* foi o grande responsável por esse feito.

O fato da grande maioria dos eleitores castelenses ter votado em Júlio Prestes e não em Getúlio Vargas pode não ser adequadamente classificado como uma *verdadeira demonstração de civismo*, como afirmaram os redatores do Jornal *Tribuna do Sul*, porém mostra o quanto um jornal com suas estratégias de manipulação e controle, críticas, difamação e apologias pode ser um importante instrumento oligárquico num pleito eleitoral.

O *Tribuna do Sul* foi uma das estratégias coronelistas para controlar o sistema eleitoral municipal castelense favorecendo os interesses de uma oligarquia local que visava manter a ordem vigente que lhes garantia poder demonstrando fidelidade aos governos estadual e federal.

Como nos dizem Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 328-329), os coronéis eram peças-chaves do poder oligárquico na Primeira República, membros da elite municipal, que exerciam forte influência sobre os eleitores locais, a partir de relações de dominação de caráter pessoal, constituindo o primeiro degrau das disputas políticas republicanas.

E, uma vez que eram os coronéis que controlavam o processo eleitoral e por ele se interessavam

para manter seus domínios locais e expandir seus poderes, por isso pagavam todos os gastos do eleitor, é perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedecesse à orientação de quem tudo lhe pagava, e com insistência, lhe cobrava a prática de um ato que lhe era completamente indiferente (LEAL, 1997, p. 56-57).

A política de Castelo na revolução de 1930

Após a revolução ter sido estourada, nos estados seriam nomeados interventores para os respectivos governos. No Espírito Santo ganhava força o nome de João Punaro Bley. João Bley era visto como “um homem novo para um momento novo da história da política do país e do estado” (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 357).

João Bley governou o Espírito Santo, inicialmente como interventor, de 1930 a 1935, depois como governador constitucional e novamente como interventor de 1937-1943. De fato, afirma Mendonça (2010, p. 183), de todas as interventorias o Espírito Santo foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década. Esse fato demonstra que Bley foi um dos que mais se aproximou do “modelo ideal de interventor”: era militar e não tinha vínculo direto com as forças políticas locais. Isso lhe dava poder para realizar uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade de empreender sem se incompatibilizar com seus próprios partidários.

Em 19 de outubro de 1930, o sargento Antônio Alves de Abreu, em nome das forças revolucionárias no Brasil apresentou o Sr. João Esperidião de Moura para organizar o governo revolucionário do município. João Esperidião escolheu cinco membros do Centro Liberal da localidade para compor a Junta Governativa Revolucionária, composta pelos Srs. Manoel Pires Martins (prefeito provisório), Antônio Magalhaes, Caio Machado Martins, Francisco Vieira e João Esperidião Moura (VIEIRA, 2004, p. 69).

Em 1º de dezembro de 1930, Jão Punaro Bley encaminhou uma correspondência ao Sr. Prefeito provisório de Castelo Manoel Pires Martins com as orientações para o cumprimento do “programa revolucionário”. Na primeira orientação o interventor ordenava que fosse dada a todos os cidadãos, indistintamente, plena liberdade de credo político, desde que não se ofendesse o regime republicano e o direito de crítica aos atos públicos; devia ser feita completa devassa da atividade funcional de todos os homens ligados à administração passada, coligindo-se provas dos desmandos porventura existentes; para o aproveitamento ou afastamento dos funcionários, se devia ter em conta a honestidade funcional e a sua atuação nas últimas eleições e no decorrer do movimento revolucionário; a prova escrita ou pública de ataques grosseiros aos princípios da aliança implicaria em imediata demissão (VIEIRA, 2004, p. 67-68).

No dia 3 de dezembro de 1930, Mário Tavares foi nomeado para o cargo de interventor do Município de Castelo pelo interventor do Estado capitão João Punaro Bley (VIEIRA, 2004, p. 69-70).

Considerações finais

Três pontos nos parecem conclusivos após a abordagem que realizamos:

Primeiro: em uma análise histórica, nunca podemos tratar como irrelevantes os microeventos por sua redução geográfica ou temporal. Eles, mesmo com suas delimitações, podem ser de extrema importância para a construção e formação macrossocial. Na construção social, o micro e o macro se entrelaçam e se interpelam. A história local influencia e é influenciada pela história geral.

Segundo: os jornais, independente de seus formatos, estruturas tecnológicas de sua produção, suas situações geográficas e o público que atingem através de sua capacidade de influenciar e formar opiniões, possuem sempre ligações estreitas com o poder, tanto para legitimá-lo como para criticá-lo ou

destituí-lo. As páginas de um jornal podem ser fortes instrumentos de poder. Os idealizadores do *Tribuna do Sul* souberam muito bem utilizar esse instrumento de acordo com o seus objetivos partidários.

Terceiro: Júlio Prestes foi impedido de tomar posse e foi exilado devido ao golpe de estado que se desencadeou no Brasil a 3 de outubro de 1930. Contudo, a campanha eleitoral conduzida pelo prefeito Américo Viveiros Costa Lima e os vereadores Arquilau Vivácqua, Carlos Lomba e Raimundo Nonato Rangel, em aliança com o governador do Estado, Aristeu Borges de Aguiar, utilizando as páginas do Jornal *Tribuna do Sul* foi, indubitavelmente, um marco significativo na história política do município de Castelo, além de ser uma demonstração do poder oligárquico local e da eficiência do sistema coronelista num pleito eleitoral, características que marcavam a política brasileira na Primeira República.

Referências bibliográficas

Fonte

TRIBUNA DO SUL. S/A “Tribuna do Sul”. Órgão Oficial do Governo Municipal. Villa de Castelo (ES). Ano I. 5 de dezembro de 1929 a 6 de março de 1930, nº 1 a nº14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Obras de apoio

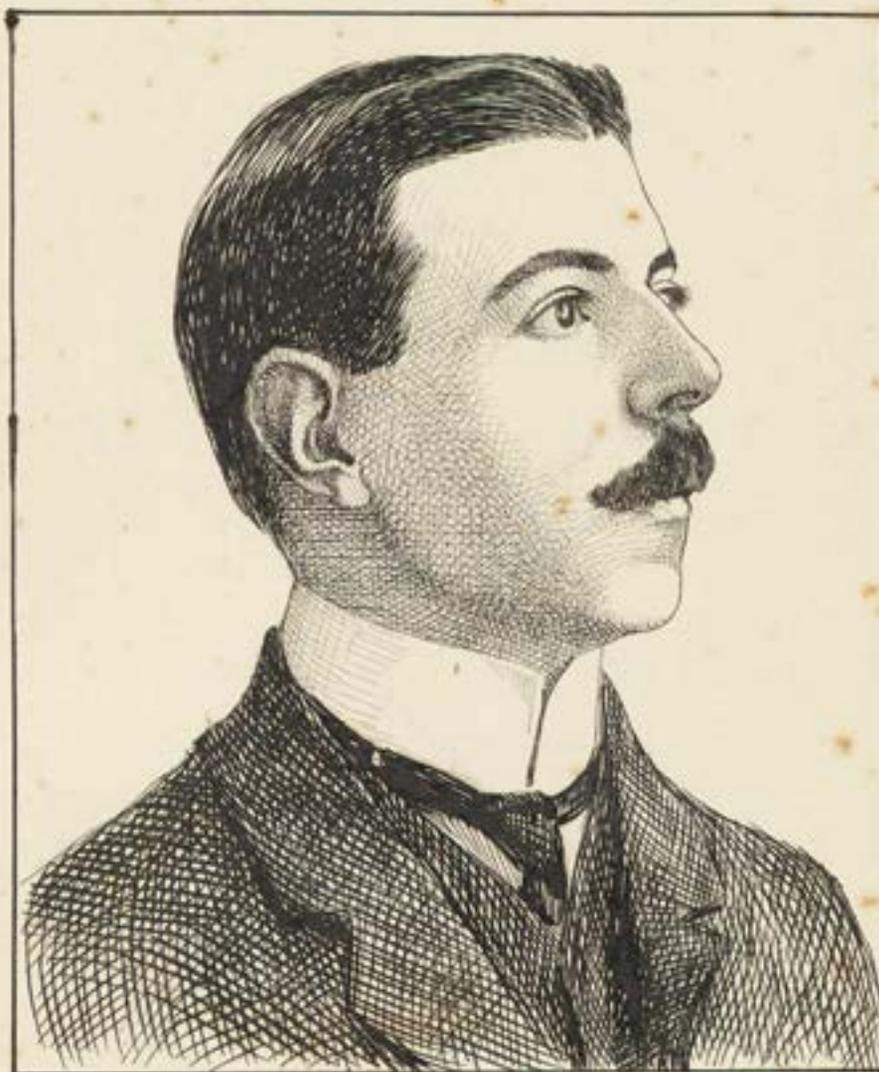
ACHIAMÉ, Fernando. A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BASTOS, Fabíola Martins. *A política da Antessala do Parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, no anos 1840-1889*. (Tese de Doutorado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

BEZERRA, Dinarte Varela. *1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

CAMPOREZ, Marcela. *Fotografia e História: Uma análise da inventoria de Jão Punaro Bley no Espírito Santo através das imagens publicadas na revista Vida Capichaba nos anos 1930, 1935, 1937 e 1942*. (Dissertação de Mestrado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2015.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.



Julio Prestes

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, exanda e voto: o município representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

_____. "O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar". In: *Revista Tempo*, 2014, V. 20, p. 1-20, 2014.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. "Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940)" In: *Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 182-195.

MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PACHECO, Renato José Costa. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PRADO, SOLANGE. *O poder e a luta da terra no vale do rio Iconha/Piúma: o caso Thomas Dutton Junior (1870-1906)*. (Tese de Doutorado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

PINKY, Carla Bassanezzi; DELUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Igor Vitorino; SIMONATO, Juliana Sabino; QUINTÃO, Leandro do Carmo. "A Revolução de 30 e o Espírito Santo". In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. 2ª ed. Serra: Milfontes, 2018, p.325-365.

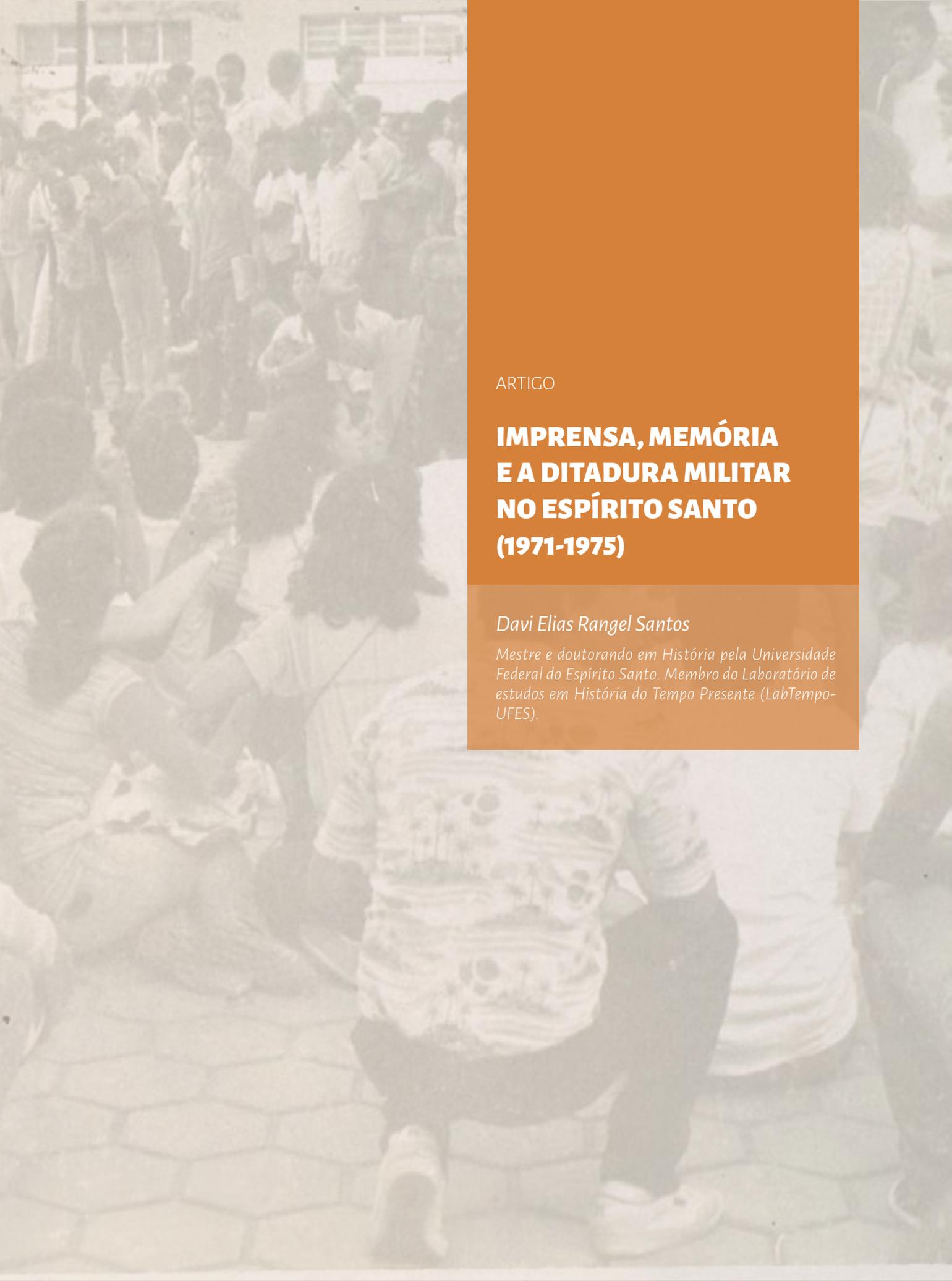
SOARES, Geraldo. "História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos Annales". In: *Interface*. Ano II. n. 5. p. 47- 59, setembro de 1999.

VIEIRA, Eugênio. *Castelo: origem, emancipação e desenvolvimento. 1702-2004*. Vitória: Traço certo, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WARNICK, Flávio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história*. Vitória: Flor&Cultura, 2008.





ARTIGO

IMPRENSA, MEMÓRIA E A DITADURA MILITAR NO ESPÍRITO SANTO (1971-1975)

Davi Elias Rangel Santos

Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de estudos em História do Tempo Presente (LabTempo-UFES).

Resumo

Este artigo faz parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado, tendo por base a análise sobre a grande imprensa capixaba, no caso o jornal A Gazeta, e a contribuição desta na elaboração e produção de uma memória favorável à Ditadura Militar durante o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, entre os anos de 1971 a 1975. Por meio dos documentos examinados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, evidenciou-se o uso indiscriminado da estrutura repressiva contra os opositores do regime ditatorial, o expediente da vigilância contra movimentos civis e estudantis e, em contrapartida, o silenciamento em relação às práticas do arbítrio praticado no estado, que ajudaram a forjar uma memória parcial daquele período marcado pelos Grandes Projetos de Impacto durante a década de 1970.

Palavras-chave: Espírito Santo, memória, repressão, imprensa, ditadura militar.

Abstract

This article is part of the reflections developed in the master's research, based on the analysis of the large press in Espírito Santo, in this case the newspaper A Gazeta, and its contribution to the elaboration and production of a favorable memory to the Military Dictatorship during the Arthurian government Carlos Gerhardt Santos, between the years 1971 to 1975. Through the documents examined in the Public Archives of the State of Espírito Santo, the indiscriminate use of the repressive structure against opponents of the dictatorial regime was evidenced, the expedient of surveillance against civil and student movements and, on the other hand, the silencing in relation to practices the arbitration practiced in the state, which helped to forge a partial memory of that period marked by the Great Impact Projects during the 1970s.

Keywords: Espírito Santo, memory, repression, press, military dictatorship.

Michel Pollack (1989) realizou estudos e pesquisas acerca da questão da memória. Por conseguinte, identificou que a chamada memória oficial predomina, porque representa o grupo social hegemônico; em contrapartida, as outras memórias, por ele denominadas como “subterrâneas”, permanecem vivas no seio da sociedade. Assim, elas coexistem através da transmissão oral que passa de uma geração a outra, representando uma forma de resistência aos discursos oficiais. A permanência dessas memórias entre os grupos minoritários representa um passado esquecido, silencioso, porém, não morto; segundo o autor, como se estivessem à espera de sair dos guetos e se tornarem conhecidas.

De acordo com essa perspectiva teórica, ao analisarmos os anos de 1970, o contexto capixaba e brasileiro, fica em evidência as *batalhas da memória*, conceito defendido por Pollack. Na época, o estado capixaba era governado por Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975). No auge do período ditatorial, as

narrativas oficiais do Executivo Estadual em sintonia com as narrativas oficiais do governo federal, transmitidas por meio da imprensa, dimensionavam a valorização dos grandes projetos e das grandes realizações governamentais que buscavam alcançar o progresso e o desenvolvimento industrial, em detrimento dos acontecimentos reais em curso naquele momento da história local, e não diferentemente da história nacional.¹

Para corroborar a afirmação acima, cabe refletirmos sobre algumas fontes pesquisadas de forma a dar a dimensão exata do grau de otimismo e entusiasmo vivido pelo governo capixaba. Tal fato pode ser constatado na capa do jornal *A Gazeta*, do dia 07

1 Para maiores informações ver: FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, V. A. Grande projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, Vitor Angelo de; OLIVEIRA, Ueber de Oliveira (org.). *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. 1ª ed. Vitória: CM Editora, 2014, v.1, p. 140-164.

de abril de 1972, que traz o seguinte título: “Gerhardt anuncia desenvolvimento com entusiasmo”. Na matéria, o governador faz a seguinte afirmação: “Ninguém mais segura o Estado”. Essa análise baseava-se nas perspectivas de desenvolvimento econômico que se abria com os terminais oceânicos visando atender as demandas do “[...] corredor de exportação que se ocupa da faixa marítima do estado e com a possibilidade de produção de gás natural nas reservas de São Mateus” (*A Gazeta*, 07/04/1972, capa).

É interessante notar no discurso político do governador uma clara semelhança com o discurso do governo federal, pois a expressão “ninguém segura esse país” fora cunhada no governo Médici. Como dito, Arthur Gerhardt se apropria do *slogan* para também apresentar a mesma euforia e ânimo quanto ao desenvolvimento do estado para os capixabas, numa operação semelhante com a propaganda oficial liderada pela AERP² utilizada a nível nacional.

No dia seguinte ao anúncio feito pelo governador, em entrevista exclusiva ao jornal *A Gazeta*, o mesmo apresenta, na capa do dia 08 de abril de 1972, o seguinte título: “Mensagem de Arthur traz otimismo para o Estado”. Nela é evidenciada que esse “otimismo” se dá com base na realidade, fincada com os pés no chão em razão do desenvolvimento do porto de Vitória, dos investimentos em energia, nas indústrias que estão sendo atraídas pelo potencial logístico e na construção de infraestrutura do estado. Enfim, temas que foram também pauta de vários outros editoriais do referido jornal exaltando, por exemplo, “Os portos abertos” (*A Gazeta*, 04/02/1972, p. 04); “As projeções do crescimento” (*A Gazeta*, 20/02/1972, p. 04); “Ação desenvolvimentista” (*A Gazeta*, 16/03/1972, p. 04); “Otimismo com base na realidade” (*A Gazeta*, 01, 02/04/1972, p. 04), entre outras.³

As memórias “subterrâneas” que tratavam das prisões ilegais em nome da Segurança Nacional, do

uso indiscriminado das mais variadas práticas de torturas, cassações de direitos políticos de cidadãos contrários ao regime entre outros, foram esquecidas e silenciadas durante os anos da Ditadura Militar. Posteriormente, esse esquecimento foi mantido pelo interesse de segmentos sociais interessados em relegá-las a escanteio. Porém, é possível fazer um recorte analítico sobre o papel da imprensa capixaba no escanteamento dessas memórias.

Ao lidar com as fontes, sobretudo neste caso específico dos arquivos do Departamento de Ordem Político e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), encontramos informações e dados relevantes que nos mostram a atuação dos órgãos de informação e de segurança no estado, alinhados com a Secretaria de Segurança Pública capixaba, em um regime colaborativo que demonstra o grau de interação entre os governos, federal e estadual. Nos documentos referentes aos anos de 1971 a 1975, encontramos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), informações importantes a respeito da atuação do sistema de informação e segurança no estado do Espírito Santo.

O período que corresponde ao final do ano de 1972 e o primeiro trimestre de 1973, fora decisivo para o sistema repressivo desbaratar a atuação do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) no estado, com base no documento produzido em caráter confidencial pelo Ministério do Exército, cuja origem era o 38º Batalhão de Infantaria (BI) em Vila Velha, de Informação nº 089-S/2-73, datado em 08 de fevereiro de 1973, difundido entre os órgãos de segurança do estado como a Secretaria de Segurança Pública (SSP/ES), a Polícia Militar (PM/ES), o Departamento da Polícia Federal (DPF/ES) e a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/UFES). Tal informe trata, segundo o Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dos episódios mais graves de violação dos direitos humanos durante a Ditadura no Espírito Santo.

O informe (**imagem 1**) indica que desde o ano de 1969, “esta agência vem se empenhando no levan-

2 Assessoria Especial de Relações Públicas.

3 O autor desses editoriais do jornal *A Gazeta* foi o jornalista Uchoa de Mendonça.

tamento das atividades do Secretariado do Pcdob na área”. Em 1972, por intermédio da prisão de Arlindo Sperandio, obtiveram dados e conseguiram montar uma operação que culminou na prisão de 28 suspeitos de integrarem o partido comunista, sendo indicadas 33 pessoas no Inquérito Policial Militar (IPM). Entre os presos encontravam-se: Foedes dos Santos, Jorge Luiz de Souza, Marcelo Amorim Neto, Mirian Azevedo de Almeida Leitão, Vitor Buaziz, que era professor universitário na época, entre outros.



Imagem 1: Informação nº 089-S/2-73, 08/02/1973. Fonte: APPES.



Imagem 2: Informação nº 089-S/2-73, 08/02/1973. Fonte: APPES

No relatório (imagem 2) é apresentada a função específica de cada membro dentro do Pcdob, bem como suas atividades em prol do movimento, que iam de pequenas ações – como furtos de mimeógrafos, panfletagem e pichações de muros com palavras de ordem contra a Ditadura – até o exercício profissional de organização de comitê regional, de acordo com as orientações do Comitê Central do partido. A maioria dos dirigentes presos em 1973 era formada por estudantes da UFES. Esse grupo militou dentro do movimento estudantil, o qual por conta do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi desestabilizado em decorrência do fechamento dos Diretórios Acadêmicos e da fiscalização intensa praticada dentro das universidades.

Além dos estudantes universitários, foram fichados e enquadrados no IPM, estudantes secundaristas, trabalhadores de indústrias, jornalistas, um torneiro mecânico, um técnico de contabilidade, membros de sindicato rural e dois supostos integrantes da chamada Guerrilha do Araguaia.

O informe nº 095-S/2-73 (imagem 3), datado de 01 de março de 1973, revela um relatório extenso sobre a atuação do Secretariado Regional do Pcdob no Espírito Santo. Segundo esse documento, em outubro de 1971, os comunistas capixabas eram liderados por Foedes dos Santos. A direção do Pcdob no Espírito Santo ainda contava com a colaboração de dois estudantes: Jorge Luiz de Souza (Onofre) e Iran Caetano (Dinis), discentes dos cursos de economia e medicina, respectivamente.

Nele, ainda consta a tentativa frustrada de criar a FRENPE (Frente Patriótica do Espírito Santo) que tinha por objetivo reunir todas “os elementos desconectados, em todo estado, independente de ideologia, filosofia ou religião [...], com o governo para apoiar os ideais revolucionários do partido comunista do Brasil.

Porém, tal ação não passou da intenção, pois segundo o próprio documento, o Comitê Central do Pcdob não autorizou seu funcionamento, “sob a alegação da pouca maturidade de seus membros”. E, cita, ainda, que “não há indícios de funcionamento,

bem como, não foram levantados elementos vinculados à ‘FRENPE’”.

Outro documento que analisamos (imagem 4) apresentou uma rede de comunicação entre os órgãos de repressão que passava sempre pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo (ssp/ES). A Informação nº 021-S 2/73, de 11 de janeiro de 1973, trata da documentação encontrada no Aparelho de Lincon Cordeiro Oest (“Oswaldo” – “Lauro”), membro do Comitê Central do pcdob. Nele encontra-se um relatório das atividades previstas pelo pcdob no que tange ao recrutamento, divulgação da guerrilha, dos confrontos com a polícia, da prisão dos companheiros e as mudanças de aparelhos entre outros casos, envolvendo vários estados brasileiros, inclusive o Espírito Santo.

Sobre o estado capixaba, Lincon Cordeiro Oest relata as atividades desenvolvidas por estudantes nos centros da universidade, bem como a organização do Diretório Acadêmico na faculdade de Direito e a panfletagem de folhetos sobre a guerrilha em vários pontos da cidade, além de alguns trabalhos desenvolvidos em cidades do interior, tais como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Essa informação resultou em ações repressivas da polícia e na captura de “subversivos” nesses locais.

Interessante notar que estes relatos foram feitos entre os meses de junho a dezembro de 1972. Os serviços de inteligência já monitoravam os passos de integrantes do partido comunista. Por aqueles documentos, revela-se que enquanto o país vivia as campanhas nacionalistas de exaltação das conquistas e do progresso alcançado pelo Brasil, que culminaria naquele ano com o ápice das comemorações do Sesquicentenário da Independência e com a volta de D. Pedro I para casa⁴, as ações de militantes de esquerda movimentavam o governo militar e colocavam os serviços de inteligência em estado de alerta máximo,

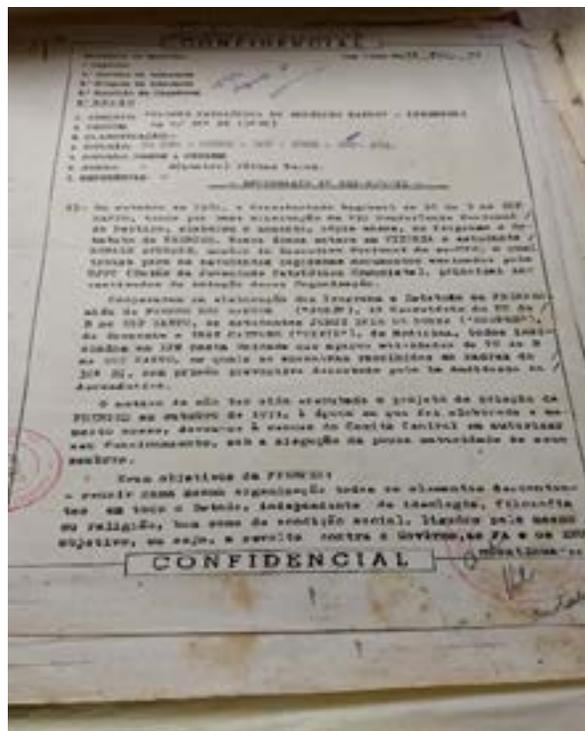


Imagem 3: informe nº 095-S/2-73, 01/03/1973. Fonte: APPES

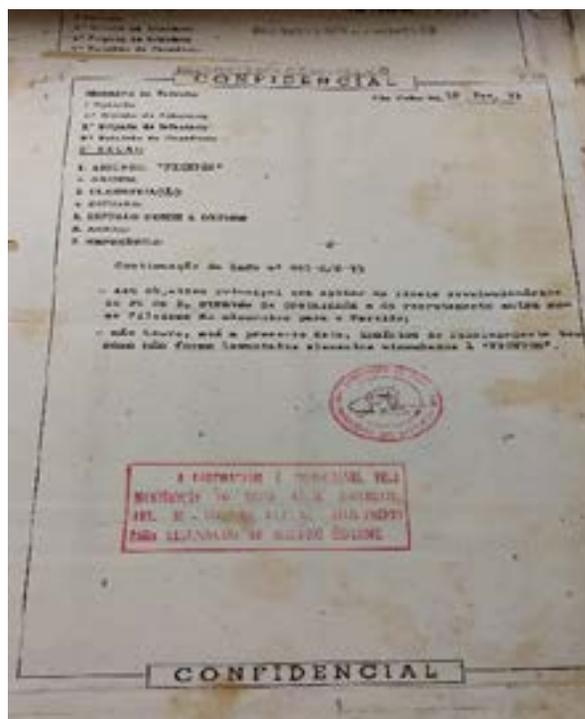


Imagem 4 : informe nº 021-S/2-73, 11/01/1973. Fonte: APEES

4 Para maiores informações, ver: COREDEIRO, Janaina Martins. O enterro do imperador foi a festa, capítulo II. Livro: *A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento*. 2015, p. 49-83.

com o intuito de desbaratar focos de resistências espalhados pelo país, assim como no Espírito Santo.

Duas fontes (imagens 5 e 6) encontradas nos arquivos do DOPS/ES, que estão preservadas no APEES, merecem atenção pois se tratam de dois mandados de prisão contra o ex-estudante de medicina da UFES, Iran Caetano. O primeiro mandado de reclusão é do dia 05 de agosto de 1974, devido a sua condenação à pena de “DEZ MESES DE RECLUSÃO” como infrator do artigo 14 do Decreto-Lei 898/69. O segundo foi expedido no dia 07 de agosto de 1974 contra os senhores Iran Caetano⁵, Carlos Alberto Ozorio de Aguiar, José Maurílio Patrício e João Calatroni. Este último participou da Guerrilha do Araguaia e já se encontrava “desaparecido” desde as ações militares contra o movimento guerrilheiro.

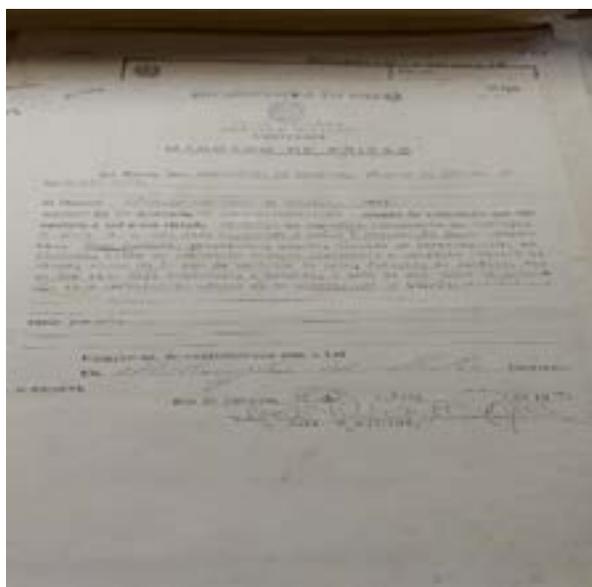


Imagem 5: mandado de reclusão, 05/08/1974. Fonte: APEES

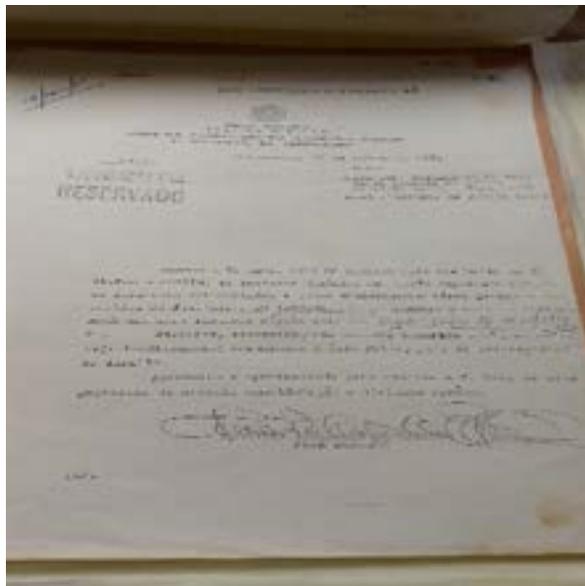


Imagem 6: Mandado de prisão, 07/08/1974. Fonte: APPEES

Ambos mandados foram expedidos pela Justiça Militar do Rio de Janeiro, circunscrita à 1ª Auditoria da Aeronáutica. Os documentos foram enviados em caráter de “URGENTE e RESERVADO”, como todos os documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança para o Secretário de Segurança Pública do Espírito Santo.

É fundamental notar como esses órgãos de segurança se comunicavam entre si e buscavam a cooperação entre os estados de forma orgânica e estruturada. Era de conhecimento deles que o réu Iran Caetano já havia sido preso em 1968 pelo DOPS/SP, por participar do xxx Congresso de Ibiúna que culminou na prisão de centenas de estudantes na cidade do interior de São Paulo. Portanto, suas atividades estavam sendo acompanhadas de perto há tempos. No Espírito Santo, o IPM aberto contra o estudante em 1969 ficou a cargo do 38º B.I, que foi o órgão responsável por investigar atividades “subversivas” em Vitória.

Vale destacar que, em quase todas as fontes do DOPS/ES analisadas neste trabalho, os documentos possuem uma espécie de classificação hierárquica no sentido de designarem a função de cada órgão de

⁵ Ver o depoimento à Comissão da Verdade da UFES, do ex-estudante Iran Caetano.

segurança no processo de investigação de atividades suspeitas de serem subversivas. O que se pretende frisar com essa afirmação é o fato de que todos eles possuíam: assunto, origem, classificação, difusão, anexo, referência, de modo a evidenciar o quanto o relatório, ou o pedido de busca, por parte do órgão responsável para tal ação, contava com uma rede de apoio que se amparava em outros órgãos de segurança do estado.

Por exemplo, o pedido de busca nº 046-S2/74 (imagens 7 e 8), expedido pelo 38º B.I contra o “terrorista” Paulo Roberto Telles Franck, foi difundido para 3º CSM (3º Comando do Serviço Militar), DPF (Departamento da Polícia Federal), SSP (Secretaria de Segurança Pública), DOPS (Departamento de Operações da Polícia Social), PMES (Polícia Militar do Espírito Santo), CPES (Capitanias dos Portos do Espírito Santo). A difusão das informações entre esses órgãos demonstra o grau de integração entre eles no âmbito estadual (PMES, SSP, DOPS, 38º BI) e federal (DPF, CIE, SNI, JUSTIÇA MILITAR DA AERONÁUTICA).



Imagem 7: pedido de busca nº 046-S2/74. Fonte: APEES



Imagem 8: pedido de busca nº 046-S2/74. Fonte: APPES.

Percebemos que os documentos analisados dialogam de forma clara e objetiva entre si, o que nos leva à seguinte reflexão: Era possível que setores da administração pública estadual, tais como a Secretaria de Segurança do Estado e a Polícia Militar⁶, estivessem envolvidos em práticas investigativas contra suspeitos de “subversão”, cientes de prisões, em alguns casos participando delas e encaminhando os presos para tortura no 38º B.I (como no caso dos estudantes do PC-doB) e o executivo capixaba, na figura do governador do estado, não tivesse ciência de fatos dessa natureza?

No livro biográfico *Arthur Gerhardt: o construtor de futuros*, a jornalista Chris Martinez relata uma

⁶ Nos arquivos do DOPS/ES foi encontrado o documento, INFORME nº 011-s2/73, que trata do estudante da Faculdade de Direito, Thiago Almeida Corrêa, investigado pela Polícia Militar de Cachoeiro de Itapemirim por suas supostas atividades “subversivas”, que basicamente se tratava de críticas ao governo do presidente Médici em sala de aula e nos enfrentamentos com alunos e professores da instituição de ensino feitos por ele. Todas as denúncias foram encaminhadas para SSP em Vitória, conforme a fonte citada.

fala do ex-governador muito reveladora a respeito da questão apresentada acima⁷:

[...] Preocupado com a intervenção dos militares na caçada aos comunistas, Arthur Gerhardt queria se assegurar de que estaria longe desse assunto e apenas comprometido com a gestão do Estado. A solução encontrada foi colocar na Secretaria de Segurança um general [...]. Isso o isentou de ter que lidar com o general que comandava o 38º Batalhão de Infantaria do Estado. ‘Fiquei longe dos milicos’ teria dito Arthur” (MARTINEZ; PAIM, 2014, p. 21).

Embora procurasse abster-se, manter-se longe dos “milicos” (termo usado pelo ex-governador) do 38º B.I e livrar-se dessa responsabilidade, o então governador do estado não se furtou a cumprir com os protocolos oficiais de sua função e aos convites feitos pelos militares. Em matéria do dia 26 de agosto de 1972, o jornal *A Gazeta* apresenta a seguinte reportagem: “Arthur entrega a Medalha de Pacificador a oficiais” (*A Gazeta*, 26/08/1972, p. 08). A solenidade do “Dia do Soldado” contou com a presença do governador, que foi o responsável por condecorar três oficiais com a maior honraria do exército brasileiro. Neste dia, estiveram presentes, além do governador, várias autoridades militares e políticas, além de estudantes da educação básica que foram levados em grande número para prestigiar o evento. Isso revela um menor distanciamento do referido Batalhão do que aparentemente desejava Arthur Gerhardt.

Nota-se bem que enquanto era propagandeada os efeitos do “Milagre Econômico” pela imprensa capixaba e as conquistas dos Grandes Projetos de Impacto colocados em prática pelo executivo estadual, grupos contrários à Ditadura Militar agiam, movi-

mentavam-se e tentavam resistir dentro do estado. Esses fatos vão de encontro à memória forjada e declarada pelo ex-governador em entrevista ao jornal *A Gazeta* em março de 2014, na efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar, quando disse que não houve de casos de tortura e prisões a presos políticos no Espírito Santo.

Sim, lógico que houve, mas em nível nacional. No Estado, nem no governo de Christiano (Dias Lopes) e *nem no meu houve*. Christiano combateu o crime e não a ideologia política. *No meu período não teve*. O Christiano teve até algum problema com os militares do 38º Batalhão de Infantaria. Mas eu, graças a Deus, *nunca tive* (*A Gazeta*, 29/03/2014, Caderno Especial, *grifos nossos*).

Um importante contraponto às informações do ex-governador sobre a situação política do estado do Espírito Santo pode ser observado no Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES, especialmente, no capítulo onde é abordado a 3ª onda repressiva na universidade. Esse trecho trata diretamente das violações dos direitos humanos cometidas em solo capixaba. Para tanto, consta no relatório os depoimentos feitos à comissão em audiências públicas e privadas de aproximadamente 15 ex-militantes, que sofreram perseguições, torturas e traumas que perduram pela vida inteira, dentro do 38º B. I. – atualmente o 3º Batalhão de Caçadores em Vila Velha.

A partir de tais depoimentos foi possível recuperar parte daquelas “memórias subterrâneas” sobre a repressão no Espírito Santo. Por exemplo, segundo um dos depoimentos, entre 22 e 23 de março de 1971, estudantes da UFES ligados à Ala Vermelha do PCdoB foram detidos e levados para o 38º B.I. em Vila Velha. Consta, no Relatório da Comissão da Verdade, que “[...] Os presos foram detidos e levados para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores onde foram submetidos a violentas torturas por agentes do DOI-CODI [...]” (*Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2015, p. 77), e, que após três dias de prisão, foram transferidos

7 É importante destacar que, conforme o Decreto-lei nº 317 de 13 de março de 1967, os nomes dos candidatos a secretários estaduais de segurança deveriam passar pelo crivo e, conseqüentemente, a aprovação do ministro da Guerra. Embora civis fossem casualmente escolhidos para o cargo, era comum a presença de militares ocupando esse posto estratégico para o governo ditatorial.

para o famigerado DOI-CODI de São Paulo.

Os depoimentos dos ex-estudantes prestados à Comissão da Verdade da UFES, como os de João Amorim, Iran Caetano, Angela Milanez⁸, entre outros, relatam práticas comuns realizadas nas dependências do Exército, tais como tortura física e psicológica.

A dramaticidade dos relatos apresentados durante a audiência pública sobre as prisões a estudantes da UFES torturados no 38 B.I. confirma um fato: as prisões e torturas são episódios que constituem as mais graves violações contra os Direitos Humanos durante a Ditadura Militar no Espírito Santo (*Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2015, p. 100).

Na transcrição feita pela equipe de Arquivologia sobre a audiência pública que envolveu a participação de três ex-estudantes da UFES – Elizabete Madeira, Ângela Martinez e Magdalena Frechiani – o professor Pedro Ernesto Fagundes, em suas considerações iniciais, faz a seguinte afirmação, reveladora para aquele momento: “[...] uma das conclusões que podemos adiantar no nosso relatório que será entregue no ano de 2015, é que o 38º B.I. (Batalhão da Infantaria) ali em Vila Velha funcionou como um centro de tortura durante a Ditadura Militar”. E, mais, ao finalizar seu discurso de abertura ele afirma:

O mais importante de tudo é destacar isso: que o Espírito Santo não foi uma ilha da fantasia, não ficou alheio à repressão política que ocorria a nível nacional. No Espírito Santo também tivemos centros de tortura, tivemos repressão política, tivemos estudantes que foram expulsos dessa Universidade, tivemos professores que foram exonerados da Universidade por conta de sua participação política (*Audiência pública, Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2014).

8 Para maiores informações, ver os depoimentos à Comissão da Verdade da UFES, disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20%20web.pdf>.



Imagem 9: Jornal A Gazeta, de 17/03/1973. Fonte: APEES.

Diante desse quadro repressivo marcado pelas prisões, relatos de torturas e aberturas de processos contra vários capixabas indiciados – considerados “subversivos” perigosos e uma ameaça à sociedade – buscamos tais informações nas matérias jornalísticas do jornal *A Gazeta*, durante o mesmo recorte temporal – de dezembro de 1972 a março de 1973 – e para nossa surpresa encontramos apenas uma matéria (**imagem 9**), publicada no dia 17 de março de 1973, sobre a prisão dos estudantes da UFES. O fato gerou a seguinte nota: “31 envolvidos em subversão no Estado”.

Nela constam informações básicas sobre a prisão e o encaminhamento à Justiça Militar do Rio de Janeiro, após a abertura de um IPM feito pelo 38º B.I. contra 31 pessoas acusadas de serem integrantes do Comitê Regional do pcdob no Espírito Santo e que estavam atuando em Vitória e em algumas cidades do interior do estado. O detalhe que merece destaque é o final da informação: “Na relação de materiais apreendidos para as atividades subversivas do pcdob capixaba, foram apreendidos mimeógrafos, máquinas de escrever e vários documentos” (*A Gazeta*, 17/03/1973).

Chama-nos a atenção os possíveis “riscos” e as “ameaças” à Segurança Nacional que mimeógrafos e

máquinas de escrever provocavam nos militares. Nota-se que a matéria constava em plano secundário na capa do jornal, sem qualquer informação que pudessem aprofundar o conhecimento sobre esse fato específico, apenas cita os nomes de todos os integrantes do IPM. A definição de “subversivos” já era motivo para abarcá-los todos na ilegalidade, na clandestinidade, na falta de identidade que não despertava o interesse, pois eles eram “subversivos”, “bandidos”, “foras da lei”, “antibrasileiros” e “comunistas”.

Outro detalhe que quase passa despercebido é que a matéria, datada do dia 17 de março de 1973, não cita o fato de que muitos deles já estavam presos desde 03 de dezembro de 1972, portanto, no mínimo há três meses, sendo que o Inquérito Policial Militar foi aberto semanas depois da ocorrência da prisão. Dentro de um Estado Democrático de Direito, isso seria uma grave arbitrariedade e violação dos direitos humanos cometidos contra qualquer cidadão. Porém, no contexto ditatorial onde as leis estavam suspensas, isto é, num cenário de Estado de Exceção,⁹ era muito comum os cidadãos serem presos, interrogados (entende-se por interrogatório, práticas de tortura) e ficarem dias, semanas e até meses “desaparecidos”, sem que os familiares e parentes fossem notificados de onde eles estavam.

Em evidente contraste, na mesma época, as matérias e editoriais publicados pelo jornal *A Gazeta* sublinhavam o otimismo com o futuro. Entre essas manchetes podemos destacar: “Confiança no futuro” (05/12/1972, p. 4); “O crescimento brasileiro” (14/12/1972, p. 4); “Desenvolvimento capixaba e perspectivas” (27/12/1972, p. 04); “1973: Cada vez maior” (01/01/1973, p. 3); “Porto apresenta resultados expressivos no ano de 1972” (01/03/1973, p. 8-9); “Empresários capixabas consideram importante a viagem do Governador” (18/03/1973, p. 5); “Hoje: 09 anos da Revolução” (31/03/1973, p. 13). Esses são apenas alguns exemplos que, entre tantos outros, exaltavam as conquistas, os êxitos governamentais conquistados,

o progresso do Espírito Santo e as viagens do governador em busca de parcerias e de investimentos estrangeiros para o estado. Por outro lado, a situação repressiva do Espírito Santo era ignorada.

Por exemplo, foi apresentada apenas uma nota no jornal *A Gazeta*, entre dezembro de 1972 a março de 1973, sobre o caso dos estudantes da UFES integrantes do PCdoB. Houve apenas um editorial sobre subversão¹⁰, e absolutamente nada mais sobre as prisões de presos políticos e nem sobre as torturas em qualquer dependência oficial do estado.

É nesse contexto que se situa a imprensa. Fica claro que enquanto órgão de mediação entre a sociedade civil e o governo instituído, ela, embora tenha sido cerceada e perseguida, em muitos casos foi conivente e cúmplice das arbitrariedades praticadas, tanto no Brasil quanto no estado do Espírito Santo. A ausência de notícias e de reportagens ligadas às manifestações de grupos civis contrários à Ditadura Militar em solo capixaba e o “desaparecimento” delas nos noticiários da imprensa local não significa que elas não existiram e que não incomodaram. Tanto que os sistemas de Informação e de Segurança monitoravam sistematicamente as ações e os passos de qualquer grupo ou cidadão ligado aos movimentos de esquerda¹¹.

A grande questão é que elas não apareciam nas páginas jornalísticas. O grande público, o cidadão comum não recebia essas informações propositalmente. Os discursos políticos forjados de maneira intencional para atender a uma demanda específica do poder vigente, mais o apoio da imprensa local na maioria das vezes consensual e colaboracionista com

9 Ver: Agamben (2004).

10 O único editorial de *A Gazeta*, entre dezembro de 1972 a março de 1973, que tratou do tema foi publicado no dia 15/12/1972, p. 04, intitulado “Os subversivos”.

11 Alguns cidadãos, entre eles políticos da oposição, foram investigados e perseguidos pelo sistema de segurança, mesmo que alguns deles não desempenhassem mais atividades consideradas “subversivas”. Com base nos documentos do DOPS, ver: Informação nº 126/74-SII-DOPS/ES; Informação nº 094/74-S.I.I-DOPS/ES; Informação nº 420-S/2-74; Informação nº 62/75-SII-DOPS/ES, que trata dos seguintes investigados: Sérgio Pinheiro, Hélio Manhães (ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim pelo MDB, entre 1970 e 1974), Galdino Teodoro da Silva e Guilherme Lara Leite.

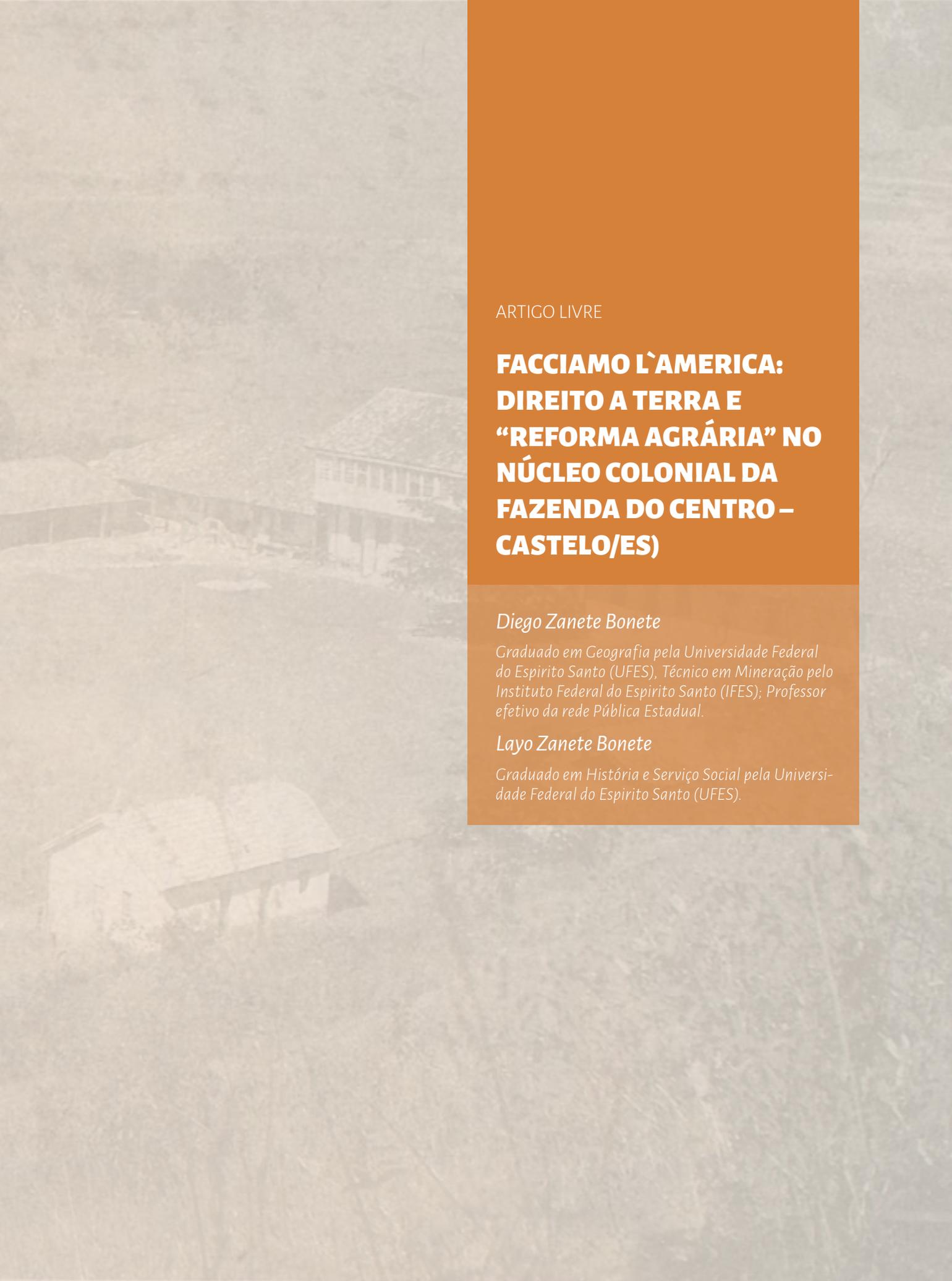
o regime, ajudaram na elaboração de representações favoráveis sobre o governo estadual no início da década de 1970, produzindo um tipo de memória positiva naquele contexto específico que contribuiu para estabelecer o consentimento entre amplos setores da sociedade capixaba.

Referências

- AGAMBÉN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora Boitempo 2004.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A Ditadura em Tempos de Milagres: Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto *et al.* *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM, 2014.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi Sempre Assim: *Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985)*. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória, Espírito Santo: GM Editora, 2011, p. 11-34. (Coleção Rumos da História).
- FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório Final da Comissão da Verdade*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20%20web.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2019.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- MARTINEZ, Chris; PAIM, Antônio (Orgs). *Arthur Gerhardt: O construtor de futuros*. Vitória-ES, Editora Abook, 2014.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.2, N 3, 1989.

Acervos Pesquisados

- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiês diversos.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Jornal A Gazeta.
- Entrevistas concedidas à Comissão da Verdade da UFES.



ARTIGO LIVRE

**FACCIAMO L'AMERICA:
DIREITO A TERRA E
“REFORMA AGRÁRIA” NO
NÚCLEO COLONIAL DA
FAZENDA DO CENTRO –
CASTELO/ES)**

Diego Zanete Bonete

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Técnico em Mineração pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); Professor efetivo da rede Pública Estadual.

Layo Zanete Bonete

Graduado em História e Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Resumo

O presente artigo analisa a iniciativa de Frei Manuel Simón de San José, da Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR), em realizar uma “benfeitoria” com algumas famílias de imigrantes italianos, nas terras da antiga propriedade escravista da Fazenda do Centro – Castelo/ES, no início do século XX. No decorrer do texto serão analisados todos os desdobramentos dessa possível primeira “Reforma Agrária”, ocorrida em terras capixabas, como também os antecedentes que levaram a esse fato. Apresentando alguns elementos como o trabalho, a divisão das terras, as formas de contrato, o resultado e o perfil das famílias italianas que traziam consigo, além das bagagens, o sonho de prosperar em terra estrangeira.

Palavras-chave: Imigrantes, Fazenda do Centro, Reforma Agrária, Terra, Frei Manuel Simón.

Abstract

This article analyzes the initiative of Frei Manuel Simón de San José, of the Augustinian Recollects' Order (OAR), to carry out an “improvement” with some Italian immigrant families, on the lands of the old slave property of the “Fazenda do Centro”- Castelo / ES, at the beginning of the 20th century. Throughout the text will be examined all the possible consequences of this first “Land Reform” held in Espírito Santo lands, as well as the previous led up to this fact. Focusing attention on some elements as work, land division, contract forms, the result and the profile of Italian families who brought with them in addition to their luggage, the dream of prospering in a foreign land.

Keywords: Immigrants, Fazenda do Centro, Land Reform, Land, Frei Manuel Simón.

Introdução

O fim da escravidão, a escassez da mão de obra nas lavouras e a intensa política imigratória foram alguns elementos que demandavam o imigrante como uma “resposta rápida” aos problemas de cunho econômico e político do Brasil. Por outro lado, a crise na economia de alguns países da Europa, a industrialização nas lavouras, o desemprego no campo, a fome e a guerra - como no caso da unificação da Itália e da Alemanha - foram alguns elementos que propiciaram o grande fluxo migratório do “Velho Mundo”, no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Aliado a esses fatores estava também o sonho do estrangeiro por melhores dias, em um lugar onde houvesse a “Terra Prometida” em que pudesse trabalhar e fazer fortuna; e este lugar se materializava na América. “*Partire súbito per l'America, pel Brasile, a far fortuna*”, como era dito, na Itália, nas campanhas de imigração; que surtiu efeito (CELLIN, 2000, p. 24). Tal fato se expressa no número de pessoas que chegaram ao Espírito Santo neste período:

Desde a fundação da Sociedade Promotora da Imigração, em 1886, e que existiu até 1895, houve um empenho em trazer “famílias” de imigrantes para abastecer as fazendas de café de mão de obra, pois assim as pessoas ficariam mais presas ao local de trabalho. Durante o governo de Moniz Freire, houve um contrato com Domenico Giffoni, em 1892, de se introduzir 20 mil imigrantes até 1895 (DE BONI, 1998, p. 26 apud PAULA, 2013, p. 64)

Ao cruzarem o oceano, muitos desses aventureiros embalavam seus sonhos de prosperidade, com a canção popular da época da imigração:

*Mèrica, Mèrica, Mèrica, Cosa sarà la sta Mèrica?
Mèrica, Mèrica, Mèrica, Um bel mazzolino di fior.*

Realmente, muitos destes, que partiram de sua Pátria natal, nunca haviam ouvido falar da América; nem imaginavam como era este continente, confor-

me afirmava a canção. Muitos vinham iludidos com a fascinante propaganda imigratória do governo, que mostrava, ao Italiano, um verdadeiro “Paraíso na Terra” do outro lado do oceano.

Para a maioria dos imigrantes, tratava-se de uma partida definitiva; pois antes de embarcar vendiam o pouco que tinham, e no decorrer da viagem e nos primeiros tempos na colônia, haviam gastado tudo que possuíam, sem terem recursos para regressarem, se assim quisessem (GROSSELLI, 2008, p. 74).

Ao desembarcarem, se deparavam com outra realidade, bem diferente da qual dizia a canção; tendo que desbravar uma terra quase inóspita, se expondo às intempéries do tempo e às doenças tropicais, como afirma Grosselli:

Mas a América dos imigrantes não foi apenas um belo ramalhete de flores, como dizem os versos no dialeto vêneto, era essencialmente mata virgem, floresta selvagem, abandono e muita luta. Da parte daqueles que dormiram ao relento, como as bestas que vão repousar – como também admite a canção (*Abbiám dormito sul nudo terreno, come le bestie che van a riposá*) – podiam-se ouvir “gritos, orações, blasfêmias” que se perderam nas florestas (...) (2008, p. 10).

No entanto, o grande contingente de imigrantes em determinados locais fez com que governantes dessem origem aos núcleos coloniais para melhor controle e divisão dos trabalhos, como ocorreu no Espírito Santo e em tantas outras províncias. As primeiras colônias que surgiram em solo capixaba, ainda no período imperial, que se tem registro são: Colônia Santa Leopoldina, Rio Novo, Santa Izabel e Castello (GROSSELLI, 2008, p. 155).

Até o ano de 1861 o principal foco de imigrantes de várias nacionalidades (suíços, alemães, pomeranos, etc.) no Espírito Santo, era a Colônia Santa Leopoldina. No entanto, a partir de 1874, tem início o grande fluxo de imigrantes italianos para o Brasil com a Expedição Tabacchi; que trouxe para a província capixaba 388 camponeses italianos, entre eles um padre e um médico, oriundos da região do Trento e

Vêneto. Sendo encaminhados, posteriormente, para a Colônia Timbuhy, atual município de Santa Teresa (FRANCESCHETTO, 2014, p. 57-60).

Nas colônias da região sul da província, a entrada de italianos ocorreu no ano seguinte, em 1875, com a navegação dos rios Itapemirim e Benevente em pequenas canoas, a qual eram distribuídos nos cinco territórios da colônia Rio Novo até a cidade de Alfredo Chaves (FRANCESCHETTO, 2014, p.60).

Destaca-se que muitas outras áreas do Espírito Santo, até então desabitadas, foram ocupadas devido ao surgimento de novos núcleos coloniais em todas as regiões da província, com a chegada do expressivo número de italianos; e também pelo avanço ao interior, dos primeiros imigrantes que buscavam novas terras para expandir a produção de café – visto que os lotes coloniais já apresentavam os primeiros sinais de esgotamento (FRANCESCHETTO, 2014, p. 63-65).

Entretanto, muitos estrangeiros que aqui chegaram não realizavam o sonho de ter a sua terra. Muitos ficavam insatisfeitos diante das precárias e adversas condições de trabalho que se apresentavam, o que fazia esses imigrantes se sentirem em condições semelhantes, ou até piores, a que estavam submetidos em sua terra natal. Alguns, decepcionados, até retornavam para a Itália. Como afirma Franceschetto:

Porém, em 1895, o governo italiano proibiu a emigração de seus súditos para o Espírito Santo, com base nos relatos dramáticos dos imigrantes sobre a dura realidade verificada nas colônias e nas fazendas, no momento em que aumentava o fluxo da entrada de imigrantes daquele país no Estado. Em 1896, estancou-se definitivamente a imigração em massa de estrangeiros em terras capixabas (...) (2014, p. 63).

Paralelo a esse fato, algumas práticas colonizadoras vinham sendo realizadas em terras do sul do Espírito Santo, como em antigas fazendas, que eram consideradas ainda produtivas.

Tais práticas acabaram por chamar a atenção de um religioso, Frei Manuel Simón, que teve a ideia

de criar um núcleo colonial inspirado em algumas ações de outras ordens religiosas que administravam fazendas em Minas Gerais (PAULA, 2013, p. 104). Assim, uma determinada fazenda, na região de Castelo, despertou o interesse desse religioso. Os desdobramentos e antecedentes desse fato serão expostos a seguir. Ressalta-se que este estudo foi pautado na análise bibliográfica de outros autores. O recorte histórico se dará entre os anos 1900 e 1910.

Antecedentes: A Fazenda do Centro – Castelo/ES

A Fazenda foi fundada em 1845 pelo Major da Guarda Nacional, Antônio Vieira Machado da Cunha, sendo herdada pela sua única filha, Anna Isabel. Esta se casou com Manoel Fernandes Moura, comerciante no Rio de Janeiro, que passou a administrar a fazenda, transformando-a em uma das maiores da região (ESPIRITO SANTO, 2009, p. 71).

A propriedade viveu seu auge no período da escravidão, principalmente com o cultivo do café. Chegou a possuir em sua extensão 3.202 alqueires de terra, cerca de 600 escravos, 242 mil pés de café, engenhos de beneficiamento, armazéns e senzalas (ESPIRITO SANTO, 2009, p. 72). Tamanho foi o seu poderio e sua importância que o proprietário cogitou a ideia de construir, dentro de suas terras, uma pequena estação onde os trilhos do trem passariam, com o objetivo de escoar a sua produção, porém o projeto não progrediu (CASAGRANDE, BARBIERO, 2012, p. 107).

O título “Centro”, dado à fazenda, deve-se a dois fatores: primeiro – seu posicionamento geográfico, que deu origem ao município de Castelo; segundo – por ser ponto de referência de tropas que passavam no local e lugar de encontro de políticos e figuras ilustres da época (CASTELO, 2020).

Segundo Casagrande e Barbiero (2012) o antigo proprietário, antes do fim do regime escravista, aproximou-se da ideia da mão de obra imigrante:

Ainda no período em que estava sobre a administração de Manoel Fernandes Moura chegaram ao fazendeiro os primeiros imigrantes, mas ainda não em número suficiente já que eles preferiam ficar nos núcleos coloniais onde recebiam terra do governo (2012, p. 121).

Ressalta-se que muitos imigrantes, nesse período, escolhiam os núcleos ao invés das fazendas, pois a forma de tratamento dos senhores gerava conflitos e insatisfações, uma vez que estes não sabiam lidar com a mão de obra livre.

Muitos casos são contados acerca da fazenda e de seus proprietários, como apontam os relatos:

Com a Mulher, Manoel não vivia bem, condição que enseja em Isabel um plano para matá-lo e tomar seu patrimônio. Assim, essa propõe a Manoel uma viagem de reconciliação para Portugal. Desconfiado, o português manda dois escravos enterrarem o que tinha de mais valioso em um lugar secreto. A ordem foi cumprida, e no retorno ao casarão a dupla foi morta. Pode ser que o serviço tenha sido feito a mando do próprio Manoel, que podia então viajar tranquilo, pois somente ele sabia onde estava o tesouro. Manoel partiu com Isabel, mas suas desconfianças tinham fundamento. Na volta para o Brasil, ele morreu misteriosamente e teve o corpo jogado no oceano. A viúva vasculhou toda propriedade, tentando achar o tesouro, mas não encontrou e entrou em desespero. Não se sabe o que aconteceu com ela (ESPIRITO SANTO, 2009, p. 71).

Contudo, a Fazenda entra em declínio com a morte do proprietário, fato este que coincide com o período da abolição da escravidão. Devido a alguns fatores os seus herdeiros se sentiram impossibilitados de manter o patrimônio e mudam-se do local, deixando a Fazenda aos cuidados de um feitor e de terceiros (ESPIRITO SANTO, 2009, p.72).

No entanto, estes também sentem dificuldades em administrar a propriedade, e em 1898 esta já se encontrava praticamente abandonada (ESPIRITO SANTO, 2009, p.72).

Antecedentes: Frei Manuel e as Colônias

A princípio, a solução encontrada diante da escassez de trabalhadores e o grande quantitativo de terras desabitadas e devolutas no estado foram a criação de colônias de povoamento para imigrantes. As primeiras que se têm notícia na região são datadas de 1847 (PAULA, 2013, p. 42).

Ao serem criadas estas eram desprovidas de aparelhagem necessária para uso do imigrante:

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país (...) promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência (FURTADO, 2005, p.129).

Posteriormente, alguns benefícios foram criados pelo governo aos colonos, entre eles a assistência médica e religiosa, esta última encontrava-se escassa, pelo baixo número de clérigos, e a demanda se tornava cada vez mais crescente pelo surgimento das colônias (PAULA, 2013, p. 92). Neste contexto, que se faz presente a Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR).

A OAR possui mais de 400 anos de existência. A Ordem segue os ensinamentos filosóficos de Santo Agostinho de Hipona. O movimento dos Recoletos surgiu na Espanha (sede da Ordem até os dias atuais) no fim do século XVI (PROVÍNCIA DE SANTA RITA DE CÁSSIA, 2020).

A palavra Recoleta quer dizer recolhimento; pois alguns vocacionados sentiam o desejo de estar em maior isolamento nos mosteiros. O propósito da ordem desde sua origem é ter seus seguidores viven-

do em comunidade fraterna; todos se esforçam para conseguir a perfeição da caridade segundo Santo Agostinho (PROVÍNCIA DE SANTA RITA DE CÁSSIA, 2020).

No Brasil há registros da chegada dos primeiros Agostinianos em fevereiro de 1899 no porto de Santos (OAR, 1999). No mesmo ano, eles seguiram para várias províncias, inclusive o Espírito Santo; sendo logo em seguida registrada sua presença nas colônias sul capixaba (PAULA, 2013, p. 89-92).

Entre os religiosos enviados para atuar no Espírito Santo estavam Frei Manuel Símon e Frei Agustín Martel da Ordem dos Agostinianos Recoletos, que ficaram responsáveis pelo trabalho na região Sul: Benevente (Anchieta), Guarapari, Itapemirim e Piúma (PAULA, 2013, p. 92).

Vale destacar, que o contexto que os religiosos se encontravam não era favorável: problemas dentro da província religiosa, rejeição e conflito por parte dos colonos, além de problemas políticos na Espanha - sede da Ordem (PAULA, 2013, p. 93).

Nas colônias, os religiosos tiveram maior proximidade com os imigrantes italianos e, assim, puderam observar a luta e a insatisfação destes, uma vez que muitos trabalhavam em terras inférteis, com pouco ou nenhum resultado, além do fato de viverem na "América" sem obter a fortuna ambicionada.

Por outra parte, os colonos italianos que povoavam aquela região (Anchieta e Guarapari), vendo que suas terras iam perdendo sua fertilidade, dispunham-se a ir para outros lugares ainda não desbravados para fazer nelas novas plantações e trabalhos; e tratavam de levar consigo os religiosos que os assistiram espiritualmente, instalando-os a que não os abandonassem; antes, pelo contrário, se pudessem à frente de sua empresa e lhes ajudassem na busca e aquisição de algum lugar favorável para o desenvolvimento dos cultivos e trabalhos (CRÔNICA, 1920, p. 235-236 apud PAULA, 2013, p.99).

Diante desse cenário, surge a ideia de Frei Manuel de formar um novo núcleo colonial em terras

ainda férteis, inspirando-se em moldes colonizadores já existentes em outras regiões da província, como se observa nos escritos:

Nestas circunstâncias, os colonos insistiram com ele (Frei Manuel) para que visse o modo de remediar sua situação, pois, senão, se veriam na necessidade de buscar novas terras mais produtivas. O padre tinha ouvido falar de uma antiga fazenda, no interior do estado, com bons e abundantes terrenos, a qual estava à venda e, animado pelo desejo de favorecer seus fregueses e olhando também pelo bem espiritual deles, para que não perdessem em outros lugares a fé e a religiosidade que, por força de muito trabalho, havia conseguido infundir e conservar neles, a comprou com autorização e permissão dos superiores, colocando nela mais de 100 famílias, escolhidas entre as melhores, passando-se a viver com eles no ano de 1910, ainda que sem deixar de visitar as demais colônias da costa (CÓPIA fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro, p. 18 apud PAULA, 2013, p. 104).

Observa-se que a aquisição da Fazenda do Centro solucionava questões de ambos os lados: terra para os imigrantes e estabilidade para os religiosos. Contudo, os herdeiros da antiga propriedade haviam estipulado um alto valor de venda que para os religiosos tornava-se inviável. Mas, diante da insistência dos colonos Frei Manuel encontrou dois sócios para auxiliá-lo na empreitada (PAULA, 2013, p. 107). A compra de 1.542 alqueires da fazenda foi completamente efetivada em 1910.

Nota-se que no decorrer do negócio um dos sócios desistiu, o que diminuiu os recursos, e trouxe alguns percalços ao religioso. Além dos curtos prazos, dos empréstimos e do atraso no pagamento por parte dos colonos que trouxeram mais transtorno na quitação da fazenda (PAULA, 2013, p. 111).

A “Reforma Agrária” do núcleo colonial.

Com a compra da Fazenda deu-se início às obras do núcleo, que assumia um caráter diferente das demais práticas colonizadoras até então existentes. O núcleo tinha o perfil de “benfeitoria”, já outros chamavam de “reforma agrária”, por não terem visto, até o momento, algo parecido. Sendo perpetuada essa ideia pelos descendentes dos imigrantes.

O conceito de reforma agrária, desde aquele período vinha sendo discutido no Brasil, isso se dava pela relativa quantidade de terras devolutas. Já outros estudiosos do fato afirmam que essa ideia estava inclusa no projeto da abolição (PAULA, 2013, p. 142).

No entanto, com o fim da escravidão, o poder dos latifundiários continuava como antes. Contudo, a elite rural vivia sob o medo da divisão de terras, pois com o advento da República, o poder estava nas mãos dos militares e republicanos; e temiam que ocorresse uma revolução. Porém, a Reforma Agrária ficou em segundo plano, voltando às discussões na segunda metade do século XX (PAULA, 2013, p. 141-142).

A Reforma Agrária é uma política pública resultante das várias conquistas da população rural que não possuem acesso ao latifúndio (ROCHA, CABRAL, 2016, p. 75-76).

A questão da Reforma Agrária, de modo geral está associada ao conceito de revolução camponesa. A grande batalha dessa discussão está entre a concentração de terra e a produção agrícola (PAULA, 2013, p.137).

Ou seja, havia um conhecimento e questionamento acerca deste tema, por parte de alguns intelectuais e governantes da época, porém nada de concreto foi efetivado, neste recorte de tempo abordado pelo artigo. Mas afinal, se tal fato tinha o perfil de uma benfeitoria, como se caracteriza?

Do ponto de vista jurídico, uma benfeitoria consiste em uma obra realizada pelo homem, em um imóvel ou propriedade, com o intuito de conservá-lo, melhorá-lo ou agregar valor (JUSBRASIL, 2020). Contudo a “obra” realizada pelo frei em tal propriedade, não deixou de agregar valor, porém o sentido

de “benfeitoria” que melhor se aplicaria a esse contexto seria no sentido da Boa-fé, caritativo ou ajuda mútua. E como aconteceu?

Frei Manoel dividiu as terras da Fazenda em 100 lotes para os imigrantes de sua antiga colônia, e mesmo tendo o prazo de quitação curto, foi generoso, na forma de pagamento com os colonos:

As famílias assentadas tinham prazo de dez anos para pagar o imóvel (com carência de mais cinco anos) sem juros. O primeiro pagamento só ocorria no quinto ano após a compra, sendo que nos dois primeiros anos as famílias seriam sustentadas pelos pais. Apesar destas facilidades, alguns deixaram de quitar suas propriedades, sem serem removidos. Vivíamos aqui como irmãos, num ambiente de fraternidade onde tudo era dividido, lembra o mais antigo morador da FC (Fazenda do Centro), Victorio Bernabé, de 58 anos. Se não foi uma reforma agrária “ortodoxa”, é certo que no mínimo se praticou em terras capixabas alguns valores atribuídos aos comunistas, como o início do cristianismo (MATTEDI, 1998, p. 01).

Vale ressaltar que a venda dos lotes da fazenda não se restringia somente aos imigrantes:

Entre os compradores estão, até mesmo, parentes dos antigos donos da fazenda, como o senhor Manoel Moura Junior, e também os Vivacqua e irmãos que já estavam estabelecidos em Castelo e, com certeza, não iriam lavrar diretamente a terra (CASA-GRANDE, BARBIERO, 2012, p. 106).

Nessa conjuntura, torna-se necessário fazer um breve apanhado sobre a “Lei de posse de Terra”, que estava vigente neste período. Ressalta-se que tal lei, em vigor na República, ainda era do Império. Contudo, esta lei, desde o seu princípio, fazia menção à questão das terras devolutas e à colonização, como se observa em seu texto: “Carta de lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o decreto da assembleia geral, que houve por bem sancionar,

sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonização” (Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850).

No que tange ao imigrante, a lei não fazia restrições referentes à venda e à posse. Em alguns pontos observados, esta propiciava aos estrangeiros formas rápidas de se estabelecerem na nova terra, sem burocracias.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer indústria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous anos de residência pela forma por que o foram os da colônia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente a custa do tesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela administração publica, ou na formação de colônias nos logares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

[...]

Art. 21. Fica o governo autorizado a estabelecer, com o necessário regulamento, uma repartição especial que se denominará – Repartição Geral das Terras Publicas – e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira (Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850 – dispõe sobre as terras devolutas do Império).

Nota-se que os lotes eram vendidos aos colonos em longo prazo, assim, o termo “lote” tornou-se sinônimo de prazo para os imigrantes (PAULA, 2013, p. 124).

Retornando ao contexto da Fazenda do Centro, os imigrantes que ali chegaram, levados por Frei Ma-

nel, tinham o perfil familiar bem característico. A estrutura patriarcal sólida trazida de sua terra, por vezes, facilitava a administração e a divisão dos trabalhos:

Há dois tipos de migrantes típicos: o migrante se caracteriza como jovem, solteiro, dinâmico, com certo grau de instrução e especialização, que parte em busca de novas oportunidades de emprego que possam realizar suas aspirações de um nível de vida melhor; um outro tipo é o migrante para o Espírito Santo, caracterizado como um homem casado, de idade “madura”, pouco instruído, agricultor e que vinha com toda sua família (PAULA, 2013, p. 64).

[...]

Uma característica das famílias italianas era o regime patriarcal. O pai de família era a cabeça do casal, detentor de toda autoridade sobre a família, que considerava filhos emancipados somente depois de casados, o que não significa que abandonavam a casa paterna, ao contrário, geralmente permaneciam juntos ou nas proximidades. ‘O pai provê os filhos. Todos trabalham para um só monte. Junto à propriedade central vão surgindo as casas dos outros membros’. A mãe cuidava da educação espiritual dos filhos. No Espírito Santo, embora os imigrantes em geral fossem analfabetos, houve uma grande preocupação dos colonos com a educação para seus filhos (PAULA, 2013, p. 65).

Era basicamente esse o retrato das famílias italianas em terras capixabas, no início do século XX, modelo este que perdurou por algumas décadas, principalmente nas regiões interioranas do estado, pois uma família numerosa significava maior mão de obra para cultivar a sua propriedade.

O resultado nos primeiros anos do núcleo

Após a efetiva instalação das famílias e dos religiosos, estes se voltaram para a produção, não com o intuito de exportar os produtos e obter grandes lucros, mas para manter a subsistência e honrar os compromissos que foram firmados com os colonos (PAULA, 2013, p. 177).

A princípio, a produção do núcleo não se voltou, exclusivamente, para o café, como era característico de outras regiões e colônias, mas também para outros cultivos

Havia 12 mil pés de café com mais de 14 anos e mais 3 mil em outros lugares. Os colonos já haviam plantado 79.450 pés. Naquele ano de 1911, a produção fora de 400 arrobas, ‘insignificante para o funcionamento das máquinas durante sete ou oito anos’. (...) Frei Manoel Símon passou para aquela sociedade a parte reservada como patrimônio da ordem religiosa, investiu na recuperação das máquinas, comprou gado, iniciou uma plantação de cana. (...) A primeira colheita de cana e a primeira fabricação de aguardente ocorreram em 1915. A partir daí, fala-se em colheitas regulares; no ano de 1924, produziu-se 30 pipas de aguardente, num total de aproximadamente 20 contos de réis, e 40 arrobas de açúcar mascavo. Ao que tudo indica, a produção maior da fazenda era de aguardente e açúcar; somente a partir de 1927, em sociedade com os colonos, passou-se a produzir café (CÓPIA fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro, p. 12-15 apud PAULA, 2013, p. 116-117-118).

Como foi observada, nos escritos de Sérgio Peres de Paula, baseado em relatos da Província Agostiniana, a integral produção de café se deu no final da década de 1920, próximo à grande crise de 1929 que abalou o mercado do café brasileiro, porém não se encontrou relato referente a esse período.

Considerações Finais

O processo de imigração foi fundamental não apenas no sentido econômico para o país; mas como visto, a cultura e a vontade de “prosperar em terra estrangeira” foram aspectos fundantes para o desenvolvimento de muitas cidades no Brasil, como o município de Castelo. Neste sentido, ressalta-se que os imigrantes dos antigos aldeamentos de Anchieta e Guarapari viram, nas terras da Fazenda do Centro a sua possível “América”. Vale destacar que, a força de trabalho e o espírito solidário transformaram a antiga Fazenda em algo maior que um simples núcleo colonial, ou seja, em um polo econômico e religioso, referência no sul do Estado do Espírito Santo até meados do século XX.

Quanto ao objetivo inicial do núcleo, pode-se ver pela análise de Paula que:

O Núcleo Colonial da Fazenda do Centro não se concretizou integralmente devido às circunstâncias adversas (...). Os seus objetivos, no entanto, que eram de favorecer os colonos da região de Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta, atendidas no início do século pelos frades agostinianos, e de prover a Ordem dos Agostinianos Recoletos com patrimônio que lhes desse maior estabilidade, de certa forma, foram cumpridos (2013, p. 131).

Mas realmente ocorreu a “Reforma Agrária” como é dita pelos descendentes dos imigrantes e questionada por autores? Não é o que se mostra no contexto histórico; como afirma Casagrande e Barbiero:

[...] mas tal afirmativa não condiz com a realidade. Não precisamos analisar o âmbito nacional, basta o estadual para confirmar o que afirmamos.

O Núcleo Colonial Castelo e a colônia Rio Novo foram criados ainda no séc. XIX, e neles os imigrantes recebiam gratuitamente seu pedaço de terra, ao passo que na fazenda, os colonos compravam sua terra.

Desta forma, a venda de pequenos lotes da Fazenda do Centro aos colonos não pode ser considerada como reforma agrária, e mesmo que assim fosse considerada, não seria a pioneira, pois já havia acontecido uma distribuição de terras a imigrantes italianos em nosso estado, no século anterior (2012, p. 103-104).

A luta pela Reforma Agrária ganhou força principalmente a partir da década de 1960 com o crescimento das ligas camponesas (ROCHA, CABRAL, 2016, p.79).

O que se pode retirar desse fato é que tal prática, no início do século XX, realizada por Frei Manuel Símon, se mostrou inovadora ao olhar daqueles que eram desejosos por ter a sua propriedade. Pela forma tradicional, com juros e prazos curtos de pagamento, é possível que os imigrantes não tivessem conquistado o que conseguiram, por meio do método desenvolvido pelo Frei. Mas, salientando-se que esse método se caracteriza mais como uma “benfeitoria” do que, realmente, uma reforma agrária naquele contexto.

Referências

Fontes

- CASAGRANDE, André Dell’Orto, BARBIERO, Maria Helena Mion. *Castelo: da pré-história ao início do século XX*. 2ª Edição, Castelo/ES, 2012.
- CELLIN, Joelma. *Piemonteses em Castelo: aspectos culturais*. Vitória: EDFES, 103 p. 2000.
- ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Arquitetura/Secretaria de Estado da Cultura*. Conselho Estadual de Cultura. – Vitória: SECULT, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª.ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.
- FRANCESCHETTO, Cilmar. *Italianos: Base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Organizado por Agostino Lazzaro. – Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. 1.170 p.: il.; 25x30 cm. – (Coleção Canaã; v.20: Imigrantes Espírito Santo; v.1)
- GROSSELLI, Renzo M. *Colônias Imperiais na terra do café: Camponezes Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas terras brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900/Renzo Grosselli; [Tradução Márcia Sarcinelli]* – Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 534 p.: il. – (Coleção Canaã; v. 6).
- JUSBRASIL. Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/>. Acesso em 04 de Outubro de 2020.
- MATTEDI, José Carlos. *História perdida entre montanhas*. A Gazeta,

Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois, p.1.

OAR. *Álbum do Centenário Agostinianos Recoletos no Brasil*. 1999, Touché Studio.

PAULA, Sergio Peres de. *Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Coleção Canaã, v.15. Castelo: Instituto Frei Manuel Símon, 2013.

Prefeitura Municipal de Castelo. Disponível em <http://www.castelo.es.gov.br/site/>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

Provincia Santa Rita de Cássia – Ordem dos Agostinianos Recoletos. Disponível em: <https://www.santarita-oar.org.br/index.php/ordem/os-agostinianos-recoletos/como-surgiram-os-recoletos>. Acesso em 03 de Outubro de 2020.

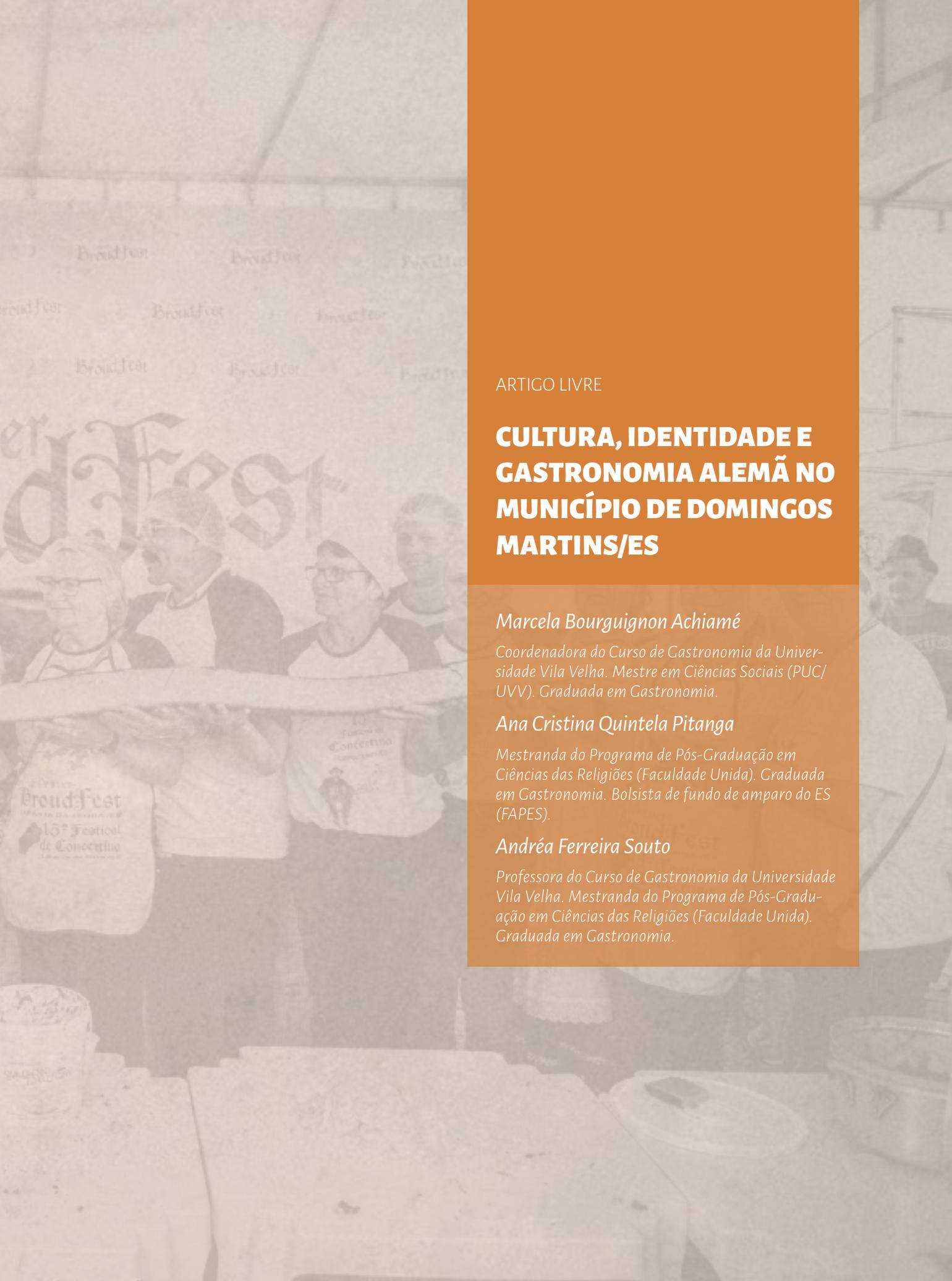
Presidência da República. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 – *Dispõe sobre as terras devolutas do império*.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza. CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos Históricos da questão agrária no Brasil. *Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/Nurba* – Vol. 2 N. 1 (Junho, 2016) p. 75-86.









ARTIGO LIVRE

CULTURA, IDENTIDADE E GASTRONOMIA ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES

Marcela Bourguignon Achiamé

Coordenadora do Curso de Gastronomia da Universidade Vila Velha. Mestre em Ciências Sociais (PUC/UVV). Graduada em Gastronomia.

Ana Cristina Quintela Pitanga

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (Faculdade Unida). Graduada em Gastronomia. Bolsista de fundo de amparo do ES (FAPES).

Andréa Ferreira Souto

Professora do Curso de Gastronomia da Universidade Vila Velha. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (Faculdade Unida). Graduada em Gastronomia.

Resumo

O Estado do Espírito Santo pode ser considerado um local privilegiado em decorrência da sua geografia marcada pelo litoral e pelas montanhas. A proximidade dessas áreas permite ao capixaba e turista conhecer e manter contato com a diversidade cultural do estado, vivenciando sua miscigenação, pelo menos no tocante à alimentação. Porém, pouco se sabe sobre as origens da alimentação dos capixabas. Suas influências, mudanças, permanências, transformações e adaptações. Para tanto, optou-se em trabalhar com as influências da imigração alemã na culinária regional do município de Domingos Martins/ES. Dados históricos e estatísticos mostram que os alemães estiveram entre os principais grupos que se fixaram na localidade entre os séculos XIX e XX. O objetivo central desse artigo foi desvendar quais as influências da alimentação alemã na culinária capixaba a partir do viés cultural. Buscou-se na sociologia conceitos como identidade e cultura para solidificar os referenciais teóricos do estudo. Para a pesquisa de campo utilizou-se da história oral cuja importância foi a análise qualitativa dos depoimentos dos entrevistados. Desta forma, o presente estudo buscou fazer um levantamento histórico para entender uma questão sociológica.

Palavras chave: Imigração alemã, identidade, cultura, gastronomia.

Abstract

The State of Espírito Santo can be considered a privileged place due to its geography marked by the coast and mountains. The proximity of these areas allows "capixaba" and tourists to get to know and maintain contact with the cultural diversity of the state, experiencing its miscegenation, at least with regard to food. However, little is known about the origins of the Espírito Santo diet. Their influences, changes, permanences, transformations and adaptations. To this end, it was decided to work with the influences of German immigration in the regional cuisine of Domingos Martins/ES city. Historical and statistical data show that the Germans were among the main groups that settled in the locality between the 19th and 20th centuries. The main objective of this article was to discover the influences of German food in Espírito Santo cuisine from a cultural perspective. In sociology, concepts like identity and culture were sought to solidify the theoretical references of the study. For the field research, oral history was used, whose importance was the qualitative analysis of the interviewees' testimonies. Thus, the present study sought to make a historical survey to understand a sociological issue.

Keyword: German immigration; identity; culture; gastronomy.

Introdução

O Estado do Espírito Santo pode ser considerado um local privilegiado, pois é possível ir de praias exuberantes às montanhas fascinantes num mesmo dia. A proximidade das áreas litorâneas com as regiões de montanhas faz desse estado um lugar primoroso e ainda permite ao capixaba conhecer e manter contato com diversas facetas culturais. É possível vivenciar a miscigenação cultural capixaba a partir da alimentação.

Todavia, pouco se sabe sobre as origens da alimentação dos capixabas. Suas influências, mudanças, permanências, transformações e adaptações.

Desta forma, instigou-se pesquisar quais seriam as influências da alimentação contemporânea dos habitantes do Espírito Santo. A história do Estado do Espírito Santo mostra que a região foi fortemente colonizada por europeus que deixaram sua cidade de origem na esperança de melhorarem de vida. Para este artigo, escolheu-se trabalhar com as influências da imigração alemã na culinária regional do Município de Domingos Martins/ES. Dados históricos e estatísticos mostram que os alemães estiveram entre os principais grupos que se fixaram na localidade entre os séculos XIX e XX (BARROS, 2007).

Este artigo, objetiva desvendar quais as influências da alimentação alemã na culinária a partir do viés cultural. Para tanto, esta pesquisa toma a gastronomia como um elemento cultural da sociedade e como tal está sujeita a alterações. A gastronomia é filha do seu tempo e um barro do homem, ou seja, pode ser moldada pelos indivíduos. Ademais, compreende-se a gastronomia como uma matéria relacionada à identidade dos sujeitos, ou seja, pelos hábitos alimentares as pessoas se identificam, se aproximam, se veem tal como o outro ou não. Entende-se a gastronomia como um instrumento social ligado às relações de poder. Por meio dela o indivíduo por se sentir incluído ou excluído (CARNEIRO, 2005).

Além disso, o turismo no Espírito Santo mostra-se crescente. Assim, é importante estudar qual imagem gastronômica o Estado está passando para os seus visitantes, neste caso, no tocante à culinária de descendentes alemães. O Governo do Estado do Espírito Santo dividiu os destinos turísticos em sete rotas, das quais, três delas têm acesso a partir da capital Vitória. Uma dessas rotas é chamada de “Rota do Mar e das Montanhas”. Neste passeio o visitante tem boas lições de história e cultura regada à boa gastronomia típica alemã, uma vez que entre os municípios que compõem o trajeto está o denominado “Domingos Martins”. A área abrangida por esse município serviu como palco da ocupação alemã, característica por seu clima de temperaturas amenas.

Em sentido metodológico, a pesquisa de campo optou pela história oral, uma vez que ela lida com a relação, os conflitos e a negociação entre as memórias coletivas e individuais. A Nova História, na década de 1970, modificou a forma de percepção da história. A história oral, se aproveitando desta transformação, ampliou o conceito de fonte documental até então empregado. Esta forma de pesquisa histórica emergiu e ganhou vulto graças às novas tecnologias capazes de armazenar dados, mas principalmente, de gravação de som e imagem, como os gravadores e as filmadoras, possibilitando que a entrevista seja gravada para posterior análise pelo pesquisador.

A entrevista se configura como principal instrumento (ou técnica) do método de História Oral. Para realizá-la, não há uma única receita ou diretriz. (SILVEIRA, 2007, p. 4)

A organização e sistematização das entrevistas auxilia a análise dos dados, a compreensão das relações entre o que os indivíduos dizem, mas também do que não dizem. Permite também a compreensão da relação entre as memórias individuais e coletivas, como elas se completam, negociam e se entrelaçam. Para Pollak (1980), as memórias individual e coletiva entram em um processo de negociação de forma a se conciliarem e assim, os indivíduos que partilham esta memória podem se compreender como possuidores de uma identidade, de uma tradição comum formada pela memória compartilhada.

Portanto, mais do que um método de elaboração e sistematização de entrevistas e dados, a História Oral, baseada nos pressupostos difundidos por Pollak (1980) e Halbwachs (1968), pressupõe uma análise profunda destas fontes comparando-as com outras (de preferência escritas) de forma a compreender a construção das narrativas tanto no nível individual quanto coletivo.

É preciso, então, analisar a memória como um importante instrumento de formação da identidade de um grupo e por tal motivo, que muitas vezes, ela é forjada, construída ou como coloca Pollak (1980), negociada no nível coletivo, de forma a produzir uma narrativa mais ou menos homogênea a nível coletivo. Desta forma, aplicou-se o método da história oral pensado em uma análise qualitativa da fala dos entrevistados para a pesquisa. Todos os entrevistados possuem alguma ligação com projetos e iniciativas de resgate da cultura alemã na região.

Neste artigo, será exposto o contexto de criação e um panorama socioeconômico do município de Domingos Martins no século XX. Em seguida, destacam-se os aspectos culturais dessa localidade. E por fim, debatem-se os hábitos alimentares de influência alemã no município de Domingos Martins, a par-

tir da análise qualitativa dos depoimentos coletados por meio da metodologia da História Oral. Assim, espera-se contribuir com os estudos históricos e sociológicos sobre a imigração europeia e as suas influências na cultura alimentar e na identidade capixaba.

O Panorama socioeconômico do município de Domingos Martins/ES no século XXI

Além das mudanças culturais produzidas pela adaptação a novos estilos de vida é preciso compreender que os indivíduos participam diferentemente de suas culturas. De acordo com Laraia, “os indivíduos se relacionam com a sua cultura de forma limitada” (1986, 80). Isto se mostra claro ao pensarmos nas diferenças biológicas, tanto sexuais quanto etárias. Homens e mulheres possuem funções diferentes na sociedade, na maioria delas, a mulher possui sua vida limitada ao campo doméstico e o homem ao público (FARGE, 2011).

Crianças, jovens, adultos e velhos, também possuem funções diferenciadas, mas a divisão destas fases da vida também é cultural. Crianças e jovens ainda estão em processo de aprendizado, de inserção na cultura, assim, possuem um acesso restrito a esta. Já os velhos estão cansados e fragilizados, possuem cargos de liderança, são geralmente os anciãos e não precisam mais fazer esforço físico já que sua idade avançada lhes tornam frágeis. Assim, o trabalho de manter a sociedade passa a ser tarefa dos adultos. Esta divisão funciona até mesmo em sociedades complexas como a nossa, entretanto a forma de divisão destas etapas da vida é diferente, nós dividimos de acordo com a faixa etária, aos 15 anos deixa-se de ser criança, aos 30 de ser jovem e aos 60 torna-se velho. Outras sociedades utilizam-se de rituais, ou de questões biológicas para fazer essa divisão, como a menstruação no caso feminino, que faz da menina mulher capaz de gerar descendentes (FARGE, 2011).

Apesar de diferentes formas de divisão, esta classificação é importante em uma sociedade, pois

define os diferentes papéis que o indivíduo pode exercer de acordo com a força física, agilidade, e pelo acúmulo de experiência. Desta forma, um ancião deve ser uma pessoa mais velha, pois este já acumulou experiência de uma vida inteira e não mais possui capacidade física e agilidade para trabalhos pesados, como aquele desempenhado nas atividades agrícolas. Em nossa sociedade, para se candidatar ao senado é necessária uma idade mínima de 35 anos, ou seja, julga-se necessário o acúmulo de um mínimo de experiência para exercer a função.

Além da diferenciação por questões biológicas (sexo, força física) e pelo desenvolvimento cognitivo (acúmulo de experiência) os indivíduos se inserem na cultura de acordo com sua capacidade de dominar certos aspectos dela, pois de acordo com Laraia (1986) nenhum sistema de socialização é perfeito e nenhum indivíduo é perfeitamente socializado. Portanto, para o autor, um indivíduo compreende alguns aspectos de sua sociedade e é ignorante para com o restante, assim, pressupõe-se, que um médico compreenda perfeitamente assuntos ligados à medicina, entretanto seja um ignorante em física.

O que importa, segundo o autor, é que o indivíduo possua o mínimo de conhecimento de sua cultura capaz de permiti-lo se relacionar com a sociedade. Este conhecimento mínimo é capaz de prever certa regularidade das situações e conseguir respondê-las. Entretanto, o autor salienta que não apenas as quebras de padrão são um problema, mas que, como a sociedade não é perfeita, às vezes o padrão não cobre todas as situações possíveis.

Desta forma, os imigrantes que vieram para o Espírito Santo estavam inseridos em sua cultura no território alemão de forma distinta, pois possuíam funções e conhecimentos distintos. No entanto, cabe ressaltar, que em sua maioria, os imigrantes eram camponeses, portanto, participavam de uma cultura rural, e compreendiam bem os mecanismos de plantio.

Entretanto, os camponeses não foram os únicos a virem para o Brasil. Ellen Woortmann (2000), nos mostra em sua pesquisa, que os imigrantes vindos

para o Brasil eram muitas vezes trabalhadores liberais fugidos de perseguições políticas. Alguns trabalhadores das recentes fabricas instaladas na Europa também se dirigiram para o Brasil. A maioria destes eram letrados, contudo existia uma parcela analfabeta. Apesar da maioria se constituir de família, existiam também solteiros e jovens.

De acordo com a autora, esta heterogeneidade na imigração se deve, sobretudo, a uma política brasileira de busca por modernização das cidades. Assim, muitos trabalhadores liberais e artesãos (ferreiros, marceneiros, tecelões e etc.) foram recrutados para vir para o Brasil. Até mesmo membros da pequena nobreza empobrecidos ou sem direito a herança vieram para o país. Muitos destes intelectuais, médicos, trabalhadores rurais ou nobres tornaram-se líderes ou membros de destaque nas colônias. Entre estes, alguns até conseguiam trazer uma soma razoável de dinheiro. Esses imigrantes, segundo a autora, não foram trabalhar no campo como os demais. Tratava-se de uma elite que contribuiu para aumentar a diversidade socioeconômica e cultural nas regiões de colonização alemã (WOORTMANN, 2000).

Desta forma, estes imigrantes de origem sociais distintas traziam hábitos diferentes. Woortmann (2000) relata que as famílias eram de origens distintas e que não se conheciam até chegar ao Brasil. Desta forma, sua relação teve início no Brasil, assim como o estabelecimento de uma memória e de uma cultura comum, qual seja: a cultura do imigrante alemão.

O século XIX constituiu-se no período no qual a imigração europeia para o Brasil ocorreu de forma intensa e sistemática, como explicado no capítulo anterior. Motivados pela esperança de possuir melhores condições de vida, inúmeras famílias se arriscaram pelo Atlântico, a fim de melhores condições de vida no Novo Mundo.

A Itália e a Alemanha ainda não se formavam enquanto Estado-Nação. Essas regiões se constituíam de cidades-estados que tinham pouca articulação política e sociocultural. Disputas políticas eram

comuns, e o quadro de fome, miséria e pobreza se expandiam com as disputas (SALLETO, 1996).

Já o território americano, ainda pouco ocupado e, portanto, com abundantes terras, apresentava-se como uma ótima oportunidade de crescimento par-cimonioso para os grupos europeus menos favorecidos. O sonho de possuir terras férteis e alcançar o progresso econômico motivou essa imigração. Vários países tornaram-se alvo dessa fuga, o Brasil figura entre eles (HEES, FRANCO, 2005).

No Brasil desenvolveu-se uma política imigran-tista, regulamentada pelo governo imperial, a qual proporcionou um maior incentivo e aumento consi-derável no número de imigrantes europeus para o Brasil. Essa política consistia na parceria com os pre-sidentes de Província, que cediam terras designadas para a criação de colônias. Não obstante, houve tam-bém a importante participação das companhias par-ticulares de colonização na ocupação e colonização das terras. O objetivo dessas companhias consistia em reduzir as despesas do Estado com a imigração (HEES; FRANCO, 2005).

Ao longo do Oitocentos houve dois modos de imigração: o primeiro foi chamado de imigração subvencionada e o segundo recebeu o nome de co-lonização. Na imigração subvencionada, o governo destinava o indivíduo para o trabalho nas grandes la-vouras, principalmente, de café, o principal produto agrícola da época. No segundo tipo de imigração, a chamada “colonização”, o foco era outro: o imigrante europeu, geralmente com membros de sua família, era alocado em pequenos núcleos coloniais (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 188-189).

A Lei de Terras¹ regulamentou o acesso às áreas devolutas do território brasileiro. Assim, de acordo com Thiago Barros:

O colono obtinha o lote comprando-o a prazo, e o título definitivo de propriedade só poderia ser requerido

1 Lei 601 promulgada em 1850. A lei ficou assim conhecida, pois regu-lamentava acerca das terras devolutas no Brasil.

Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177
Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
Total	883668	852110	1006617	503981	717223

Tabela 1. Imigração no Brasil por nacionalidade (1884-1933). Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. RJ: IBCE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, p. 226

após a quitação da dívida. No caso das empresas colonizadoras particulares, o procedimento em relação aos colonos era o mesmo: o Estado concedia a área, e às empresas cabia realizar a demarcação e a venda dos lotes, de acordo com a lei (BARROS, 2007, p.18).

Vários grupos europeus se deslocaram do Velho Continente para o Brasil, dentre eles destacam-se alemães, holandeses, suíços, italianos, belgas, entre outros. A tabela a seguir ilustra a imigração no Brasil a partir de cada nacionalidade:

Os alemães não formaram o grupo majoritário de imigração para o Brasil, uma vez que alguns fatores agravantes prejudicavam a sua imigração, tais como a língua e a religião adotadas pelo Império. O alemão não consistia numa língua de fácil entendimento e a maioria dos germânicos confessava o protestantismo como religião oficial, diferente do Império que confessava o catolicismo. Destarte, a entrada de germânicos não foi incentivada de modo tão intenso, quanto à de imigrantes italianos, por exemplo.

De acordo com Giralda Seyferth (1994), “chegaram ao Brasil, pouco mais de 235 mil imigrantes alemães, muitos assentados como colonos através de projetos patrocinados pelo Estado ou por companhias particulares” (SEYFERTH, 1994, p.47).

Os imigrantes da Alemanha que vieram para o Brasil, sobretudo para o Espírito Santo, desenvolve-

ram a colonização a partir do recebimento de lotes oferecidos pelo Governo. Desta maneira, pode-se considerar que a imigração alemã “esteve vinculada ao processo de colonização, baseado na pequena propriedade e implantado por iniciativa do Estado” (RASCH, 2010, p. 34). No Espírito Santo, esse tipo de sistema de colonização tinha dois objetivos principais: a ocupação e o desenvolvimento das terras devolutas.

No interior do Espírito Santo ainda existiam muitas terras “desocupadas”, que não auxiliavam na economia da província e eram de difícil acesso. Tais terras, na realidade, eram ocupadas por índios, em especial os chamados botocudos. Estes eram retratados como extremamente violentos e selvagens, contudo, como não eram integrados à vida econômica do império eram tratados como um problema a ser resolvido.

No ano de 1846, o Governo Imperial Brasileiro enviou à Alemanha, na região do Hunsrück, um funcionário destinado especialmente para recrutar colonos interessados em emigrar. Muito alemães se interessaram, venderam seus pertences e se organizaram para a travessia, que durava cerca de 70 dias. A primeira leva de imigrantes desembarcou em Vitória no final desde mesmo ano e logo seguiram para a primeira colônia fundada na Província do Espírito Santo. O primeiro lote ocupado pelo grupo germânico foi a Colônia de Santa Isabel em janeiro de 1847. Após uma década, houve a criação da colônia de Santa Leopoldina.

De acordo com Silas Raasch (2010) essas foram as colônias que “receberam os maiores contingentes de imigrantes teutos” (RAASCH, 2010, p. 16). Tanto Santa Isabel, quanto Santa Leopoldina encontravam-se situadas na região serrana do Espírito Santo. Raasch afirma que essas colônias:

[...] foram criadas por iniciativa do Império e muito bem recebidas pelas autoridades da Província, que viam na imigração uma forma de acelerar o seu desenvolvimento. Mais tarde, nos primeiros anos do Período Republicano também foram criados outros empreendimentos coloniais, porém, sob supervisão do Estado e não mais do Império (RAASCH, 2010, p. 16).

A Colônia de Santa Isabel recebeu, inicialmente, trinta e nove famílias, totalizando 163 pessoas e a partir da sua criação, “este empreendimento passou a compor a pauta de políticas públicas do Governo Provincial” (RAASCH, 2010, p. 71).

Documentos da época, como por exemplo, o relatório do Barão de Tschudi (ESPÍRITO SANTO, 2004) relata as dificuldades existentes nos primeiros anos de colonização: a densa mata nativa, problemas com transporte e acesso às colônias, doenças, entre outras. Além disso, a falta de comunicação das colônias com a região central da Província provocou certo isolamento, o qual fortaleceu ainda mais a cultura de origem desses imigrantes.

As propagandas difundidas nos países europeus acerca das possibilidades da imigração faziam com que os imigrantes se sentissem frustrados com a realidade em terras brasileiras. Com a falta de estrutura o imigrante era desafiado a desmatar a floresta, para só então iniciar a construção de sua casa e sua lavoura.

No entanto, alguns documentos daquela época indicam grande satisfação com os resultados da nova colônia: Santa Isabel. Conforme relatado pelo Presidente da Província Luiz Pedreira de Couto Ferraz, em 1848:

Cada dia os colonos dão novas e mais positivas garantias de sua moralidade e amor ao trabalho, vivem na melhor harmonia, tanto entre si, como com os lavradores vizinhos, dos quais não receberam não equívocas provas de estima [...] Prasa aos céus, que a colônia continue a prosperar, e que bem firmada e acreditada se desenvolva em ponto grande e mais elevada escala, pois se a introdução de braços livres e industriais é hoje reconhecida evidentemente como uma necessidade de primeira ordem para o Brasil para todos aqueles que, como eu, veem em sua falta uma das principais causas do atrasamento, em que se acha nossa agricultura e, nesta província, sobretudo que ela mais fortemente se faz sentir (ESPÍRITO SANTO, 1848).

Finalmente, mesmo com todas as dificuldades e adversidades iniciais, a colônia de Santa Isabel firmou-se e floresceu. Os imigrantes dedicaram-se ao trabalho árduo e logo conseguiram prosperar. O responsável por este florescimento consiste na cultura do café, sob o regime de pequena propriedade e voltada para a exportação, bem como na plantação de produtos para a subsistência, mas também comercializáveis como a batata, o feijão, a mandioca, entre outros.

Por outro lado, a pecuária não obteve grande desenvolvimento, mantendo-se apenas para a subsistência das famílias, com a produção de manteiga, queijo e carne, assim como a criação de suínos.

Gradativamente, o progresso dessa colônia formava as bases para a sua emancipação. Acerca deste processo, Raasch explica:

Sob a condição de Colônia Imperial, em 1847, Santa Isabel foi emancipada em junho de 1866, o que ocasionou sérios problemas, pois toda a ajuda governamental aos colonos, como a prioridade de emprego nas obras do Governo e o pagamento dos profissionais empregados na colônia, que recebiam até então, foi extinta. O resultado foi o abandono definitivo das responsabilidades governamentais

para com a Colônia, uma vez que se extinguiu também a ajuda Imperial para sua manutenção, além de não se beneficiar diretamente com a chegada de novos contingentes de imigrantes. Em 21 de novembro de 1869, pelo Decreto Provincial nº. 21, foi declarada como freguesia, porém, a Colônia continuava subordinada administrativamente ao município de Viana. Foi elevada à categoria de Vila no dia 2 de outubro de 1891, por meio do Decreto Estadual nº. 41. Entretanto, não se manteve nessa condição por muito tempo, pois em 18 de janeiro de 1892 a Vila foi extinta. Essa situação também não duraria muito e, cerca de um ano mais tarde, em 20 de outubro de 1893, Santa Isabel foi novamente elevada à categoria de Vila e alcançou o status de município, desmembrando-se do município de Viana. Já em 1917, foi criado o distrito de Campinho, e a sede do município foi alterada para aquela localidade” (RAASCH, 2010, p. 81).

Um marco histórico para a cidade foi a visita do Imperador, conhecida como a grande visita aos colonos, em 1860 Dom Pedro II pernoitou na cidade. Sua visita foi motivada pelas notícias de prosperidade da região e também para observar pessoalmente como estavam instalados os imigrantes.

Em 1921 ocorreu a mudança no que tange ao nome oficial do município, que passou a chamar-se Domingos Martins. Esta nomenclatura foi oferecida à região em homenagem a um importante personagem capixaba, Domingos José Martins, nascido no município de Itapemirim e líder da Revolução Pernambucana. Ele foi fuzilado heroicamente em 1817 na Bahia.

Torna-se importante ressaltar que além de imigrantes de origem germânica, essa colônia recebeu também vários outros grupos estrangeiros europeus ao longo de sua história, principalmente italianos.

O município de Domingos Martins, atualmente, é composto por seis distritos: a Sede, em Campinho, Santa Isabel, Aracê, Paraju, Biriricas e Melgaço. Sua área territorial é composta por 1.123,29 km², no qual aproximadamente 80% da população encontra-se

em áreas rurais e 20% na área urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, 2011).

O distrito de Santa Isabel é um dos lugares mais antigos do município, inicialmente era a sede, contudo perdeu sua posição e atualmente sua economia está estacionada, mas com perspectivas de crescimento graças ao turismo. Ao lado da BR 262 e da Estrada de ferro Leopoldina foi centro logístico e canteiro de obras da rodovia, e sua população, uma boa parte, é de funcionários aposentados do DER (Departamento de Estradas e Rodagem). Em 2006 o Distrito de Biriricas foi retirado do distrito de Santa Isabel.

Já a sede, Domingos Martins, conta com comércio e setor de serviços desenvolvidos, além de uma indústria de refrigerantes. Região mais desenvolvida do município, conta hoje com um grande atrativo turístico. Graças a este desenvolvimento, atualmente, têm atraído famílias de classe média de Vitória a terem uma casa na região rural, mas ainda próximas ao centro (INCAPER, 2011).

O Distrito de Paraju é o que possui um maior contingente populacional. Ligado diretamente à BR 262, esta região apresenta um grande potencial turístico e um crescimento imobiliário. Trata-se de um importante centro de convivência entre italianos e alemães, pois as duas etnias estão ali presentes (INCAPER, 2011).

Majoritariamente pomerano, o distrito de Melgaço, se originou das caravanas de mula que seguiam de Santa Leopoldina para Afonso Claudio e Minas Gerais. Distrito essencialmente agrícola (INCAPER, 2011).

A exuberante paisagem da Pedra Azul faz parte do distrito de Araçê. E devido a esta paisagem magnífica que esta região tem atraído turistas, sendo diferenciada pela presunção de luxuosos hotéis, sem contar os condomínios fechados. Tudo isto tem desenvolvido na região o turismo e o setor de serviços especializado para atender a este consumidor mais refinado.

O município está localizado a cerca de 45 km de distância da capital Vitória. Possui uma economia pautada na agropecuária, sobretudo no cultivo

de café, banana, morango, produtos hortifrutigranjeiros, entre outros. Esse tipo de economia é responsável por gerar emprego e renda para os habitantes dessa localidade.

A floricultura mantém grande relevância para a economia local, pois a maior parte de sua produção destina-se ao abastecimento do mercado estadual e até mesmo de outros estados, como Minas Gerais (INCAPER, 2011).

A avicultura figura entre uma das atividades essenciais entre os habitantes do município. Segundo o Incaper² essa modalidade compreende 25% da produção total de frango de corte capixaba. Consequentemente, a produção de ovos também possui números significativos para a economia local.

Além disso, ainda hoje, é possível perceber os traços da colonização organizada em pequenas propriedades, uma vez que 90% das propriedades agrícolas existentes no município caracterizam-se como de pequeno porte, com o predomínio da agricultura familiar.

Nesse sentido, o agroturismo também possui grande importância para a economia local. Caracterizada pelo clima ameno, na região encontra-se diversos hotéis, pousadas e até mesmo fazendas e sítios particulares voltados para este mercado. Uma gama de aproximadamente 40 instalações oferece ao turista o conforto das grandes cidades, aliado à simplicidade do campo. Do mesmo modo, há muitas opções gastronômicas na região com pratos típicos dos imigrantes alemães e italianos.

Entre os atrativos da região estão os parques, as cachoeiras e corredeiras. O que fornece ao turismo da região uma gama de possibilidades, desde o turismo no campo, até o turismo de aventura. O Parque Nacional de Pedra Azul, além de símbolo do município e importante atrativo turístico, é uma unidade de conservação ambiental sob responsabilidade do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). As principais festas

da região e que atraem uma quantidade considerável de turistas são: do Morango, Blumenfest, Festival de Inverno, Festa do Vinho, Sommerfest, Temporada de Inverno, Expoflor, entre outras. Estas festas têm como base a cultura pomerana e italiana.

Com aproximadamente 31.824 habitantes (IBGE, 2010), o município de Domingos Martins ocupa a 35ª posição no ranking municipal relativo ao Índice de Desenvolvimento Humano (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2009).

É interessante perceber o crescimento e desenvolvimento da localidade. Voltando no tempo, vê-se como a cidade ganhou cara de cidade grande, mas claro, preservando os ares de vilarejo interiorano.

Sabores do passado na mesa do presente: hábitos alimentares no Município de Domingos Martins

Na região do município de Domingos Martins foi fundada a primeira colônia alemã do Espírito Santo (que na época levava o nome de Santa Izabel), com suas 39 famílias (16 protestantes e 23 católicas). Esses colonos que chegavam, foram subindo a serra pelas margens do braço norte do Rio Jucu e em 27 de janeiro de 1847 se instalaram na Serra da Boa Vista, porém esses imigrantes quando chegaram à região, não trouxeram consigo apenas força de trabalho, mas também costumes, cultura e hábitos. Para descobrir se a “Cidade Verde”, como também é conhecido Domingos Martins por conta de sua riqueza em flora, ainda preserva traços da alimentação dos imigrantes alemães fez-se necessário ir até a localidade. Utilizou-se da metodologia da História Oral a fim de se fazer uma coleta qualitativa das falas dos depoentes, com o objetivo de colher os relatos e deixar o entrevistado à vontade para informar tudo o que considerasse pertinente. Todos os entrevistados foram pessoas que possuíam alguma ligação com a preservação, resgate ou fomento da cultura, identidade e história da região.

2 O Incaper é o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, cujo objetivo consiste em auxiliar as famílias rurais do Estado do Espírito Santo.

O primeiro lugar onde se conseguiu informações valiosas foi na Casa de Cultura a qual funciona como um espaço de acervo museológico, mas também como um local destinado ao fomento de empreendimentos que visem ao resgate da cultura imigrante. Há uma grande sala no andar térreo destinada para as aulas de alemão para crianças e adolescentes. Na Casa de Cultura foi possível coletar algumas informações sobre a busca por resgatar a memória dos imigrantes. Segundo o atendente do local:

A Casa de Cultura é um espaço que preserva as tradições. Aqui a gente tenta o tempo todo colocar as pessoas em contato com as coisas dos imigrantes, por isso têm as aulas de alemão, têm os grupos folclóricos, têm as reuniões das senhoras para bordar. Porque a gente estava vendo que as pessoas mal sabiam sobre suas origens (Entrevistado A, 2012).

Pela fala do Entrevistado A observou-se uma preocupação com resgatar as raízes culturais. Sendo essa mesma entrevistada, a mãe dela era responsável por orientar jovens no trabalho do bordado. Ainda da Casa de Cultura encontrou-se uma senhora a qual faz parte do grupo de mulheres que bordam tecidos. Quando questionado sobre as práticas alimentares e as influências da imigração, ela diz:

Bom, cozinhar eu sei. Faço algumas coisas, mas nada muito difícil. Faço arroz, feijão. Mas é de imigrante que você quer saber né? Ah! Eu faço macarrão, torta de maçã, mas chucrute eu não sei fazer não. Na verdade, eu nem gosto muito. O pessoal jovem curte coisa de jovem, sabe? Adolescente vai ser assim em qualquer lugar (Entrevistado A, 2012).

Essa fala do Entrevistado A faz total sentido quando relacionada com o medo dos mais velhos de que as tradições culturais acabem. Fato que se pode comprovar na própria Casa de Cultura. Encontrou-se lá com uma senhora (Entrevistado B) que faz parte do grupo de mulher bordadeiras. Quando se pergun-

tou para ela sobre a alimentação com influência dos imigrantes ela respondeu:

Ah! Eu faço muitas coisas na minha casa, para os meus filhos, para o meu marido. Eles gostam de pães, de salsichas..., mas o que eles mais gostam é de Knödel. Eu tento ensinar para as minhas filhas, porque a mulher precisa aprender a cuidar da casa e fazer comida alemã, mas hoje os jovens estão meio rebeldes. A minha filha não faz coisa errada não, mas ela acha que não precisa aprender a fazer as comidas típicas da Alemanha, porque têm muitas comidas no supermercado. Por isso eu sempre tento fazer ela participar dos eventos da Casa de Cultura, para ela ter mais proximidade com a história dos nossos antepassados (Entrevistado B, 2012).

O pensamento do Entrevistado B é um exemplo da preocupação dos adultos e idosos com a permanência das tradições culturais. Vale dizer que a memória deve ser vista como um elemento essencial à construção da identidade individual ou coletiva e cuja busca sempre orientou as atividades dos indivíduos e das sociedades. Por isso observou-se na pesquisa tanto empenho no resgate da memória a partir da cultura.

Tendo a concordar com Santos ao dizer que

Memória não é algo do passado, é um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade e de coerência, seja ele processado individualmente ou em grupo em reconstrução em si, torna-se o fator preponderante para o entendimento de sentimento de identidade (SANTOS, 2010, p. 83).

Para complementar essa visão sobre a memória seguir o pensamento de dizer, Oriá (2005), para quem a identidade de um país, estado ou cidade se faz com memória individual e coletiva.

E assim Jarek complementa dizendo que:

Somente quando a sociedade resolve preservar e divulgar seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu ethos cultural e de sua cidadania. No contexto desta cidadania está inserido o direito à memória. Mas o que isto significa? Significa que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, suas tradições, a sua história. Os bens preservados não representam a nostalgia centrada apenas no sentimento de perda, mas representativos, de acordo com Paoli (1992), da elaboração do passado como experiência coletiva de formação da cultura e da sociedade e como formador de identidades (JAREK, 2007, p. 189).

Sendo assim, compreende-se a importância da memória para a manutenção e permanência de práticas relacionadas aos hábitos dos imigrantes.

Em seguida, conversou-se com um dos professores de alemão cujas aulas são ministradas na Casa de Cultura. Para ele (Entrevistado C) a língua alemã é vital para as crianças e adolescentes, pois é a forma dos mesmos manterem contato com a cultura da qual vieram, nas palavras dele:

As iniciativas aqui em Domingos Martins são ótimas. Essas aulas, mesmo de alemão, ajudam as crianças a terem contato com um ponto da cultura da qual eles fazem parte. Agora, ainda há muito para fazer. Você que está pesquisando sobre alimentação, você vai ver que as pessoas estão perdendo esse interesse pelos pratos típicos. Tem gente que chega a dizer que não gosta. Mas também, muitas pessoas nem sabiam mais fazer as comidas alemãs. Ainda bem que a dona Ilda e o Joel estão a frente das coisas, buscando fazer esse resgate das tradições. São eles que lideram tudo. Eles lutam muito e a gente que também apoia vai atrás (Entrevistado C, 2012).

Em virtude da relevância e atuação na região, entrevistou-se a senhora Ilda e o Senhor Joel. Por meio do relato deles pode-se compreender um pouco dessa busca pelo resgate da memória e identidade cultural alemã. Ocorre que, por volta da década de 1980, pessoas ligadas à história, ao patrimônio e à cultura dos imigrantes perceberam que se estava perdendo as raízes alemãs. Pessoas como Joel e Dona Ilda estavam preocupadas, pois muitos já não falavam mais os dialetos alemães, não sabiam mais fazer as comidas típicas, estavam assim perdendo a sua identidade social e, possivelmente, criando outras. Pela fala dos entrevistados parece que a situação pode se relacionar ao pensamento de Jarek ao dizer que:

Sem a memória não se consegue situar-se na própria cidade, e acaba-se perdendo o elo afetivo da relação habitante–cidade e assim sentimo-nos deslocados e confusos. Esta perda de referenciais históricos e culturais, pautados na memória da cidade, nos dá uma estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa, e aí nos restam apenas os lugares que o poder econômico dos setores dominantes construiu ou escolheu para manter como símbolo de uma memória única e excludente que não favorece a multiplicidade de memórias e identidades presentes em uma cidade (JAREK, 2007, p. 189).

Sendo assim, essas lideranças culturais buscaram reverter a situação. Para tanto, criaram um Grupo Folclórico, em fins da década de 1980. O senhor Joel diz que:

Na década de 1980 ainda sofriamos consequência da Segunda Guerra Mundial, pois muitas pessoas haviam deixado de falar alemão e de praticar sua cultura naquela época (Entrevistado D, 2012).

O grupo folclórico foi de extrema importância, uma vez que a partir dele conseguiu-se impulsionar a abertura da Casa de Cultura. Para o funcionamento desta, os líderes culturais foram à casa de cada mora-

dor de Domingos Martins e regiões adjacentes para conseguir fotos antigas, cartas, roupas, utensílios, ou seja, todo o artefato para a montagem do acervo museológico da Casa de Cultura. De fato, o grupo folclórico tentava promover aqui o que era pertinente ao folclore da região, uma vez que se entende folclore como sendo:

O conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo a sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade (UNESCO, 1995, p. 17).

Vale mencionar que uma das principais características do folclore é a tradicionalidade, ou seja, a continuidade de representações do passado. Desta maneira, os fatos novos são inseridos, mas sem provocar uma descontinuidade das práticas antigas. Outra característica do folclore, que pode ser vista no caso de Domingos Martins é o fato dele ser dinâmico e mudar de acordo com as transformações sociais, sendo assim ele é tal como a cultura: mutável e maleável. As manifestações folclóricas são, desta forma, a (re) criação de uma das práticas culturais de um povo.

O grupo folclórico de Domingos Martins viu a necessidade de compreender melhor essas práticas culturais alemãs. Para tanto, contaram com o apoio de grupos de folclore e cultura de Gramado/RS:

De acordo com Gerlinda, responsável pela coreografia do “Bergfreunde”, a preparação do grupo se deu através de alguns anos de intercâmbio com grupos de Gramado, além de cursos também realizados no Rio Grande do Sul, um Estado que ela considera “difusor de grupos de origem alemã pelo Brasil afora” (SÉCULO DIÁRIO, s.d).

Em termos de dança o grupo folclórico de Domingos Martins é primoroso, pois:

Hoje, o grupo de Domingos Martins apresenta 100 danças diferentes. Da região mesmo tem o Fuftzenn, a chamada dança dos 15 passos. Mas ainda não conseguiram resgatá-la em breve. Para isso andam conversando com os mais antigos, pois essa dança era tradição na região. O grupo ensaia todos os fins de semana. Para se ter ideia do seu significado para a comunidade, Gerlinda diz que o grupo representa a sua própria razão de viver (SÉCULO DIÁRIO, s.d).

Os líderes culturais perceberam ainda que as pessoas não sabiam mais produzir receitas típicas da culinária alemã. Então se teve a ideia de fomentar e difundir a gastronomia alemã. Assim, dona Ilda foi até Gramado/RS para aprimorar suas técnicas de preparo, aprender novas receitas e lembrar aquelas que a memória já tivera levado. Junto com dona Ilda foram dois casais do Grupo Folclórico, também destinados a aprender receitas alemãs. Essa viagem ocorreu por volta do ano de 1984. Quando retornaram a Domingos Martins, essas pessoas passaram a difundir a culinária alemã na região. Até que em 1987, por conta dos 140 anos de colonização da região planejou-se uma festa. O objetivo era divulgar para os habitantes da cidade e das localidades próximas as receitas de origem alemã. E assim nasceu a Sommerfest – Festival da Imigração Alemã. A primeira foi modesta e sem grandes pretensões, mas, o evento tomou corpo e hoje ocupa o calendário festivo do Espírito Santo. No ano de 2012, data de conclusão desta pesquisa, a festa completou seus 23 anos. Hoje está mais moderna, com um grande público que se diverte entre música, dança e gastronomia típica. A Sommerfest é o momento ideal para se apreciar a gastronomia alemã. Pode-se saborear os mais tradicionais pratos típicos ao longo de todo o evento. É possível encontrar tranquilamente einsbein, kassler e salsichas servidas com chucrute e batatas. Para a sobremesa a pedida é o famoso apfelstrudel (folhado de maçã), mas também há espaço para o Kuchen (pão coberto com açúcar e canela).

A Sommerfest é o principal evento de divulgação e resgate da cultura alemã no Espírito Santo. A festa ocorre anualmente e desde a sua primeira edição só não foi realizada por dois anos, pois o município passava por reformas de suas ruas, inviabilizando o evento. A Sommerfest não é apenas uma festa que ocorre em Domingos Martins, mas sim, um acontecimento esperado ao longo dos anos por grande parte dos capixabas. Ademais, a proximidade de Domingos Martins com a cidade de Vitória favorece a participação do público na festa. Como ocorre em outras festas, como a Festa da Polenta do município de Venda Nova do Imigrante (festa de promoção da cultura italiana), na Sommerfest, com o passar do tempo, novos atrativos foram criados, como o Concurso do Lenhador e a coroação das Rainhas e Princesas da Festa. Essas atrações não tem o objetivo de reproduzir as práticas dos imigrantes do passado. Na bibliografia pesquisada, não se encontrou menção a concursos para eleger a menina mais bela dentre as famílias alemãs.

Ocorre que, ações como esta, surgem para conquistar mais público, trazer as pessoas para o evento e obviamente causar diversão, mas, mais que isso, pode-se pensar que fatos como estes sejam criados também para proporcionar a participação dos próprios habitantes da localidade, ou seja, fazer os jovens se aproximarem da Festa e, logo, das tradições alemãs. Quando se cria um concurso como o do Lenhador, vários homens daquela comunidade participam. Assim como um concurso de beleza, no qual várias meninas se prepararão ou serão influenciadas por suas famílias para concorrerem.

Desta forma, lança-se a hipótese (para ser respondida em outra oportunidade), se ações vistas como simples práticas de entretenimento são na verdade criadas exatamente para causar o envolvimento da comunidade e assim despertar ou mesmo afirmar seu sentimento de pertencimento ao grupo.

Considerações Finais

Deve-se ressaltar a importância gastronômica como elemento de resgate das tradições e identidade. Como já mencionado, o grupo folclórico de Domingos Martins dirigiu-se até Gramado/RS, vista a necessidade de aprender e aprimorar receitas típicas alemãs. Sendo assim, compreende-se a gastronomia como uma das principais formas de criar no sujeito uma relação com a cultura e com a história. Corrobora-se do pensamento de Schutler quando afirma que “o legado monumental arquitetônico em si não constitui foco de atenção e que este, isolado, não representa a cultura de um povo como um todo” (2003). E Maysaa Ibrahim complementa o raciocínio dizendo que:

Não podemos esquecer que as festas, as danças e principalmente a gastronomia, representam a mais alta expressão e o comportamento dos diversos grupos culturais. Um legado monumental não representa de forma crua a realidade de um povo. Enfatizando um pouco mais sobre a gastronomia, um dos elementos essenciais para entender uma cultura, podemos afirmar que ela se baseia no que a terra e o clima juntos fornecem ao povo de determinado local e que de acordo com isso, este povo vai criando novas maneiras de utilizar o produto da terra, adaptando-o e aperfeiçoando seu consumo, passando seus métodos de geração a geração. E esperto é aquele que mantém sua identidade, mesmo com a globalização e essa mescla de culturas ou imposições de países desenvolvidos (IBRAHIM, 2006, p. 2).

Sendo assim, parece ser completamente plausível dizer que a gastronomia foi a responsável por esse resgate da identidade alemã dos habitantes de Domingos Martins. É tácito que nem todas as pessoas são atingidas por ações como esta. Alguns não mudaram sua forma de ser ou agir por conta das investidas, como a do grupo folclórico. Porém, ao se analisar a Sommerfest e demais ações em Domingos Martins, como o ensino de alemão para crianças e jo-

vens e os cursos de culinária alemã ministrados pela dona Ilda, percebe-se que a gastronomia propiciou identidade não só entre os moradores de Domingos Martins, mas em todo o Estado do Espírito Santo. Hoje, grande parte dos capixabas se sentem um pouco descendentes de imigrantes. E não era para menos. O estado teve colonização alemã. Ocorre que por vezes as raízes e as memórias vão se perdendo. Sendo então necessárias ações como a Sommerfest e demais práticas, para promover esse sentimento de pertencimento a um grupo. Nesta pesquisa pode-se comprovar exatamente o que afirma a pesquisadora Maysaa Ibrahim:

Em festas, celebrações, pequenas reuniões, entre outros, o alimento está fortemente presente, como essência de todos os acontecimentos. Parece que ele tem enorme poder psicológico sobre as pessoas, pois as une e promove entre elas ligações antes inexistentes; portanto o alimento transforma o homem de biológico a social e o torna diferente de outros animais, pois lhe fornece o contato com outros povos e cultura. O homem é tão civilizado como se vê hoje graças ao alimento (IBRAHIM, 2006, p. 6).

E assim Ibrahim completa:

A Gastronomia precisa ser na prática o que é na teoria. A arte de saber comer e beber bem. [...] Arte é cultura, é tradição, são raízes fortemente impregnadas em um povo que a mantém e vai passando de geração em geração. É isso que torna um povo forte: união para preservar o que é deles e de mais ninguém. Isso é uma arte e é forte quem a tem, pois não nascemos para sermos homogêneos, padronizados e resignados; ao contrário, somos únicos, cada um com uma identidade, pensamento e ideal (IBRAHIM, 2006, p. 10).

Observou-se na pesquisa para este artigo que a gastronomia serviu em Domingos Martins como elo entre as pessoas e entre esses e sua cultura. Assim,

a partir das entrevistas coletadas percebeu-se que somente as danças e músicas não foram suficientes para criar no sujeito um sentimento de identidade. Foi necessário o viés gastronômico, o uso e a difusão de receitas típicas e as práticas alimentares para colocar na mesa do presente as memórias do passado.



Referências

BARROS, Thiago Zanetti. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)*. 2007. Dissertação. Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2007.

CARNEIRO, H. Comida e Sociedade: significados sociais na História da alimentação. In: *História: debates & questões*. Curitiba: Ed UFPR, ano 22, vol 42, jun 2005.

HALBWACHS, M. *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968.

IBRAHIM, Maysaa. *A Gastronomia Como Mais Alta Expressão De Um Povo*. *Revista de estudo turísticos*. n.23. 2006.

INCAPER. *Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER (2011 – 2013) Domingos Martins*. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Domingos_Martins.pdf> Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Perfil Municipal – Sudoeste Serrana - Domingos Martins. Microrregião Administrativa 4*. Vitória, ES, 2009. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/images/flippingbook/perfil2009/Sudoeste_Serrana/Domingos_Martins_2009.pdf> Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

JAREK, Gisele Lütke. Cidades, culturas, memórias e identidades: uma proposta em educação patrimonial. *Revista Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, 2007, p. 180-191.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe(org). *O Saber histórico na sala de aula*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos*

Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1980, p. 3-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. *Sommerfest*: fotos, 2012. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/#>> Acesso em: 01 de Março de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. *Turismo*. 2012. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/#>> Acesso em: 10 de Novembro de 2011.

RAASCH, Silas. *A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFES. 2010.

SALETTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. -. [Vitória, ES?]: EDUFES, 1996.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. *Revista Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 235-248.

SANTOS, Maria Roseli Sousa. *Entre o rio e a rua*: cartografia de saberes artísticos-culturais da Ilha de Caratateua, Belém do Pará. Belém: EDUEPA, 2010.

SÉCULO DIÁRIO. *Etnias do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/etnias/alemaes/index01.htm>> Acesso em: 05 de Março de 2012.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *MÉTIS: história & cultura* – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

UNESCO. *Carta do folclore brasileiro*. Salvador: Comissão Nacional de Folclore, 1995.







ARTIGO LIVRE

O IMIGRANTE E O TRABALHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Jefferson Ferreira Alvarenga

Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico - Secretaria do Estado de Educação do Espírito Santo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES).

Resumo

Este artigo debate o processo de imigração no estado do Espírito Santo, sobretudo no que diz respeito à concepção de trabalho desse europeu presente nas pequenas, médias e, também, nas grandes propriedades. Desse ponto de vista as perguntas centrais deste trabalho são: qual a concepção de trabalho do imigrante estrangeiro no Espírito Santo? Como se desenvolveu o trabalho do imigrante no estado do Espírito Santo? A nossa hipótese central é que o imigrante é um indivíduo que na sociedade capixaba encarna de modo mais completo uma mentalidade capitalista e empreendedora. Além disso, o estrangeiro introduziu em nossa sociedade algumas maneiras de agir, ser e pensar tipicamente capitalista, o que resultou na emergência de pequenas fortunas familiares. Por fim, constatamos que o trabalho do imigrante foi responsável pela emergência de um capitalismo comercial inicial, que mudaria a arquitetura econômica da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo. Nossa interpretação se baseia no quadro teórico de diversos estudiosos como Max Weber, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e também em autores que se debruçaram sobre a história local.

Palavras-Chaves: História, Trabalho, Imigração, Espírito Santo.

Abstract

This article discusses the immigration process in the state of Espírito Santo, especially regarding to the European work concept present in small, medium and also in large properties. From this point of view the central questions of this work are: What is the foreign immigrant work conception in Espírito Santo?, and, How did the immigrant's work in the state of Espírito Santo develop? Our central hypothesis is that the immigrant is an individual who in the capixaba society embodies in a more complete way a capitalist and an entrepreneurial mentality. Besides, the foreigner introduced, in our society, some ways of acting, being and thinking typically capitalist, which resulted in the emergence of small family fortunes. Finally, we found that the immigrant's work was responsible for the emergence of an initial commercial capitalism, which would change the economic architecture of the city of Vitória and the state of Espírito Santo. Our interpretation is based on the theoretical framework of several scholars such as Max Weber, Florestan Fernandes, José de Souza Martins and, also, authors who have studied the local history.

Keywords: History, Work, Immigration, Espírito Santo.

Introdução

A imigração estrangeira para o Brasil resultou em uma transformação da estrutura da sociedade, ou seja, alterou o regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Contudo, essa transformação ainda nos gera uma dúvida, pois algumas perguntas ainda podem ser feitas, por exemplo, qual a ética de trabalho trazido por esse imigrante para o Brasil? A partir desse questionamento, o nosso estudo de caso concentrou-se no estado do Espírito Santo, uma vez que esse estado se caracterizou por ser o destino de uma parcela significativa de imigrantes europeus. A ética de trabalho já foi estudada por Max Weber, em sua

obra: A ética protestante e o espírito do capitalismo. Para Weber (2003), o capitalismo sempre esteve presente na sociedade ocidental e apresenta como uma de suas características o fato desse modo de produção se identificar com a busca do lucro renovado por meio da empresa capitalista e racional (WEBER, 2003, p.26). Ainda por cima, o capitalismo não somente prioriza o lucro, mas também o trabalho livre.

Além disso, do ponto de vista de Weber (2003), as concepções religiosas do protestantismo foram capazes de desenvolver a economia capitalista, mas também esse pensamento ocidental desenvolveu

técnicas racionais e modernas para obtenção do lucro. Seja na indústria, seja na agricultura, as técnicas racionais desenvolvidas na Europa fomentaram novos métodos especializados.

O protestante, conforme Weber (2003), assumiu posições econômicas necessárias ao capitalismo, precipuamente de proprietário de empresas, porém essa condição, não existe apenas, porque o protestante tem a astúcia para o negócio, mas, porque nele desenvolve-se um ethos capitalista (WEBER, 2003, p.48). Portanto, o sistema capitalista necessita de devoção e vocação para fazer dinheiro, por isso na Europa iremos encontrar o trabalho como um valor de dignidade humana, sobretudo para o protestante, desse modo a técnica de exploração passa a ser racional.

No caso do Brasil, diversos estudiosos já debateram a questão da inserção do modo de produção capitalista na sociedade brasileira. Por exemplo: Roberto Simonsen em seu livro: História econômica do Brasil 1500-1820 argumenta que o Brasil já nasceu capitalista desde a colonização, dessa maneira todas as relações de trabalho anteriores e posteriores à chegada do imigrante já estavam em um sistema capitalista. Seu estudo não chega a discutir o trabalho do imigrante, contudo ele já define as relações de trabalho como capitalistas.

Já o estudo de Florestan Fernandes, A revolução burguesa no Brasil, debate que a inserção do capitalismo como modo de produção somente foi possível a partir da independência em 1822, quando foi provável a concretização de um mercado integrado nacionalmente. Além disso, Fernandes (2006) entende que a inclusão da economia brasileira ao mercado mundial também foi potencializada pelas novas relações econômicas e produtivas, com especial ênfase à modificação do modelo escravista para o modelo de trabalho livre e assalariado. Nesse sentido, a imigração será à base dessas transformações, porque este movimento visava ocupar os “espaços vazios”, suprir a mão de obra escrava, assumir novos padrões e estilos de vida.

Apesar do imigrante não fazer parte do estamento senhorial, ele se beneficiava de alguns conhecimentos técnicos e econômicos do seu país de origem. Dessa maneira, o imigrante rompia com a tradição senhorial de exploração econômica, uma vez que para prosperar economicamente, utilizava o trabalho próprio e familiar, em vez do trabalho cativo. Decerto, foram várias as formas de trabalho que o imigrante empregou, mas todas tinham como objetivo o acúmulo de riquezas. De conformidade a Fernandes (2006), a produção de hortas para subsistência, bem como o desenvolvimento de comércio de bens de consumo, que são geralmente iniciativas de pequenos comerciantes, situados próximos às colônias de imigrantes, além do próprio comércio de mascate, fazia este estrangeiro diferenciar-se do estamento senhorial cafeeiro. Em São Paulo, de acordo com o estudioso, essa diferenciação possibilitou ao imigrante evoluir no comércio e conseqüentemente nas atividades industriais (FERNANDES, 2006, p. 160). Essa mentalidade de prosperidade do imigrante o transformou em agente econômico de concentração de capital comercial. De certo modo, essa mentalidade capitalista cresceu internamente através de atividades econômicas desempenhadas pelo imigrante e, em outras palavras, esse ideário acabou por incentivar uma mentalidade que se concretizava em novos valores e padrões, o que contribuiu para, assim, criar-se o “homem de negócios” (FERNANDES, 2006, p. 161-162).

Indubitavelmente, o imigrante foi o principal agente da formação e expansão do novo regime econômico. Todavia, a sociedade brasileira o limitava a um regime econômico de expansão do capital; dito de outra maneira, o imigrante ficava limitado pelo controle econômico da sociedade nacional. Vale lembrar que os principais latifundiários e os exportadores de café pertenciam ainda ao estamento cafeeiro. Entretanto, o imigrante trouxe para o Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir já que a racionalidade econômica e a mentalidade acumulativa de capital demandavam uma nova organização econômica,

social e psicológica capitalista. Ou seja, o imigrante se conduz na nova ordem econômica, com um novo estilo de vida (FERNANDES, 2006, p. 175).

Outro estudioso sobre o caso foi José de Souza Martins, em seu livro, *O cativo da Terra*, em que demonstra como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se deu de forma conflituosa. Em sua análise, o trabalho livre e não o assalariado será central na transição brasileira, pois aquela modalidade de trabalho foi produzida exatamente pela crise do escravismo. Portanto, o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador e sua força de trabalho, enquanto no escravismo a força de trabalho estava embutida no próprio escravo, ao mesmo tempo em que o capital estava também personificado no escravo (MARTINS, 2010, p. 31).

Assim, Martins (2010) demonstra a diferença entre o trabalho escravo e o livre. Enquanto o primeiro se fundamenta na coerção ao trabalhador, o segundo se baseia na vontade do trabalhador, pois este vendia a sua força de trabalho. Além disso, o imigrante considerava o trabalho uma virtude da liberdade (MARTINS, 2010, p. 34). Essa nova visão sobre o trabalho implicou que o Estado brasileiro buscasse em outras regiões do mundo esse ethos. Desse modo, afirma Martins (2010):

[...] Uma sociedade cujas relações fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido. É nessas condições que tem lugar a vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu sobretudo [sic] entre 1886 e 1914 [...] (MARTINS, 2010, p. 34).

Em certo sentido, quando o imigrante estava no regime de colonato, desempenhava um papel singular, já que havia pagamentos feitos pelo latifundiário ao colono, principalmente para o trato no ca-

fezal. Esse pagamento era realizado pela quantidade colhida nos cafezais, portanto havia elementos pré-capitalistas laborais. Além disso, o colono também produzia alimentos no latifúndio como meio de subsistência de vida. De certo modo, isso nos mostra que o processo de trabalho dificilmente poderia ser capitalista, porque o imigrante fazia o trabalho familiar, contudo não se nega que houvesse um excedente de capital para as famílias, mas esse capital não gerava uma relação social de produção (MARTINS, 2010, p.35).

Martins (2010) considera que o capitalismo em sua expansão redefine as antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital e também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (MARTINS, 2010, p. 35). Logo, criou-se uma hibridação do processo de relações de trabalho pós-abolição, porque ao mesmo tempo em que havia uma elite comercial e mercantil pretendendo a expansão do capitalismo comercial, ou até mesmo industrial, também havia as relações de trabalho não capitalista que impediam a expansão do mesmo modo de produção.

Certamente o imigrante europeu estava no cerne das mudanças nas relações de trabalho no Brasil, uma vez que ele carregou um ethos de uma nova mentalidade capitalista que estava sob a dominação econômica dos estamentos cafeeiros, o que dificultava sua rápida ascensão social, mas não a impedia. Por outro lado, quando a crise do trabalho escravo tornou-se verdadeira, a renda capitalizada passou a ser a terra - esta se tornou uma aplicação para gerar riqueza. Porém, com amparo nas leis de terras de 1850, a terra passou a ser adquirida através da compra. Por isso, o Estado brasileiro criou a condição de que, se o imigrante desejasse as terras próprias, antes deveria trabalhar nas fazendas, com o propósito de conseguir renda suficiente para comprá-las (MARTINS, 2010, p.48 e 49).

A diferença no trabalho livre é que as amarras ao proprietário rural, apesar de serem verdadeiras, não eram para toda a vida. Dessa forma, um imigrante que não estava satisfeito com o padrão pode-

ria procurar os órgãos estatais ou ir à busca de outras formas de sobrevivência até mesmo buscando outras fazendas (MARTINS, 2010, p. 57).

Em suma, a discussão teórica acima propõe um debate sobre a imigração no Brasil. E que de certo modo contribui para uma análise sobre a concepção de trabalho e sobre o imigrante na realidade social do estado do Espírito Santo.

Trabalho e o imigrante no Espírito Santo

De certa maneira, a política da imigração no Brasil iniciada pelo governo imperial tinha como objetivo promover o povoamento do país. Portanto, decidiu-se instalar os imigrantes como pequenos proprietários. Por outro lado, alguns grupos latifundiários advogaram para que esses mesmos imigrantes fossem alojados em grandes propriedades de modo a servir como mão de obra para as fazendas (ROCHA, 2000, p.23). É evidente que a imigração europeia que veio para o Brasil resultou em mudanças na estrutura da sociedade, ou seja, a mudança do regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Além disso, consoante a Rölke (2016, p. 46), o elemento branco trazido da Europa deveria contribuir para o “branqueamento” da raça brasileira.

No estado do Espírito Santo a política de trazer imigrantes não diferiu daquela adotada no Brasil, porém essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) (ROCHA, 2000, p.33) e; em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e por empresas colonizadoras, que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros¹.

Nesse contexto, a chegada de estrangeiros para o Espírito Santo foi favorável, já que criou as pequenas e médias propriedades rurais antes que as grandes propriedades rurais se constituíssem no sul do estado. Ainda por cima, como a região do Espírito Santo era pouco povoada, a direção executiva do Estado facilitou a introdução do imigrante, criando os núcleos coloniais de pequenos proprietários. Esse modo de colonizar atraiu outros povos estrangeiros, constituindo assim, uma imigração em larga escala e facilitando a transição para o trabalho livre (COLBARI, 1997, p. 2). Certamente, a conjuntura de guerras e revoltas na Europa foi outro fator para o êxodo de pessoas deste continente.

Gilda Rocha (2000) divide a imigração europeia em três fases: a primeira é entre 1847 a 1881; nesta fase foram criadas quatro colônias: Santa Isabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). A segunda fase é entre 1882 a 1887, nesta fase, o estado do Espírito Santo recebeu um contingente inexpressivo de estrangeiros. A terceira fase é entre 1888 a 1896, nesta fase, as entradas de imigrantes no estado do Espírito Santo são bem significativas. E foram criados cinco núcleos: Afonso Cláudio, Antônio Prado, Accioly Vasconcellos, Demétrio Ribeiro e Moniz Freire.

Do ponto de vista de Rölke (2016, p. 379), os imigrantes pomeranos, por exemplo, não apenas vinham da área rural do seu país de origem, mas também seis deles eram artesãos (carpinteiros, ferreiro, pedreiro e sapateiros), e os outros haviam deixado os latifúndios como diaristas. Também havia um contingente considerável de analfabetos e semianalfa-

tes europeus nas redondezas de Iconha, através de sistema de venda, a prazo, de lotes rurais. E, para o espanto do próprio autor, ele mesmo indaga: que interesse tinha uma entidade comercial com fins lucrativos em vender lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondendo a pergunta, Cavati nos dá a chave da questão quando afirma que “... o colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto”. E, ainda mais, referindo-se à lucratividade da empresa, sentença irônica: “O certo é que a generosidade da firma não impediu que ela viesse a ser uma das mais ricas do Estado” (ROCHA, H.C; COSSETTI, M. P, 1983, p. 57).

¹ Conforme Cavati, entre 1879 e 1914, a firma Duarte Beiriz foi responsável pelo estabelecimento de mais de seiscentas famílias de imigran-

betos. Portanto, os primeiros pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, assim como seus filhos, possuíam instrução primária adquirida na Alemanha. No começo da colonização, os mais jovens não tiveram oportunidades regulares de aprender a ler, escrever e contar (WAGEMANN, 1949, apud FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.39).

As colônias de imigrantes fundadas no estado do Espírito Santo se revestiram de um quadro econômico singular, ou seja, uma economia agrária de subsistência² e uma produção mercantil de café destinada ao mercado mundial, uma vez que esse produto era o único que poderia dar algum lucro. Outros produtos, como, por exemplo, o milho e o feijão, também foram colocados no mercado de Vitória, contudo, não obtiveram o mesmo sucesso³. Primeiro, porque as forças produtivas ligadas ao desenvolvimento do mercado interno quase não existiam e, segundo, pela pouca capacidade do mercado interno em gerar lucro e capital com outros produtos que não eram o café (ROCHA, 2000, p. 88). Por outro lado, as pequenas propriedades que foram distribuídas aos colonos, inicialmente conviveram sem atritos com a grande propriedade rural, já que o número de terras devolutas era suficiente tanto para o colono que chegava, quanto para o grande proprietário rural. De certo modo, ocorreu um distanciamento dos fazendeiros em relação às diretrizes da política de imigração, deixando-as para o Estado (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 79).

Ainda mais, no século XIX, o fato de a grande propriedade rural ser pouco competitiva no merca-

do cafeeiro permitiu o desenvolvimento da pequena e média propriedade rural, bem como consentiu ao imigrante trocar de terras quando ele as julgava serem pouco férteis. Este fator histórico ocorrido no Espírito Santo, de certa forma questiona o argumento levantado por José de Souza Martins (2010) de que o imigrante estava preso a terra. Assim, entendemos que as particularidades do processo migratório devem ser consideradas.

Essa particularidade do estado Espírito Santo implicou em duas dinâmicas econômicas⁴, a saber: a primeira de subsistência e a segunda de venda de café. O excedente gerado por essas dinâmicas possibilitou ao estrangeiro importar produtos de sua própria terra e de fora da colônia, além de permitir a ele pagar os débitos contraídos durante a viagem. No ano de 1885, a produção de café nas colônias chegou a 477,232 arrobas⁵ (ROCHA, 2000, p. 92). Desse ponto de vista, as colônias não fracassaram, pelo contrário, o empreendimento da colonização estrangeira para constituir as pequenas propriedades tornou-se exitoso.

Todavia, a expansão do mercado de produção do café tornou-se incipiente, pois as melhorias das técnicas de produção, especialização da qualidade, aplicação de maquinários e fertilizantes, nem sequer eram cogitadas no estado (GROSSELLI, 2008, p. 126).

Por outro lado, o mercado de trabalho rural não era limitado às grandes fazendas, as pequenas e médias propriedades também empregavam trabalhadores, inclusive os parceiros. Entretanto, o trabalho

2 Forçosamente, os imigrantes tiveram que assumir os costumes alimentares locais, como feijão preto, farinha de mandioca e carne seca. Para vencerem [sic] os desafios na lavoura, que significava enfrentar derrubadas e preparação da terra para o plantio, aprenderam a usar fubá de milho que também foi usado para fazer pão. Este pão era considerado pelos mais antigos como um "pão forte" ou "de substância" (leia-se substância), que lhes dava força suficiente para aguentar o árduo trabalho no sol. Trabalhava-se para a subsistência familiar, mas com os olhos voltados para um produto comercial que era o café. Em 1862, a produção per capita perfazia 200 quilos de café (RÖLKE, 2016, p. 312).

3 Apenas o feijão, um dos principais alimentos do Brasil, não vingou, enquanto a cultura do café, a maior esperança do colono, prospera (VON TSCHUDI, 2004, p.28).

4 Von Tschudi explica como se dava outras relações de trabalho: Como ainda se fazem medições de terras para futuros assentamentos, os colonos atuais encontram um bom salário trabalhando para os agrimensores, que os empregam para traçar as picadas na floresta. O trabalho é duro e os trabalhadores alternam uma semana na medição e outra em suas próprias plantações, podendo desse modo obter de 80 a 100 francos por mês; pelo trabalho na abertura de estradas na colônia eles recebem quatro francos de salário por dia (VON TSCHUDI, 2004, p.30). Também Grosselli relata: Durante o período das chuvas não era possível pensar-se em queimadas, e isto significava ter que esperar meses para realizar esta operação, com a única possibilidade de trabalho assalariado nas estradas para manter-se (GROSSELLI, 2008, p. 126).

5 A somatória da produção foi realizada pelo autor.

familiar ainda era predominante nessas propriedades, além disso, em algumas situações, era necessária a contratação de trabalhadores com o propósito de completar o trabalho familiar, assim, durante a colheita de café era comum empregar o “jornaleiro” (diarista). Esta forma de trabalho é temporária, não constituindo um modelo de trabalho capitalista (SALETO, 1996, p.108). É caso observado entre os imigrantes holandeses no estado do Espírito Santo que empregavam outros conterrâneos no processo de colheita de café:

[...] Dona Sanne Heule conta: “Em 1911, eu tinha então nove anos, ainda havia muito café em Holanda. Abraham Laurett, que era casado com Elizabeth Boone, tinha na época duas colônias com café. Era tanto café que ele e sua família jamais conseguiriam dar conta sozinhos do trabalho [sic] e por isso ele terceirizava muito trabalho, especialmente para os holandeses. Depois de colhido, o café tem de ser lavado num tanque. Terra, poeira e outras partículas afundam e o café fica boiando. Em seguida, o café tem que secar no terreiro. Algumas pessoas têm um carrinho para o café. É um carro baixo com rodas. Eles colocam o café sobre o carro. Durante o dia o carrinho fica do lado de fora e a noite é empurrado para baixo das casas construídas em estacas. Assim o café não molha a noite. Sem o carrinho, o café tem que ser recolhido ao anoitecer. Quando está seco, o café tem que ser descascado e vai para o monjolo ou pilão. Alguns têm até três monjolos em uma roda d’água. O produto desse processo ainda está cheio de café e restos de casca do café. Esses vão para um moinho para separar os resíduos do café. Quando o comprador do café possui a máquina, ele compra o café com casca” [...] (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 75-76).

A prosperidade econômica de alguns pequenos e médios proprietários fazia que os mesmos explorassem a terra com o trabalho alheio, ou mesmo com a especulação sobre a terra, e não a praticar a força de trabalho familiar (SALETO, 1996, p.109). Não obstan-

te, há a existência de parceiras nos núcleos coloniais de maioria, ou forte minoria italiana (SALETO, 1996, p.110). Ainda mais, Saleto (1996) confirma a utilização de trabalhadores permanentes como parceiros, empregados e agregados, estes últimos geralmente residiam, ou permaneciam por um longo tempo na propriedade rural. Tal força de trabalho poderia ser familiar ou individual. Em alguns casos a parceria pode ser familiar, por propriedades vizinhas, ou mesmo com os membros da própria família.

A pequena e média propriedade familiar se expandia, quando a família era numerosa, geralmente o último filho herdava a propriedade do pai, enquanto os outros filhos homens recebiam propriedades formadas ao longo da vida, por outro lado, as filhas não recebiam terras⁶ (SALETO, 1996, p. 115).

De certo maneira, o imigrante desenvolvia um ethos diferenciado sobre o trabalho. Por exemplo, o imigrante trentino, de origem italiana, na sua visão do mundo, o trabalho tornou-se um valor em si próprio. Isto é, trabalhar não era apenas um dever, mas uma coisa boa e positiva, que de qualquer forma o camponês não podia evitar. É a partir do valor do trabalho que se avalia o outro, certamente, algo estabelecido na cultura, então uma pessoa era considerada estimável se fosse um bom trabalhador (GROSSELLI, 2008, p. 31). Não obstante, o imigrante trazia da sua cultura as técnicas capitalistas já por ele conhecidas, assim, Grosselli (2008) relata que as relações capitalistas invadiram a área rural europeia (GROSSELLI, 2008, p. 44). Não apenas as técnicas, mas também as formas de trabalho, como os meeiros, os trabalhos braçais e as formas de trabalho diarista (GROSSELLI, 2008, p. 52). Sobre esses fatos Grosselli (2008) relata:

6 As famílias, muitas vezes numerosas, eram submetidas a trabalhos pesados para sobreviver ou acumular algumas posses em dinheiro a fim de comprar terras para os herdeiros, pois era costume o pai dar a cada filho um pedaço de terra. As filhas não recebiam terra como herança, mas um dote, que muitas vezes consistia de um baú de madeira, por vezes ricamente trabalhado, contendo algumas roupas, máquina de costura, além de uma vaca leiteira e outras criações menores (RÖLKE, 2016, p.379).

[...] De qualquer forma, o camponês europeu trouxe para o Brasil um novo modo de ser. Um dos eixos principais de sua cultura era a ética do trabalho, compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização [sic], como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades. A terra brasileira foi o meio através do qual ele expressou seu desejo de resgate, não tanto na escala social, mas na das necessidades. A falta de capital e de técnicas foi substituída por um aumento de trabalho, em quantidade ainda superior àquela maciça que conhecera na Europa. E a família camponesa foi a célula sócio-econômica [sic] sobre a qual se construiu uma nova sociedade e uma nova economia. O trabalho de todos substituiu em parte o lado ausente do triângulo terra-trabalho-capital. E a abundância de terra supria a falta de técnicas agrícolas apropriadas. A terra era forçada a produzir até a exaustão, depois do que usavam-se sistemas de rotação impróprios e ineficientes que variavam um pouco nos vários grupos nacionais [...] (GROSSELLI, 2008, p. 362).

Em outro caso, o imigrante não é apenas um pequeno proprietário, mas um comerciante, que fazia da terra uma mercadoria ou uma fonte de renda, dessa maneira, ele negocia e especula a terra, e a explora também com o trabalho alheio. Como afirma Saletto (1996):

[...] Um de nossos casos é de um comerciante italiano, intitulado Coronel, que aparece em seis processos de Santa Tereza legitimando propriedades, quase todas incultas, e uma trabalhada por parceiros. Outro é de uma viúva pertencente a [sic] família de negociantes suíços, que aparecem em alguns processos negociando com terras. Nos casos de propriedades com fins especulativos, o comum era instalar nelas um agregado, e encontramos o “coronel” italiano entre os que mantinham agregados, ao lado de outro negociante que legitimou quatro proprie-

dades [...] (SALETTTO, 1996, p. 115).

Ainda mais, o enriquecimento permite ao pequeno e médio proprietário abandonar o trabalho agrícola e passar a viver como um especulador da terra, usando o emprego da parceria. Além disso, quando a pequena produção conseguia reter algum excedente, e depois de assegurar sua própria reprodução, este excedente agrícola se transformava em capital comercial, que era reinvestido nos negócios comerciais⁷, e não na produção agrícola (SALETTTO, 1996, p. 119-120). Nara Saletto (1996) explica:

[...] O primeiro negócio era geralmente uma pequena venda, de estoque reduzido e pouco diversificado, que não comercializava café, e atendia aos sítiantes das redondezas. Localizava-se no próprio sítio, e quando este ficava em ponto favorável podia explorar um “racho”, com pasto, para pernoite de tropas. Devia possuir sua própria tropa, que também transportava carga para outros. Um moinho de fubá permitia moer o milho de seus fregueses e preparar o fubá que vendia. Mais raramente possuía um moinho de arroz ou equipamento para beneficiar café. Prestava serviço de bar e até restaurante, preparando refeições por encomenda dos clientes [...]. [...] Essas vendas eram integradas às unidades de produção familiares. Sítio e vendas partilhavam as instalações, os equipamentos e a força de trabalho da família que era, em parte, deslocada para múltiplas atividades que constituíam o negócio. Quando progrediam, passavam a comercializar café, o que exigia um capital de maior porte [...] (SA-

7 O comércio era realizado através das casas comerciais, conhecidas como “vendas”, onde o agricultor comercializava como principal produto o seu café. Geralmente as “vendas” eram construídas à beira de estradas mais movimentadas, em encruzilhadas ou perto de igrejas. Elas caracterizavam-se por uma construção alongada, com quatro ou mais portas de entrada. Eram comuns construções entre 10 e 20 metros de comprimento, por 5 a 8 metros de largura. “Vendas” maiores geralmente eram de dois andares, no andar térreo, situava-se a venda, e no andar superior, a moradia do vendeiro, chamado de Wendis (RÖLKE, 2016, p.495).

LETTO, 1996, p. 120).

E continua:

[...] Nos anos 20 [sic] alguns sitiantes começaram a mandar um ou outro filho estudar fora. Estas famílias tinham um nível de consumo um pouco mais elevado, boas casas, algumas levavam os filhos em viagens a Castelo e Vitória, mandavam doentes graves se tratarem na capital. Mas todos continuaram a praticar a pequena produção familiar, às vezes completada com a parceria e o trabalho a jornal. E no momento da sucessão tudo era dividido, permitindo apenas que os novos proprietários comessem num nível um pouco mais elevado que a maioria [...] (SALETTO, 1996, p. 121).

Em viagem ao estado do Espírito Santo, o Barão Von Tschudi (2004) relata sobre a imigração no Espírito Santo, e sobre o comércio, assim ele descreve:

[...] A venda (um pequeno armazém) pertence a um colono de Hamburgo e dava a impressão de ser lucrativa em comparação à maioria das lojas brasileiras de mesmo porte. Se o proprietário for tão ágil no trabalho como é com a sua língua, e se for mais feliz em seus negócios do que em sua lógica, ele logo poderá se tornar um homem abastado [...] (VON TSCHUDI, 2004, p. 61).

Grosselli (2008) em seu estudo, também cita os comerciantes alemães em Santa Leopoldina como Albert Volkart, Luis Holzmeister. Desse modo, muitos comerciantes enriqueceram com o trabalho de milhares de camponeses, italianos e alemães. (GROSSELLI, 2008, p. 446). Há casos em que o comerciante transformava o débito crescente do camponês em títulos e hipotecas. Logo, o comerciante apossava-se do lote de terra deste último, tornando-o meeiro. Em geral, o camponês nesta situação tentava comprar novamente alguma terra submetendo-se aos regimes de trabalho. Não obstante, quando o café che-

gava a altos preços no mercado internacional, muitos imigrantes procuravam investir os maiores valores em novos lotes de terra (GROSSELLI, 2008, p. 493).

É inegável que a política de imigração também beneficiou a grande propriedade rural que estava presente, principalmente, na região sul do estado do Espírito Santo e tem como centralidade econômica o porto de Itapemirim. Portanto, nas fazendas do sul, os grandes proprietários rurais pediram famílias de imigrantes para a suas terras e as estabeleceram através de salários ou de contrato de parceria⁸. Todavia, boa parte desses imigrantes logo abandonavam as fazendas para se estabelecer por conta própria (ROCHA, 2000, p. 107); (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 82). Essa visão sobre o trabalho e a prosperidade em suas próprias terras faziam que o pequeno e médio proprietário aumentasse seu capital, enriquecendo e possibilitando que seu compatriota trabalhasse para ele (ROCHA, 2000, p. 109).

É nesse momento que as médias e pequenas propriedades passaram a ser contestadas pelos grandes proprietários rurais, principalmente devido à falta de mão de obra para a lavoura⁹, dessa forma, os imigrantes começaram a ser instalados nesses latifúndios. Assim, podemos concluir que a 3.^a fase do processo migratório beneficiou, sobretudo, a grande lavoura. Porém, diferentemente do que se pensa, a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Espírito

8 Os imigrantes, através de um contrato de parceria com o latifundiário, tinham que se comprometer a ressarcir passagem, alimentação e outros gastos, através do trabalho nas lavouras de café. Criava-se um compromisso que envolvia bens e corpo de todos os componentes da família. Este sistema levou a situações degradantes, pois quem ditava os preços do café, dos alimentos necessários para a alimentação para a sobrevivência e quem fazia a partilha do café eram os fazendeiros que mantinham, eles mesmos, as vendas ou casas "comerciais" (RÖLKE, 2016, p.100).

9 Muitos dos grandes latifundiários retalharam sua propriedade em pequenos lotes para serem vendidos a preços módicos e a longo prazo [sic] para os colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. O pagamento era demorado, pois o café começava a produzir depois de quatro a seis anos; a produção dependia das variações atmosféricas e os preços oscilavam, aumentando as incertezas quanto trabalho ao investimento de dinheiro e de trabalho (COLBARI, 1997, p.4).

Santo a partir de 1888 optou direta e imediatamente pelas fazendas, por causa dos altos preços do café no mercado internacional, que poderia proporcionar uma prosperidade econômica até para os meeiros (GROSSELLI, 2008, p. 150).

De acordo com Nara Saletto (1996), o mercado de trabalho do Espírito Santo em 1920 era rural, ou seja, 83% da população ativa estavam ligadas às atividades rurais, precipuamente ao cultivo do café. Os outros cultivos como o milho e o feijão eram basicamente para o consumo de autossuficiência. Logo, as fazendas se constituíam como ponto central na atração de mão de obra e nelas era utilizado o sistema de parceria, na forma de meia, no qual, era também realizado o trabalho familiar. O café, produto com mais valor no mercado, era dividido com o proprietário (SALETO, 1996, p. 100). As fazendas tinham poucos trabalhadores assalariados permanentes e geralmente eram empregados em serviços domésticos ou em atividades como o tropeiro, carreiros, ferreiros¹⁰. Mas, raramente estavam em serviços na lavoura de café (SALETO, 1996, p. 102). Décadas posteriores algumas destas fazendas foram desmembradas e, por vezes, apropriadas por ex-colonos (GROSSELLI, 2008, p. 149). Em outras palavras, os fazendeiros dividiram suas terras em lotes, passando a vendê-las aos imigrantes com o propósito de sobrevivência econômica (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.82).

Do ponto de vista do trabalho, segundo Groselli (2008), em média os italianos trabalhavam um pouco mais em termos de tempo. A análise desse estudioso parte de Jean Roche, cujas observações referem-se aos últimos anos da década de 1960, o qual se observou que a jornada de trabalho dos alemães iniciava-se geralmente às 6 da manhã (às 5 no verão) e concluía-se entre às 18 ou 19 horas, dependendo da

estação (GROSSELLI, 2008, p. 481). O pesquisador continua seu relato:

[...] Erguiam-se às 4 da manhã, ou às 3 em época de colheita. Preparavam-se para ir trabalhar e, à luz de um lampião eram realizados alguns primeiros trabalhos, como a ordenha (geralmente os camponeses possuíam uma ou duas vacas) e o preparo da primeira polenta do dia e dos outros pratos que seriam servidos na primeira refeição. Estas variavam de família a família, mas era comum entre os trentinos alimentar-se pela manhã de polenta com leite, ou polenta acompanhada de pedaços de queijo, de café e não muito mais. Chegavam aos campos, em geral após cansativas caminhadas sobre as íngremes escarpas das montanhas, quando ainda era noite. Trabalhavam até as 10 ou 10 e meia. Uma mulher (esposa ou filha do chefe de família) voltava para casa antes dos outros para preparar-lhes o almoço. Às vezes, se a família era realmente numerosa e não era indispensável o trabalho de todos, uma mulher ficava em casa para fazer o trabalho doméstico e preparar as refeições. Mas tratavam-se de exceções. No almoço, comia-se mais uma vez polenta, acompanhada de carne, verdura, queijo. Aos poucos foi-se [sic] introduzindo na mesa camponesa o arroz, o feijão, a mandioca e outros pratos tipicamente brasileiros. A pausa do almoço durava de 1 hora e meia a 2 horas e meia. Em alguns casos, durante os períodos de máximo calor e em terras a nível do mar, ouvimos falar de gente que permanecia em casa durante uma meia hora a mais. Em seguida, retornavam aos campos, onde ficavam enquanto a luz permitisse o trabalho, de acordo com as estações, entre 18 e 19 horas. No jantar, quase sempre, havia sopa para os trentinos e outros pratos. O camponês recolhia-se por volta das 20 ou 21 horas. Como se vê, o camponês italiano em média erguia-se duas horas antes do alemão. Trabalhava nos campos de 10 a 13 horas por dia. Mas não se concluía ali o trabalho do dia. Após o jantar, era necessário dedicar mais tempo para realizar outros trabalhos: de limpeza e cos-

¹⁰ [...] Além da casa-sede, a propriedade chegou a contar com sete casas de colonos meeiros, tulhas, uma casa de escola, uma racho para as tropas, uma engenhoca tocada a boi, com fornalhas de ferro para fabricar açúcar mascavo e um barracão com pequena carpintaria, onde "Seu" Antônio trabalhava, e as crianças, nas folgas, faziam seus brinquedos [...] (MORAES, 1981, p.75).

tura para as mulheres, de manutenção da casa e de vários serviços domésticos para os homens. Como recordou Attilio Lorenzini, por exemplo, os porcos eram abatidos à noite e à noite preparavam-se os embutidos, para ganhar tempo. Seu pai, além disso, trabalhou durante muito tempo como operário, na construção de estradas. Plantava o café à noite, à luz da lua. Angelo Tonini, após terminar de trabalhar nos campos, dedicava ainda cerca de duas horas ou mais trabalhando como pedreiro. E, como em suas terras o café não rendia muito, à noite fabricava ancinhos e peneiras e outros instrumentos que pudessem ser vendidos no mercado. Mas o dia tinha apenas 24 horas, todas praticamente ocupadas em trabalhar, comer e dormir. E assim durante 6 dias da semana e durante todo o ano, sem estações mortas. Muitos cultivos no Brasil têm ciclo contínuo, alguns davam fruto duas vezes por ano, o café necessitava de longos períodos de dedicação. Todos trabalhavam nos campos. Desde as crianças até os velhos. De acordo com Agostino Bonella, do IV Território, tratava-se de fechar a casa pela manhã e partir todos para o campo. Apenas aos domingos respeitava-se o descanso, assim como durante os demais feriados católicos. Os dias festivos do calendário civil não eram observados. Mas, como veremos, o Domingo não era um dia de completo repouso para todos [...] (GROSSELLI, 2008, p. 481-482).

Não obstante, o imigrante italiano criava uma concepção de espírito de iniciativa com o domínio de técnicas de produção que era essencial para o sucesso dos núcleos coloniais instalados no Espírito Santo. Portanto, o imigrante ideal devia ser agricultor sadio, laborioso, moralizado, alguns deles eram assentados em fazendas e outros eram instalados nos núcleos coloniais. Não apenas o italiano despertava essa forma de valorização do trabalho, mas também o alemão e o pomerano, no qual trabalho é um valor em si mesmo (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.63); (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.97). E a própria igreja como instituição ajudou a desenvolver essa mesma

ideia de trabalho (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.63-66). Portanto, uma forma de identificação ainda hoje entre os pomeranos é a dedicação ao trabalho, que implica numa identificação de grupo.

De certa forma, o fraco dinamismo da economia mercantil cafeeira teria sido responsável pelo ingresso do pequeno proprietário na economia, já que dessa atividade o pequeno proprietário retirava recursos para abastecer sua família. É inegável que a marca inicial do espírito empreendedor revelou-se no desbravamento de matas, na formação de lavouras, na construção de estradas, escolas, capelas e cemitérios e, finalmente, na formação de povoados. Em geral, os italianos vinham do seu país de origem como um capital cultural que possibilitava o desenvolvimento do comércio mercantil. Além disso, em certos casos, o nível de escolaridade possível de se atingir era o básico e muitas vezes ele era obtido através de aulas ministradas por professor contratado pelas famílias (COLBARI, 1997, p. 5).

Não obstante, alguns filhos de imigrantes italianos migravam para a cidade, indo trabalhar no setor industrial, portuário, tornando-se artesãos, barbeiros, marceneiros e sapateiros. Até mesmo as mulheres trabalhavam como empregadas domésticas. Por outro lado, a vida social desses imigrantes girava em torno da vida comunitária, isso não invalidava a racionalidade desses imigrantes, os quais utilizavam a moralidade religiosa para a melhoria de vida. É certo que a racionalidade desenvolvida por aqueles imigrantes foi responsável pelo processo de mobilidade social para a trajetória dos imigrantes e deixou marcas profundas na definição de aspectos socioculturais indispensáveis a nova ordem competitiva no estado do Espírito Santo (COLBARI, 1997, p.7).

A expansão da ordem competitiva no Espírito Santo foi proporcionada também pelos imigrantes que ajudaram a desenvolvê-la a partir da ética do trabalho, da organização familiar e da religião, da honradez, da solidariedade, da resignação e do espírito comunitário. Em conformidade com Jean Roche (1968), essa nova racionalidade competitiva propi-

ciou o desenvolvimento da divisão social entre os imigrantes, a saber: os proletariados que cultivavam nas terras de outrem. Os assalariados que vivem de seus próprios braços. Os proprietários que são os donos das terras. Os proprietários médios, donos de pequenas e médias propriedades. Os grandes proprietários rurais que são donos dos principais e maiores latifúndios. E por fim, os comerciantes que possuem a venda e obtêm a fortuna. E os diversos outros grupos sociais como os pastores, os padres, etc.

Indubitavelmente, o processo de ocupação do território capixaba se intensificou a partir da expansão cafeeira, a qual se desenvolveu desde a segunda metade do século XIX. Portanto, a ampliação da fronteira agrícola mineira e fluminense penetrou no sul do estado do Espírito Santo, sobretudo, por Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, foi essa expansão da produção cafeeira que trouxe para o Espírito Santo uma quantidade significativa de escravos, assim, a região sul passou a exportar o café pelos portos do Rio de Janeiro¹¹. Essa configuração na região sul do estado permitiu a concretização de uma sociedade agrária, escravocrata e baseada na grande propriedade rural, por conseguinte, a estrutura de poder nessa região foi exercida por uma elite de grandes proprietários rurais¹². Por outro lado, a região central, que tem como cidade principal Vitória, desenvolveu desde a chegada de colonos imigrantes as médias e pequenas propriedades rurais. Os latifúndios que existiam desde a colonização portuguesa, apesar de produzir o café, não foram capazes de competir com essas novas estruturas agrárias. O café produzido, principalmente pela cidade de Santa Leopoldina, era exportado pelo porto de Vitória. Portanto, na região

central a estrutura do poder foi exercida pela elite cafeeira mercantil¹³.

A diferença entre a região sul e a central é evidente, pois na primeira se formaram as grandes propriedades rurais e escravistas. Enquanto, na segunda, se formaram as médias e pequenas propriedades, baseadas na mão de obra familiar. A partir de 1888, com a abolição da escravidão, a região sul foi forçada a instituir a parceria e o colonato. A região Norte, que foi centralizada no porto de São Mateus, irá produzir tanto café como farinha de mandioca para o mercado externo. Formar-se-ão nessa região tanto as grandes propriedades rurais, como também as médias e pequenas propriedades. Então, a estrutura do poder foi exercido pela elite mercantil, bem como pela elite dos grandes proprietários rurais¹⁴. É lícito observar que as relações de trabalho desenvolvidas nessas regiões são pré-capitalistas de produção (VILLASCHI et al., 2011, p. 30).

A partir da proclamação da República, Moniz Freire¹⁵ iniciou esforços para que Vitória se tornasse a cidade central do comércio cafeeiro do Espírito Santo, primeiramente construindo estradas de ferro capazes de levar para Vitória a exportação do café e, posteriormente, criando o projeto Novo Arrabalde, que tratava da modernização da cidade de Vitória¹⁶, e por fim, modernizando as atividades portuárias (VILLASCHI et al., 2011, p. 31). Todavia, mesmo com o desenvolvimento de um comércio cafeeiro, no estado, não houve nesse momento histórico, o desenvolvimento capitalista. Como afirma Rocha (1998):

13 Ibid.

14 Ibid.

15 Governou o estado do Espírito Santo por dois mandatos, entre 1892-1896 e 1900-1904. Além disso, de acordo com Villaschi (2011), Moniz Freire fez insistentes pedidos ao governo federal, com o objetivo de dinamizar a economia regional, através de investimentos na infraestrutura portuária e ferroviária, principalmente para que o comércio cafeeiro confluísse para a cidade de Vitória (VILLASCHI, et al., 2011, p. 38).

16 Implantação da modernização estrutural da capital capixaba através da formulação de política de aterramento, de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória, construção de uma rede de fornecimento regular de água encanada e canalização do esgoto (VILLASCHI, et al., 2011, p. 32).

11 Em artigo publicado em 2010, o pesquisador Rogério Faleiros (2010) infere que o Rio de Janeiro concentrava a quase totalidade da produção capixaba e reexportava para outras regiões. Deste ponto de vista, a economia capixaba subordinava-se ao mercado fluminense. Todavia, não é objetivo deste artigo debater esta hipótese.

12 ALVARENGA, Jefferson Ferreira. *A formação social do Espírito Santo: A concretização da hegemonia das elites cafeeiras?* Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 2, n. 4, (jul./dez.2018). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

[...] No Espírito Santo, ao contrário, tratava-se de uma economia onde predominava formas não capitalistas de produção, pequena produção familiar e sistema de parceria, pouco dinâmicas e voltadas principalmente para a subsistência da família rural. A diferenciação econômica e social era muito reduzida e não havia se constituído um complexo econômico integrado com o desenvolvimento da agricultura, comércio, transportes, indústrias, banco, etc. [...] (ROCHA, 1998, p. 44).

Concordamos com Rocha (1998) e Faleiros (2010) ao considerar que as relações desenvolvidas no estado não eram capitalistas. Embora haja o assalariamento e o reinvestimento em outros setores, o dinamismo da economia do Espírito Santo não foi suficiente. Decerto, havia uma relação laboral diferencial entre os imigrantes. Por isso mesmo, estamos de acordo com a observação de Martins (2010) em relação ao Brasil. No Espírito Santo existia uma relação híbrida, ou seja, havia o desenvolvimento de relações de trabalho livre ao mesmo tempo em que o estado também apresentava uma economia primário-exportadora.

Nesse sentido, como afirma Campos Júnior (1996), o imigrante que era dono da pequena propriedade, apesar de ter um ethos do trabalho e da prosperidade, não consegue reter excedente em suas mãos, senão o indispensável à sua reprodução (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.100). Dessa maneira, o máximo que esse imigrante conseguiu foi investir no comércio¹⁷ ou em pequenos negócios. Essa dificul-

17 Ormando Moraes explica sobre a prosperidade econômica de uma família italiana: [...] Numa dessas conversas é que o casal tomou uma decisão de explorar o comércio, de início em caráter apenas experimental, sem registro, porque praticamente não havia fiscalização. Como salienta hoje "Seu" Antônio, os governos estadual e municipal, na época, pouco faziam [sic] no interior, mas também não incomodavam muito com a cobrança de impostos, para maior alegria dos que sabiam aproveitar a situação com o tradicional espírito de "mineiridade". [...] Em junho de 1937 instalara a pequena "venda" no chamado "quarto de fora" ou quarto de visitas, que dava para a varanda e a frente da casa, onde abriram duas portas para os fregueses, de início pouquíssimos [sic], além de colonos e empregados [...] (MORAES, 1981, p.84).

dade de investimento pode ser devido às baixas forças produtivas presentes no estado. Ainda por cima, Campos Júnior (1996) argumenta que o excedente gerado pela produção cafeeira foi acumulado por poucas casas comerciais que exerciam a atividade de exportação e de importação (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 103) 18; (FALEIROS, 2010, p.35).

O colono, em geral, como dono da terra, vendia o café obtendo algum lucro que seria revertido em outras atividades, às vezes comercial, às vezes não comercial. Ademais, o colono não dependia da renda do café, uma vez que ele produzia alimentos para a sua subsistência. Seu principal contato econômico é com o vendeiro, ou seja, o dono da venda local, o qual acaba servindo como conselheiro para o imigrante. Vale lembrar que esse vendeiro é um dos imigrantes que compartilha a mesma língua e costume com os demais colonos¹⁹ (ROCHE, 1968, p. 241).

18 Neste ponto, Campos Júnior (1996), diverge de Faleiros (2010), já que este estudioso aponta que o excedente mercantil apenas era utilizado para reproduzir a dinâmica econômica das propriedades rurais (FALEIROS, 2010, p.33).

19 Explica o autor: O fato de serem, com raras exceções, da mesma "origem" que os agricultores, ou de procedência avizinhante ou mais aproximada (suíço-alemã, flamenga, às vezes tirolesa) que a dos velho-brasileiros, representa uma primeira vantagem para os comerciantes. Isso explica, em primeiro lugar, pela comunhão de língua, ou de dialeto, e, em seguida, pelos laços de parentesco ou de bilíngue, tendo desempenhado o papel de intérprete porque já desempenhava o do intermediário entre a colônia e a cidade. Quem melhor do que ele poderia expor os problemas locais, as questões individuais, as necessidades coletivas? O comerciante, é, portanto, [sic] no consenso geral, o porta-voz de seus vizinhos, que são também seus fregueses, que não podem deixar de ser seus fregueses. Uma vez estabelecido o vínculo, o comerciante é o representante natural dos colonos, melhor, ele tem consciência de ser o seu representante nato. Certo, não se pode perceber a quem, além dele, teriam podido delegar esta procuração, uma vez que toda a vida econômica do setor é controlada pelo vendista [sic]. Não se deve ver nesta delegação, entretanto, apenas o papel da organização econômica, ela resulta também duma espécie de contrato social estabelecido desde o começo da colonização. Se um comerciante não possui as qualidades necessárias nem a confiança de seus mandatários, ser-lhes-á difícil encontrar um outro [sic] representante, salvo nas vilas em que há lugar para mais de um negociante. É precisamente isso que leva os espíritos mais fortes a denunciar a ditadura do comerciante sobre o seu feudo. Tem menos possibilidade de serem ouvidos quanto aos de fora o comerciante aparece também como o chefe local, naturalmente designado. Os agentes do fisco, os magistrados ou oficiais de justiça, os funcionários, os homens de negócios que têm de tratar com os colonos nunca o fazem sem consultar o comerciante; geralmente preferem

Ainda por cima, a dinamização da economia mercantil cafeeira contou com a construção de estradas de ferro como, por exemplo, a Estrada de Ferro Caravelas, Estrada de Ferro Santo Eduardo a Cachoeiro, Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, Estrada de Ferro Vitória a Minas, Estrada de Ferro Alegre a Esperança Feliz (ROCHA, 1998, p.45). Essas estradas além de melhorar o escoamento do produto, também buscavam conectar a região sul a região norte; e parte de Minas Gerais ao porto de Vitória²⁰. Também nota-se o incentivo a modernização do porto de Vitória, como também, o estímulo à imigração com o propósito de aumentar à população do estado e oferecer mão de obra a lavoura cafeeira. Essas iniciativas, em seu conjunto, visavam atrair para o porto da capital do Espírito Santo a produção cafeeira do estado, especialmente a produção de Cachoeiro de Itapemirim (FALEIROS, 2010, p. 34); (VILLASCHI et al., 2011, p. 32). A partir disso temos o processo de territorialização do complexo cafeeiro capixaba (FALEIROS, 2010, p. 35).

Ainda temos na década de 1930 a construção do Banco Espírito-Santense e do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (ROCHA, 1998, p.46). Mesmo com o surto industrial ocorrido no governo Jerônimo Monteiro²¹, esse político não tinha pre-

encarregá-lo de resolver a questão. O comerciante é o melhor auxiliar na manutenção da ordem, até mesmo na coleta de impostos. Sua importância comercial reforçou-se, portanto, pela prática administrativa, pelo costume. A atribuição mais visivelmente concedida ao comerciante-chefe local é, há muito, a de “cabo” eleitoral: com sua colaboração ficam asseguradas as “boas eleições”, isto é, as eleições que atendem ao interesse do governo do Estado, e esta colaboração é prestada naturalmente. Mesmo com a democratização do regime, graças à introdução do sufrágio universal e do voto secreto, o comerciante continua sendo agente eleitoral tão eficaz quanto indispensável (foi o que pudemos perceber percorrendo as colônias), mesmo quando os colonos importantes demonstram certa autonomia (ROCHE, 1968, p. 241-242).

²⁰ Conforme explica Villaschi (2011), a criação de um corredor de transporte entre Espírito Santo e Minas Gerais, não coube originalmente a Moniz Freire, esse tema já era uma demanda recorrente nos discursos dos governos anteriores (VILLASCHI et al., 2011, p. 35).

²¹ Jerônimo de Souza Monteiro governou o Espírito Santo entre os anos de 1908 a 1912 entre seus projetos estavam a implantação de indústrias no estado do Espírito Santo, localizadas principalmente na região Sul do estado, a saber: Usinas Paineiras, Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, Fábrica de Cimento, Serraria Industrial, Usina

de desenvolver no estado uma industrialização urbanizadora, apenas se tratava de diversificar a agricultura, para que essa apresentasse vantagens ao grande proprietário rural (VILLASCHI et al., 2011, p. 43). A partir deste ponto de vista, podemos considerar que esse modelo econômico fracassou, uma vez que, esse surto não tinha nenhum sustentáculo mercadológico, nem mão de obra qualificada, ou mesmo investimentos privados (VILLASCHI et al., 2011, p. 44).

Por fim, o comércio cafeeiro foi predominante na economia estadual até o ano de 1955, quando houve a crise cafeeira e conseqüentemente a política de erradicação de cafezais realizada pelo governo federal.

Conclusão

Iniciamos esse artigo com uma pergunta importante sobre o processo de imigração. Qual é a ética de trabalho trazida pelo imigrante para o Brasil? O contexto histórico que responde a essa pergunta é a conjuntura da mudança do trabalho escravo para o trabalho livre. Desse modo, escolhemos o estado do Espírito Santo como lócus desse estudo de caso, já que esse estado recebeu um número significativo de imigrantes europeus. É lícito lembrar que a imigração inicialmente tinha como finalidade o povoamento regional, assim os primeiros imigrantes foram instalados em pequenas e médias propriedades rurais. Também havia elementos suficientes para acreditar que o processo migratório tinha como objetivo o branqueamento da população. E, por fim, é certo que o imigrante, quando chegou, também ajudou a substituir a mão de obra escrava pelo trabalho livre. Além do mais, a situação específica das terras devolutas no estado do Espírito Santo resultou na formação das pequenas e médias propriedades rurais. Sabemos que esses imigrantes em sua maioria vinham

Hidrelétrica de Fruteiras, Fábricas de óleo, Fábrica de Papel. Além da conclusão das obras do Porto de Vitória, a instalação de infraestrutura moderna na capital, sobretudo, luz elétrica, saneamento, bondes elétricos (VILLASCHI et al., 2011, p. 44).

da área rural e em alguns casos da área urbana europeia, logo, fica claro que todos eram empobrecidos, buscando “fazer a América”.

Ao chegar ao estado, o imigrante recebia a pequena ou média propriedade, sua principal forma de trabalho era o familiar, produzindo café, principal produto de exportação que gerava lucro. Além disso, o imigrante, pelo trabalho familiar, poderia produzir outros produtos para sua própria subsistência, assim, quando a terra era pouco fértil, ou mesmo quando o mercado cafeeiro não era favorável, não passava necessidades, já que ele poderia trocar produtos.

A instituição da média e pequena propriedade possibilitou ao imigrante criar dinâmicas econômicas que o permitiu alcançar certa prosperidade econômica, principalmente pela venda do café, quando esse produto chegou a preços altíssimos no mercado internacional. Toda essa conjuntura mostrava as particularidades das relações sociais existentes na história de imigração do estado.

Desse ponto de vista, concordamos com Weber (2003), que afirma que o capitalismo se identifica com a busca do lucro, do lucro renovado por meio da empresa capitalista e racional (WEBER, 2003, p.26). Não somente do lucro, mas também prioriza o trabalho livre. Apesar de considerarmos que o comércio existente no Espírito Santo não foi capaz de criar um capitalismo forte e expressivo, pelo menos essa atividade econômica criou um ethos empreendedor no imigrante, em outras palavras, uma ética do trabalho. Por isso, como afirma Saletto (1996), as pequenas e médias propriedades também empregavam trabalhadores, inclusive os parceiros, quando a mão de obra familiar não era suficiente. Desse modo, estamos de acordo com Martins (2010), quando afirma que no Brasil criou-se uma hibridação do processo de relações de trabalho, no qual há uma elite comercial que defende a expansão do capitalismo, ao mesmo tempo em que existem relações de trabalho não capitalistas que impedem a própria expansão do capital comercial. Isso, no estado do Espírito Santo é notável, porque ambas as situações convivem no es-

paço socioeconômico. Contrariamente ao que afirma Campos Júnior (1996), o colono recebia salários e possuía a prática comercial.

Além disso, os pequenos e médios proprietários rurais tendiam a multiplicar seus investimentos em novas propriedades, principalmente quando a família era numerosa, pois os filhos recebiam terras ao longo da vida e o filho mais jovem recebia a propriedade do pai, assim o imigrante desenvolvia um ethos diferenciado sobre o trabalho. Em famílias de origens protestantes as ideias religiosas foram capazes de desenvolver um espírito valorativo do trabalho, como o próprio Max Weber (2003) afirmava. Mas, não é apenas isso, no Espírito Santo as famílias protestantes desenvolveram uma vocação para o negócio, de modo a fazer dinheiro, por isso o trabalho igualmente tem um valor de dignidade humana.

Não apenas as famílias protestantes que desenvolvem um ethos para o trabalho, mas também o imigrante italiano, em sua visão de mundo o trabalho tornou-se um valor de dignidade. De certo modo, o imigrante rompia com o modelo de exploração econômica, porque, para prosperar, ele utilizava o trabalho próprio e não o trabalho cativo. Além do mais, o estrangeiro trazia de sua cultura as técnicas capitalistas e racionais para obtenção do lucro. Essa mentalidade de prosperidade, transformou o imigrante em um agente econômico de concentração de capital comercial, o que levou ele próprio a criar uma mentalidade de um “homem de negócios”. Logo, a terra se tornou um produto especulativo, ou uma mercadoria; o trabalho passou a ser explorado por esse imigrante, que reteve excedente econômico suficiente para reinvestir em negócios comerciais, abandonando, às vezes, o trabalho agrícola e passando a viver da própria renda de especulação e dos negócios comerciais.

Assim, podemos afirmar que o imigrante foi o principal agente econômico da formação e expansão do novo regime econômico, uma vez que ele próprio trouxe para o Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir atreladas a uma racionalidade econômica e a

uma mentalidade acumulativa de capital que demandavam uma nova organização econômica, social e psicológica capitalista. Ou seja, um novo estilo de vida.

Decerto que a política de imigração também beneficiou a grande propriedade rural no estado do Espírito Santo, esses grandes proprietários estabeleceram os imigrantes através de contratos de parceria, todavia muitos desses estrangeiros abandonavam as fazendas em busca de suas próprias terras, dessa forma aumentava sua riqueza e capital, até mesmo, possibilitando a contratação de seu compatriota. Contudo, o trabalho dos imigrantes nas grandes propriedades rurais era familiar, de modo que a produção de café era dividida com o próprio proprietário. Pelo que foi concluído, as fazendas tinham poucos trabalhadores assalariados permanentes e que geralmente eram empregados em serviços domésticos ou em atividades como o tropeiro, carreiros e ferreiros. Algumas décadas posteriores, os fazendeiros dividiram suas terras em lotes, passando a vendê-los aos imigrantes com o propósito de sobrevivência econômica.

Indubitavelmente podemos concluir que o imigrante criava uma concepção de espírito de iniciativa com o domínio de técnicas de produção essenciais para o sucesso dos núcleos coloniais instalados no Espírito Santo. Logo, o imigrante ideal era aquele agricultor sadio, laborioso, e moralizado. Além disso, o imigrante vinha do seu país de origem como um capital cultural, que possibilitava o desenvolvimento do comércio mercantil. A expansão dessa ordem competitiva no Espírito Santo foi proporcionada também pelos imigrantes que desenvolveram uma nova racionalidade competitiva, com base na ética do trabalho, organização familiar, religiosidade, honradez, solidariedade e resignação do espírito comunitário.

A chegada do imigrante no estado também culminará com o desenvolvimento da economia cafeeira, assim formaram-se três regiões econômicas: A região Norte, Sul e Central. Sendo que as pequenas

propriedades situadas na colônia de Santa Leopoldina conduzirão a produção cafeeira na região central; enquanto ao Sul será a cidade de Cachoeiro de Itapemirim; e ao Norte com a região de São Mateus. Isso, de certa forma, estruturou as elites dominantes: grandes proprietários rurais e mercantis. Por outro lado, o desenvolvimento da economia do café fez Moniz Freire iniciar o processo de centralização do comércio em Vitória, já que pelo Sul e pelo Norte o café era exportado pelo Rio de Janeiro. Porém, esse comércio não foi capaz de criar um modo de produção capitalista, no máximo conseguiu um excedente de capital, uma vez que as relações de trabalho não são capitalistas, o que existia era apenas uma relação híbrida, ou seja, o desenvolvimento de relações de trabalho livre ao mesmo tempo em que o estado convive em uma economia primário-exportadora.

Entretanto, essa mesma economia seria predominante até a década de 1950, quando em 1955 houve a crise cafeeira, responsável pela erradicação do café no Estado do Espírito Santo.

Referências

- ALVARENGA, Jefferson Ferreira. A formação social do Espírito Santo: A concretização da hegemonia das elites cafeeiras? *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. Ano. 2, n. 4, (jul./dez.2018). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.
- BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- CAMPOS JÚNIOR, C.T. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV/SMCT, 1996.
- COLBARI, Antônia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997.
- DROOGERS, André. *Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005)*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 28(1): 13-41, 2008.
- FALEIROS, Rogério N. *História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação*. Juiz de Fora: Heera, vol. 5 n. 08, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-HEERA-faleiros-aprovado-para-pdf.pdf>.
- FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Trabalho*,

igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 6. Vitória, 2008.

MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MORAES, Ormando. *Da Itália ao Brasil: História de uma família*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981.

ROCHA, Gilda. *A imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Haroldo Corrêa. A formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, João G. Moreira; DAVEL, Eduardo P. Barreto (Org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/ USP, 1968.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

ROOS, Ton; ESHUIS, Margje. *Os Capixabas Holandeses: Uma história holandesa no Brasil*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 9. Vitória, 2008.

SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VASCONCELLOS, João Gualberto; DAVEL, Eduardo Paes Barreto (org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

VILLASCHI, Arlindo. et al. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Arlindo (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor&cultura, 2011, p.29-51.

VON TSCHUDI, Johann J. *Viagem à província do Espírito Santo. Imigração e colonização suíça-1860*. Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 5. Vitória, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Editora Martin Claret: São Paulo, 2003.





ARTIGO LIVRE

**DO DOCUMENTO
ARMAZENADO
AO DOCUMENTO
MANIFESTADO:
PRESERVAÇÃO DE
REGISTROS DIGITAIS
DE FREQUÊNCIA DOS
SERVIDORES NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

Vanderlei Batista dos Santos

Doutor em Ciência da Informação, Universidade de Brasília; Diretor da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados.

José Raymundo Ribeiro Campos Filho

Doutorando em Administração Pública, Universidade de Lisboa, Portugal; analista legislativo na Câmara dos Deputados.

Resumo

A preservação de documentos digitais arquivístico autênticos é um desafio comum a qualquer instituição contemporânea e sofre influência do tipo e da forma do documento que se pretende preservar. Existem documentos simples (textos, imagens e áudios), muito similares aos documentos tradicionais, e os documentos complexos, como as bases de dados, compostos por informações passíveis de alteração, cujos formatos de apresentação de forma legível ao usuário dependem das configurações de saída. O que acontece, então, quando um documento comum a todas as instituições, como o registro de frequência, é substituído por um sistema informatizado com o mesmo fim? Ganha-se em capacidade de processamento e perde-se em termos de fixidez da informação, uma das características mais importantes dos documentos arquivísticos. Esse artigo apresenta as discussões em curso na Câmara dos Deputados para preservação dos registros de frequência autênticos em repositórios de preservação digital com requisitos arquivísticos.

Palavras-chave: Preservação digital, avaliação de documentos, documentos digitais, Arquivologia, registros de frequência.

Abstract

The preservation of authentic digital records is a common challenge for any contemporary institution and is influenced by the type and form of the document that is intended to be preserved. There are simple documents (texts, images and audios), very similar to traditional documents, and complex documents, such as databases, composed of information that can be changed, whose presentation formats depend on the output settings to be readable by the user. What happens, then, when a document common to all institutions, such as the attendance records, is replaced by a computerized system for the same purpose? You gain in processing capacity and you lose in terms of information stability, one of the most important characteristics of records. This article presents the ongoing discussions in the Chamber of Deputies for the preservation of authentic attendance records in digital preservation repositories under archival requirements.

Keywords: Digital preservation, record appraisal, digital records, Archival Science, attendance records.

Introdução¹

Nas duas últimas décadas, houve um expressivo movimento de informatização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, resultando na produção de documentos tanto nativos digitais quanto digitalizados. Contudo, a gestão desses documentos digitais demanda a devida observação dos objetivos, princípios, diretrizes e requisitos impostos pela legislação federal e pela normatização interna da orga-

nização, bem como dos demais requisitos de gestão documental.

Nesse período, dentre as ações iniciais mais relevantes na instituição estão a inserção de um servidor da Casa na composição e nas discussões da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (2002), a criação do Comitê de Sistematização de Informações Digitais na Câmara dos Deputados (2003) e a participação da organização na fase de aplicação das metodologias do projeto internacional de pesquisa sobre a preservação de documentos arquivísticos autênticos em sistemas informatizados, denominado Projeto Interpares (2012), ocasião em que foi analisada a viabilidade de

¹ Este artigo é uma evolução da proposta de projeto de pesquisa intitulado "Preservação de Documentos Digitais na Câmara dos Deputados: prospecções, ações e resultados" apresentado ao Programa de Pós-graduação da Câmara dos Deputados, em 2019, sem intuito de publicação, e, neste sentido, se vale de textos contidos naquele projeto, sem referenciamento adicional.

substituição da proposição legislativa em papel pela sua equivalente digital com os recursos tecnológicos disponíveis à época.

Outra ação geradora de experiência foi o Programa de Desmaterialização de Processos e Documentos, cujo termo de abertura foi aprovado pela Portaria nº 30/2008. Tal iniciativa integrava ações e projetos com o objetivo de migrar processos de trabalho e documentos para o meio digital, ou seja, uma transformação digital da Casa. Entre os benefícios esperados, destacam-se, conforme Art. 3º, daquela Portaria

- incremento do uso do meio digital como forma de agregar agilidade e eficiência à organização e de otimizar recursos internos; [...]
- desenvolvimento de políticas corporativas de gerenciamento de conteúdos digitais que criem condições para a guarda e a recuperação de acervos a longo prazo, contribuindo para a preservação e melhor gestão do patrimônio histórico do País sob a guarda da Câmara dos Deputados; [...]
- alteração de normativos legais, a fim de garantir legitimidade às ações propostas e autenticidade e validade jurídica aos documentos digitais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

Esses itens foram destacados devido aos vários desdobramentos que ocorreram na instituição até os dias atuais, mesmo que já fora do contexto do Programa. A Câmara dos Deputados instituiu uma política de gestão de conteúdos informacionais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012a), aprovou sua política de preservação digital (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b) e o processo administrativo digital (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014) e legislativo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019) e, ainda, dispôs sobre validade jurídica dos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados e a

assinatura digital no âmbito institucional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Fica claro, portanto, que a instituição tem se empenhado na regulamentação adequada do uso e da preservação dos documentos digitais e dos requisitos necessários a uma correta transformação digital. Ressalte-se, todavia, que as aplicações práticas dessa política exigem estudos pontuais, de acordo com os tipos de acervos e informações a serem tratados. Esse é o caso do registro eletrônico de frequência.

Os documentos digitais, em qualquer área, oferecem oportunidades e desafios na mesma proporção, tanto é que a adoção das tecnologias de forma disruptiva pelas instituições ganhou a alcunha de transformação digital ao redor do mundo. Não é fazer a mesma coisa com as tecnologias, mas fazer coisas novas e de modo diferente.

Os documentos digitais, de uma forma geral podem ser classificados em dois tipos. Existem os documentos simples, como aqueles produzidos por processadores de texto (ofícios, memorandos, atas, relatórios etc.) ou de imagens, sons e vídeos (fotografias, mapas, plantas arquitetônicas, discursos, palestras, documentários e filmes etc.), muito similares aos documentos tradicionais. Por outro lado, a tecnologia nos trouxe os documentos complexos, como as bases de dados, cujas informações originais, compostas por dados em planilhas processáveis de diferentes formas, são passíveis de alteração e atualização e os formatos de manifestação ou apresentação de forma legível ao usuário dependem da forma como a instituição decide configurar os relatórios de saída.

Segundo Rondinelli (2013, p.15), o documento digital possui uma forma manifestada e uma forma armazenada

no caso de banco de dados, o documento arquivístico tanto pode ser o documento manifestado gravado em PDF-A, como o documento armazenado o qual detém a capacidade de 'montar' o documento manifestado e apresentá-lo quantas vezes forem necessárias tanto aos olhos humanos como a um

outro sistema, como é o caso de bancos de dados de instituições bancárias.

Embora não exista razão para renunciar à possibilidade de atualização dessas bases de dados e, portanto, defender a existência do documento armazenado, há uma consequência dessa decisão, perde-se uma das características essenciais de um documento arquivístico: sua fixidez.

Na forma manifestada parece mais simples a aplicação e gestão dos requisitos para que um documento seja considerado arquivístico, destacando-se, conforme se depreende de Santos (2012, p.116-117), a manutenção da:

- fixidez: manutenção de uma forma fixa e de um conteúdo estável sempre que o documento for acessado (visualizado, ouvido);
- organicidade: possibilidade da identificação do conjunto de relações do documento com os demais documentos vinculados a uma mesma atividade e ao acervo arquivístico da instituição;
- naturalidade: produção ou recepção dos documentos em um processo natural vinculado aos interesses da instituição e à conformidade legal de seus atos;
- autenticidade: controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico.

O que acontece, então, quando um documento comum a todas as instituições, como o registro de frequência em papel, é substituído por um sistema informatizado com o mesmo fim? Com justificativas como melhorar a capacidade de fiscalização e de processamento dos registros, passa-se de um formulário com campos fixos preenchidos manualmente ou por impressão em máquina de marcação de horário para

uma base de dados com inúmeras outras possibilidades de coleta de informações.

Antes de qualquer coisa, observa-se que este artigo trata do tratamento arquivístico de documentos digitais. Há que se considerar, portanto, que está subentendida a adoção dos instrumentos de gestão arquivísticas, quais sejam, no mínimo, plano de classificação, tabela de temporalidade e sistema informatizado de gestão arquivística de documentos. Nesse escopo, antes de aprofundar a discussão sobre o objeto do artigo propriamente dito, apresentam-se algumas considerações adicionais.

Observa-se que os documentos digitais podem ser, ainda, divididos em outros dois grupos, natos digitais e digitalizados. Ambos os casos, quando confrontados com as demandas relativas ao seu tratamento, podem sofrer subdivisões, vejamos:

a) **Surgidos em decorrência da evolução tecnológica**

Produzidos pela simples substituição da forma de produção. É o caso das fotografias, plantas arquitetônicas, áudios e vídeos, bem com os processos eletrônicos geridos por sistema de gestão de documentos arquivísticos. Desde que já estejam contemplados pelos instrumentos de gestão documental (plano de classificação e tabela de temporalidade), não é necessária qualquer ação adicional, senão possíveis orientações quanto ao formato de produção e quanto à formalização da transferência e/ou do recolhimento.

b) **Informatização do processo de trabalho**

A mudança do processo de trabalho fez com que diversos documentos passem a existir apenas como dados em sistemas. Nesse escopo, o tratamento deve visar a identificação da melhor forma de redefinir-los como documentos e manifestá-los na forma de documentos digitais arquivísticos preserváveis. Essa informatização, comumente, resulta na ado-

ção de sistemas negociais diversos, como de gestão de pessoas, de aquisição de material e serviços, de prontuários de pacientes etc.

c) **Sistema de informação negocial**

Informações ou documentos produzidos e mantidos no âmbito dos mais diversos sistemas de informação, com as mais diversas finalidades, utilizados pela instituição e sobre os quais não há qualquer ingerência da área de gestão documental. São necessárias diversas iniciativas, começando pela análise dos objetivos do sistema e indo até a identificação de potenciais informações a serem consolidadas na forma de documentos ou na definição de regras para que o documento acaso existente seja capturado pelo sistema de gestão arquivística ou pelo repositório de preservação digital.

d) **Reformatação**

Migração de documentos não digitais para versões digitais com o objetivo de solucionar demandas decorrentes de deterioração ou obsolescência tecnológica de mídia e suporte. Pode-se citar, como exemplo, filmes em acetato e poliéster em avançado processo de deterioração com restauração inviável ou, ainda, gravações de áudio e vídeo produzidas em formato analógico e registradas em fitas cassetes e de rolo magnéticas. Nesses casos, a digitalização é feita como forma de substituição do original.

e) **Cópias de preservação e acesso**

Os documentos arquivístico de valor permanente, a fim de evitar manuseio e, também, para ampliar as possibilidades de acesso, devem ser digitalizados e essas cópias produzidas precisam ser preservadas de forma adequada e com controle adequado de atualização tecnológica, a fim de evitar novas ações de digitalização no futuro.

Embora todos esses tipos de documento digital precisam, inicialmente, atender a requisitos de produção e ser submetidos às políticas de preservação digital, não nos deteremos sobre todos esses agrupamentos. Sendo aqui apresentados apenas para contextualizar a amplitude dos estudos a serem feitos pela área de gestão e de preservação de documentos arquivísticos no intuito de definir prioridades para captura nos repositórios institucionais.

A partir das divisões elencadas, entende-se que os registros digitais de frequência podem ser classificados como decorrentes da informatização dos processos de trabalho (opção b), mas também, constitui-se de dados registrados num sistema negocial de controle eletrônico de frequência (opção c). Como um produto de atualização de atividade, já teve sua versão em papel avaliada e, portanto, já passou por uma análise arquivística anterior. Como um sistema de negócio novo, pode ter adotado funcionalidade e informações para além das que existiam na sua versão em papel, o que implica em nova análise técnica sobre as informações tratadas.

A preservação digital na Câmara dos Deputados

Garantir a preservação, a integridade, a confiabilidade, a autenticidade, a disponibilidade e a acessibilidade dos documentos digitais produzidos e recebidos pela organização, assim como o atendimento aos atos normativos arquivísticos, é uma tarefa complexa e cuja responsabilidade recai sobre toda a Câmara dos Deputados, uma vez que esses documentos são originados dos processos de trabalho distribuídos na instituição. Essa conscientização, desde a alta administração até os níveis operacionais, é um dos grandes desafios da preservação digital que exige uma atuação em quatro dimensões: obsolescência dos equipamentos, deterioração dos suportes, descontinuidade de sistemas e bases de dados e de obsolescência de formatos de arquivo e suportes de

armazenamento.

O Ato da Mesa nº 48/2012 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b), que institui a política de preservação digital da Câmara dos Deputados compreendendo “princípios, objetivos, diretrizes e requisitos para a preservação de documentos digitais” (Art. 1º) é o marco regulatório das preocupações da Casa com esse tema. No contexto desta pesquisa, observa-se que as bases de dados digitais estão entre os documentos digitais abrangido pela norma (Art. 2º, Parágrafo único, IV). Destaca-se que a política de preservação digital tem entre seus objetivos (Art.4º):

I - assegurar as condições adequadas ao pleno acesso a documentos digitais, pelo prazo institucionalmente estabelecido;

II - assegurar, permanentemente, a autenticidade dos documentos digitais;

III - implantar repositório institucional próprio para a preservação digital (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b).

Ou seja, a política de preservação digital da instituição contempla a avaliação documental (“prazo institucionalmente estabelecido”), os critérios de controle de alterações (“autenticidade dos documentos digitais”) e a criação de um recurso específico (“repositório institucional próprio”) para a preservação digital. Adicionalmente, é esclarecido que o repositório deverá ser utilizado apenas para a preservação de documentos digitais de valor permanente ou de valor intermediário de guarda de longo prazo (Art. 11, §1º e §2º) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b), o que será definido na tabela de temporalidade, produto da avaliação documental.

Destaca-se a orientação constante do Art. 12º, segundo o qual

sempre que o tempo de vida de conteúdo informacional digital, determinado pela política de avalia-

ção documental, for superior ao tempo de vida estimado do sistema informatizado que o gera, esse sistema deverá produzir um documento digital consolidado [DDC] para envio ao repositório de preservação digital (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b).

Naquela norma, DDC é conceituado como o “documento digital que é produzido a partir de sistemas informatizados, numa forma independente desses sistemas e adequada para apresentação e acesso humano, cuja informação é independentemente compreensível” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b). Em outras palavras, a ideia de DDC é uma adaptação institucional do conceito de documento manifestado, postulados pelos estudos do Projeto Interpares, e anteriormente citado por Rondinelli (2013, p.15).

Esses conceitos e orientações foram aplicados com sucesso em um projeto piloto de preservação digital vinculado à própria instalação do repositório e do Serviço de Preservação Digital da Casa (SOUSA, CAMPOS FILHO, 2018). Tal projeto foi encerrado em 2019 e gerou a definição de procedimentos e de um formato de preservação da folha de pagamento em suas mais diversas categorias (servidor ativo, inativo, secretariado parlamentar, cargo em comissão de natureza especial etc.) agora armazenada para preservação em um repositório (Archivemática).

Pelo impacto que tem nas ações da instituição e a importância de garantir sua autenticidade, o sistema de controle eletrônico de frequência é um dos primeiros sistemas em estudo para identificar o(s) documento(s) a ser(em) preservado(s) digitalmente.

O controle de frequência na Câmara dos Deputados

O controle de frequência dos servidores de uma instituição é uma função básica da gestão de pessoal e, dentre outras questões, tem impacto na folha de pagamento e, posteriormente, na análise de pedidos de aposentadoria, podendo ser útil, inclusive, em in-

Servidor <i>CASTRO ALVES</i>					Ponto <i>1234</i>			
Unidade Administrativa <i>23 DEPARTAMENTO MÉDICO</i>					Mês/Ano <i>Janeiro/2015</i>			
Lotação de Exercício <i>572 SEÇÃO DE RADIOLOGIA</i>								
Dia	Expediente matutino				Expediente Vespertino			
	Entrada	Hora	Saída	Hora	Entrada	Hora	Saída	Hora
1	FERIADO		FERIADO		FERIADO		FERIADO	
2	SÁBADO		SÁBADO		SÁBADO		SÁBADO	
3	DOMINGO		DOMINGO		DOMINGO		DOMINGO	
4	(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)	
5	(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)	
6	(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)	
7	(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)	
8	(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)		(assinatura)	
9	SÁBADO		SÁBADO		SÁBADO		SÁBADO	
10	DOMINGO		DOMINGO		DOMINGO		DOMINGO	
11	FÉRIAS		FÉRIAS		FÉRIAS		FÉRIAS	
Chefe Imediato <i>(assinatura)</i>					Ponto <i>(assinatura)</i>		Assinatura	
DEPARTAMENTO DE PESSOAL – DIRETOR <i>(assinatura)</i>					OBSERVAÇÕES:			

Figura 1. Modelo de formulário “Registro de frequência” (recorte), usado antes do registro eletrônico de frequência

investigações policiais que envolvam a comprovação da localização de uma pessoa no momento da ocorrência de um crime.

A “folha de frequência” (Figura 1) ou “folha de ponto” é comumente entendida como o principal registro da frequência dos servidores. Todavia esse registro é composto por várias fontes e depende de outros documentos e controles cujos usos eram registrados manualmente na folha.

Esse formulário, utilizado para os registros ordinários e, com adaptações, extraordinários de frequência dos servidores efetivos e de cargos em comissão de natureza especial (CNE), funcionava da seguinte forma: mensalmente, o diretor de cada unidade assinava (no campo “Chefe Imediato”) a folha de frequência em papel, ratificando as assinaturas de “Entrada” e “Saída” e demais informações - por exemplo, afastamento autorizado no período pelo Processo 1234/2010 ou férias - constantes do documento. As folhas eram organizadas por área e, em seguida, encaminhadas ao Departamento de Pessoal para registro nos bancos de dados e cálculo de pagamento. Os finais de semana, feriados, recessos oficiais ou férias e afastamentos aprovados com antecedência já

apareciam impressos no formulário em papel.

Além da folha mensal de registro diário de presença, são formas de controlar a frequência dos servidores e colaboradores na Câmara dos Deputados:

- frequência informada por correspondência (comunicado de frequência ou ofício): quando se trata de servidores requisitados para outros órgãos ou de secretários-parlamentares que prestam serviço na unidade federativa que o parlamentar representa;
- registro por meio de processo administrativo: quando relativo à ausência por questões de saúde, licenças capacitação, participação em evento ou reunião técnica, maternidade, paternidade, eleitoral etc.
- formulários de solicitação de férias e recesso.

Esse amplo aspecto de controle de frequência era gerenciado no viés arquivístico institucional por meio de um modelo de avaliação pioneiro no país,

desenvolvido internamente na década de 1970 e utilizado até 2017, quando foram aprovados instrumentos de classificação e tabela de temporalidade da Casa baseados em premissas mais difundidas na atualidade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Aquela abordagem tinha como base a análise documental no contexto de uma rotina de trabalho, a partir de identificação do órgão responsável por sua execução e monitoramento.

As 21 rotinas identificadas de ou com impacto no controle de frequência estavam sob a responsabilidade do Centro de Formação e Controle, do Departamento de Finanças, do Departamento Médico e do Departamento de Pessoal e atenderam, adequadamente, à gestão documental no período em que estiveram em vigor. Ocorre que a avaliação arquivística tem como um de seus principais referenciais a observância à conformidade legal e sua adequação aos processos de trabalho os quais, em ambos os casos, mudam com o tempo.

Ainda na década de 1980, a Lei nº 7.855/1989 (BRASIL, 1989), altera a Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (BRASIL, 1943), modificando o texto do §2º, do Art. 74, de “será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registros mecânicos, ou não” para “será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho”. Assim, em 1996, a Presidência da República promulga o Decreto nº 1.867/1996 (BRASIL, 1996) que, em seu Art. 1º, estabelece que o “registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional será realizado mediante controle eletrônico de ponto”.

Em 2009, a Portaria nº 1.510/2009, do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego (2009), disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. Aquela portaria, em seu Art. 4º, estabelece que o REP deverá apresentar diversos requisitos, destacando-se:

I - relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano [...];

II - mostrador do relógio de tempo real contendo hora, minutos e segundos; III - dispor de mecanismo impressor em bobina de papel [...];

IV - meio de armazenamento permanente [...] onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente (MINISTÉRIO DE ESTADO..., 2009).

No âmbito da Câmara dos Deputados, a ideia de controle eletrônico de frequência tem sua implantação geral na Casa por meio do Ato da Mesa nº 24/2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), ao dispor que o “servidor deverá registrar a frequência em coletores biométricos integrados a sistema eletrônico” (Art. 2º). Isso ocorreu a partir de maio de 2015, quando foram instalados coletores biométricos em pontos estratégicos de entrada e saída de instituição, todos funcionando à base do uso do cartão de identificação em conjunção com leitura de digital e sob os requisitos do SREP. O sistema foi denominado ePonto.

Esse ato (Art. 2º, §6º, Art. 4º-A, I e II)¹⁹ autoriza o chefe imediato aprovar um conjunto de ações, por meio da funcionalidade “solicitar ajuste”, sistematizadas na tabela a seguir:

Destaca-se, na Tabela 1, a necessidade de se capturar e armazenar a imagem digital do comprovante de execução da atividade que justifica o abono.

De uma forma geral, as principais informações coletadas pelo ePonto são:

- matrícula pela leitura do crachá e identificação do servidor pela leitura biométrica da digital;
- data e hora do registro e número do leitor biométrico usado;
- controle de formação e uso de banco de horas;

Tipo de operação	Motivo	Comprovante
Exclusão de registro	Adequação de jornada	-
	Adequação de horário para alimentação	-
	Registro inserido indevidamente	-
Inclusão de abono	Audiência relacionada ao trabalho	Sim
	Evento externo relacionado ao trabalho	Sim
	Motivo de saúde familiar	Sim
	Motivo de saúde própria	Sim
	Reunião relacionada ao trabalho	Sim
Inclusão de registro	Adequação de jornada	-
	Adequação de horário para alimentação	-
	Esquecimento	-
	Horário não registrado pelo coletor	-
	Servidor em atividade que impossibilita registro	-
	Servidor sem crachá	-
Validação de horário não autorizado	Necessidade de serviço	-

Tabela 1. Ajustes do ePonto

- correções (inclusões e exclusões de registro) e abonos de período, com a justificativa, bem como o endosso do superior imediato ou seu substituto (tipo de solicitação, nome, matrícula, data e hora da ação de endosso);
- imagem digital dos comprovantes de abono.
- endosso mensal do superior imediato sobre os registros do período (nome, matrícula, data e hora da ação).

O sistema permite, ainda, a definição da carga horária do servidor, bem como os limites de janela diária de trabalho nos quais a carga pode ser cumprida. Nesse escopo estão o controle do sobreaviso de cinco horas semanais em que os servidores sem função não precisam estar presentes, mas sem as quais não poderão requerer a formação de banco de horas (Art. 2º, §9) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Outras informações, como registro de férias e recessos (solicitados por sistema específico), autorizações de licença e dispensa de ponto (realizados por processo administrativo) são registradas manualmente ou por interoperabilidade entre sistemas.

O ePonto apresenta a seguinte janela de abertura (Figura 2), personalizada para cada servidor:

São registradas as entradas e saídas em cada dia, sendo apresentado, também, o tempo excedente (marcado em verde - dias 2, 3, 4) ou faltante (marcado em vermelho, nos dias 5 e 23) para completar a jornada diária. O sinal de “diálogo” marca a opção de solicitar reajuste. O sinal de “relógio” (dias 8 e 9) indica um evento solicitado por outro meio (processo administrativo de viagem a serviço, sistema de férias etc.). A “lua” indica os dias (3, 10, 24) em que seriam aceitos registros de sessão extraordinária e as “casas” marcam os feriados (dias 18 e 19). A cor laranja marca o dia em curso.

O DDC do ePonto

Na atual constituição do plano de classificação (PCD) e da tabela de temporalidade (TTD) de documentos arquivísticos, estão previstos no nível “05.02.06 Frequência, licenças e afastamentos” os seguintes agrupamentos documentais, todos com previsão de guarda na fase corrente de cinco anos, permanecendo mais 57 anos na fase intermediária antes de poderem ser eliminados:

- Folhas de frequência;

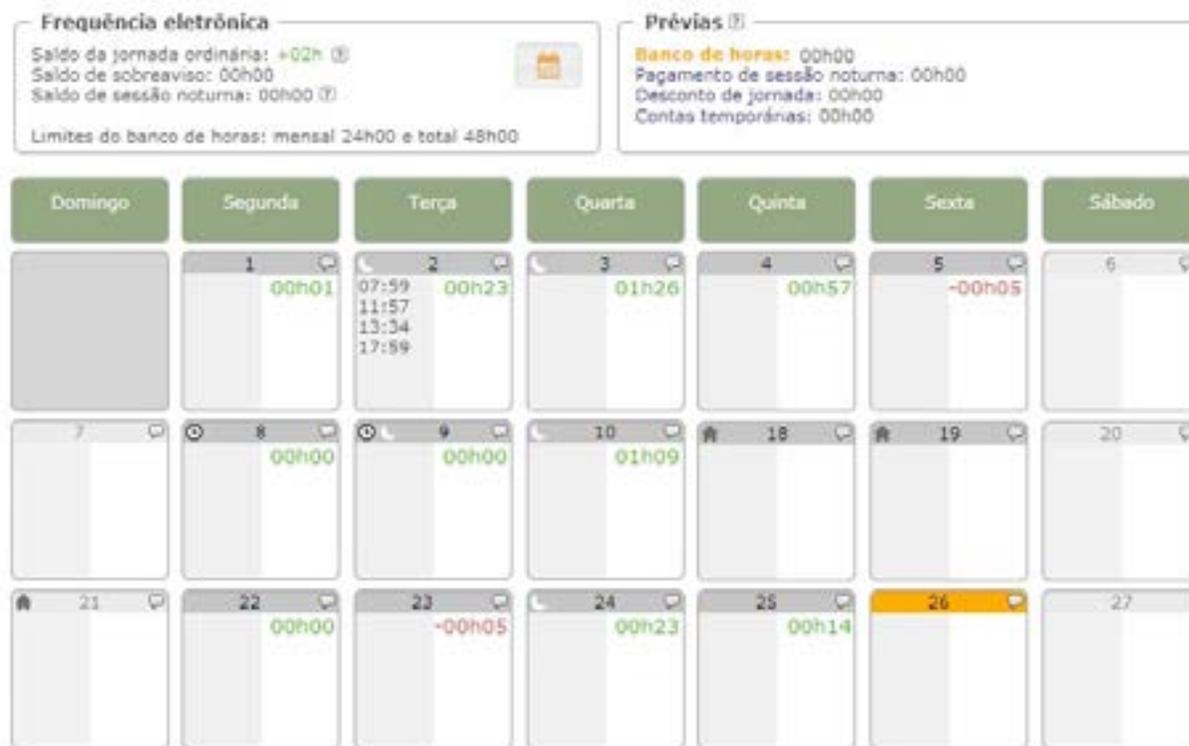


Figura 2. Tela de abertura do Sistema ePonto (editada)

- Comunicação de frequência (ordinária);
- Comunicação de frequência (hora extra);
- Compensação de horas extras (banco de horas);
- Retificação de frequência (ordinária);
- Retificação de frequência (hora-extra);
- Dispensa de ponto;
- Concessão de licença ou afastamento;
- Solicitação para realização de horas extras/extraordinárias;

- Solicitação de horário especial.

É na relação do prazo previsto para guarda dos registros de frequência e na obsolescência dos sistemas em curto prazo que se encontra uma das principais justificativas para o projeto de definição do DDC do ePonto.

O ePonto agrega três requisitos da política de preservação digital da Câmara dos Deputados. Primeiro, é um produto da Casa relacionado às atividades derivadas das suas funções institucionais (Ato da Mesa nº 48/2012, Art. 2, *caput*) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b), o controle de frequência dos servidores. Em segundo lugar, tem um prazo muito longo de guarda (62 anos) e demanda a adoção de ações específicas de preservação digital (Art. 11, §2º) e, finalmente, em se considerando que o ciclo de vida de um sistema de informação é em torno de cinco anos, o

ePonto deverá produzir um documento digital consolidado para envio ao repositório (Art. 12).

Apenas para registro, observa-se que além daqueles documentos, outros previstos no PCD e na TTD estão sendo tratados, também, em meio digital, mas em sistema distinto, e, agrupados na classificação “05.02.09.02 Férias e recesso”, com previsão de eliminação após cinco anos de sua produção. Nesses casos, muito provavelmente, não será discutida a criação de DDC porque, devido ao prazo de guarda, a preservação dos documentos poderia ser feita no próprio sistema de produção.

Uma vez determinada a necessidade de gerar um DDC do ePonto, surgem várias perguntas: qual o formato do documento e as informações a serem consolidadas? O que é essencial? O que é redundante? O que é gerenciado por outros sistemas ou presentes em outros documentos?

Ações futuras

Na continuidade do projeto algumas questões precisam ser discutidas com mais profundidade demandando decisões técnicas, mas também, políticas:

- análise e definição, em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos e consultadas as demais áreas que gerenciam ações com impacto na frequência dos servidores, sobre quais informações deverão efetivamente constar no DDC para que os eventos de frequência de todos os servidores da Câmara dos Deputados sejam integralmente preservados;
- a partir da definição de que informações do sistema deverão constituir o documento a ser gerado, deve-se analisar e selecionar os metadados de preservação do DDC, usando como base o modelo de metadados elaborado no projeto de preservação digital da Casa;
- definir a periodicidade de geração e tramitação do DDC, de acordo com a tabela de temporalidade e com o processo de trabalho da área geradora dos documentos digitais, e de seu encaminhamento para preservação;
- definição junto à área produtora e à Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADAR) se os documentos digitalizados que comprovam os abonos de frequência devem “acompanhar” ou não os respectivos DDC, mantendo os prazos de guarda ou, caso contrário, por quanto tempo devem ser preservados, tanto os originais quanto suas representações digitais;
- definição, em acordo entre as áreas de gestão documental e de tecnologia da informação, se será criada funcionalidade para interoperabilidade entre ePonto e Archivematica ou se o DDC do registro de frequência será capturado pelo sistema informatizado de gestão arquivística de documentos da Casa (eDoc), onde ficaria, automaticamente, submetido a todas as regras da gestão, inclusive quanto ao posterior encaminhamento ao repositório.

Finalmente, pretende-se apresentar a experiência da Câmara dos Deputados e discutir com outras instituições, que já adotam o controle eletrônico de frequência, que ações estão sendo realizadas para preservação desses registros, uma vez que o uso dessa tecnologia está cada mais difundida.

A título de contexto da necessidade e oportunidade dessa discussão, em fevereiro de 2019, foi apresentado o Projeto de Lei 544/2019 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019) que institui a verificação eletrônica de frequência e pontualidade dos Servidores Públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para fins de controle e fiscalização da jornada de trabalho.

Considerações finais

A discussão sobre a geração de documentos consolidados desde sistemas e bases de dados de registros de frequência tem interesse para qualquer instituição na atualidade, visto que a adoção dessa tecnologia é cada vez mais comum, inclusive em instituições de pesquisa e de saúde. Por outro lado, os estudos realizados para analisar as versões em papel e digital dos registros de frequência também poderão ser usados como base para o estudo dos dossiês funcionais dos servidores e, ainda, dos prontuários de pacientes. Em ambos os casos, trata-se de documentos que têm uma previsão de guarda longo, exigindo atenção especial quanto à sua proteção e manutenção da acessibilidade e autenticidade ao longo do tempo.

A Lei 13.787/2018 (BRASIL, 2018), por outro lado, apesar de autorizar a eliminação do prontuário após 20 anos desde o último registro, prevê a realização de seleção de alguns deles para guarda permanente, o que significa que os cuidados com sua preservação devem ser ainda maiores e sem prazo de término. Deve-se observar, em complemento, que um prontuário de paciente selecionado para preservação histórica não deve permanecer no sistema de prontuário eletrônico, onde pode sofrer alterações inadvertidamente.

Algumas considerações adicionais são necessárias para contextualizar a escolha da abordagem instituição para o trato dos registros eletrônicos de frequência. De início deve-se responder a dois questionamentos que recebemos no início do projeto, no trato com nossos interlocutores principais. Por que gerar documentos digitais consolidados, ao invés de investir na robustez dos sistemas de negócio? Não seria uma incursão excessiva sobre as competências das áreas de negócio?

Existem ao menos duas abordagens para responder à primeira questão. De início, atendem ao aspecto tecnológico. Como já mencionado, entendemos ser mais fácil, tecnologicamente, atuar na preservação da autenticidade de um documento ma-

nifestado, com forma fixa e conteúdo estável, num formato padronizado e independente de software específico para acesso, do que na manutenção e atualização de sistemas ou bancos de dados de produção que têm como regra básica, justamente, a possibilidade de alteração. Além de que a preservação digital não é competência da área responsável pelo registro de frequência.

A segunda tem relação com a disponibilidade financeira e o comprometimento da instituição para investir na robustez e aprimoramento dos sistemas de negócio. Tal entendimento demandaria dotar os sistemas de negócio de requisitos arquivísticos, incluindo questões quanto à autenticidade e migração de formatos e softwares, promovendo atualizações e readequação das funcionalidades de gestão, cada vez que o sistema precisar ser alterado, evitando-se a geração de sistemas legado. Pelos investimentos envolvidos, essa é uma abordagem pouco adotada pelas instituições na atualidade. É mais barato investir num único sistema com essas funcionalidades, concentrando as preocupações de gestão e preservação.

Quanto ao possível questionamento sobre ser ou não atribuição da área de arquivo a definição de regras para a produção de documentos digitais, pode-se esclarecer que esta é explicitamente uma das funções arquivísticas. Na Câmara dos Deputados, isso é, inclusive, uma questão de conformidade legal e normativa da Coordenação de Arquivo, como órgão Central do Sistema de Arquivos da Casa, pois lhe cabe (Ato da Mesa nº 62/1985, Art. 7º, §2º) participar “na criação e reformulação de documentos e na responsabilidade pela administração de documentos oficiais” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1985).

No mesmo sentido dispõe a ISO 15.489-1/2016, traduzida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (2018), ao afirmar que a avaliação, função inerente à área de arquivo, dispõe em sentido similar de atribuição quando define a avaliação documental, competência da Coordenação de Arquivo, como “o processo de identificação das atividades de negócio para determinar quais documentos de arquivo preci-

sam ser produzidos, capturados e por quanto tempo precisam ser mantidos” (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p.13).

É necessário abordar uma última questão: por que avaliar as informações do sistema quando é possível guardar tudo? Inicialmente, poderíamos nos ater ao viés normativo que é explícito ao afirmar que “somente serão encaminhados e aceitos no repositório de preservação digital os documentos digitais consolidados, em sua versão final, e que tenham sido submetidos à avaliação documental” (Art. 11) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012b). Aquele normativo oferece mais um argumento para a avaliação ao afirmar que um dos critérios para a geração de DDC é a constatação de “que o tempo de vida de conteúdo informacional digital, determinado pela política de avaliação documental, for superior ao tempo de vida estimado do sistema informatizado que o gera” (Art. 12) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), conforme já destacado.

Para completar a questão normativa, deve-se deixar claro que a avaliação documental arquivística não tem como regra fundamental a disponibilidade ou a inexistência de área armazenamento, mas a necessidade ou não da preservação da informação ou do documento produzido no escopo das funções da instituição que a custodia.

Assim, embora seja possível outras abordagens sobre preservação de documentos digitais arquivísticos, a implementação das discussões técnicas no âmbito da Câmara dos Deputados tem ratificado o caminho atualmente trilhado.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR ISO 15489-1:2018. Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios. ABNT: São Paulo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996. Dispõe sobre instrumento de registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1867.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7855.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13787.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 25, de 20 de agosto de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê de Sistematização de Informações Digitais na Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados* - Suplemento - 21/8/2003, Página 4 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2003/atodamesa-25-20-agosto-2003-322069-norma-cd-mesa.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 46, de 16 de julho de 2012. Institui a Política de Gestão de Conteúdos Informativos da Câmara dos Deputados e dá outras providências. *Diário da Câmara dos Deputados* - Suplemento - 17/7/2012, pág. 37. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-46-16-julho-2012-773824-norma-cd-mesa.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 48, de 16 de julho de 2012. Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados* - Suplemento - 17/7/2012, Página 71 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-48-16-julho-2012-773828-norma-atualizada-cd-mesa.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 147, de 2 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos Digitais-eDoc. *Diário da Câmara*

dos Deputados - Suplemento - 3/12/2014, Página 9 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2014/atodamesa-147-2-dezembro-2014-779658-publicacaooriginal-145522-cd-mesa.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 24, de 6 de maio de 2015. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências. *Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 7/5/2015*, Página 3 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2015/atodamesa-24-6-maio-2015-780669-norma-cd-mesa.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 80, de 23 de março de 2016. Dispõe sobre a validade jurídica dos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2016/atodamesa-80-23-marco-2016-782648-publicacaooriginal-149837-cd-mesa.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Documentação e Informação. Edital nº 01, de 21 de julho de 2017: plano de classificação e tabela de temporalidade – atividades-meio. *Bol. Adm.* Ano XL, nº 139, 24/07/2017, p.2328. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/boletimadm/2017/ba20170724.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diretoria-Geral. Portaria nº 30, de 10 de abril de 2008. Aprova Termo de Abertura de Programa destinado a viabilizar a desmaterialização de processos e documentos na Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2008/portaria-30-10-abril-2008-574285-publicacaooriginal-97458-cd-dg.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 544/2019. Institui a verificação eletrônica de frequência e pontualidade dos Servidores Públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para fins de controle e fiscalização da jornada de trabalho. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191448>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução nº 12, de 31 de outubro de 2019. Estabelece o processo legislativo digital no âmbito da Câmara dos Deputados, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2019/resolucaodacamaradosdeputados-12-31-outubro-2019-789331-publicacaooriginal-159310-pl.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. CONARQ. Portaria nº 60, de 7 de março de 2002. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/portarias_conarq/portaria_n_60_do_conarq.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

INTERPARES 3 PROJECT. Estudo de Caso BR08 – Câmara dos Deputados – Dossiê digital das proposições legislativas: Relatório final (2012). Disponível em: http://interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=ip3_brazil_cs08_relatorio_final.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO de Estado do Trabalho e Emprego.

Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009. Disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 162, 25 de agosto de 2009, seção 1, p. 63-66. Disponível em: https://www.semp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/26.08.09/Portaria_MTE_1510_21.08.09.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O conceito de documento arquivístico na era digital*. (2013). Apresentação. Disponível em: <http://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/39/2015/01/rosely.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). *A Câmara dos Deputados e a Arquivística Brasileira (1970-2000)*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34421>. Acesso em: 10 maio 2020.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digital. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.114-126, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/1357/1536>. Acesso em: 10 maio 2020.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; CAMPOS FILHO, José Raymundo Ribeiro. *Definição do documento digital consolidado para preservação dos registros de frequência dos servidores na Câmara dos Deputados*. IV SINPRED e VI Encontro da Rede Cariniana. 15-17 Mai 2019. Goiânia : Universidade Federal de Goiás (Apresentação).

SANTOS, Vanderlei Batista dos; CAMPOS FILHO, José Raymundo Ribeiro. *Preservação de Documentos Digitais na Câmara dos Deputados: prospecções, ações e resultados*. 17 Mai 2019. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/Mod_Projeto_CPEPreservaoDigitalv4.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

SOUSA, Marcos Aurélio Lopes de; CAMPOS FILHO, José Raymundo Ribeiro. Preservação de Documentos Digitais na Câmara dos Deputados. Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 8., 2018, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIN, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 939-956, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_RE_GTO4_0939-0956.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.



ar um genero com outro, ou um
litar com outros

Em que fomos exagerados? Se
ão, tomando a bandeira de um re
atlavessou no meio de balas a
Arcole, onde hesitava o exercito
como dizeis ; o marquez de Caxias
indecisa a victoria, como asse
testemunha ocular, com um he
um desapego a vida, que descri
cabe nalinguagem humana, passo
no meio de nuvens de balas, e le
os vivas os mais entusiastico
vêr em todos os logares, onde o
era mais renhido, providencian
nando manobras; e animando a
o imponente espectaculo do ge
chefe no meio do fogo !

No dia 11, sabendo do infan
mento do visconde do Herval, o
de Caxias, collocou-se de novo
das forças e as conduziu ao comb
com sua previdencia comprehend
o effeito moral daquelle triste aconteci
mento. Só o marquez de Caxias podia
substituir o visconde do Herval, o bravo
dos bravos.

Já se vê que o marquez de Caxias, em
Santo Antonio, esteve na altura de Napol
ão em Arcole, com a differença que no
Paraguay a posição não era previamente
conhecida, e o fogo sahia tambem de
espessas mattas que circumdavam a ponte
dispetade.

A imprensa liberal parece não com
prender a possibilidade de um general
brasileiro dar de sua intrepidez prova tão
heroica, como deu o primeiro capitão
dos tempos modernos! Demasiado! Para

DOCUMENTO

A GUERRA DO PARAGUAI NA IMPRENSA CAPIXABA: O CONFLITO PARA ALÉM DO CAMPO DE BATALHA

Marcos Antonio Briel

Graduando em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Participa do Laboratório de História, Poder e Linguagens da Ufes. Desenvolve pesquisa de monografia sobre a Guerra do Paraguai na imprensa do Espírito Santo.

A doutrina contraria imp
são das duas penas, aliás mu
tas, da suspensão simples e
emprego com inhabilidade p
ã inverte a graduação da pe
art. 129 do código criminal,
minimo da pena mais gra
maximo. »

Impugnou V. Ex. esta d
pondo-lhe a opinião do Dr.
vés exarada nas *Anotação
Criminal*, pag. 612 :

« Dissemos que não viam
nentes na demissão de que
servir o poder executivo, p

A Guerra do Paraguai na Imprensa Capixaba

O conflito para além do campo de batalha

A transcrição a seguir trata-se de uma notícia sobre a Guerra do Paraguai extraída do periódico carioca *Diário do Rio* e publicada nas folhas do jornal capixaba *Correio da Victória* no dia 20 de janeiro de 1869, com o número editorial 06 e disposta em parte da página 03. Tal documento pode ser encontrado nas coleções de microfímes do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), bem como na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

A notícia intitulada *Transcrições* exaltava a figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, bem como as atividades e sua liderança exercida na chefia do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). O documento insere-se no contexto das disputas narrativas travadas na imprensa entre os jornais pertencentes aos partidos Liberal e Conservador, durante todo o desenrolar do conflito e até mesmo após seu término com o intuito de angariar a opinião pública e estabelecer interpretações que favorecessem os objetivos políticos de seus grupos.

Segundo Hendrik Kraay (2017) e Rodrigo Goyena Soares (2017), nesse ínterim de politização diante do conflito platino, os conservadores mais ortodoxos ressaltavam e se apropriavam da imagem combativa de seu próprio partidário, Duque de Caxias, enquanto os liberais teciam ferrenhas críticas ao papel exercido pelo militar, juntamente com o desempenho do gabinete conservador do Visconde de Itaboraí nas conduções políticas da guerra.

Na notícia do jornal carioca transcrita no veículo de circulação da capital da província do Espírito Santo é verificada uma tentativa de construção da figura heroica de Duque de Caxias antes mesmo do findar do combate na bacia do Prata.

O articulista emprega termos exageradamente elogiosos ao militar. São destacadas as qualidades de responsabilidade e a versatilidade do general em atuar em várias esferas do núcleo das tropas, seja em caráter tático, administrativo ou até mesmo na linha de frente da batalha. Alguém que conduziu o exército do Brasil de vitória em vitória diante de um inimigo resistente e de condições territoriais adversas. O jornal *Diário do Rio*, de bandeira conservadora, ainda observou que os ataques empregados pelos liberais a Caxias provinham de cegueira política propiciada por paixões e interesses particulares. Portanto, tais análises não condiziam com o papel efetivamente desempenhado pelo comandante nacional.

Apesar do texto escolhido não ser uma publicação original do jornal capixaba escrito pelo bacharel Tito da Silva Machado e editado por Aprigio Guilhermino de Jesus, a sua circulação na imprensa local revela que as discussões e os conflitos partidários em torno da Guerra do Paraguai extrapolavam os limites dos territórios da Corte e se introduziam nas disputas políticas provinciais. Com efeito, as disputas narrativas e os eventos da Guerra da Tríplice Aliança eram também noticiados na Província do Espírito Santo que, apesar de territorialmente longe das batalhas, acompanhava com atenção os acontecimentos em torno do grande conflito militar da América do Sul no século XIX.

orças, por intermédio de poderes especiais.

Directoria de Instruções publicas.

Expediente do dia 4 de Junho de 1893.

A' presidente, pedida a criação de...

A' assessor, para mandar...

...que pela...

...que não...

TRANSPORTES.

A' governo central...

...que não...

PUBLICACIONES SOLEMNERAS.

Carta do Excm. Sr. Dr. Augusto Elias...

Li as considerações...

V. Ex. a respeito...

Pro. petição...

Uma apresentação...

Um recurso...

DOCUMENTO

[fl.3]

Transcrições.

A guerra contra o Paraguay, pondo / em severa prova os talentos militares do / marechal marquez de Caxias, tanto os fez / ressaltar, que mais não podem ser con- / testados, ainda por aquelles que se dei- / xam cegar por incomprehensivel e odi- / enta inveja.

O marquez de Caxias reúne as duas / supremas capacidades: o genio adminis- / trativo e o genio táctico. Nelle a pruden- / cia é a verdadeira sabedoria. Nem retar / dador, nem temerario; inutilmente não / sacrifica a vida de um soldado, mas / quando é indispensavel um extremo es- / forço, elle é o primeiro a expor sua vida.

Chegando ao exercito organizou a for- / ça estremecida pelo infausto revez de Cu / rupaity. Resistiu a todas as provocações / dos generaes que em vez de espada usam / da lingua. Combinou um plano gigantes- / co, e começou a executal-o pelo arroja- / do, difficil mas feliz movimento de flan- / co, acampando em Tuy Cué; Dahi o / exercito apoiando a esquadra avançaram de victoria em victoria até o glo- rioso dia / 11 de Dezembro em que Villeta cahiu no po- / der de nossas invenciveis armas.

O marquez de Caxias nunca recuou, / avançou sempre.

Este resultado revela grande previden- / cia e inabalavel firmeza. Nenhum revez / sombreou o brilhante quadro da epopéa / militar de que elle é o heroe.

Nem todos compreendem quanta ac- / tividade, constância, providencia e re- / solução exige o supremo commando de / um grande exercito e formidavel esqua- / dra.

O general tem de repartir sua atten- / ção entre os mais variados assumptos, / ou perscrutando os movimentos do inimi- / go, ou cuidando da disciplina das forças / sob seu commando, ou dessendo às mais / pequenas minudencias da administra- / ção, / O general tudo vê, tudo decide, e deve / tudo préver Não ha maior / gloria!

Aprovado que o marquez de Caxi- / as dispõe dos grandes talentos dos mais / fa-

mosos generaes e evidente é brillhan- / te da successão de victorias que tem al- / cançado de um inimigo bravo, sagaz e / perseverante. Seu bem assentado plano / tem resistido a todos os obstaculos, pre- / vistos e imprevistos.

O seu plano é uma louga cadeia de / combinações profundas: cada élo é uma / victoria. É preciso esperar, elle ri-se dos / que por ignorantes estranham, que o exer- / cito não marcha: é preciso sitiar, elle / não ouve os gritos dos temerários que / protestam contra a imobilidade, e tu- / do esperam de sanguinolentas batalhas: / é preciso combater, eil-o á frente de seus / batalhões, passando e repassando / impávido a ponte de Santo Antonio, sob uma chuva de ballas.

Nós dissemos que a ponte de Santo / Antonio é a *Arcole* do marquez de Caxi- / as. Suppunhamos fazer justiça á bravu- / ra de nosso invicto general, dar passa- / gem ao nobre orgulho de todos os bra- / sileiros.

Triste illusão! Sae-nos ao encontro o órgão, na imprensa, da facção *fusio- / nista*, supposta *liberal patriótica*, e com / desdém admira-se que comparassemos / a Napoleão o marquez de Caxias! Sem- / pre a inexactidão! Differente é compar- / ar um general com o outro, ou um feito mi / litar com outro.

Em que fomos exagerados? Se Napole- / ão, tomando a bandeira de um regimen- / to, atravessou no meio de balas a ponte de / *Arcole*, onde hesitava o exercito fran- / cez, / como dizeis; o marquez de Caxias, vendo / indecisa a victoria, como assevera uma / testemunha ocular, *com um heroismo e / um desapego a vida, que descrever não / cabe na linguagem humana, passou a ponte / no meio de nuves de balas, e levantando / os vivas os mais entusiasticos, fez-se / vêr em todos os logares, onde o combate / era mais renhido, providenciando, orde- / nando manobras, e animando a todos com / o imponente espectaculo do general em / chege no meio do fogo!*

No dia 11, sabendo do infausto feri- / mento do visconde do Herval, o marquez / de Caxias, colocou-se de novo á frente / das forças e as conduziu ao combate. Elle / com sua providencia comprehendeu todo / o effeito moral daquelle triste aconteci- / mento. Só o marquez de Caxias podia / substituir o visconde do Herval, o bravo / dos bravos.

Já se vê o marquez de Caxias, em / Santo Antonio, esteve na altura de Napole- / ão em *Arcole*, com differença que no / Paraguay a posição não era previamente / conhecida, e o fogo sahia também de / espessas matas que circundavam a ponte / disputada.

A imprensa liberal parece não com- / prehendêr a possibilidade de um general / brasileiro dar de sua intrepidez prova tão / heroica, como deu o primeiro capitão / dos tempos modernos! Demasiado fana- / tismo pela estranha gloria, insuppor- / tavel desprezo do nacional heroísmo!

A bravara dos brasileiros está ácima / de qualquer duvida. Os soldados que / atravessaram tremedaes, romperam invias / mattas, affrontaram a peste, suppor- / taram / toda a especie de privações, e entretanto / bateram-se como leões nas lagôas do / Grã-chaco, na ponte de Santo Antonio. no arroio Avahy; poderiam também / resistir á peste de Jaffa, aos gelos da / Russia, ou ao fanatismo dos Cos- / sacos. / Porque desautorizar nossa gloria, quando / os estrangeiros livremente e com entusi- / asmo a encarecem?!

Nós somos os últimos brasileiros para / assim desbaratar tão precioso thesouro. / Nós não acreditamos no que escrevem / nossos adversários; eles pensam differen- / temente; a paixão politica os desvaira. / Quando vier a tranquillidade que sucede / ás tormentas, ouviremos sentidos ais de / arrependimento!

O marquez de Caxias fez no Paraguay / o que não poderá conseguir no Mexico a / poderosa França com seus generaes / incomparaveis. A gloria do general mar- / quez de Caxias é mais do que brasileira, / é também americana.

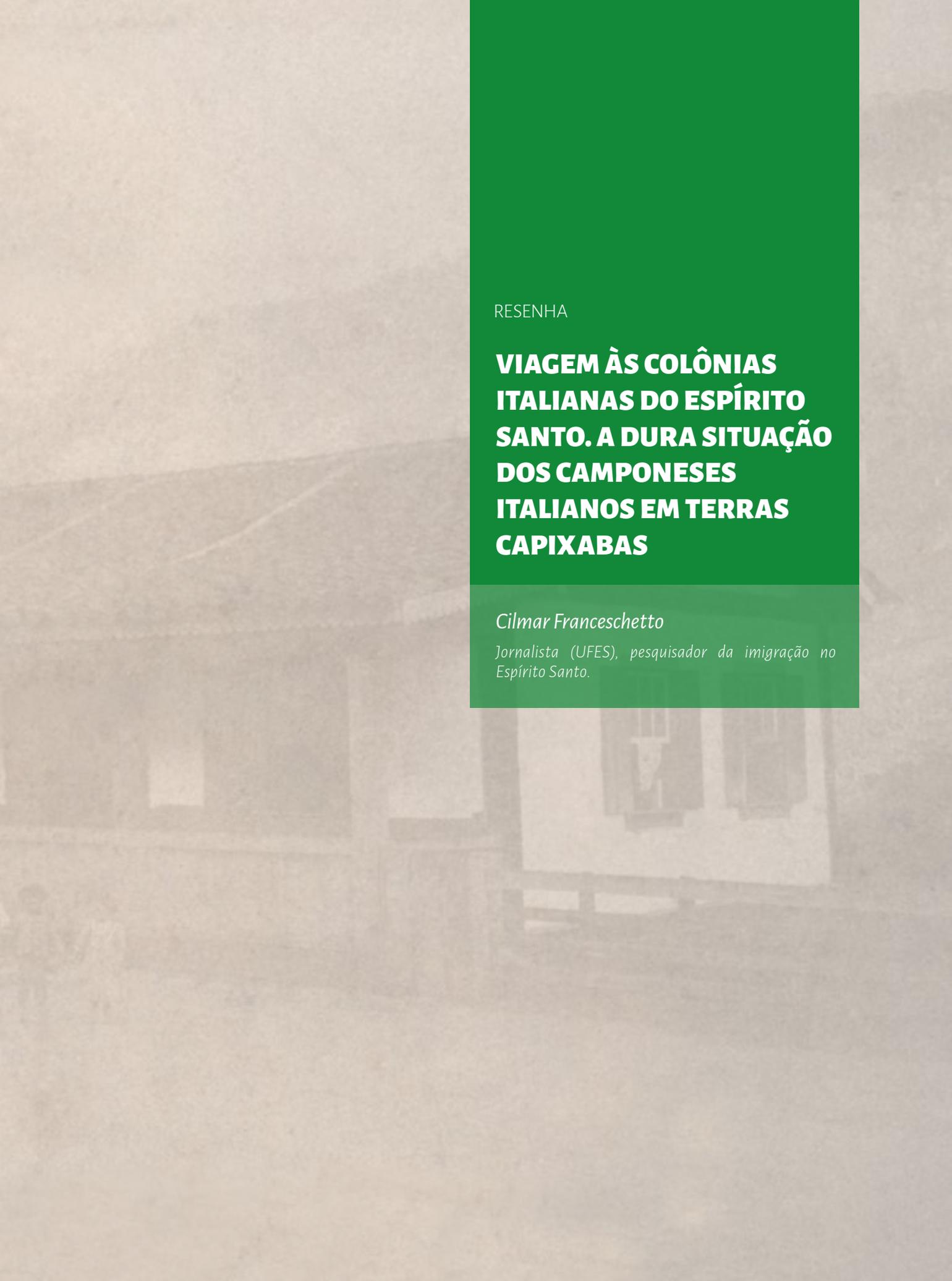
(Do Diario do Rio)

Referências

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

KRAAY, Hendrik. Festa e política: o fim da Guerra do Paraguai na Corte Imperial. In: VARGAS, Jonas (Org.). *Belicosas Fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

SOARES, Rodrigo Goyena. *Expectativa & Frustração: História dos veteranos da Guerra do Paraguai*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017.



RESENHA

**VIAGEM ÀS COLÔNIAS
ITALIANAS DO ESPÍRITO
SANTO. A DURA SITUAÇÃO
DOS CAMPONESES
ITALIANOS EM TERRAS
CAPIXABAS**

Cilmar Franceschetto

*Jornalista (UFES), pesquisador da imigração no
Espírito Santo.*

No último quarto do século XIX o Espírito Santo recebeu mais de 35 mil colonos italianos. Vieram em busca de novas oportunidades na América: *far la Mèrica*, como sonhavam os pobres camponeses da Itália Setentrional. Em 1895, após 21 anos da chegada da Expedição Tabacchi à província capixaba, que inaugurou a imigração em massa de italianos para o Brasil, o Governo italiano proibiu novos embarques de famílias ao Espírito Santo, em função das péssimas condições a que estavam submetidos os camponeses nas colônias e fazendas de café do Estado. Tal decisão teve por base o relatório do Cav. Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória (1895) no qual relatou o drama dos italianos em terras capixabas (Coleção Canaã, volume 1).

Sete anos depois, no alvorecer do século XX, a Itália envia emissários ao Brasil para visitar esses imigrantes, a fim de conhecer a condição de vida deles. Para o Espírito Santo e Minas Gerais foi enviado o comissário, jornalista, Arrigo De Zettiry. A imigração havia cessado, o preço do café havia despencado, valendo dez vezes menos que na década anterior. É nesse contexto que se dá a visita de De Zettiry ao Brasil, com a incumbência de manter contato com seus compatriotas.

A edição em português do relatório de Arrigo De Zettiry é o volume 28 da Coleção Canaã. De Zettiry percorreu a capital e o interior do Espírito Santo em fevereiro de 1902, no encargo de comissário oficial do governo italiano, para visitar as colônias e fazendas de café onde se encontravam as famílias camponesas italianas, em terras mineiras e capixabas. O livro é a tradução da visita que fez ao Espírito Santo em fevereiro de 1902, ou seja, há 120 anos.

O viajante observou que enquanto algumas famílias progrediam, outras lutavam contra as doenças, a falta de recursos e as dívidas, por conta da baixa do preço do café, mas ainda firmes no sonho de *far la Mèrica*.

O comissário esteve em contato com seus conterrâneos em Santa Teresa, percorrendo o Vale do Canaã, até São João de Petrópolis. Na baía de Vitória conheceu a Hospedaria dos Imigrantes de Pedra



DE ZETTIRY, Arrigo. *Viagem às colônias italianas do Espírito Santo: onde estão e como vivem os camponeses italianos no Espírito Santo - 1902*. Vitória: APEES (Coleção Canaã n.28), 2021.

d'Água. De trem, seguiu em direção ao interior de Alfredo Chaves, em áreas das antigas colônias de Rio Novo e Castello. Passou por Cachoeiro de Itapemirim em direção ao interior de Castelo, onde manteve contatos com famílias de Monte Alverne e das proximidades. No retorno, visitou a fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro, onde concluiu seu trabalho.

No prefácio à obra, o jornalista e sociólogo Renzo M. Grosselli, avalia a narrativa de De Zettiry como “interessante e bem escrita, num Espírito Santo que sofria como o resto do Brasil pela grave crise do mercado internacional do café em que se passou em pouco tempo dos 21 ou até 23 mil reis por arroba pelas frutas da rubiácea a 1 mil reis, máximo 1,5, daquele janeiro de 1902. Um desespero para os produtores, tanto para os pequenos agricultores que viviam nos territórios das ex-colônias, ou que trabalhavam as próprias propriedades, quanto para os seus irmãos que foram para o Sul do Estado e trabalhavam sob o domínio dos patrões.”



Havia cerca de 20 mil italianos naquela época no Espírito Santo (aos quais se devem acrescentar milhares de filhos e netos) de acordo com as fontes de De Zettiry que, quase todos ou a grande maioria, eram obrigados a enfrentar a variação do preço café e, portanto, sofrendo num país em que, muitas vezes, as ruas eram intransitáveis e não haviam médicos e padres. E as escolas, que surgiram nas primeiras décadas após a chegada no Brasil, já estavam fechadas, quase todas, porque o Estado estava quebrado e o setor privado não tinha dinheiro para investir em educação.

Grosselli afirma ainda que “sobre De Zettiry não sabemos muita coisa. Era um jornalista e conhecedor, a sua maneira, estudioso do fenômeno migratório italiano, principalmente, para Argentina e Brasil. Trabalhou como jornalista para a *Prensa* de Buenos Aires e se mudou para o Brasil, onde havia sido convi-

dato pelo diretor do Jornal do *Comércio* para fazer uma investigação sobre as condições de vida dos italianos que trabalhavam nas plantações de café.”

Para a mesma tarefa, foi contratado o jornalista Adolfo Rossi para percorrer as colônias e fazendas de São Paulo, que também produziu seu relato. Com base no “Relatório Rossi” o governo italiano baixou o Decreto *Prinetti*, ainda em 1902, que proibiu a emigração subvencionada dos seus camponeses para o Brasil. Decerto, o relatório de De Zettiry também contribuiu para essa decisão.

“Viagem às colônias italianas do Espírito Santo – onde estão e como vivem os camponeses italianos do Espírito Santo – 1902”, é a versão do original em italiano *Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Geraes (Brasile)*. Tradução de Nerina Bortoluzzi Herzog, com prefácio do sociólogo Renzo M. Grosselli.



REPORTAGEM

**RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO
ANO DE 2020**

*Arquivo Público do Estado do
Espírito Santo - APEES*

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2020

O presente Relatório de Gestão aborda os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial. Está organizado de modo a permitir uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito da instituição no exercício de 2020, em atendimento ao que determina o Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

Introdução

Criado oficialmente como *Arquivo Público Espírito-Santense* pelo Decreto nº 135, de 18/07/1908 pelo então Presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro, vinculado à Secretaria Geral do Governo; transformado pela Lei nº 3.932, de 14/05/1987, em órgão de regime especial e reestruturado pela Lei Complementar nº 47, de 22/03/1994, como Arquivo Público Estadual - APE. A instituição passou a se denominar **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES** por meio da Lei Complementar nº 370, de 29/06/2006. Está vinculado atualmente à Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, com a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados. A instituição tem como âmbito de ação:

- Coordenar as atividades de destinação final dos documentos, produzidos e recebidos pela administração pública estadual, em decorrência do cumprimento de seus objetivos institucionais;
- Autorizar a eliminação dos documentos públicos, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os quais cumpriram seus valores legais/administrativos, estabelecidos em tabela de temporalidade;

- Propor normativos e procedimentos técnicos necessários à execução da gestão documental, bem como gerenciar o Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo - Proged;
- Promover a preservação e o acesso aos documentos permanentes sob a sua guarda;
- Arranjar e descrever documentos de arquivo, independente do suporte, com base nas metodologias arquivísticas, com a elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa;
- Realizar atividades de transcrição de documentos, com a emissão de certidões de inteiro teor;
- Executar a reprodução de documentos, em diversos suportes, tais como microfilmes, negativos, papel, mídias digitais, conforme a demanda dos consulentes, bem como preservar os suportes originais e facilitar a difusão dos mesmos;
- Realizar o tratamento documental adequado, com o objetivo de garantir a conservação dos documentos históricos sob sua guarda;

- Executar a restauração, higienização e acondicionamento, bem como acompanhar as ações de manuseio e reprodução dos documentos, visando à manutenção adequada dos suportes originais;
 - Apoiar pesquisas histórico-culturais estimulando a produção do conhecimento e a divulgação do acervo;
 - Manter aberta ao público a Sala de Consultas, em dias e horários predefinidos, para recepção, orientação e a realização de pesquisas nos documentos da instituição;
 - Orientar os pesquisadores quanto aos procedimentos de pesquisa, utilização dos equipamentos e documentos; as solicitações de serviços, incluindo-se o atendimento à distância;
 - Gerenciar a coleção de obras da biblioteca de apoio;
 - Realizar atividades de Mediação Cultural, como: exposições, publicações de livros, revistas, dentre outros produtos e eventos, com vistas à divulgação do acervo, promovendo a história e a cultura capixaba;
 - Manter atualizadas as bases de dados nas páginas da instituição na internet, com a inserção de novas informações e publicações de documentos digitalizados, além da divulgação das atividades do órgão nas redes sociais oficiais, contribuindo para promoção do acesso às informações e a transparência institucional.
- Em suma, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo é a instituição responsável pela gestão documental e guarda dos documentos gerados pelos diversos órgãos e secretarias do Poder Executivo Estadual, classificados conforme a procedência, formando assim os fundos documentais, sendo estes

preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório, histórico ou informativo. A instituição guarda ainda documentos de outras origens, sejam públicas ou privadas.

Com base nessas prerrogativas, o APEES tem como missão promover a política estadual de arquivos, definida pela legislação arquivística, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, a fim de garantir ao governo e à população o acesso seguro e eficaz à informação, além de incentivar e produzir conhecimento científico e cultural.

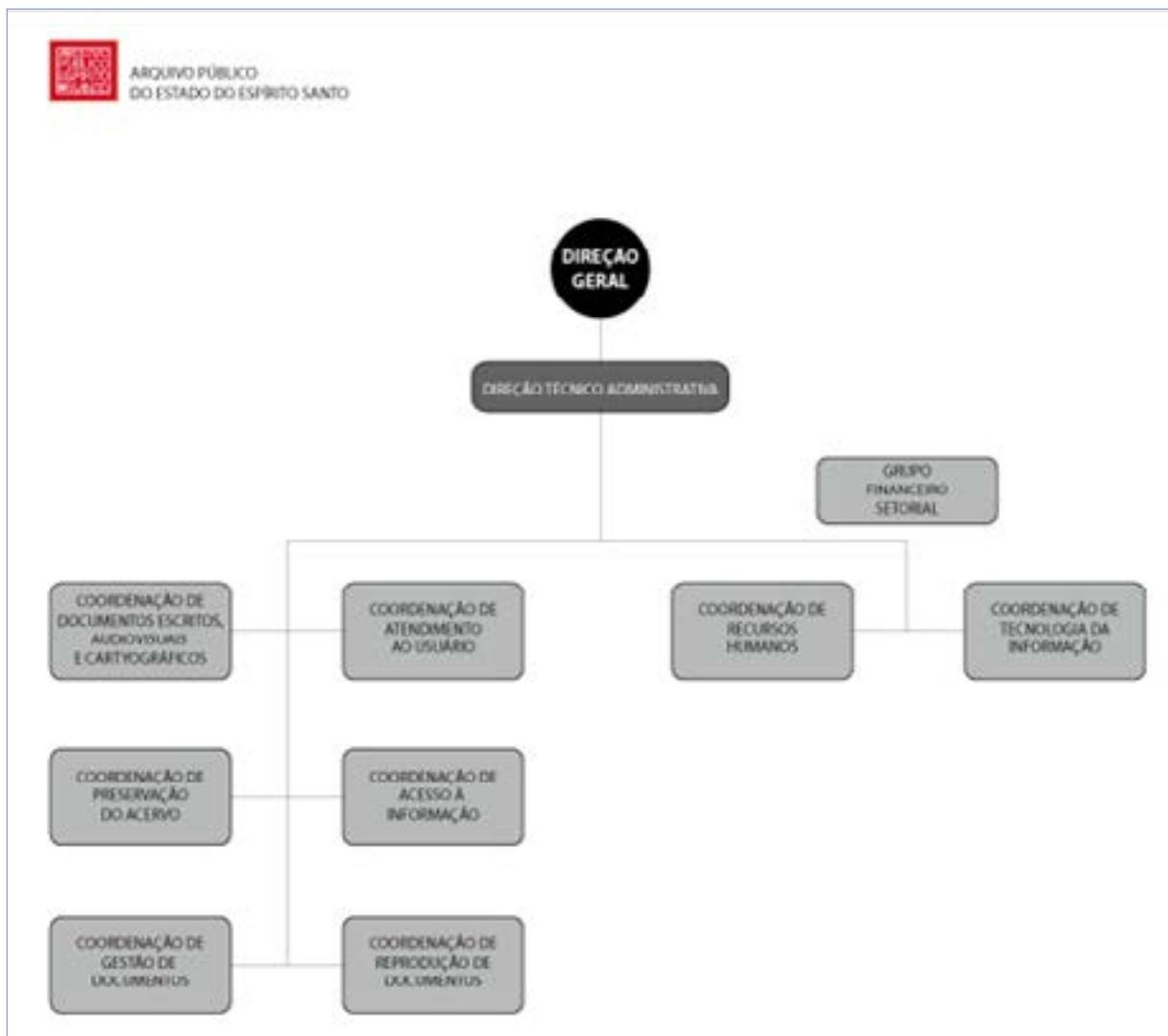
Organograma e recursos humanos

Conforme o organograma, o órgão possui um diretor geral, um diretor técnico administrativo e oito coordenações. Também compõe o quadro de servidores do órgão: dois assessores técnicos, sete agentes de serviço I, um supervisor de atividades, um chefe de grupo financeiro. Dois Especialistas em Desenvolvimento Humano e Social (sendo um historiador e uma arquivista) e uma Assessora de Comunicação. No total, são 24 servidores e 8 estagiários.

Recursos financeiros

O orçamento do ano-exercício de 2020 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo obteve seus valores aprovados pela lei nº 11.096, de 09 de janeiro de 2020, cuja despesa total fixada inicialmente foi de R\$ 2.109.179,00 (dois milhões, cento e nove mil, cento e setenta e nove reais). No decorrer do exercício foram realizados Créditos Suplementares de custeio e pessoal, o que provocou um acréscimo global da despesa autorizada em 2.191.179,00 (dois milhões, cento e noventa e um mil, cento e setenta e nove reais).

As despesas empenhadas somaram um total de R\$ 1.479.823,08 (um milhão, quatrocentos e se-



tenta e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e oito centavos), sendo R\$ 986.631,65 (novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) com pessoal e encargos sociais; R\$ 492.660,53 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta e três centavos), com outras despesas correntes e R\$ 530,90 (quinhentos e trinta reais e noventa centavos) com investimentos, o que corresponde à média de 67,53% do valor fixado.

Confira na tabela a seguir os valores das despesas:

Gestão de documentos

A Coordenação de Gestão de Documentos – COGED é responsável pelas atividades arquivísticas internas da instituição, tais como: organização e arquivamento de documentos correntes e intermediários, elaboração da listagem de eliminação de Documentos em papel, ponto focal para as questões relacionadas à implantação do sistema e-Docs, dentre outras. De acordo com a Legislação Estadual e Federal vigentes, compete também a COGED o assessoramento aos órgãos do Executivo Estadual desde a produção até a

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)= (f-g)
DESPESAS CORRENTES	1.666.149,00	1.748.149,00	1.479.232,18	1.479.232,18	1.479.232,18	268.856,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	927.865,00	1.009.885,00	966.631,65	966.631,65	966.631,65	23.233,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	738.284,00	738.284,00	492.660,53	492.660,53	492.660,53	245.623,47
DESPESAS DE CAPITAL	443.030,00	443.030,00	530,90	530,90	530,90	442.499,10
INVESTIMENTOS	443.030,00	443.030,00	530,90	530,90	530,90	442.499,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal Das Despesas (Vi)	2.109.179,00	2.190.179,00	1.479.823,08	1.479.823,08	1.479.823,08	711.351,92

Tabela 1 – Comparativo das despesas fixadas com as despesas realizadas.

destinação final dos documentos por meio das normas procedimentos do Programa de Gestão do Governo do Estado do Espírito Santo- PROCED, do qual o APEES atualmente é coordenador.

Em 2020 as atividades desenvolvidas pela coordenação, resultaram nas seguintes entregas:

- Duas vistorias técnicas ao IPAJM e SESA com o objetivo de acompanhar a contratação de serviços de arquivo e correlatos, conforme art.19 do Decreto 4343-R;
- Duas visitas técnicas, ao PMES e DETRAN, com o objetivo de orientar os órgãos quanto às necessidades de melhorias nos arquivos dos órgãos, quanto à organização dos acervos, necessidade de eliminação de documentos e demais assuntos relativos à gestão de documentos;
- Emissão de 15 pareceres técnicos, sendo eles: 3 aprovações para de aquisição, terceirização de

serviços de arquivo e correlatos (SEFAZ, SECULT e IPAJM); 4 aprovações de Plano de Classificação de Documentos (PCD) e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-finalísticas, SEDU, Plano de Classificação das atividades-meio, FAMES e SEFAZ; 8 aprovações de Eliminação de Documentos: DIO (2), SEFAZ, SEAMA, DER, DETRAN (2) e SECONT;

- Em média, 5 atendimentos diários, via telefone, para sanar as mais diversas dúvidas: utilização do sistema e-Docs, organização, Classificação e Eliminação de Documentos;

- Atendimentos contínuos via e-mail;

- Cadastro e Gestão dos Planos de Classificação de Documentos das atividades meio e fim nos sistemas SEP e e-Docs;

- Participação efetiva nas reuniões semanais do

grupo de trabalho para o desenvolvimento e implantação do Sistema e-Docs;

Programa de Gestão Documental - PROGED

Além das atividades relacionadas acima que ocorrem em razão das demandas provenientes do Programa de Gestão Documental - PROGED, que é realizado em parceria com a SEGER, SECONT e o Prodest. O trabalho é coordenado pela COGED e resultou nas seguintes entregas:

- Reunião com as Comissões de avaliação de documentos (CADS) de todos os órgãos e secretarias, para tratar melhorias e novas funcionalidades do SEP;
- Elaboração de 3 informativos mensais com temas relativos à Gestão Documental;
- Atualizações das informações no novo site do PROGED;
- Acompanhamento das atualizações das CADS;
- Três capacitações voltadas às CADS dos órgãos que possuem Plano de Classificação das atividades finalísticas, a fim de orientar quanto às funcionalidades entregues no final de 2019.

Preservação digital

Por meio de Cooperação Técnica entre o PROGED e a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em maio de 2020 foi criado um Grupo de Trabalho composto por representantes do APEES, do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação (Prodest) e professores do Departamento de Arquivologia da UFES com o objetivo de elaborar uma “Minuta de Política de Preservação Digital”.

Ao longo de 2020 foram realizadas 14 reuniões

para estudos preliminares sobre o tema e elaboração da proposta da Política. A previsão de entrega da proposta aos gestores é maio de 2021.

Projeto Arquivo Central (ARCE)

Foram realizadas diversas visitas entre os meses de março e junho a fim de conhecer os condomínios de galpões situados na região metropolitana de Vitória. Em junho de 2020 foi designado um Grupo Técnico para atuar na estruturação do ARCE. Em julho foram realizadas reuniões para sondagens comerciais de mercado com nove empresas que prestam serviços de arquivo e correlatos/gestão documental, 3 proprietários de imóveis e uma visita presencial a uma empresa que faz gestão e guarda de documentos.

Atendimento ao público

Seguem abaixo os dados estatísticos, mensuráveis, referentes ao atendimento ao público, presencial e à distância, sob a responsabilidade da Coordenação de Atendimento ao Usuário - COATEN, referentes ao ano de 2020:

Atendimentos presenciais
Imigrantes: 232
Outras Pesquisas: 405
Total: 637

Visitas escolares
Visitas: 4
Alunos: 54
Obs.: Todas as visitas feitas no início do mês de março, antes das medidas de prevenção à Covid-19.

Pedidos de reprodução de documentos
Pedidos: 118
Itens: 335
Páginas/imagens: 2.912

E-mails respondidos

Imigrantes: 2.363

Outras pesquisas: 1.642

Total: 4.005

Registros de Entrada de Imigrante

Emitidos na Sala de Consulta

(presencial): 184

Enviados pelo Correios: 435

Total emitido: 619

Devido ao combate à pandemia da Covid-19, o atendimento presencial foi suspenso no fim do mês de março até a metade do mês de junho. Desde então, o atendimento presencial é realizado por agendamento. Pelo mesmo motivo, não foram realizadas atividades de atendimento aos municípios do interior e da Grande Vitória por meio do Programa Arquivo Itinerante. Ficou também cancelada a 17ª edição do Caminho do Imigrante.

Além dos dados apresentados acima, o setor também realiza o atendimento à distância, via telefone, e nas respostas via mensagens e comentários nas redes sociais da instituição. Tal prática é também realizada por diversos servidores da instituição.

Configura-se também como atendimento ao público o acesso diário às páginas da instituição na internet, as quais são alimentadas diariamente, com a publicação de imagens de documentos, fotografias, vídeos, som.

Além das páginas nas redes sociais, o APEES mantém atualizadas três páginas na internet, sendo: www.ape.es.gov.br, página oficial, disponível desde 1998.

A página www.imigrantes.es.gov.br (desde 2008, que dispõe de dados referentes às entradas de imigrantes no Espírito Santo) e a página dedicada ao Programa de Gestão Documental: www.proged.es.gov.br, também disponível há mais de dez anos.

Em 2020 foi publicada a página específica para a produção, publicação e o acesso à Revista do APEES, por meio do software online *Open Journal System* – OJS, no seguinte endereço: <https://periodicos.ufes.br/revapees/index>.

Além dos sites citados, o APEES utiliza outras plataformas para gerenciamento e divulgação dos documentos, como: www.memoriasreveladas.gov.br, em parceria com o Arquivo Nacional, onde estão publicados os documentos relativos do Fundo DOPS, reunidos durante a Ditadura Civil Militar, que foram microfilmados e digitalizados pelo APEES.

Para o gerenciamento e publicação dos documentos permanentes, o APEES utiliza o software livre Atom, produzido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês), no seguinte endereço: <http://atom.beta.es.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-do-espírito-santo>.

A página familysearch.org contém os documentos do APEES que foram digitalizados em 2019, cerca de 2,2 milhões de páginas, fruto da parceria com a Associação Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Do dia 1 ao dia 31 de dezembro de 2020 foram 75.059 os acessos ao site institucional e 5.009 os acessos à página do PROGED. A página do Projeto Imigrantes teve, aproximadamente, 63.000 acessos.

Acervo documental

A organização do acervo de documentos do APEES, em seus diversos suportes, é gerenciada pela Coordenação de Documentos Escritos, Audiovisuais e Cartográficos – CODEAC, que tem por responsabilidade a realização de atividades concernentes ao tratamento técnico arquivístico nos fundos e coleções, de caráter permanente (documentos também considerados como históricos), guardados pelo APEES. Em 2020, podemos ressaltar as seguintes ações:

Revisão de Instrumentos de Pesquisas

- Revisão do Inventário Elcio Alvares;
- Revisão do Inventário Renato Pacheco – 109 caixas;
- Revisão do Inventário Christiano Dias Lopes – 7 caixas;

- Revisão do Catálogo Série 383, Fundo Governadoria – 380 livros;
- Inventário “SEDU” (Documentos administrativos) – 450 caixas.

Padronização de imagens para o software online, Atom

- Fundo Comarca de Juízo de Vitória – 58 livros;
- Revisão do Instrumento de Pesquisa e publicação da Coleção Jerônimo Monteiro – 594 fotografias;
- Digitalização e preparo da Coleção Hugo Borges.

Recolhimentos de acervos públicos e privados

- Acervo “Setembrino Pelissari”: arranjo e inventário - composto por 6 caixas/pastas de material plástico e papel; 95 livros sobre a temática do Espírito Santo e 11 álbuns fotográficos de governo;
- Acervo “Milson Henriques”: arranjo e inventário – 27 caixas;
- Acervo “Vitor Buaiz” (revisão do instrumento de pesquisa) - 21 caixas;
- Acervo “Renato Pacheco”: arranjo e inventário – 109 caixas;
- Acervo “SECOM” (Documentos Iconográficos) – 29.240 itens documentais (fotografias-negativos);

Trabalhos em andamento

- Cópias de segurança de HD’s enviados pela Family Search;
- Organização do Fundo Registro Civil de Óbitos – Cemitério de Santo Antônio - 24 caixas contendo 11.602 Imagens de um total de 28 caixas;
- Registros Cíveis – 411 caixas contendo 529.317 imagens de um total de 1.230 caixas;
- Fundo Agricultura - Série Processos de Terras – 21 caixas contendo 10.076 imagens, de um total de 412 caixas.

Visitas Técnicas

Visitas técnicas para o recolhimento de acervos da SECOM - Superintendência Estadual de Comunicação e do acervo Setembrino Pelissari.

Transcrições de Inteiro Teor

Foram emitidas 8 certidões.

Microfilmagem

Gráfico 1 – Alguns fundos documentais do APEES e os respectivos números de solicitações de consulta.

O setor de microfilmagem finalizou a reprodução do jornal *A Tribuna*, de 1939 a 1956. Foi dado início ao preparo do jornal *Correio do Sul*, de Cachoeiro de Itapemirim, de 1930 a 1994, dentre outros títulos de jornais. Foram também realizados serviços de limpeza em diversos microfiches disponíveis ao público na sala de documentos especiais. O serviço de reprodução dos periódicos será agora por meio da digitalização, possibilitado pela aquisição de um Scanner adquirido pela Secult e que ficará à disposição do APEES.

Coordenação de Preservação do Acervo

A Coordenação de Preservação do Acervo - COPAC realiza a higienização, restauração e acondicionamento de documentos diversos do acervo do APEES e também visitas técnicas de orientação a outras instituições e municípios

Por iniciativa do APEES foi aberta uma campanha para o recolhimento de livros e restauração de documentos que se perderam durante as enchentes ocorridas no início do ano na cidade de Iconha.

- Por meio da COPAC, foi realizada uma ação emergencial de salvamento e identificação do acervo documental e das obras de arte pertencentes à Casa da Cultura e ao Museu do Artista Italiano daquele

município, atingido pela enchente ocorrida no mês de janeiro. Foram realizados procedimentos para limpeza e remoção de lama, areia, resíduos de derivados do petróleo, sujidades, fungos e mofo e preparação para a restauração.

A ação foi realizada em parceria com o Laboratório de Conservação e Restauro da UFES- Universidade Federal do Espírito Santo e Secult/ES. Período de Janeiro, fevereiro, março e abril.

- Projeto de Conservação do Acervo Fotográfico do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN: elaboração e confecção de envelopes de acondicionamento em papel neutro para fotografias p/b provenientes do acervo do IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves recolhido ao APEES. Total de 750 envelopes para acondicionamento de fotografias;

- Higienização e Acondicionamento de Códices e Documentos diversos para encaminhamento aos usuários da Sala de Consulta do APEES. Total de 26 documentos do acervo permanente;

- Desencadernação do acervo de periódicos para processamento de microfilmagem e digitalização. Retirada de capas duras, pregos e grampos e descolagem da lombada. Planificação de dobras e reparos em rasgos do suporte. Total de 6 encadernações.

- Procedimentos de conservação de acervo de filmes em película do APEES. Higienização, revisão de conteúdo, separação dos rolos de filmes com síndrome do vinagre.

Acervos provenientes de governos estaduais do período de Francisco Lacerda de Aguiar (1963) ao governo Gerson Camata (1983).

Acervo TV Gazeta: registros de governos estaduais e municipais e efemérides culturais do período entre 1976-1982 (referências para o projeto MEDIATECA Capixaba - Secult/ES). Total de 35 filmes (documentos cinematográficos em suporte película).

A equipe da COPAC conta com o coordenador (restaurador), um agente de serviços e uma estagiária.

Tecnologia da informação

A Coordenação de Tecnologia da Informação – COTEIN atua em diversas frentes de trabalho. Dentre elas, existe o suporte de informática. No ano de 2020 foram 742 solicitações ao setor, das quais 68% foram para digitalização; instalação de softwares; edições nos sites institucionais e resets de senhas. 32% foram para resolver incidentes com impressoras; recuperações de arquivos e manutenção de hardwares.

Conseguimos concluir a aquisição de 2 scanners de mesa para atender as demandas de digitalização e também mais 3 notebooks para estarmos mais presentes nas redes através das Lives e no atendimento por meio do Arquivo Itinerante. Iniciamos também a aquisição de 12 computadores, desktop, para substituição de parte dos nossos equipamentos que se encontra obsoleta.

Foi feita em parceria com Ufes a implementação do software de fluxo de trabalho da nossa revista, o *Open Journal System – OJS*. Essa plataforma irá dinamizar o fluxo de trabalho que era realizado através de e-mails. O processo de submissão e avaliação de artigos será todo realizado por meio dessa plataforma. Sem contar que dará mais visibilidade para a publicação, pois se trata de uma plataforma há muito utilizada no meio acadêmico. Todas as edições da revista que estavam presentes apenas no site institucional agora já estão presentes também nessa plataforma que possui uma interface *web*.

Também neste ano de pandemia foram editados pela coordenação os números 6 e 7 da Revista do APEES.

Ainda no âmbito das publicações, foram desenvolvidos o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado do Espírito Santo. Essa publicação fornece instruções sobre guarda e eliminação da documentação da atividade-meio de todo o Estado.

Como informado acima, foi iniciado um projeto para o arquivo se fazer ainda mais presente *online*. A COTEIN participou ativamente com suporte e ins-

truções sobre o uso da plataforma *Stream Yard* para a realização das *Lives*. Foram realizadas ao todo 10 transmissões. As três primeiras fizeram parte da Semana Nacional de Arquivos, apresentando os temas *História da Saúde e das Doenças*; *Tempos de Home Office*; *Gestão da Informação e do Conhecimento*. Em comemoração aos 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foram realizadas três *lives*, com os temas: *História e Imprensa*; *Documentos Pessoais*; *Arquivo Público*. Foram realizadas três transmissões ao vivo também sobre a *Fazenda do Centro: 175 anos de história*. Com intuito de facilitar o acesso aos dados do projeto imigrantes foi realizada uma *Live* para instruir como seria melhor feita a pesquisa ao banco de dados do projeto.

Biblioteca de apoio - Maria Stella De Novaes

No APEES o consulente conta com o apoio da Biblioteca Maria Stella de Novaes com aproximadamente 20.000 volumes, dentre livros, jornais, revistas, leis, decretos, mensagens e relatórios de Governo e outras publicações oficiais.

Foi concluído, ao final de 2020, a atualização do acervo de livros contendo, ao todo, 7.000 títulos. Além disso, foram inseridas cerca de 100 novas obras ao acervo. E foram realizadas doações de mais de 1.000 obras em nome da biblioteca. Seguimos com o trabalho de atualização do acervo, trabalhando atualmente com os periódicos, tendo catalogado cerca de 100 novas revistas até o mês de dezembro de 2020, com previsão para finalização do trabalho em maio de 2021.

Por conta das enchentes do início do ano, a cidade de Iconha foi inundada pela lama. O Centro de Cultura do município foi completamente tomado e todo o acervo bibliográfico, composto por aproximadamente 12 mil títulos, se perdeu. Em forma de solidariedade aos iconhenses, o APEES iniciou uma campanha de recolhimento de livros para recompor

o acervo da biblioteca municipal da cidade, que contou com a parceria da Casa da Cultura de Vila Velha, a Biblioteca Pública Estadual, a Assembleia Legislativa, dentre outros. Foram recolhidos 5 mil livros, em sua maioria de literatura brasileira e estrangeira. A entrega do acervo à biblioteca de Iconha contou com a presença do Exmo. Governador do Estado, Renato Casagrande, neste APEES. Na ocasião, o governador também esteve presente para receber os acervos de “Milson Henriques” e do professor “Renato Pacheco”.

Mediação cultural e divulgação

Considerando as medidas de isolamento social, devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), não foi possível a realização de eventos de modo presencial. Desta forma, foram organizadas diferentes *lives* com o objetivo de dar prosseguimento à troca de informações e conhecimentos junto ao público. Dentre os eventos virtuais realizados estão:

Realização de Lives

Temas para a Arquivologia e História em Tempos de Pandemia: Entre os dias 08 e 14 de junho foi realizada a “4ª Semana Nacional de Arquivos”, que teve a coordenação do Arquivo Nacional e promoveu atividades acadêmicas e culturais nas instituições arquivísticas de todo o país. No Espírito Santo, o evento “Temas para a Arquivologia e História em tempos de Pandemia”, feito em parceria entre o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e o Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), promoveu diferentes debates no formato de *lives* no Youtube.

Na ocasião foram discutidos os seguintes temas: “História da Saúde e das Doenças”, com 452 visualizações; “Tempos de Home Office”, com 260 visualizações e “Gestão da informação e do conhecimento”, com 363 visualizações.

112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Em comemoração ao aniversário de 112 anos de sua fundação, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo realizou um ciclo de comunicações online com diferentes temas que abrangeram a História e os acervos documentais. Ao todo, as lives tiveram 619 visualizações com os assuntos “Usos do passado: o APEES em questão”, “A Memória do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo por meio da sua Institucionalização: o Recorte Constituído (1908-1981)”, “Entre afetos e documentos”, “Eu, digital: perspectivas de tratamento para arquivos pessoais na contemporaneidade”, “A História por meio da Imprensa: contribuições dos periódicos para a História do Espírito Santo” e “A importância dos jornais para a história do pós-abolição no Espírito Santo”.

Fazenda do Centro – 175 anos de História: as vivências e memórias que envolvem a “Fazenda do Centro”, a 11 quilômetros da sede do município de Castelo/ES, permanecem nas lembranças dos moradores da região. O espaço, seu cotidiano e as relações sociais exercidas desde a fundação, no ano de 1845, foram temas do ciclo de palestras online “Fazendo do Centro: 175 anos de História”. Os assuntos discutidos foram “As minas de ouro do Castelo: a fase dos jesuítas e a fase dos bandeirantes”, com os historiadores André Casagrande e Maria Helena Mion com 1,5 mil visualizações; a “Fazenda do Centro: da escravidão à abolição”, pelo doutorando em História na Ufes, Ademildo Gomes, com 1,8 mil visualizações e “Os Agostinianos Recoletos e o núcleo colonial da Fazenda do Centro”, pelo frei Sérgio Peres, doutorando em História pela PUC-SP, com 1,3 mil visualizações.

Como localizar seus antepassados na base de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo: live realizada com o objetivo de orientar os interessados em pesquisar no site. A metodologia de pesquisa utilizada para a estruturação da base de dados, as formas de colaboração dos descendentes, dentre outras infor-

mações, também foram abordadas durante a *live*. Com 1.400 visualizações no YouTube.

Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

No ano de 2020 foram lançadas duas novas edições da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. A publicação possui a proposta de ser uma fonte de conhecimento e pesquisa para a disseminação do saber científico e cultural, com ênfase nas áreas de história e arquivologia. Ela possui periodicidade semestral e contém artigos acadêmicos, resenhas, reportagens, documentos e fotografias. Em 2020 foram publicados os dossiês “Mulheres e Gênero na historiografia capixaba” e “Justiça, Cidadania e Direito na História do Espírito Santo”.

Notícias - Site Institucional

Inserção de 85 notícias referentes à instituição, espaços culturais e ações do E-docs.

Redes Sociais

Facebook institucional: elaboração de 161 posts, a página finalizou o ano com 9.773 seguidores.

Facebook Projeto Imigrantes: elaboração de 81 posts, com alto índice de visualização e compartilhamento. Uma das publicações atingiu 178 mil interações. A página finalizou o ano com 5.800 seguidores.

Instagram: elaboração de 99 posts, a página finalizou o ano com 2.481 seguidores.

Youtube: foram inseridos oito novos vídeos, em formato inicial de *live*. A página finalizou o ano com 462 inscritos.

NOTA

O avanço da pandemia, provocada pela COVID-19, fez com que o Governo do Estado do Espírito Santo tomasse providências para atenuar a contaminação e proliferação do vírus, reduzindo a circulação de pessoas. O APEES, atendendo a todas as recomendações governamentais, não pôde mais realizar eventos com a participação de pessoas, seja na sede da instituição, seja em atendimentos aos municípios do interior. Também o atendimento diário ao público, na sala de consultas, ficou impossibilitado, de março até julho.

Vitória, 22 de março de 2021.

CILMAR CESCINETTO FRANCISCETTO

Diretor Geral

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo





Referências das Imagens

Capa: Werner Haberkorn/Fotolabor/Museu Paulista da USP e mais um autor - Museu Paulista Obra que integra o acervo do Museu Paulista da USP. Coleção Werner Haberkorn

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Banca_de_jornal#/media/Ficheiro:Werner_Haberkorn_-_Banca_de_jornais_S._Paulo_-_7_\(cropped\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Banca_de_jornal#/media/Ficheiro:Werner_Haberkorn_-_Banca_de_jornais_S._Paulo_-_7_(cropped).jpg) Acesso em: 27 set. 2021.

Página 03: Tipografia Paulistana "letras serifadas ou romanas comuns em textos corridos" Disponível em: <https://revistaspesquisa.fapesp.br/memoria-das-letras/>

Acesso em: 27 set. 2021.

Página 07: LAMBERG, Moritz. Ponte do Recife. [S.l.: s.n.], [1880-1885]. 1 foto, colódio?, pb, 15,3 x 20,8. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=4254. Acesso em: 30 set. 2021.

Páginas 24-25: Destaque "Perspectiva da Villa da Victoria", 1805, de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva. In: OLIVEIRA, J. T de. História do Espírito Santo. P. 267-268. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Historia_ES.pdf Acesso em 30 set. 2021.

Página 35: JULIEN. [D.Pedro acompanhado de D.Maria II, empunhando a constituição do Império Brasileiro]. Lisboa [Portugal]; Porto [Portugal]; Paris [França]: Casa de Lequen e Cia.: Casa da Lívia Viana e Filhos: Casa de Ostervald, [18--]. 1 grav., litogravura, p&b, 39,8 x 42,5 cm em papel 49,9 x 46,9 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon106608/icon106608.jpg. Acesso em: 29 set. 2021.

Páginas 36-37: ABELHA Pernambuco. [S.l.]: Typ. Fidedigna, 1829-. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/abelha-pernambucana/772631>. Acesso em: 29 set. 2021. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=772631>. Acesso em: 29 set. 2021.

Páginas 52-53: Mestres e aprendizes no Liceu Coração de Jesus, em 1912. Escolas Profissionalizantes do Liceu Coração de Jesus (c. 1912, s/autor) / Arquivo Salesiano de Nossa Senhora Auxiliadora / www.fau.usp.br/tipografiapaulistana

Disponível em: <https://revistaspesquisa.fapesp.br/memoria-das-letras/#&gid=1&pid=1> Acesso em 27/09/2021

Páginas 66-67: Fazenda do Centro Destaque - Panorâmica da Fazenda do Centro. Castelo, [S.d.]. Disponível em: <http://ifms.org.br/fotos-recordacoes/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

Páginas 80-81: Planta com destaque para a Fazenda do Centro. Mapoteca do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Páginas 81-82: Planta APE – Fundo APEES. Vitória, 1934.

Página 95: JORNAL do Brasil. [S.l.: s.n.], [entre 1911 e 1922]. 1 foto, gelatina, pb, 23,4 x 17,2cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_028.jpg. Acesso em: 27 set. 2021. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_028.html. Acesso em: 27 set. 2021.

Páginas 96-97: Ovação Popular ao General Deodoro da Fonseca e Bucayuva, na Rua do Ouvidor. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1889]. 1 grav., xilograv., color., 22,8 x 19,7cm em passe-partout 36,9 x 31,5 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon255685/icon255685.jpg. Acesso em: 29 set. 2021. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon255685/icon255685.html. Acesso em: 29 set. 2021.

Página 107: Homenagem da Revista Ilustrada, à Proclamação da República do Brasil: "Gloria à Pátria! Honra aos Heroes do Dia 15 de Novembro de 1889", de Antônio Bernardes Pereira Neto, em 1889. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Páginas 108-109: TRIBUNA do Sul : orgao official do Governo Municipal. Villa de Castello [Castelo, ES]: [s.n.], 1929-. 48x34. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=716090>. Acesso em: 29 set. 2021. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-sul/716090>. Acesso em: 29 set. 2021.

Página 123: GARNIER, M.J. Julio Prestes. Rio de Janeiro, RJ: F.Briguiet & Cie. Editores, [189-?]. 1 des., bico de pena. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon960836/icon960836_039.jpg. Acesso em: 29 set. 2021.

Páginas 124-125: Manifestação estudantil na Praça Costa Pereira. Centro de Vitória, Es. [S.d.]. Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Dops. Código de Referência: BR ESAPEES.DOPS.01

Páginas 136-137: Fazenda do Centro. Castelo, [S.d.]. Disponível em: <http://ifms.org.br/fotos-recordacoes/>. Acesso em: 29 set. 2021.

Páginas 146-147: Fazenda do Centro. Castelo, [S.d.]. Disponível em: <http://ifms.org.br/fotos-recordacoes/>. Acesso em: 29 set. 2021.

Páginas 148-149: Festival do Broud, Festival de Concertina. Laranja da Terra, ES, 2021. Fotografia de Gil Leandro Breger Lauvers Paz.

Página 162: Cozinheira Normélia Timm Durães, 2021. Vila Pavão, Es. Fotografia de Gil Leandro Breger Lauvers Paz.

Página 163: Café com Broud. 2021. Vila Pavão, Es. Fotografia de Gil Leandro Breger Lauvers Paz.

Páginas 164-165: BERNABÊ Giuseppe Valerio e família, Imagem doado por Leandro Feitoza. Projeto Imigrantes, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Páginas 182-183: Plenário - Sessão Deliberativa. 29/09/2021. Brasília. Banco de Imagens da Câmara de Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/banco-imagens> Acesso em: 29 set. 2021.

Página 197: Panorâmica do Plenário , (1987) Brasília. Banco de Imagens da Câmara de Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/banco-imagens> Acesso em: 29 set. 2021.

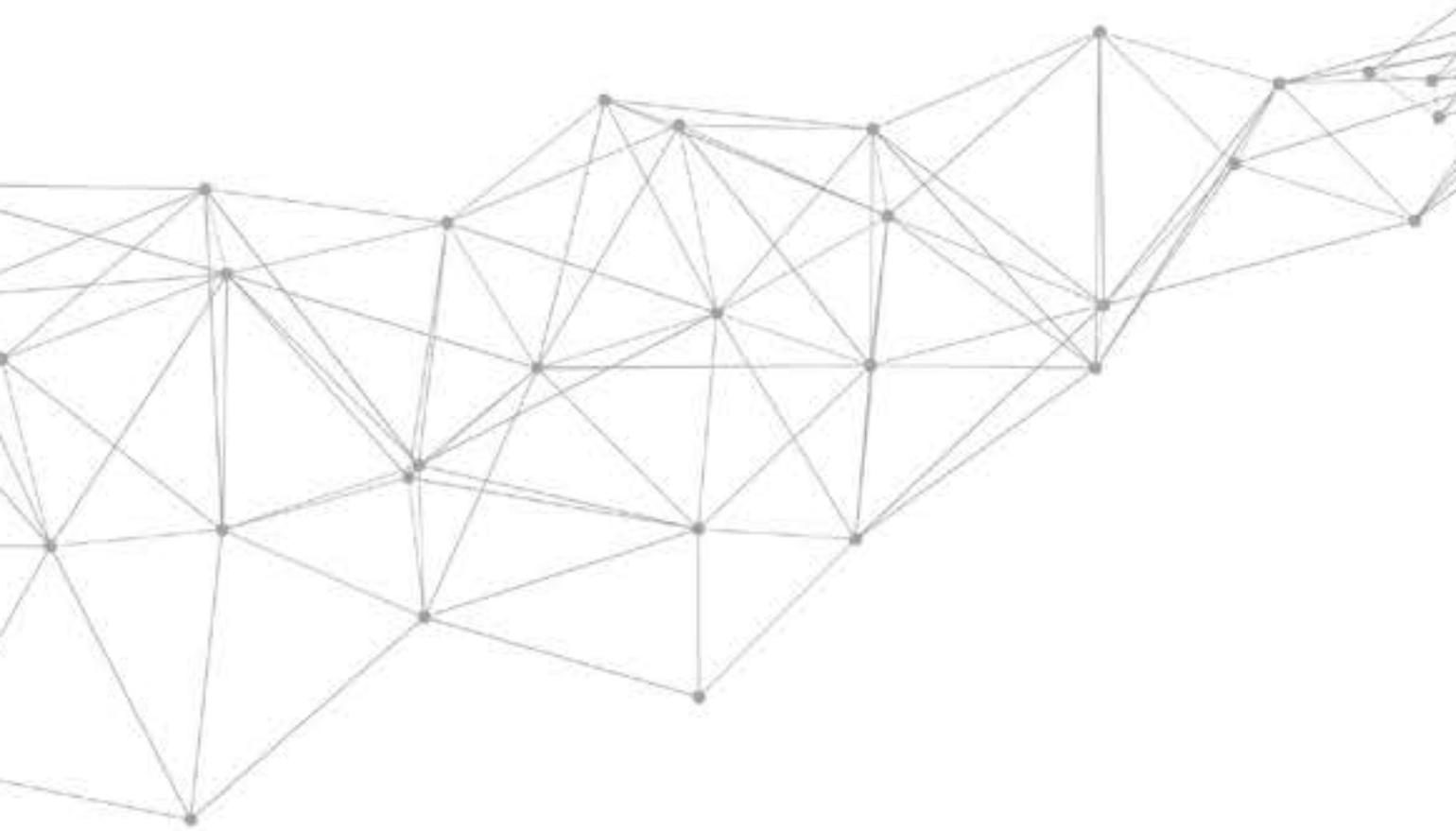
Páginas 198-199: Destaque do jornal Correio da Vitória. 1849 a 1872. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=2686> Acesso em: 30 set. 2021

Página 202: Jornal Correio da Vitória. 1849 a 1872. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=2686> Acesso em: 30 set. 2021

Página 209: O casal de imigrantes Alessandro Andreon e Catterina Casagrande com os filhos. Fazenda Matozinho, Monte Alverne, Castelo. Década de 1910. Acervo: Beto Andreão Quaggiotto.

Páginas 222-223: Vários jornalistas da capital Federal em vista à cidade do Espírito Santo. 191[?] Coleção Jerônimo Monteiro. BRESAPEES.JM.182. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A RAPEES agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, de modo gentil, a reprodução das imagens desta edição. Empenharam-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos copyright de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, por meio de errata, nas edições futuras desta revista.



PARCERIA



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

